

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020

**São Luís
2021**

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - 2020**

Organização

Carlos Henrique Rodrigues Vieira

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação e Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Assessor Técnico - SEPLAG

Guilherme Ferre da Silva

Chefe de Seção – SEPLAG

Ananda Maria Carneiro Leite

Estagiária - SEPLAG

Normalização

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca

Projeto Gráfico

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Fotos

Acervo do MPMA

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO MARANHÃO**

Sede

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau

CEP: 65076-820. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1600 - (98) 3219-1624

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

**Centro Cultural e Administrativo do Ministério
Público do Estado do Maranhão**

“Ed. Dra. Aurora Correia Lima”

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro

CEP: 65020-910. São Luís-MA

Fone: (98) 3219-1804 / 3219-1980

Homepage: <http://www.mpma.mp.br>

Maranhão. Ministério Público.
Relatório de atividades 2020. – São Luís: Procuradoria
Geral de Justiça, 2021.
239 p.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - GESTÃO 2020

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Procurador-Geral de Justiça

Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da PGJ

Lize de Maria Brandão de Sá Costa

Procuradora de Justiça

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Regina Maria da Costa Leite

Procuradora de Justiça

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA - CPMP

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Procuradora de Justiça – Secretária

CONSELHO SUPERIOR DO MP - CSMP

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Procurador de Justiça – Secretário

CORREGEDORIA DO MP - CGMP

Themis Maria Pacheco de Carvalho

Procuradora de Justiça

Corregedora-Geral do Ministério Público

Alessandra Darub Alves

Promotora de Justiça

Chefe de Gabinete da Corregedoria

Geral do Ministério Público

Promotores(as) de Justiça Corregedores

Cássius Guimarães Chai

Fátima Maria Sousa Arôso Mendes

Francisco de Aquino da Silva

Geraulides Mendonça Castro

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Sirlei Castro Aires Rodrigues

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ESMP

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério Público

Ana Luíza Almeida Ferro

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

Elyjeane Alves de Carvalho

Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Cristiane Gomes Coelho Maia Lago

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania – CAOp/DHC

Eduardo Borges Oliveira

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOp/EDUCAÇÃO

Gabriele Gadelha Barboza de Almeida

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência – CAOp – PIPD

Ilma de Paiva Pereira

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAOp-Saúde

Lítia Costa Cavalcanti

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOp/Consumidor

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior

Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural – CAO-UMA

Marco Aurélio Ramos Fonseca

Promotor de Justiça

Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal – CAOP Crim

Nahyma Ribeiro Abas

Promotora de Justiça

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOP-ProAd

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Promotor de Justiça - Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOp/IJ

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Maria Luiza Ribeiro Martins
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

ASSESSORIA PGJ

Lúcia Cristiana Chagas
Promotora de Justiça
Assessora-Chefe da Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça
Danilo José de Castro Ferreira
Promotor de Justiça – Coordenador
Assessoria Especial de Investigação

DIRETORIA GERAL DA PGJ

Júlio César Guimarães
Diretor-Geral

SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - SAF

José Henrique Frazão Costa
Diretor

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS - SECINST

José Márcio Maia Alves
Promotor de Justiça - Diretor

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Carlos Henrique Rodrigues Vieira
Promotor de Justiça – Diretor

COORDENADORIAS

Luiz Muniz Rocha Filho
Promotor de Justiça
Coordenador de Assuntos Estratégicos e Inteligência – CAEI
Roseane Brandão Pantoja
Coordenadoria de Administração - CAD
Maria de Fátima Morais

Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP

Tatiana Alves de Paula

Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca - CDB

Poliana Marta Ribeiro de Abreu

Coordenadoria de Comunicação - CCOM

Glédston de Oliveira Reis

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI

Ana Maria Alvares Nunes do Rêgo

Coordenadoria de Processos - CP

José Ribamar Rodrigues Furtado

Coordenadoria de Serviços Gerais - CSG

Gilberto Duailibe Moucherek

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA

José Walter Gonçalves Silva Júnior

Coordenadoria da Folha de Pagamento – CFP

Rodrigo José Araújo Ramos

Seção de Transporte

Regina Cláudia dos Santos Gomes

Major QOPM

Edmilson Cutrim da Silva Júnior

Capitão QOPM

ASSESSORIAS

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior

Assessoria de Controle Interno e Auditoria - ACIA

Jadiel Fernandes França

Assessoria Técnica da Administração – ASTECADM

José Nélio Miranda de Freitas

Assessoria Técnica – ASTEC

Conceição de Maria Correa Amorim

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Maria do Socorro Quadros de Abreu

Assessoria Jurídica da Administração – AJAD

Andréa de Melo Nogueira Duarte

Chefia de Cerimonial – CER

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS – GAECO/MA

Promotores de Justiça integrantes

Luiz Muniz Rocha Filho
Albert Lages Mendes
Ana Carolina Cordeiro de Mendonça
Leite
Fernando Antônio Berniz Aragão

GAECO REGIONAL - IMPERATRIZ
Promotores de Justiça integrantes
Glauce Mara Lima Malheiros
Raquel Chaves Duarte Sales

GAECO REGIONAL - TIMON
Promotores de Justiça integrantes
Francisco Fernando de Moraes Meneses
Filho

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Esdras Liberalino Soares Júnior
Promotor de justiça - Diretor

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
MARANHÃO

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça - Coordenador
Integrantes da Comissão Gestora
Washington Luiz Maciel Cantanhede
Ana Luiza Almeida Ferro
Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
Promotores de Justiça
Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e
Biblioteca da PGJ

CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO
DO MPMA

Administração
Dulce de Maria Alves Serra Moreira
Curadoria
Francisco Colombo Lobo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
O MINISTÉRIO PÚBLICO	10
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR.....	12
Procuradoria Geral de Justiça	12
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.....	13
Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.....	16
Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)	19
Conselho Superior do Ministério Público - CSMP.....	19
Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)	21
Procuradorias de Justiça.....	24
Promotorias de Justiça	26
Promotora Comunitária Itinerante	27
Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC).....	32
ÓRGÃOS AUXILIARES.....	54
Escola Superior do Ministério Público	54
Ouvidoria do Ministério Público	64
DIRETORIAS.....	77
Diretoria Geral (DG).....	77
Secretaria Administrativo Financeira (SAF).....	79
Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST).....	81
Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).....	87
Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)	94
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO	100
Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça	100
Assessoria Técnica (ASTECA)	104
Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)	106
Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)	110
Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)	111
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOPS	118
Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA).....	119
Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)	125

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim).....	130
Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DH)	139
Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/Educação)	141
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ).....	155
Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp/PIPD)	169
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOp-ProAd).....	171
Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde).....	173
COORDENADORIAS	186
Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)	186
Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP).....	191
Coordenadoria de Administração (CAD).....	193
Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)	198
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)	203
Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)	215
Coordenadoria de Comunicação (CCOM)	218
Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB).....	221
Programa Memória Institucional do MPMA	226
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI).....	229
Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	235
Chefia de Cerimonial (CER).....	237
Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)	239
ATOS NORMATIVOS – 2020	244
Glossário	254

APRESENTAÇÃO

Com o compromisso de lutar por um Estado verdadeiramente constitucional e impessoal, onde a sua estrutura trabalha para atender ao ser humano e não para atender nomes e sobrenomes, conferindo mais dignidade à vida de cada maranhense, assumi a Chefia do Ministério Público, em junho de 2020, em meio à maior crise sanitária vivida por nossa geração.

Além de nos ensinar que a dor de um é a dor de todos, a Pandemia também nos ensinou que, por vezes, manter as coisas é tão ou mais difícil do que conquistá-las.

O mundo foi tomado de surpresa pela Pandemia do COVID-19, flagelo que alterou toda sorte de Planejamento, Orçamento e Gestão, tanto do setor público como do setor privado. E a rotina presencial de trabalhos na instituição ministerial pública maranhense não restou imune aos efeitos deletérios da crise.

Contudo, mesmo diante das agruras, nossa Instituição não permitiu retrocessos. O estabelecimento de várias medidas, destacando-se dentre elas o trabalho remoto e o investimento em tecnologia da informação, permitiu que as nossas atividades processuais e extraprocessuais tivessem continuidade.

Dificuldades sempre existiram, existem e existirão. O que importa, como bem nos ensinou Santo Agostinho, é a forma como nós nos comportamos diante das dificuldades.

Membros, Servidores e Colaboradores do Ministério Público do Maranhão podem e devem se orgulhar de também terem cerrado fileiras na luta por concretizar direitos humanos, especialmente o direito à saúde, em quadra tão tormentosa da nossa história.

É um orgulho poder apresentar este Relatório de Atividades ao público interno, às demais instituições e, principalmente à sociedade maranhense, destinatária de nossos serviços e razão maior de nossa existência como instituição, especialmente nesse momento em que não medimos esforços e tivemos que nos superar para cada vez melhor atendê-la.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para esse trabalho realizado com dedicação, tendo contribuído inestimavelmente para o desenvolvimento de nossa instituição.

EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

Procurador-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

MISSÃO

Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e da defesa da democracia.

VISÃO 2021

Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

VALORES

Acessibilidade
Celeridade
Compromisso com o capital humano
Eficiência, eficácia e efetividade
Ética e integridade
Proatividade
Transparência

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Unidade
Indivisibilidade
Independência Funcional

ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para cumprir sua missão constitucional, o Ministério Público do Estado do Maranhão atua em três grandes áreas: criminal, especializada e cível.

Na área criminal, o MP é o titular da ação penal pública, por isso é sua função denunciar suspeitos de crimes indiciados pelas polícias. A investigação na área criminal também é prerrogativa do Ministério Público especialmente em operações de combate ao crime organizado.

Na área especializada, o MP atua na proteção de direitos difusos e coletivos, nas mais diversas temáticas como saúde, educação, infância e juventude, direitos humanos, meio ambiente, ordem urbanística, consumidor, criminal e patrimônio público. E, em sua atuação cível, o MP age como órgão interveniente (fiscal da lei) em processos judiciais de interesse público e que envolvem o interesse de incapazes (como crianças, além de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade).

QUEM INTEGRA O MINISTÉRIO PÚBLICO?

Fazem parte do Ministério Público os Procuradores e Promotores de Justiça.

No Estado do Maranhão existem 31 Procuradores e 292 Promotores, sendo que 124 destes estão na capital, São Luís, e os 168 restantes estão nas comarcas do interior. Estes atuam em Promotorias Intermediárias e Inicial, algumas das quais especializadas em determinadas áreas tais como: meio-ambiente, consumidor, infância e juventude, etc. Os Procuradores atuam perante os Tribunais (Segunda Instância), na qualidade de fiscais da lei.

A instituição também conta com o trabalho de servidores, estagiários e terceirizados, que atuam em funções técnicas, administrativas e de assessoramento. Somos 323 membros, 1.591 servidores, 185 aposentados e pensionistas, 206 estagiários não obrigatórios e 31 voluntários, atuando em 112 Comarcas na em todo o Estado. Ao todo, somos 2.336 pessoas trabalhando para cumprir a missão constitucional do MPMA.

Figura 1 – Quantitativo de Pessoal no MPMA 2020





ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Procuradoria Geral de Justiça

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, eleito para o mandato/biênio 2020-2022, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51 do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

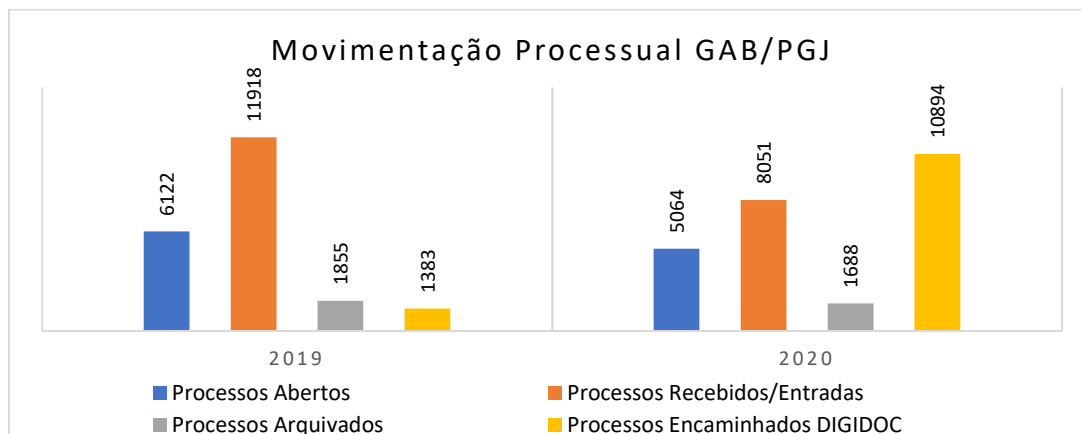
a) Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

O gabinete do Procurador-Geral de Justiça tem as suas atribuições definidas no Ato Regulamentar nº. 020/2008. Em 2020, contou com um quadro de apoio técnico composto de 13 (treze) servidores, coordenados pela Promotora de Justiça Theresa Maria Muniz Ribeiro de la Iglesia, atualmente investida no cargo de chefe de gabinete, possuindo como atribuição principal prestar auxílio ao Procurador-Geral de Justiça no exercício de suas funções.

A rotina administrativa do gabinete compreende a emissão de despachos e manifestações em processos administrativos, bem como de ofícios e memorandos, dentre outras atividades inerentes ao desenvolvimento da gestão institucional.

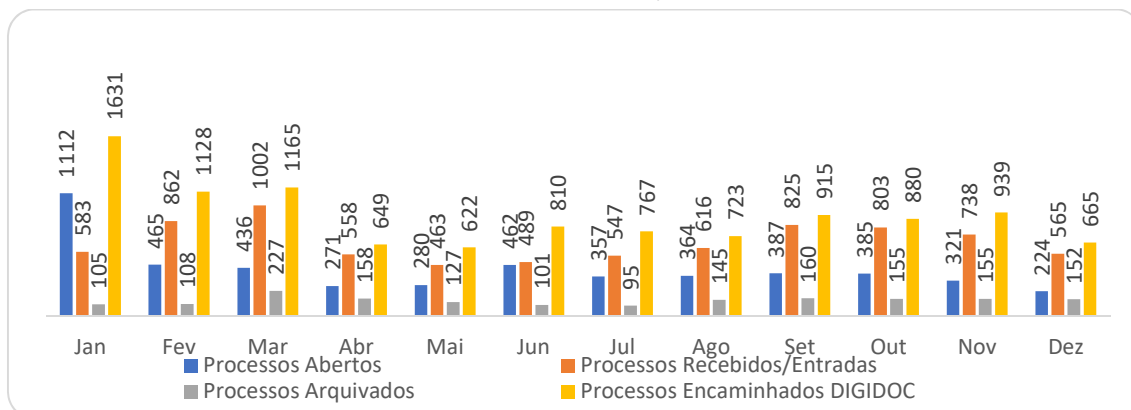
Dados estatísticos referentes à atuação administrativa do gabinete do Procurador-Geral de Justiça:

Gráfico 1 – Atividades administrativas do GABPGJ



Fonte: GABPGJ/GJ,2020.

Gráfico 2 – Atividades administrativas mensais do GAB/PGJ em 2020



Fonte: GABPGJ/GJ,2020.

Tabela 1 – Relatório Estatístico Anual de Documentos do GABPGJ

Documento	Ano 2020	
	Quant	Percentual
Decisão	983	8,04%
Decisão Administrativa	2.597	21%
Despachos	29	0,24%
Ofício	780	6,38%
Ofício Circular	42	0,34%
Memorando	257	2,10%
Memorando Circular	2	0,02%
Parecer	244	2%
Processos do SIMP/ Entrada	3.839	31%
Processos SIMP / Saldas	3.458	28%
Total	12.231	100,00%

Fonte: GABPGJ/PGJ, 2020.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais em segunda instância, de competência da Justiça Estadual, e, ainda, interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Suas atribuições também alcançam a representação do Ministério Público nas Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008, que disciplina o Regulamento Interno.

Vale ressaltar que cabe ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos, o que tem

sido feito, eventualmente e sempre que necessário. Atualmente é dirigida pela Procuradora de Justiça, Lize de Maria Brandão de Sá Costa.

No ano de 2020, desacataram-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

Ao longo de 2020, a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em 06 (seis) Audiências;

- A Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em 45 (quarenta e cinco) Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça, sendo: 23 (vinte e três) Sessões Jurisdicionais e 22 (vinte e duas) Sessões Administrativas;
- Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos, visando o melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos Órgãos de destino, bem como substituindo Procuradores de Justiça em Sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário;
- Representou o Procurador-Geral de Justiça em ocasiões de afastamento/impedimento deste, seja em eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos, seja em viagens, cuja representação do Ministério Público do Maranhão era necessária, seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja, ainda, exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado;
- Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça e da Assessoria de Investigação dos Ilícitos Praticados por Agentes Políticos Detentores de Foro *Ratione Muneris*, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição;
- Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias e demais afastamentos legais, sempre visando o andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias;
- Atuou no Plantão Judicial Extraordinário de Segundo Grau no período 27 a 30 de dezembro de 2020.

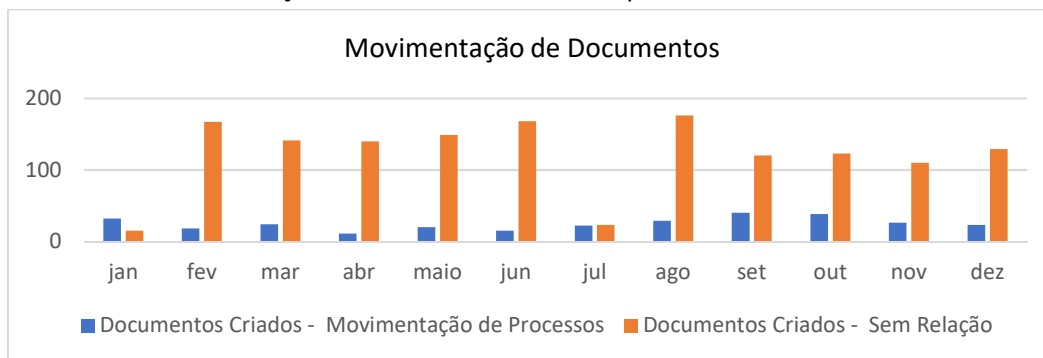
No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para análise e despacho, 333 processos judiciais de Segunda Instância, 333 processos judiciais de Primeira Instância e 6.520 movimentações (entre processos e documentos administrativos) pelo DIGIDOC.

Tabela 2 – Relatório Estatístico Anual da SUBJUR

Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos												
Tipo/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Movimentação de Processos	32	18	24	11	20	15	22	29	40	38	26	23
Documentos Criados - Sem Relação	15	167	141	140	149	168	23	176	120	123	110	129
Total	47	185	165	151	169	183	45	205	160	161	136	152

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2020.

Gráfico 3 – Movimentação de documentos mensais pela SUBJUR em 2020



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2020.

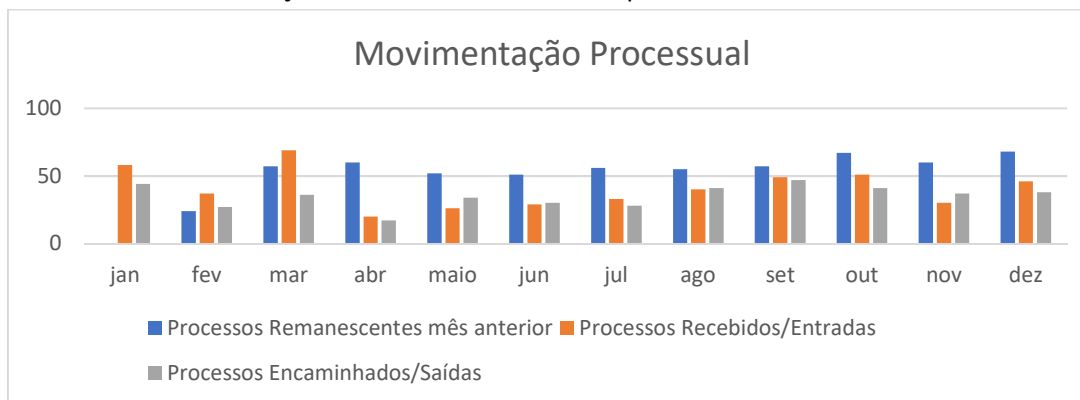
Tabela 3 – Relatório Estatístico Anual da SUBJUR

Subprocuradoria Geral de Justiça Para Assuntos Jurídicos

Tipo/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Remanescentes mês anterior	0	24	57	60	52	51	56	55	57	67	60	68
Processos Recebidos / Entradas	58	37	69	20	26	29	33	40	49	51	30	46
Processos Encaminhados / Saídas	44	27	36	17	34	30	28	41	47	41	37	38
Total	102	88	162	97	112	110	117	136	153	159	127	152

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2020.

Gráfico 4 – Movimentação de documentos mensais pela SUBJUR em 2020



Fonte: SUBJUR/PGJ, 2020.

Quadro 1 – Relatório do Plantão Judiciário – SUBJUR

CLASSE	NÚMERO DO PROCESSO	MATÉRIA
AGRAVO DE INSTRUMENTO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - AGRAVADO	081927463.2020.8.10.0000	Agravo de Instrumento, com pedido de antecipação de tutela recursal, contra decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito Plantonista da Comarca de Buriticupu, na Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa com pedido de liminar nº. 0801806-02.2020.8.10.0028, proposta pelo Ministério Público Estadual.

AGRAVO DE INSTRUMENTO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - AGRAVANTE	081930146.2020.8.10.0000	Agravado de Instrumento, com pedido de antecipação da tutela recursal, interposto pelo Ministério Público Estadual em face da decisão do Juiz de Direito Plantonista da Comarca de Imperatriz/MA, na Ação Civil Pública Inibitória com Preceito Cominatório de Obrigações de Não Fazer e Fazer C/C Pedido de Tutela Provisória de Urgência nº 081698707.2020.8.10.0040, proposta pelo Ministério Público Estadual.
AGRAVO DE INSTRUMENTO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - AGRAVADO	081931615.2020.8.10.0000	Agravado de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo e/ou antecipação da tutela recursal, interposto pelo município de Cajari, em face da decisão proferida nos autos da Tutela de Urgência Cautelar Antecedente nº 0802307-51.2020.8.10.0061, proposta pelo Ministério Público Estadual.

Fonte: SUBJUR/PGJ, 2020.

Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos é um órgão de deliberação ligado ao Procurador-Geral de Justiça, prestando auxílio no desempenho de suas funções decisórias, administrativas e legislativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições estas previstas no ATOREG –222020 (publicado no DEMP nº 104, de 09/06/2020), que dispõe sobre o Regimento Interno desta Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, atuando na apreciação dos requerimentos administrativos dos servidores e dos membros desta Instituição, bem como na tomada das providências pertinentes em cada caso; sempre mantendo informada a Administração Superior acerca de suas decisões. Além disso, exerce o controle correicional dos atos praticados por servidores que possam ensejar a adoção de medidas disciplinares, com acento sobretudo nos artigos 234 a 373 da Lei 6.107/1994 (que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Cíveis Públicos do Estado) e, de forma subsidiária, nas disposições da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União).

Tem atuação destacada na análise dos mais diversos assuntos administrativos, podendo-se citar: concessões de adiantamentos e aprovação das respectivas prestações de contas; diárias e passagens aéreas; férias (concessões, interrupções, adiamentos, homologação de Escala de Férias anuais); progressões e promoções funcionais na carreira e adicionais de qualificação (AQ); licenças médicas definidas em lei e regulamentos próprios; demais afastamentos - como todas as licenças, incluindo licença prêmio e participação em cursos de

qualificação e/ou aperfeiçoamento; designações de substituição de cargos comissionados e funções de confiança; abonos de permanência; adicionais pecuniários; pedidos de nomeações, exonerações, requisições e relocação de servidores; incorporação de tempo de serviço; concessões de gratificações e etc.

Das atividades desenvolvidas:

a) Concessão de adiantamento

Disponibilizados a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens; caráter sigiloso e material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64 (que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 20/2020-GPGJ. Os suprimentos de fundos possibilitaram, durante o ano de 2020, a efetivação de despesas inadiáveis das diversas unidades ministeriais, além de (nesse ano, em especial) viabilizar a aquisição de materiais e contratação de serviços para o enfrentamento à pandemia do novo coronavírus (*SARS CoV-2*).

No ano passado, esta Subprocuradoria analisou um total de 260 (duzentos e sessenta) processos administrativos, concedendo um total de R\$ 341.975,45 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) de adiantamentos para membros e servidores, cuja totalidade logrou êxito em suas prestações de contas.

b) Concessões de diárias e passagens aéreas

Concedidas aos servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares. Neste último caso, cumpre ressaltar que, dando continuidade à política de valorização de nossos quadros, realizamos a aplicação de considerável montante destinado à capacitação de membros e servidores.

c) Análise de outros pedidos administrativos

Entre os mais diversos pleitos administrativos analisados, importa registrar que ao longo do último ano analisou-se e deferiu-se um total de 330 (trezentos e trinta) progressões/promoções; tendo havido ademais, a homologação do estágio probatório de 49 (quarenta e nove) servidores ocupantes dos cargos efetivos de Analista e Técnico Ministerial, admitidos durante o ano de 2017.

No que toca à Política Local de Gestão de Pessoas, esta Subprocuradoria Geral de Justiça vem apoiando a continuidade do Programa do Teletrabalho, tendo sido deferida, em 2020, a participação de três servidores efetivos, todos na modalidade integral.

Na questão disciplinar, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, cujas decisões foram lastreadas nos princípios norteadores da Administração Pública, sempre respeitados o contraditório e ampla defesa. Neste particular, dos processos que se findaram em 2020, houve a aplicação de uma penalidade de demissão, por prática de infração disciplinar.

Quanto ao controle de frequência, esta Subprocuradoria realizou o devido acompanhamento da assiduidade dos servidores efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao Ato Regulamentar N° 20/2019-GPGJ e

consideradas as peculiaridades deste ano atípico, exercendo o seu papel fiscalizador, e sempre com vistas ao correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Ademais, foram atendidas demandas diversificadas, tais como a realização de quatro concursos de remoção interna para servidores efetivos, os quais contemplaram um total de 12 (doze) obreiros, com o fito de preencher as vagas decorrentes das constantes movimentações horizontais; assim como a supervisão dos trabalhos concernentes à realização do seletivo para estágio não obrigatório de pós-graduação (com previsão de 200 – duzentas- vagas e bolsa orçada em R\$ 1.800,00 – hum mil e oitocentos reais), cuja homologação do resultado final está prevista para a segunda quinzena de março de 2021.

Em relação à política de valorização de nossos serventuários, propusemos a edição de Ato Regulamentar com a finalidade de disciplinar a ocupação de funções de confiança e a concessão de gratificação por condições especiais de trabalho, conforme se verifica nos autos do processo nº 123852020 (que atualmente se encontra na Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça, em fase final de análise).

Destaque-se ainda, que foram colocados à disposição desta Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às respectivas Promotorias de Justiça, expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos – totalizando 14 (quatorze) - a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação dos respectivos quadros de pessoal.

Para tal mister, foram ainda firmados mais 08 (oito) Termos de Convênios, dentre os quais um com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e os demais com as Prefeituras Municipais de São Luís, Carutapera, Carolina, Jenipapo dos Vieiras, Luís Domingues, Cururupu e Pastos Bons.

Também foram disponibilizados um total de 07 (sete) policiais militares da Reserva Remunerada, com o propósito de incrementar o potencial de segurança institucional de algumas Promotorias de Justiça do interior do Estado e da Capital.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2020, apesar das dificuldades geradas pela pandemia da SARS CoV-2, esta Subprocuradoria desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, tendo movimentado um total de 10.341 (dez mil, trezentos e quarenta e um) processos administrativos.

De maneira resumida, podemos sintetizar a produção desta Subprocuradoria Geral de Justiça com os seguintes números:

Tabela 4 – Relatório Estatístico Anual da SUBADM – 2020.

ATIVIDADE	TOTAL
<i>Documentos Administrativos produzidos</i>	5.831
<i>Processos movimentados</i>	10.341
<i>Processo de caráter disciplinar instaurados</i>	01 (um)
<i>Punições aplicadas</i>	01 (demissão)
<i>Progressões Funcionais</i>	273
<i>Promoções</i>	57
<i>Adicionais de Qualificação</i>	65
<i>Termo de Convênios Assinados</i>	07
<i>Homologação de Estágio Probatório</i>	49
<i>Adiantamentos concedidos</i>	R\$ 341.975,45

Fonte: SUBADM/PGJ, 2020.

Colégio de Procuradores de Justiça (CPMP)

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público composto por todos os 31 Procuradores de Justiça e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça. Suas atribuições estão previstas no artigo 11 da Lei Complementar Estadual nº 13/91, no artigo 10 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça (Ato Regulamentar nº 020/2008) e no Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça (Resolução nº 01/1984-CPMP).

Ao Colégio de Procuradores de Justiça, cabe velar, sobretudo, pela diretrizes institucionais e rever, em grau de recurso, os atos dos demais órgãos da Administração Superior ou órgãos disciplinares do Ministério Público. Suas decisões "serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes".

Atualmente, compõem o Colégio de Procuradores os seguintes membros: Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes, Carlos Jorge Avelar Silva, Clodenilza Ribeiro Ferreira, Domingas de Jesus Froz Gomes, Eduardo Daniel Pereira Filho, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Flávia Tereza de Viveiros Vieira, Francisco das Chagas Barros de Sousa, Iracy Martins Figueiredo Aguiar, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato, José Antônio Oliveira Bents, José Henrique Marques Moreira, Krishnamurti Lopes Mendes França, Lígia Maria da Silva Cavalcanti, Lize de Maria Brandão de Sá Costa, Marco Antônio Anchieta Guerreiro, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Maria dos Remédios Figueiredo Serra, Maria Luíza Ribeiro Martins, Mariléa Campos dos Santos Costa, Paulo Roberto Saldanha Ribeiro, Raimundo Nonato de Carvalho Filho, Regina Lúcia de Almeida Rocha, Regina Maria da Costa Leite, Rita de Cassia Maia Baptista Moreira, Sâmara Ascar Sauaia, Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf, Selene Coelho de Lacerda, Teodoro Peres Neto, Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim, Themis Maria Pacheco de Carvalho.

Tabela 5 – Distribuição das Comarcas por entrância

<i>Discriminação</i>	<i>Quantidade</i>
<i>Sessões Realizadas</i>	16
<i>Processos Administrativos</i>	18
<i>Resoluções Aprovadas</i>	19

Fonte: CPJ/PGJ, 2020.

Conselho Superior do Ministério Público - CSMP

O Conselho Superior do Ministério Público - CSMP, órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos.

Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991. No biênio 2020-2022 integram o Conselho: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (Procurador-Geral de Justiça e Presidente do CSM); Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça (até 15.06.2020); os(as) Procuradores(as) de Justiça/Conselheiros(as): Francisco das Chagas Barros de Sousa (atual secretário), Themis Maria

Pacheco de Carvalho, Mariléa Campos dos Santos Costa, Carlos Jorge Avelar Silva, Domingas de Jesus Froz Gomes, Joaquim Henrique de Carvalho Lobato.

Em 2020, nas 30 sessões do CSMP, foram apreciados 1.979 processos, em média 66 por sessão.

1. RESUMO ESTATÍSTICO DAS SESSÕES – ANO 2020

Tabela 6: Processos do Sistema DIGIDOC

<i>Tipos de Processos</i>	Quantidade
<i>Pedidos de Prorrogação de Prazo:</i>	534
<i>Arquivamento de P.A na origem (Resolução 174, CNMP)</i>	548
<i>Relatórios (Trimestrais e os da Corregedoria)</i>	255
<i>Conversão de Procedimento em Inquérito</i>	78
<i>Autorização para Afastamento</i>	10
<i>Processos de Remoção/Promoção (concluídos)</i>	46
<i>Processos de Vitaliciamento (concluídos)</i>	9
Total Processos Digidoc	1.480

Fonte: CSMP/PGJ, 2020.

Tabela 7 – Processos Julgados (nas Sessões 2020)

<i>Tipos de Processos</i>	Quantidade
<i>Arquivamento Homologado</i>	448
<i>Encaminhamento ao MPF</i>	38
<i>Devolução à Promotoria de origem</i>	4
<i>Sindicâncias e PAD</i>	2
<i>Convertidos em Diligência (nas Sessões)</i>	7
Total Processos Julgados	499

Fonte: CSMP/PGJ, 2020.

Tabela 8 – Distribuição Processual por Conselheiro (2020)

	Distribuídos	Julgados	Diligência	Ag. Pauta	Saldo
<i>Carlos Jorge Avelar Silva</i>	79	66	4	9	0
<i>Domingas de Jesus Froz Gomes</i>	79	48	5	12	14
<i>Francisco das Chagas Barros de Sousa</i>	82	44	1	27	10
<i>Mariléa Campos dos S. Costa</i>	83	77	2	4	0
<i>Luiz Gonzaga Martins Coelho</i>	33	33	0	0	0
<i>Joaquim Henrique de C. Lobato</i>	52	38	1	4	9
<i>Eduardo Jorge Hiluy Nicolau</i>	83	64	3	4	12
<i>Themis Maria Pacheco de Carvalho</i>	48	44	1	3	0
TOTAL	539	414	17	63	45

Fonte: CSMP/PGJ, 2020.

O Conselheiro Luiz Gonzaga Martins Coelho, por ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça até 15.06.2020, consta no quadro de distribuição de processos.

Ressalte-se que a distribuição quantitativa foi reduzida em relação ao período anterior (915 processos em 2019), devido à pandemia do COVID-19, que atingiu o Ministério Público em todas as esferas.

Cabe destacar que durante todo o período da pandemia que atravessamos, desde março/2020, os servidores do Conselho Superior mantiveram-se atuantes em sistema de rodízio entre março e julho, onde se fizeram presentes durante as sessões virtuais, sempre auxiliando os membros deste Órgão Colegiado.

Corregedoria Geral do Ministério Público (CGMP)

A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

Tabela 9 – Atividades administrativas da Corregedoria

Atividades 2020	Quantidade
<i>Correições Ordinárias</i>	4
<i>Correição Ordinária Virtual</i>	1
<i>Correições Extraordinárias</i>	3
<i>Inspeções Ordinárias</i>	10
<i>Inspeções Extraordinárias</i>	1
<i>Sindicância instaurada</i>	1
<i>Sindicâncias em tramitação</i>	2
<i>Procedimento Preliminar</i>	1
<i>PAD em andamento</i>	1
<i>Notificações</i>	11
<i>Vitaliciamentos</i>	1
<i>Estágio Probatório</i>	0
<i>Exercício de Magistério</i>	27
<i>Pareceres</i>	1926
<i>Despachos</i>	186
<i>Ofícios</i>	294
<i>Ofícios Circulares</i>	28
<i>Provimentos</i>	3
<i>Portarias</i>	27
<i>Memorandos</i>	334
<i>Comunicados</i>	1
<i>Designações para Júri</i>	38
<i>Designações para Substituições</i>	210
<i>Participações em Sessões do Conselho Superior</i>	31
<i>Participações em Sessões do Colégio de Procuradores</i>	1

Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

Gráfico 5 – Quantidade de Procedimentos Correicionais da CGMP em 2020



Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

Quadro 2 – Reuniões com a participação da Corregedora-Geral

Data	Atividade Institucional (Reunião presencial de autoridades)	Finalidade
07.07.2020	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-geral e o Prefeito de São Luís.	Doação de prédio para instalação de Promotorias.
14.07.2020	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-Geral, Secretário de Estado de Segurança Pública, Comandante-geral da Polícia Militar e o Promotor de Justiça Cláudio Alberto Gabriel Guimarães Promotoria Especializada de Controle Externo da Atividade Policial.	Debater ações de combate à criminalidade e de reordenamento do espaço urbano, poluição sonora, fiscalização de bares e lojas de conveniência.
23.07.2020	Corregedora-Geral e Diretoria da AMPEM	Discussão sobre projetos de atuação institucional.
28.07.2020	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-Geral e integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão.	Metas de trabalho sobre projetos institucionais de atuação no combate à corrupção.
28.09.2020	Procurador-Geral de Justiça, Corregedora-Geral, Procuradora do Trabalho no Maranhão, Ouvidora-geral e o Promotor de Justiça Márcio Thadeu Silva Marques da 1ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís.	Apresentação de proposta de parceria institucional para fortalecer o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

Quadro 3 – Reuniões Virtuais da Corregedora-Geral com Membros do MP

Data	Atividade Institucional	Finalidade
06.08.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça de Imperatriz.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.
26.08.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância final.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.
03.09.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores.

	intermediária.	
15.09.2020	Reunião por videoconferência com membros do Ministério Público do Rio de Janeiro.	Apresentação do programa “Parquet Digital”, com vistas à implantação no Ministério Público do Maranhão.
24.09.2020	Reunião por videoconferência com os Promotores de Justiça da entrância inicial.	Alinhamento das ações entre a corregedoria e os promotores

Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

Quadro 4 – Visitas Institucionais

Data	Atividade Institucional	Finalidade
02.07.2020	Participação da Corregedora-Geral do Ministério Público na visita institucional do Procurador-Geral do Estado ao Ministério Público do Maranhão	Firmar parceria institucional.
17.07.2020	Participação da Corregedora-Geral do Ministério Público na visita institucional do Presidente da Assembleia Legislativa ao Ministério Público do Maranhão.	Diálogo entre as instituições.
18.08.2020	Visita institucional da Corregedora-Geral do Ministério Público e do Procurador-Geral do Ministério Público do Maranhão ao Procurador-Geral da República Augusto Aras.	Discussão sobre temas de atuação conjunta entre MPMA e Ministério Público Federal, bem como assuntos pautados pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
08.10.2020	Visita da Corregedora-Geral do Ministério Público e do Procurador Geral do Ministério Público do Maranhão ao Ministério Público do Rio de Janeiro.	Assinatura de convênio de cooperação técnica para compartilhamento com o MPMA das plataformas digitais do MPRJ: “Parquet Digital”, “MPRJ em Mapas”, “Integra Judicial” e os projetos “Farol e Radar”.

Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

Quadro 5 – Participação em Congressos, Seminários, Solenidades, Sessões

DATA	EVENTO
18.08.2020	Participação da 11ª Sessão Ordinária de 2020 do CNMP.
31.08.2020	Participação da Corregedora-Geral do Ministério Público em solenidade para renovação de acordo entre o Ministério Público e Secretaria de Segurança para análise de Inquéritos pendentes.
21.09.2020	Participação da Corregedora-Geral em solenidade para assinatura do Termos de Cooperação Técnica para consolidação do Projeto Café Sustentável.
19.10.2020	Participação da Corregedora-Geral do Ministério Público como Mediadora no painel: “O infeliz caráter transitório das decisões dos TRES”, no Congresso Estadual Eleitoral, organizado pela Associação dos Magistrados do Maranhão, Escola Superior da Magistratura do Maranhão, Escola Judiciária Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal de Justiça do Maranhão.

03.12.2020

Abertura do 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão.

Fonte: CGMP/PGJ, 2020.

1. PROPOSIÇÕES

- Proposta de alteração das atribuições dos Promotores Criminais e do Júri da comarca da Ilha;
- Proposta de revogação da Resolução 22/2017 – CPMP (Processo Digidoc nº 116142017) Relatórios trimestrais;
- Proposta de revogação de exigência de livros físicos para registro de procedimentos (Processo Digidoc nº 116142017);
- Sugestão de revitalização do GPI;
- Sugestão de revogações das Resoluções nº 05/2011- XPMP e nº 11/2012-CPMP, e do Ato nº 11/2012-CPMP, que trata de substituições (Memo-CGMP – 33322020).

2. OUTRAS INICIATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL

- Atualização da lista de comarcas e termos judiciários;
- Organização da Legislação Interna do MPMA por assuntos de interesse de membros;
- Tratativas com os Ministérios Públicos dos Estados de Goiás e Rio de Janeiro, para aquisição de softwares, para melhoria da gestão das Promotorias de Justiça;
- Recomendações para melhoria e implantação de novas ferramentas no Sistema BI (Business Intelligence) e correção de funcionalidades do SIMP.

Procuradorias de Justiça

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991. Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

Tabela 10 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Criminal¹

Turma	Rec.	Dev.	Atual	HC	Ap Crim	R. S. Est.	R. HC	Rec. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Outros
1ª Turma Criminal													
2ª Procuradoria Criminal	2024	2031	-7	755	739	108	0	127	4	0	53	0	238
3ª Procuradoria Criminal	272	276	-4	33	82	4	0	1	0	0	8	3	141
5ª Procuradoria Criminal	1891	1857	34	470	326	42	0	60	7	0	24	3	959
7ª Procuradoria	1960	1909	51	365	263	34	0	59	3	1	32	3	1200

¹ Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2020.

Criminal														
2ª Turma Criminal														
1ª Procuradoria Criminal	766	780	-14	363	254	34	0	17	3	0	8	2	85	
4ª Procuradoria Criminal	987	988	-1	434	347	51	0	34	4	1	17	0	99	
6ª Procuradoria Criminal	1385	1385	0	599	498	61	0	66	2	1	22	0	136	
8ª Procuradoria Criminal	833	833	0	430	229	33	0	21	2	1	21	2	94	
3ª Turma Criminal														
9ª Procuradoria Criminal	1389	1389	0	561	514	51	0	51	5	1	25	4	177	
10ª Procuradoria Criminal	900	908	-8	409	298	39	0	34	3	0	17	1	99	
11ª Procuradoria Criminal	1844	1843	1	806	652	74	0	74	0	0	23	0	215	
12ª Procuradoria Criminal	791	790	1	368	254	31	0	25	2	0	6	0	105	
Sem Turma														
Assessoria Especial	433	463	-30	45	0	0	0	20	18	0	8	8	334	
Órgãos Especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2019.

Tabela 11 – Atuação das Procuradorias de Justiça na Área Cível

Turma	Rec.	Dev.	Atual	Mse g	Ag. Inst.	Ap. Civ.	Re m Nec es	A Res c	Re c. Esp.	Rec. Ext.	Ag. Rec. Esp.	Ag. Ins. Esp.	Ag. Ins. Ext.	Out ros
1ª Turma Cível														
1ª Procuradoria Cível	2302	2289	13	17	536	1601	91	6	1	1	0	1	0	48
9ª Procuradoria Cível	2483	2492	-9	14	597	1700	78	4	3	0	0	0	0	87
12ª Procuradoria Cível	2189	2125	64	16	531	1499	85	5	2	0	0	0	0	51
2ª Turma Cível														
4ª Procuradoria Cível	2290	2295	-5	12	435	1702	86	4	1	0	0	0	0	50
8ª Procuradoria Cível	2286	2297	-11	13	440	1706	70	4	1	1	1	0	1	49
17ª Procuradoria Cível	3269	3384	-115	21	683	2375	117	5	2	1	0	0	0	65
3ª Turma Cível														
2ª Procuradoria Cível	2988	2988	0	27	612	2160	101	15	3	3	1	0	0	66
3ª Procuradoria	2231	2077	154	16	402	1657	94	8	3	2	2	0	2	45

Cível														
14ª														
Procuradoria Cível	2658	2643	15	17	446	1951	97	3	2	0	0	1	0	141
15ª														
Procuradoria Cível	2213	2357	-144	17	394	1562	89	6	2	1	1	0	2	139
4ª Turma Cível														
5ª														
Procuradoria Cível	2446	2314	132	13	555	1753	87	4	4	1	0	0	0	29
7ª														
Procuradoria Cível	5491	5566	-75	32	947	4113	185	7	6	3	0	0	0	198
10ª														
Procuradoria Cível	5963	5896	67	40	924	4585	262	27	2	2	2	2	0	117
5ª Turma Cível														
11ª														
Procuradoria Cível	4660	4702	-42	28	954	3391	169	14	8	2	2	2	0	90
13ª														
Procuradoria Cível	3185	2928	257	16	639	2338	108	8	3	0	1	0	0	72
16ª														
Procuradoria Cível	7496	7607	-111	33	1560	5268	235	31	6	6	4	2	1	350
6ª Turma Cível														
6ª														
Procuradoria Cível	2519	2345	174	20	527	1826	79	10	0	0	0	0	0	57
18ª														
Procuradoria Cível	1999	2012	-13	12	386	1493	57	10	5	2	0	0	0	34
19ª														
Procuradoria Cível	2569	2748	-179	17	496	1811	76	13	3	0	1	1	0	151
Sem Turma														
Assessoria Especial	1.201	1.223	-22	405	6	10	0	4	0	13	0	0	0	763
Órgão Especiais	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Promotorias de Justiça

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

Tabela 12 – Distribuição das Comarcas por entrância

Entrância	Nº de Comarcas	Nº de Promotorias	Nº de Promotores
Final	4	129	124
Intermediária	39	113	122
Inicial	69	69	46

Substitutos	-	-	-
Total	112	321	292

Fonte: CG/PGJ, 2020.

Promotoria Comunitária Itinerante

Em 1988 o Ministério Público Estadual iniciou o atendimento comunitário itinerante pelos bairros de São Luís, realizando audiências públicas e atendendo a população dentro das comunidades, principalmente nas mais desassistidas pelo Poder Público, com o objetivo de diagnosticar lesões a direitos coletivos e individuais indisponíveis. Até 2004 esse trabalho foi desenvolvido como um projeto, através de Promotores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça, e a partir de 2005 como Promotoria de Justiça Especializada.

Por meio da Promotoria Comunitária Itinerante o Ministério Público Estadual vai até os bairros para prestar orientação jurídica, ouvir diretamente a população sobre a falta de políticas públicas essenciais e trabalhar em parceria com as lideranças comunitárias na busca de resposta rápida e solução para os problemas, fazendo a interlocução com os responsáveis pelos serviços solicitados. Em razão dessa característica, o atendimento comunitário itinerante se tornou um canal efetivo de aproximação da instituição ministerial com os moradores dos bairros de São Luís.

1. ATIVIDADES DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMUNITÁRIA ITINERANTE EM 2020

A instalação na área da Cidade Olímpica aconteceu a pedido da Paróquia do bairro. A reunião preparatória com representantes comunitários aconteceu em 17/10/19, na sede da Paróquia da Santíssima Trindade (*Avenida 01 ou Jailson de Sousa Viana*). Naquela oportunidade foi definido o período dos trabalhos, o local de atendimento e a área de abrangência (*Cidade Olímpica, Vila Riód, Geniparana, Vila Janaína e adjacências*).

Também foi pedido aos participantes que fizessem um levantamento das prioridades dentre as demandas coletivas, para que fossem iniciadas as tratativas com os responsáveis pelos serviços solicitados. Para conhecer a infraestrutura da região e identificar os problemas vivenciados pelos moradores também foram realizadas vistorias pelos bairros, com os devidos registros fotográficos.

A audiência pública de instalação dos trabalhos foi realizada dia 04/12/2019 e a de prestação de contas dos trabalhos ocorreu dia 02/03/2020, ambas na Igreja sede da Paróquia da Santíssima Trindade, na Cidade Olímpica, com a participação de moradores, de lideranças comunitárias e de autoridades convidadas.

O Procurador-Geral de Justiça, *Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho*, foi representado na primeira audiência pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, *Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa*, e na segunda, pelo Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão da PGJ/MA, *Dr. Raimundo Nonato Leite Filho*.

Pela primeira vez o Prefeito *Edivaldo de Holanda Braga Júnior* não participou ou não esteve representado nas duas audiências públicas, apesar de convidado para ambas, como de praxe. Posteriormente foi justificada a ausência do seu representante na audiência de encerramento dos trabalhos, o Secretário Municipal de Governo.

Esta foi a 34ª instalação² e as atividades foram desenvolvidas pela seguinte equipe de trabalho: Vicente de Paulo Silva Martins, Promotor de Justiça; Marcos André Santos Martins, Assessor de Promotor de Justiça; Jusélia Quadros de Abreu, Técnica Ministerial; e Bruno Rafael Fernandes Teixeira, Motorista.

2. DEMANDAS COLETIVAS

Nas reuniões preparatórias com as lideranças comunitárias da região da Cidade Olímpica, na audiência pública de instalação (04/12/19) e nos atendimentos individuais os participantes reclamaram basicamente da falta ou precariedade da infraestrutura de ruas e dos serviços de educação, saúde e trânsito.

Dentre as principais demandas de políticas públicas reivindicadas destacamos:

Quadro 6 – Principais demandas de Políticas Públicas

DEMANDAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:
<p>Infraestrutura dos bairros</p> <ul style="list-style-type: none"> Falta de pavimentação e de drenagem; Recuperação asfáltica; Construção de pontes para interligar grande parte das ruas; Implantação de rede de esgotamento sanitário; Desobstrução do passeio público nas principais avenidas pelos comerciantes, com produtos do comércio local. 	<ul style="list-style-type: none"> Encaminhamento das principais demandas da região, para o <i>Secretário Municipal de Governo</i>, interlocutor da administração municipal junto à PJCI, através do <i>OFC-12ªPJESLZ-2272019</i>, no qual foi fixado o prazo de 30 dias para resposta. Na mesma data foi enviado o <i>OFC-12ªPJESLZ-2282019</i> para o Prefeito, com semelhante conteúdo. Reuniões com o <i>Secretário Municipal de Governo</i> Enviados ofícios <i>OFC's-12ªPJESLZ-219 e 2202019</i>, à CAEMA³, em 20/12/19.
<p>Trânsito e Transporte</p>	

2 01. Anjo da Guarda (set-out/1998); 02. Vila Embratel (nov. /98-fev/99); 03. Jardim América (fev-abr/98); 04. Bequimão (jul. - dez. /99); 05. Jardim São Cristóvão (jan-mai/2000); 06. Recanto dos Pássaros (jul. /2000-fev/2001); 07. Vicente Fialho (mai-ago/2001); 08. Ilhinha (nov. /2001-fev/2002); 09. Pão de Açúcar (abr. – jul. /2002); 10. Vila Luizão (ago. /2003-jan/2004); 11. Recanto dos Pássaros (mar-nov. /2005), pela 2ª vez; 12. João de Deus (fev-set/2006); 13. Coroadinho (dez/2007-jul/2008); 14. Sol e Mar (ago. /2009-fev/2010); 15. Angelim (set/2010-jan/2011); 16. Vila Nova (jan-abr/2011); 17. Vila Esperança (abr-out/2011); 18. Vila Bacanga (out/2011-fev/2012); 19. Outeiro da Cruz (mar-jun/2012); 20. Vila Cruzado (nov. /2012-mar. /2013); 21. Santa Efigênia (mar-jul/2013); 22. Ilhinha (ago-nov/2013), pela 2ª vez; 23. Parque dos Nobres (mar-jun/2014); 24. Santo Antônio (nov/2014-fev/2015); 25. Vila Palmeira (mar-jul/2015); 26. Anjo da Guarda (ago-nov/2015), pela 2ª vez; 27. Aurora (mar-jun/2016); 28. Vila Embratel (dez/2016-mar/2017), pela 2ª vez; 29. Liberdade (ago-nov/2017); 30. Forquilha/São Bernardo (fev-jun/2018); 31. Cohatrac (out/2018-fev/2019); 32. Vila Luizão (abr-jun/2019); e 33. São Cristóvão/Jardim São Cristóvão (ago-nov/2019).

3 Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

<ul style="list-style-type: none"> • Implantação/revitalização da sinalização nas avenidas da Cidade Olímpica; • Implantação de faixa de pedestres em frente às escolas da Cidade Olímpica; • Implantação de abrigos nas paradas de ônibus das avenidas da Cidade Olímpica; e • Instalação de semáforo na entrada da Av. 01 da Cidade Olímpica (Av. 4, Jardim América/Geniparana). • Melhoria do transporte público no Residencial Nestor e a circulação de linha de transporte coletivo pelo Residencial Paraíso Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas encaminhadas em 27/12/2019 ao Secretário Municipal de Governo (OFC-12ªPJESLZ-2272019) e ao Prefeito (OFC-12ªPJESLZ-2282019). • Foram ainda reiteradas para o Secretário de Governo na reunião realizada na SEMGOV dia 17/01/2020, uma vez que a SMTT⁴ não estava representada.
Educação	
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de creches e de escolas de ensino fundamental e médio no Residencial Nestor, na Cidade Olímpica e no Residencial Paraíso Verde; • Melhoria da educação pública na Cidade Olímpica, inclusive nos Anexos existentes na região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas encaminhadas via <i>OFC-12ª PJESLZ-2262019</i>, de 20/12/19, ao Dr. Paulo Avelar, da 1ª Promotoria de Defesa da Educação. Também para o Secretário Municipal de Governo (<i>OFC-12ªPJESLZ-2272019</i>), e ao Prefeito (<i>OFC-12ªPJESLZ-2282019</i>), sendo ainda tratadas na reunião na SEMGOV, dia 17/01/2020, com o Secretário de Governo e representantes dos órgãos municipais responsáveis pelos serviços solicitados, na qual a SEMED⁵ não estava representada.
Limpeza Urbana e Ecoponto	
<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de coleta de lixo no Residencial Nestor; • Construção de um Ecoponto na Cidade Olímpica (ponto final dos ônibus, Av. 01/Jaílson Sousa Viana); • Realização de serviço de capina, roçagem e remoção de entulho no Geniparana⁶. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com o Secretário Municipal de Governo e representantes de outros órgãos da administração municipal, na SEMGOV, dia 17/01/2020; • Comitê de Limpeza executou os serviços de capina, roçagem e remoção de resíduos em todas as ruas do Geniparana, bem como no Residencial Nestor, e informou que não havia área disponível para implantar um Ecoponto na região, mas estava disponível para o atendimento da comunidade o equipamento da <i>Cidade Operária-Mata Roma</i>, funcionado de 2ª-feira a sábado, das 07h00 às 19h00.
Feiras e Mercados Municipais	
<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da feira da Cidade Olímpica 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizada reunião na SEMGOV, dia 17/01/2020, com representantes dos órgãos municipais responsáveis pelos serviços solicitados, na qual estava presente a Secretária Adjunta de Agricultura, Pesca e Abastecimento. • Envio de <i>OFC-12ªPJESLZ-242020</i> para a SAGRIMA⁷, com o pedido de reforma.
Urbanismo e Passeio Público	

4 Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte.

5 Secretaria Municipal de Educação.

6 Ruas Santo Antônio, São Jorge, São Francisco, Alexandra Caldas, São Mateus, São Raimundo, Santa Isabel, Santa Tereza, Rio Cedro, Rio Icaraú, Rio Pindaré, Rio Mearim, Rio das Flores, Rio Coqueiro, Rio Bacanga, Rio Itapecuru, Rio Arari e Av. Rio Guamã.

7 Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca .

<ul style="list-style-type: none"> • Reivindicada por lideranças comunitárias a aplicação da Lei nº 4.590/2006 (Lei de Muros e Calçadas), para desobstruir as calçadas nas avenidas da Cidade Olímpica, bem como solicitada a construção de praças com academias comunitárias no bairro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Essas reivindicações foram relacionadas no quadro de demandas enviado pelos <i>OFC's-12ªPJESLZ-227 e 2282019</i>, em 27/12/19, para o Secretário Municipal de Governo e para o Prefeito, respectivamente.
<p>Meio Ambiente</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas de revitalização e preservação ambiental do Rio da Mata. 	<p>A reivindicação foi apresentada aos representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, <i>Willian</i> (da Superintendência de Planejamento Estratégico) e <i>Ana Carla Gomes</i> (Coordenadora de Recursos Ambientais). Reiteramos o pedido de informações, através do <i>OFC-12ªPJESLZ-232020 (07/02/2020)</i>, direcionado ao Secretário de Governo.</p>
<p>Desporto e Lazer</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de uma quadra poliesportiva na Cidade Olímpica. 	<p>Pedido esse incluído no rol de reivindicações enviado em 27/12/19 para o Secretário Municipal de Governo (<i>OFC-12ªPJESLZ-2272019</i>) e para o Prefeito (<i>OFC-12ªPJESLZ-2282019</i>).</p>
<p>Saúde</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um posto de saúde no Residencial Nestor; • Construção de uma UPA⁸ na Cidade Olímpica; • Reforma das Unidades Básicas de Saúde da Cidade Olímpica, com melhoria no fornecimento de medicamentos e insumos, bem como treinamento de relação interpessoal para os funcionários dessas Unidades; • Melhoria no call center de marcação de consultas; • Construção de uma unidade de saúde básica no Geniparana. 	<p>Todas as reivindicações foram enviadas ao Secretário Municipal de Governo, ao Secretário de Municipal de Saúde e ao Prefeito.</p>
<p>Segurança Pública</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de mais segurança nos bairros <i>Cidade Olímpica e Geniparana</i>, que segundo os relatos, devido à falta de rondas policiais, ali estavam acontecendo vários assaltos. 	<p>Foram remetidos pelo <i>OFC-12ªPJESLZ-72020</i> para o Comando da 3ª Companhia do 6º BPM, responsável pelo policiamento na área. Na audiência pública de prestação de contas, o Major <i>Eduardo Albuquerque</i>, representando o 6º Batalhão, parabenizou a Promotoria Itinerante pelo serviço desenvolvido nas comunidades</p> <p>Informou que na região da Cidade Olímpica, Geniparana e adjacências são desenvolvidas “Operações de Saturação”, com estudos das áreas apontadas pelo disque denúncia e pelo CIOPS⁹ como de maior incidência de crimes na região, para articular operações policiais de combate à</p>

8 Unidade de Pronto Atendimento.

9 Centro Integrado de Operações de Segurança.

	<p>criminalidade detectada.</p> <p>Reiterou a importância de a comunidade registrar as ocorrências de crimes, o que pode ser feito nas delegacias, pelo disque denúncia, ou ainda pelo whatsapp do 6º BPM (98 98539-8057), com sigilo garantido.</p> <p>Disse que há projetos de transformação da 3ª Cia, na Cidade Olímpica, em Batalhão, e da implantação de um colégio militar na Cidade Olímpica, já existindo um local para construção do colégio, faltando apenas autorização do Governo do Estado para sua implementação.</p> <p>Informou ainda que o policiamento com uso de motocicletas vai retornar, o que vai contribuir ainda mais para melhoria do policiamento na região.</p>
--	--

Fonte: PJCI/PGJ, 2020.

Registre-se que a maioria dos órgãos públicos não enviou respostas às reivindicações dos moradores, nem representantes para prestar informações na audiência pública de encerramento do período de implementação da Promotoria Comunitária Itinerante no bairro da Cidade Olímpica e adjacências. Os poucos representantes presentes na audiência desconheciam a totalidade da pauta enviada ao respectivo órgão, não tendo informações sobre as demandas específicas. Para piorar o contexto, pela primeira vez nos últimos 07 anos tanto a audiência pública de instalação quanto a de encerramento dos trabalhos não contou com a participação de um representante do Prefeito, ficando sem respostas as críticas e os questionamentos feitos pelos presentes em relação à administração municipal.

No dia 10 de março, a equipe da PJ Comunitária reuniu-se com o Prefeito, para expor as informações conflitantes em relação ao programa de obras para a região da Cidade Olímpica, a falta de informações de alguns órgãos e pedir providências. Na reunião realizada com os Secretários de Governo e de Obras e Serviços Públicos apenas uma semana depois, em 17/03, as informações prestadas inicialmente pela SEMGOV de que o programa de obras da Prefeitura previa serviços de drenagem e asfaltamento na região não se confirmaram. Segundo os Secretários, eventuais obras dependiam agora da captação de recursos.

Por outro lado, em que pese as informações desconstruídas da SEMGOV e da SEMOSP, algumas obras de infraestrutura de ruas começaram a chegar para parte dos moradores da região.

3. DEMANDAS INDIVIDUAIS

O *atendimento ao público* foi realizado na unidade móvel instalada ao lado da igreja sede da Paróquia da Santíssima Trindade, localizada na Av. 01 (Jaílson de Sousa Viana), na Cidade Olímpica, entre 09/12/2019 e 20/02/2020, com uma breve pausa no período de Natal e do Ano Novo. O atendimento à população ocorreu de 2ª a 5ª-feira, no período da manhã, de 08h00 às 12h00, sendo registrados 51 atendimentos individuais que geraram 52 reclamações. Destas, 25 foram sobre questões coletivas, abordadas no item anterior, e 27 sobre demandas de interesse individual. A maioria das questões individuais foi sobre *relações de consumo, pensão alimentícia e registro público (retificações de registro de nascimento)*. Destacamos ainda as consultas processuais realizadas a pedido dos interessados, para verificar o andamento de ações cíveis ou

criminais. Em todos os casos foram prestadas as informações pertinentes, com a devida orientação jurídica e/ou os encaminhamentos necessários.

O maior destaque porém foi a pequena participação popular e também de suas lideranças. Apesar do grande número de moradores e dos diversos problemas ali existentes, sobretudo nas áreas de infraestrutura de ruas, saneamento básico, trânsito e transportes, registramos um número de atendimentos e de reclamações muito abaixo da realidade. Sequer as entidades representativas de moradores das duas maiores comunidades da região formalizaram alguma reivindicação.

Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC)

O Gabinete de Mediação Comunitária (GABMC) foi criado na estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça por meio da Resolução Nº 28/2015, do Egrégio Colégio de Procuradores, como órgão auxiliar à gestão do Programa de Incentivo e Implementação de Núcleos de Mediação Comunitária no âmbito do Ministério Público Estadual (PNMC/MPMA), instituído pelo mesmo ato normativo.

O PNMC, por sua vez, é gerido por uma comissão executiva composta por cinco membros, dos quais dois foram designados para exercer as funções de coordenador e coordenador adjunto. Nos termos da Portaria nº 6795/2018 – GPGJ, coordena este programa o Promotor de Justiça Vicente de Paulo Silva Martins, titular da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, com a coordenação adjunta da Promotora de Justiça Nadja Veloso Cerqueira, titular da 3ª Promotoria de Justiça do Termo Judiciário de Paço do Lumiar.

O GABMC foi instalado em março de 2017, recebendo como desafio prioritário promover a revitalização do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar (NMC Sol e Mar). Este, foi reaberto ao público em 23 de abril de 2018, ocasião em que foi assinado o Termo de Cooperação Técnica nº 07/2018. Contudo, o referido núcleo encontra-se desativado desde setembro de 2019.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GABINETE DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA EM 2020

No âmbito do Programa de Implementação de Núcleos de Mediação do Ministério Público do Estado do Maranhão, destacam-se as seguintes atividades por meio dos seguintes projetos:

- a) **Projeto Mediar para a Paz** - Promover a Implementação de Núcleos de Mediação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Quadro 7 – Atividades de implantação de Núcleos de Mediação

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
<p>Supervisão técnica do Núcleo de Mediação Comunitária do Sol e Mar</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de planejamentos e relatórios de resultados do NMC Sol e Mar. 	<ul style="list-style-type: none"> 3 (três) Planejamentos Mensais e 3 (três) Relatórios Mensais de Resultados (NMC Sol e Mar) construídos, com participação da supervisora, Elaine Alves.

Formação de parcerias para a implementação de Núcleos de Mediação Comunitária.

- 3 (três) reuniões realizadas na perspectiva de expandir as ações do projeto, sendo: duas com representantes da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro e do Instituto Beneficente Áurea Faria para apresentação da proposta de instalação de um Núcleo de Mediação Comunitária e Práticas Restaurativas ou uma Promotoria Distrital na Escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues; e uma com o pároco Antônio José Oblato e de representantes da comunidade paroquial para apresentação da proposta de instalação de um Núcleo Comunitário de Mediação e Práticas Restaurativas ou uma Promotorias Distrital nas salas externas da Igreja São Paulo da Divinéia.

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

b) Projeto Educação para a Cidadania - Fomentar ações de educação em direitos humanos.

Quadro 8 – Ações em Direitos Humanos fomentadas

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
<p>Ações de Educação para os Direitos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29/01/2020: <i>Semana Pedagógica 2020 da Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão – FUNAC-MA, no Convento das Mercês, São Luís, MA. Palestra ministrada pelo servidor Irlan Jucá Fonsêca.</i> • 12/08/2020: <i>palestra on-line “Mediação de Conflitos e Justiça Restaurativa”, promovida pela FUNAC, por meio da Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA). Participação do servidor Irlan Jucá Fonsêca.</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • 25 (vinte e cinco) participantes – profissionais da socioeducação, gestores e funcionários da FUNAC – informados sobre a mediação social e comunitária. Referência: Relatório Nº 03/2020 – GABMC. • 70 (setenta) participantes – equipe multidisciplinar da FUNAC e público em geral – informados sobre a mediação comunitária e as práticas restaurativas no sistema socioeducativo.

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

c) Projeto Tecendo Redes - Animar organizações locais para a atuação em rede.

Quadro 9 – Atividades em rede

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
<p>Participação nas reuniões da Rede de Educação Integral (REI)</p> <ul style="list-style-type: none"> • 12/02/2020: <i>reunião no Centro de Ensino João Paulo II, bairro Habitacional Turu, São Luís – MA.</i> • 14/08/2020: <i>Encontro Territorial da Rede de Educação Integral (REI/Turu). Plataforma Google Meet.</i> <p>Participação em atividades no âmbito da REI/Turu.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 51 (cinquenta e um) pessoas beneficiadas em 02 (dois) eventos, sendo 3 (três) servidores do GABMC e 01 (uma) supervisora do NMC Sol e Mar e 47 integrantes da REI/Turu foram informados sobre as atividades do GABMC no território.

- 03/04/2020: Ação de Educação e Saúde na Vila Luizão.
- 05/03/2020: Roda de Conversa Intergeracional entre homens e mulheres no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Vila Luizão.
- 10/03/2020: Oficina de Defesa Pessoal para Mulheres no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Vila Luizão.
- 11/03/2020: Círculo de Diálogo com Homens para falar sobre mulheres, Centro de Convivência da Vila Luizão.

- 85 (oitenta e cinco) comunitários residentes nos bairros Sol e Mar e Vila Luizão informados sobre as ações do PNMC/MPMA no território.
- 34 (trinta e quatro) comunitários residentes nos bairros Sol e Mar e Vila Luizão beneficiados com a atividade.
- 23 (vinte e três) mulheres residentes nos bairros Sol e Mar e Vila Luizão beneficiadas com a atividade
- 22 (vinte e dois) participantes, em sua maioria homens, refletiram sobre a importância das mulheres para a sociedade e em suas vidas.

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

d) **Projeto Ampliação da Atuação Autocompositiva do MPMA** - Criar e implementar o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA/Timbira).

Quadro 10 – Atividades de implementação do NUPA/Timbira

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
Criação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPA).	<ul style="list-style-type: none"> • Aguarda deliberação do procurador-geral de justiça, conforme o que consta no Processo nº 17.336/2018.
Identificação de parceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Contatos estabelecidos com integrantes do NUPA/MPRN e do NINA/MPMG, na perspectiva de realizar visita institucional em momento adequado, considerando-se o momento de Pandemia (Sars-Cov-2).

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

e) **Projeto Escola para a Vida** - Contribuir para a construção de ambientes escolares seguros e pacificados, por meio de ações com foco no fortalecimento de vínculos comunitários, na gestão de conflitos e na promoção do protagonismo juvenil.

Quadro 11 – Atividades em ambiente escolares

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
Identificação de parceiros para a implementação e expansão do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias construídas para a implementação do Projeto Escola para a Vida em quatro escolas pré-selecionadas: Centro de Ensino Paulo Freire; UEB Prof. Ronald da Silva Carvalho (anexo Terceiro Milênio); Centro de Ensino João Paulo Segundo e Centro de Ensino Prof.ª. Estefânia Rosa.
<ul style="list-style-type: none"> • 04/03/2020: Reunião no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS/Turu), com participação de duas assistentes sociais atuantes nas políticas públicas de assistência e educação, com o objetivo de traçar estratégias para a atuação conjunta no território. 	
Sensibilização de escolas e parceiros.	<ul style="list-style-type: none"> • 01 (uma) Oficina e 01 (um) Círculo de Diálogo para a Valorização da Vida realizados com a participação de 26 (vinte e cinco) pessoas, dentre as quais: 01 (uma) diretora escolar, 21 (vinte e uma) professoras, 01 (uma) assistente social do
<ul style="list-style-type: none"> • 18/01/2020: Oficina sobre Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz na Escola Terceiro Milênio. 	

- 12/03/2020: reunião com representantes de escolas pré-selecionadas para a implementação do projeto, com participação do CRAS/Turu, no Centro de Ensino Paulo Freire.

CRAS/Turu, 01 (uma) mediadora supervisora do NMC Sol e Mar e 02 (dois) servidores do GABMC.

- 05 (cinco) gestoras escolares, 01 (uma) assistente social e 01 (uma) voluntária sensibilizada para o desenvolvimento de atividades com metodologias de Justiça Restaurativa na Educação.

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

- f) **Projeto Escola para a Vida Itinerante** - Contribuir para a construção de ambientes escolares e comunitários seguros e pacificados, por meio de ações com foco na gestão de conflitos, no fortalecimento de vínculos e na promoção do protagonismo juvenil e social.

Quadro 12 – Atividades itinerantes em ambientes escolares

Atividades realizadas	Resultados obtidos:
Construção do Plano de Ação do Projeto e apresentação ao Procurador-Geral de Justiça.	<ul style="list-style-type: none"> • 01 Plano de Ação Construído e apresentado ao Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, pelo Promotor de Justiça coordenador do PNMC, Vicente Martins.

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

5. ATIVIDADES DE FORMAÇÃO PERMANENTE

Quadro 13 – Participação em cursos e eventos promovidos pela ESMP/MA

Cursos / Eventos	Participante(s)
12/06/2020 (16h às 17h, via Instagram @mpma_oficial): palestra Relacionamento Abusivo: como detectar. Palestrantes: Lúcia Helena Heluy (juíza de direito do TJMA) e Selma Martins (promotora de justiça do MPMA). Mediação: Daucyana Castro.	Elaine Trigueiro de Sousa Alves
30/06/2020 (16h às 18h, via Zoom Cloud Meetings): palestra Racismo Institucional e o Sistema de Justiça.	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
02/10/2020 (10h às 12h, via Google Meet): Diálogo sobre Comunicação Não-Violenta nas Relações de Trabalho.	Aládia Chaves Maia de Oliveira Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
14/10/2020 (10h às 12h, via YouTube): palestra Justiça Restaurativa e Ministério Público, com Danielle Arlé (MPMG).	Aládia Chaves Maia de Oliveira Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
03 e 04/12/2020 (via YouTube): 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão. Antigas Violações e Novas Ferramentas: desafios e perspectivas do Ministério Público.	Aládia Chaves Maia de Oliveira Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

Quadro 14 - Participação em cursos e eventos promovidos por outras instituições

Cursos / Eventos	Participante(s)
05/05/2020 (16h às 17:30h, via Google Meet): palestra Mediação e Oportunidades de Atuação Autocompositiva do MP nas Esferas Judicial e Extrajudicial, com Vanessa Amorim (ex-assessora de promotor de justiça) e Vladimir Borges (servidor lotado na Escola Nacional de Capacitação do Ministério Público).	Irlan Jucá Fonsêca
08/05/2020 (10:30h às 12h, via Youtube Canal Valeria Pinto): palestra Conversas Sobre Mediação em Tempos de Pandemia, com Juan Carlos Vezzulla.	Anielma Viegas Nunes Lima Elaine Trigueiro de Sousa Alves Irlan Jucá Fonsêca
12/05/2020 (19h às 20h, via Instagram (@_cidadanear): palestra Os Cuidados com Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia, com Jhonathan Soares e Bianka Melo.	Aládia Chaves Maia de Oliveira Elaine Trigueiro de Sousa Alves
19/05/2020 (20h às 21:30h, via Zoom Cloud Meetings): palestra Como Otimizar a Utilização da Negociação nas Mediações de Família?, com Marcelo Girade. Evento promovido pela Satisfaction Câmara de Conciliação e Mediação.	Anielma Viegas Nunes Lima Irlan Jucá Fonsêca
27/05/2020 (16h às 17:30h, via Youtube Canal IEMA UP São Luís Centro): Webinar Violência Doméstica e Familiar em Tempos de Isolamento Social, com Lúcia Helena Heluy (juíza de direito do TJMA) e Danielle Filora. Evento promovido pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.	Elaine Trigueiro de Sousa Alves
28/05/2020 (16h às 17h, via Instagram (@luciaheluy): palestra Grupo Reflexivo de Homens em Tempos de Pandemia, com Lúcia Helena Heluy (juíza de direito do TJMA) e Selma Martins (promotora de justiça do MPMA).	Aládia Chaves Maia de Oliveira Elaine Trigueiro de Sousa Alves
28/05/2020 (17h às 18h, via Youtube Canal ibgcon): palestra Conflitos Complexo e Formas Estruturais de Resolução, com Leonardo Resende (TRF/5) e Alessander Sales (procurador da república lotado no estado do Ceará).	Irlan Jucá Fonsêca
30/05/2020 (16h às 17h, via Instagram (@_cidadanear): palestra O Papel da Arte em Tempos de Pandemia, com Wilson Chagas (professor e gestor do Centro de Ensino Maria José Aragão).	Elaine Trigueiro de Sousa Alves
14/06/2020 (14h às 15:30h, via Zoom Cloud Meetings): palestra Presente e Futuro da ADR (<i>Present and Future of ADR</i>), com Thomas J. Stipanowich (diretor acadêmico da Pepperdine School of Law Straus). Mediadores: Valéria Pinto (diretora do Mediar Paraná) e Fernando Hoffman (juiz do trabalho do TRT/9).	Irlan Jucá Fonsêca
14/07/2020 (19h às 20h20, via Zoom Cloud Meetings): palestra Mediação Civil e Comercial na Espanha, com Lorenzo Bujosa Vadell (Universidade de Salamanca, ES). Promoção: OAB/MA.	Irlan Jucá Fonsêca
04/08/2020 (17h às 18h, via YouTube Canal eadesmam): palestra Participação Institucional Feminina e os Desafios para a Equidade de Gênero no Poder Judiciário, com Maria Domitila Prado Manssur (juíza de direito do TJSP). Debatedora: Lavínia Helena Macedo Coelho (juíza de direito do TJMA).	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
06/08/2020 (20h às 21h, via Youtube Canal Lisi Suzim): palestra Equilíbrio Emocional nos Negócios, com Elisiane de Oliveira Suzim. Evento Promovido pela Integrar Negócios.	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
12/08/2020 (17h às 18h30, via YouTube Canal 2ª Vice-Presidência do TJPR): palestra Direitos do Adolescente e do	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves

Jovem e Privação de Liberdade, com Ruy Muggiati (desembargador do TJPR) e Reynaldo de Almeida Freitas Júnior (mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná). Evento promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.	
31/08/2020 (14h às 16h, via YouTube Canal Instituto Fazendo História): palestra A Defensoria Pública e o Trabalho de Reintegração Familiar, com Katia Cilene Oliveira Giraldi (defensora pública 9ª DPE/SP) e Virgínia Regina de Oliveira (assistente social da DPE/SP).	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
15/09/2020 (19h às 20h30, via YouTube Canal Associação dos Magistrados Brasileiros), com Juan Carlos Vezzulla.	Irlan Jucá Fonsêca Elaine Trigueiro de Sousa Alves
12 e 13/10/2020 (via YouTube): I Seminário Nacional de Mediação Comunitária: construindo um futuro de paz com democracia. Realização: Programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.	Aládia Chaves Maia de Oliveira Elaine Trigueiro de Sousa Alves Irlan Jucá Fonsêca

Fonte: GABMC/PGJ, 2020.

Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau¹⁰ na Área Cível

Tabela 13 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Inquérito Civil, Procedimento Preparatório).

CLASSE	Código ¹¹ Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento				Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Inquérito Civil	(910004)	304	602	334	221	356	284	160	8	435	9	53
Procedimento Preparatório	(910003)	69	88	200	101	114	48	19	2	24	1	3

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
		INSTAURADOS (920037)	FINALIZADOS	EM ANDAMENTO	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	17	30	15	5	0	27	1	1
Direito do Consumidor	(1156)	1	12	1	2	1	8	0	1
Educação	(10051), (10029)	2	16	1	11	0	5	1	2
Improbidade Administrativa	(10011)	204	259	191	71	2	185	0	26
Meio Ambiente	(10438), (10110)	17	25	17	20	4	12	1	2
Ordem Urbanística	(11802)	13	26	12	4	0	16	0	0
Pessoa Idosa	(11842)	2	6	1	0	0	4	0	0
Pessoas com Deficiência	(11843)	5	9	4	0	0	6	0	2
Saúde	(10064)	10	46	7	5	1	29	1	3

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2020.

10 Dados estatísticos da atuação funcional das Promotorias de Justiça extraídos do Sistema de Informação do MPMA (SIMP), conforme a Resolução nº 74/CNMP, referente ao ano de 2020.

11 Ver Glossário das Tabelas Unificadas no final da publicação.

Tabela 14 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Notícia de Fato)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Notícia de Fato	(910002)	634	6445	571	1027
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS
		Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Ajuizamento de Ação (920012)
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	56	775	53	115
Direito do Consumidor	(1156)	12	67	6	6
Educação	(10051), (10029)	15	71	15	14
Improbidade Administrativa	(10011)	133	635	128	127
Meio Ambiente	(10438), (10110)	29	112	23	9
Ordem Urbanística	(11802)	29	52	11	3
Pessoa Idosa	(11842)	6	152	5	17
Pessoas com Deficiência	(11843)	13	99	13	9
Saúde	(10064)	56	423	55	72

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 15 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça Procedimento Administrativo

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE					MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
PA de Acompanhamento de Instituições	(910032)	0	0	0	0	0	0	0	0

PA de Acompanhamento de Políticas Públicas	(910031)	0	0	0	0	0	0	0	0
PA de Acompanhamento de TAC	(910030)	0	0	0	0	0	0	0	0
PA de Outras Atividades não sujeitas a IC	(910034)	0	0	0	0	0	0	0	0
PA de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis	(910033)	0	0	0	0	0	0	0	0
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	TAC (920067)	Arquivamento		Recomendação (920068)
							Sem TAC (920472) (920090)	Com TAC (920471) (920089)	
Direito da Criança e do Adolescente	(9633)	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito do Consumidor	(1156)	0	0	0	0	0	0	0	0
Educação	(10051) (10029)	0	0	0	0	0	0	0	0
Improbidade Administrativa	(10011)	0	0	0	0	0	0	0	0
Meio Ambiente	(10438) (10110)	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	(11802)	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoa Idosa	(11842)	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas com Deficiência	(11843)	0	0	0	0	0	0	0	0
Saúde	(10064)	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 16 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Investigatório do MP - Peças de Informação - PIC)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE			MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	EM ANDAMENTO	Termo de Acordo de	Denúncia (920016)	Arquivamento (920087)

								não Persecução Penal (920482)	(920015)	
				Instaurados (Antes D-3)	Instaurados (D-3)	Instaurados (D-2)	Instaurados (D-1)			
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	44	304	56	88	90	73	1	21	294
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE				MOVIMENTOS				
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Denúncia (920016), (920015)		Arquivamento (920087)		
Concussão	(3553)	0	0	0	0	0		0		
Corrupção Ativa	(3568)	0	1	0	0	0		1		
Corrupção Passiva	(3555)	0	0	0	0	0		0		
Crime de Organização Criminosa	(930420)	0	0	0	0	0		0		
Crimes contra a Ordem Tributária	(3614)	37	232	34	0	7		232		
Crimes da Lei de Licitações	(3642)	1	4	1	0	0		4		
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(3628)	0	0	0	0	0		0		
Crimes de Abuso de Autoridade	(3606)	0	7	0	0	0		7		
Crimes de Tortura	(3631)	0	3	0	0	0		3		
Peculato	(3548)	0	3	0	1	0		3		
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	(3608)	0	0	0	0	0		0		

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 17 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Procedimento Preparatório Eleitoral)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE				MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Notícia de Fato	(910002)	634	6445	571	905	100	6112	129
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	(1733)	44	304	39	2	21	294	0
Procedimento Preparatório Eleitoral	(910018)	107	42	94	6	1	42	66
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE				MOVIMENTOS		
		Instaurados (920037)	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial (920013)	Denúncia (920014)	Arquivamento (920107 e 920087)	Recomendação (920068)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	5	5	3	1	0	5	7
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	3	1	2	1	0	1	0
Abuso/Useo Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	1	1	0	0	0	1	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	3	13	1	0	0	12	2
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	0	0	0	0	0	0
Convenção Partidária	(11753)	3	2	3	0	0	2	3
Direito de Resposta	(11593)	0	0	0	0	0	0	0
Direitos Políticos	(11725)	0	1	0	0	0	1	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	0	0	0	0	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	0	0	0	0	0	0	0

Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	0	1	0	0	0	1	0
Meios Processuais	(12064)	0	0	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea / Antecipada	(11667)	14	29	13	18	0	29	2
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	27	50	26	24	0	47	11
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura – RRC – Candidato	(11618)	1	0	1	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2020.

Tabela 18 – Atuação Extrajudicial das Promotorias de Justiça (Processo Civil e do Trabalho, excetuados: Incidentes trabalhistas; Procedimentos trabalhistas; Processo de execução trabalhista e Recursos trabalhistas; Recursos)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Civil e do Trabalho	(2) [EXCETO (1071), (1070), (1068) e (1067)]	863	64821	379	1260	4

Fonte: SIMP/CG/PJ, 2020.

Tabela 19 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Seção Cível)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Direito da Criança e do Adolescente -> Seção Cível	(9964)	84	14	0	1

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 20 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Eleitoral (Processo Eleitoral)

ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Abuso de Poder Econômico	(11718)	0	4	0	0	0
Abuso de Poder Político/Autoridade	(11719)	0	2	0	0	0
Abuso Uso Indevido de Meio de Comunicação Social	(11720)	0	0	0	0	0
Captação Ilícita de Sufrágio	(11721)	0	6	0	0	0
Captação ou Gasto Ilícito de Recursos Financeiros de Campanha Eleitoral	(12062)	0	0	0	0	0
Conduta Vedada	(12063)	0	0	0	0	0
Convenção Partidária	(11753)	0	4	0	0	0
Direito de Resposta	(11593)	0	21	0	0	0
Direitos Políticos	(11725)	0	0	0	0	0
Doação de Recursos Acima do Limite Legal	(11699)	0	13	0	0	0
Filiação Partidária	(11755)	1	88	7	0	0
Impugnação ao Registro de Candidatura	(11616)	7	25	2	0	0

Meios Processuais	(12064)	0	0	0	0	0
Perda de Cargo Eletivo por Desfiliação Partidária	(11761)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Candidato	(12046)	0	0	0	0	0
Prestação de Contas – De Comitê Financeiro	(12047)	0	0	0	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral	(11652)	1	332	8	0	0
Propaganda Política – Propaganda Eleitoral – Extemporânea/Antecipada	(11667)	0	95	5	0	0
Propaganda Política – Propaganda Partidária	(11773)	0	6	0	0	0
Registro de Candidatura – DRAP Partido/Coligação	(12044)	0	0	0	0	0
Registro de Candidatura - RRC - Candidato	(11618)	79	4126	18	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Estatísticas da Atuação em Primeiro Grau na Área Criminal

Tabela 21 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Inquéritos Policiais e Auto de Prisão)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Autos de Prisão	(12121), (280)	387	386	442	134	312	77	34	404	596	224	2723	1830	2729	1910
Inquérito Policial	(279)	685	681	725	245	668	313	4658	1016	958	1428	24821	11434	14582	10907
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE						MOVIMENTOS							
		Recebidos (920246)	EM ANDAMENTO				Termo de Acordo de não Persecução Penal (920482)	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)				Denúncias Oferecidas (920016), (920015)			
			Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)		Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)	Registro MP (Antes D-2)	Registro MP (D-2)	Registro MP (D-1)	Registro MP (D)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	30	30	16	8	21	23	30	8	7	13	233	167	221	176
Crimes contra a	(3463)	44	44	54	27	55	0	145	36	62	128	667	386	522	418

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2020 - MPMA

Dignidade Sexual															
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)	59	59	62	17	63	2	575	73	42	42	2031	749	994	823
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	10	10	6	2	3	49	20	16	9	6	47	30	50	7
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	239	238	299	59	195	58	1267	278	282	369	7474	3149	4179	2901
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	0	0	0	0	1	0	3	1	0	0	10	0	4	1
Crimes de Tortura	(3631)	0	0	0	0	0	0	3	4	4	17	11	8	15	13
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	96	93	137	18	75	2	53	28	11	13	3205	1266	1535	1253
Crimes de Trânsito	(3632)	32	32	23	15	23	145	316	32	43	39	1463	889	1117	611
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	121	120	94	34	47	58	90	36	23	42	2565	1127	1455	1053
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	1	1	0	0	4	0	20	2	3	1	33	11	21	11
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	2	5

Feminicídio	(900142), (12091)	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	11	13	8
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)	64	64	72	40	69	0	410	48	58	100	1053	420	622	518
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	24	24	19	18	31	0	39	21	24	34	723	625	1013	1175

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 22 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Termos Circunstanciados)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)
Termo Circunstanciado	(278)	311	342	76	507
ASSUNTO	CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Transações penais oferecidas [(920124) - proposta de transação penal]	Promoção de Arquivamento (920092), (920087)	Denúncias Oferecidas (920016), (920015)

Direito Penal	(287)	271	299	62	424
---------------	-------	-----	-----	----	-----

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 23 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Processos Criminais)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Processo Criminal (EXCETO Execução Criminal e Procedimentos Investigatórios)	(268) [EXCETO (385) e (277)]	2088	3621	2618	0
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Atos de Terrorismo	(12218)	0	0	0	0
Crimes contra a Administração Pública	(5873), (5872), (3547)	78	31	15	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	(3463)	54	171	70	0
Crimes Contra a Liberdade Pessoal	(3400)	214	65	26	0
Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	(3618)	22	13	1	0
Crimes contra o Patrimônio	(3415)	366	1058	430	0
Crimes contra portadores de deficiência	(11410)	0	0	0	0
Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	(10984), (10983), (10982), (3628)	0	3	0	0
Crimes de Tortura	(3631)	2	4	3	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Associação para a Produção e Tráfico	(5897), (3608)	147	408	169	0

Crimes de Trânsito	(3632)	123	50	15	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	(3633)	164	190	51	0
Crimes Eleitorais	(11429), (3654)	3	1	0	0
Crimes Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(3613)	0	0	0	0
Feminicídio	(900142), (12091)	0	2	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	(3372), (3370)	99	365	196	0
Manutenção ou financiamento do Terrorismo	(12221)	0	0	0	0
Organização Terrorista	(12219)	0	0	0	0
Preparação de ato terrorista	(12220)	0	0	0	0
Tráfico de Pessoas	(930421)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(10949)	30	32	17	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 24 – Atuação das Promotorias de Justiça na área Criminal (Execução Penal)

CLASSES	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE		MOVIMENTOS		
		Recebidos (920246)	Manifestação em 1º Grau (920198)	Recurso (920211)	Manifestação em 2º Grau (920271)	Manifestação em Tribunais Superiores (920270)
Anistia	(409)	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	(411)	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	(407)	0	1	0	0	0
Excesso ou Desvio	(408)	0	0	0	0	0
Execução da Pena	(386)	4	4265	65	0	0
Execução de Medida de Segurança	(11399)	0	13	0	0	0
Execução Provisória	(1714)	0	115	0	0	0
Indulto	(410)	0	0	0	0	0

Superveniência de doença mental	(1283)	0	0	0	0	0
Transferência entre estabelecimentos penais	(1288)	0	10	0	0	0
Unificação de penas	(1284)	0	0	0	0	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 25 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Procedimentos Investigatórios; Processo de Apuração de Ato Infracional; Execução de Medidas Socioeducativas)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Execução de Medidas Socioeducativas	(1465)	3
Processo de Apuração de Ato Infracional	(1464)	50
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA / QUANTIDADE
		Recebidos (920246)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	5
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	4
Contra o Patrimônio	(9674)	16
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	8
De Trânsito	(9892)	1
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	0
Feminicídio	(900146), (12358)	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	2
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

Tabela 26 – Atuação das Promotorias de Justiça na área da Infância e Juventude (Ato Infracional - Procedimentos Investigatórios)

CLASSE	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Procedimentos Investigatórios	(1460)	74	428	750	43
ASSUNTO	Código Tabelas Unificadas	ESTATÍSTICA/QUANTIDADE		MOVIMENTOS	
		Recebidos (920246)	Remissão ECA (920075)	Representação por Ato Infracional (920017)	Arquivamento (920087)
Contra a Dignidade Sexual	(9740)	0	2	16	5
Contra a Liberdade Pessoal	(9659)	5	35	25	3
Contra o Patrimônio	(9674)	16	109	411	10
De Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	(9858)	10	100	84	9
De Trânsito	(9892)	4	29	13	1
Do Sistema Nacional de Armas	(9893)	7	42	43	0
Feminicídio	(900146), (12358)	0	0	0	0
Homicídio Simples e Qualificado	(9638), (9636)	3	0	31	5
Resultante de Preconceito de Raça ou de Cor	(9873)	0	0	0	0
Violência Doméstica Contra a Mulher	(11979)	0	2	4	0

Fonte: SIMP/CG/PJG, 2020.

Atividades Não Procedimentais

Tabela 27 – Atuação das Promotorias de Justiça Atendimento ao Público

MOVIMENTO e ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	Código Tabelas Unificadas	TOTAL*
Atendimento e Atendimento ao Público	(970107), (920002)	217

Fonte: SIMP/CG/PGJ, 2020.

* Número total dos atendimentos efetuados, excetuados os dados das Ouvidorias

ÓRGÃOS AUXILIARES

Escola Superior do Ministério Público

1. APRESENTAÇÃO DA ESMP

Criada por meio da Lei Complementar nº 013, de 25 de outubro de 1991, dispondo sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão, a Escola Superior do Ministério Público surgiu, como órgão auxiliar, a partir da necessidade de aprimoramento do trabalho do quadro funcional do Ministério Público, com a sua formação, capacitação e treinamento, para dar continuidade a um trabalho eficaz e eficiente, bem como para aproximar e tornar a instituição acessível à comunidade, através da realização de cursos, eventos, palestras e oficinas destinadas à sociedade.

Nesse diapasão, em uma perspectiva que emprega uma concepção pedagógica pautada no diálogo, no respeito às diferenças e na promoção das diversidades culturais, a ESMP busca firmar-se como instituição realizadora de uma educação democrática, igualitária, participativa, aberta, cidadã, multi e interdisciplinar, que incentiva a produção comum do saber e da liberdade e, sobretudo, estimula a consciência crítica e defende a dignidade humana (FREIRE, 1997 apud GADOTTI, 2010; NANNI, 1992 apud CHAGAS, 2014; BRASIL, CF/1988). O processo educacional é concebido, com primazia, direcionado aos seus sujeitos internos, sem afastar-se do diálogo e compromisso com a articulação externa, na pesquisa e extensão.

A Escola necessita cumprir a missão de proporcionar ao público interno eventos educacionais, sem descuidar da articulação social e das pesquisas aplicadas à realidade institucional em que se encontra inserida.

A ESMP enquadra-se na categoria de Escola de Governo, constituindo-se como um dos órgãos auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão. Possui, destarte, natureza de Escola Institucional, com o propósito de promoção do aperfeiçoamento profissional e cultural de seus membros e servidores, mediante cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fórum de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, que confirmam suporte técnico, humano e crítico.

A oferta de especialização, em Programa de Pós-graduação reconhecido e credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, bem como de eventuais cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a exemplo do mestrado, figura dentre suas prioridades. Por consequência, a pesquisa também está inserida em suas atividades. A extensão, por meio de eventos abertos ao público externo e articulações sociais, é um dos pontos essenciais de seu contexto educacional.

Uma de suas primordiais missões reside no processo de formação dos novos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, que devem passar por um longo curso de ingresso e formação, assim como para o seu vitaliciamento.

Impele salientar que, visando a uma integração e a um espaço de diálogo ainda maior entre a Escola Institucional, seus destinatários internos e a comunidade, a ESMP vem

concentrando esforços na utilização de novas tecnologias educacionais, por intermédio da utilização de ferramentas pedagógicas digitais, da plataforma Moodle/AVA e do Ensino à Distância, com o escopo de ratificar sua meta principal, disponibilizando conhecimentos que possibilitem uma formação mais eficiente e aprimorada.

2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2020

Foram seis meses de intensas atividades, dando prosseguimento ao processo de estruturação física, organizacional, administrativa e pedagógica, e de ordenação e atualização normativa interna.

Elencam-se em sequência as principais iniciativas da Gestão.

2.1. Publicações e Produção Acadêmica

Encontram-se no prelo as seguintes obras:

- a) *A Legitimidade Processual do Cidadão em Demandas de Natureza Difusa: a legitimidade subsidiária à luz de um sistema jurídico*, de autoria do Promotor de Justiça, Francisco Fernando de Moraes Menezes Filho.
- b) *Ressignificando Trajetórias: A Justiça restaurativa como prática no âmbito do ato infracional pelo Ministério Público no Maranhão*, de autoria da servidora Carla Costa Pinto.
- c) *Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal*, de autoria do Promotor de Justiça, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho.

Foram publicadas:

- a) A segunda edição da *Revista Lumiar*, em versão digital, disponível no site institucional do MPMA, com lançamento no 10º Congresso Estadual do Ministério Público, a qual integra o Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, reunindo artigos científicos de membros e servidores do Ministério Público e de professores e pesquisadores convidados, além de discursos institucionais, como fruto vistoso do curso de pós-graduação *lato sensu* de Gestão e Governança em Ministério Público;
- b) A versão impressa da revista mencionada;
- c) O Boletim Informativo Eletrônico, que integra o Plano Editorial da ESMP/MA, instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019.

Por ocasião do 10º Congresso Estadual do Ministério Público, organizado pela ESMP/MA, além da segunda edição da *Revista Lumiar*, foi também lançada a obra *Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú 1876-1877*, revista e acrescida de novos textos, a partir da transcrição dos autos pelas historiadoras Kelcilene Rose Silva e Surama de Almeida Freitas, sob a responsabilidade da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão.

2.3. Transparência e Comunicações

Foi criado o serviço “AVISO DE EVENTOS”, com o intuito de divulgar para membros e servidores e ao público externo, pelo *WhatsApp*, os eventos promovidos pela Escola Superior

do Ministério Público do Maranhão.

Outrossim, foram divulgados os eventos da ESMP no calendário de Atividades da página institucional do MPMA, assim como remetidos os dados da Gestão para a inclusão no relatório dos primeiros 100 dias de gestão do Procurador-Geral de Justiça.

2.4. Valorização da Pesquisa

Foram elaboradas duas propostas de criação de núcleos de estudo:

- a) Núcleo de Estudos em Auto composição;
- b) Núcleo de Estudos “A mulher indígena na contemporaneidade maranhense e o Ministério Público Estadual”.

2.5. Pós-Graduação

Houve a celebração de um convênio entre o COLÉGIO DOM BOSCO LTDA, entidade mantenedora do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNDB, a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA e a ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, para a oferta do Mestrado Interinstitucional em Direito – MINTER pela UNDB em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

O CAOp Educação em parceria com a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal do Maranhão, apresentou proposta de oferta do curso de Especialização em Direito à Educação, à Coordenação do Programa de Pós-graduação e à Diretoria da ESMP/MA.

Deu-se a elaboração da proposta de oferta de um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, na modalidade especialização pela Coordenação do Programa de Pós-graduação da ESMP/MA. Ainda está em fase de definição se o curso em questão será ministrado apenas pela ESMP/MA ou em parceria com instituições de ensino superior públicas ou privadas.

2.6. Valorização da Extensão

Foi criado o Programa Diálogos Plurais.

O Programa ESMP-Literária foi completamente virtualizado, com o objetivo de adaptá-lo à nova realidade imposta pela situação de crise sanitária decorrente da pandemia do novo corona vírus.

Estão em andamento as tratativas para adaptação aos tempos pandêmicos do Programa MP Literário, fruto do Termo de Cooperação Técnica nº 33/2019, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Maranhão, a Academia Maranhense de Letras (AML), a Secretaria de Estado da Educação do Maranhão e a Secretaria Municipal de Educação de São Luís, que tem como objetivo a apresentação dos patronos da AML, incluindo vários Promotores de Justiça, à comunidade escolar.

A ESMP atuou na realização de eventos e iniciativas em parceria com o Fórum Estadual de Educação Ambiental do Maranhão.

A ESMP participou de diversos eventos do Centro Cultural do Ministério Público.

2.7. Interiorização

Foram realizados, pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, eventos (cursos e palestras), na modalidade de Ensino a Distância (EaD), com o objetivo de atender a membros e servidores que atuam nas promotorias localizadas no interior do Estado.

2.8. Página da Escola, Tecnologias e Ensino a Distância – EAD

Nessa área, destacam-se as seguintes iniciativas:

- a) Realização de contínuas atualizações na Plataforma Moodle/AVA;
- b) Utilização do Canal da Escola no Youtube para a transmissão ao vivo de atividades docentes e culturais;
- c) Ampliação das Atividades de EaD e disponibilização de apostilas virtuais contemplando todo o conteúdo ministrado pelos palestrantes e debatedores nos cursos promovidos pela ESMP.

2.9. Memória e Homenagens

Foi solicitada pela ESMP/MA à Administração Superior, por meio do Processo 10640/2020, uma homenagem póstuma à Promotora de Justiça Karini Kirmis Viegas, com a atribuição de seu nome a uma das salas de aula da ESMP.

2.10. Eventos em parcerias

Citem-se os seguintes eventos conduzidos em diversas parcerias:

- a) Webinar “Representatividade do Negro nas esferas Jurídica, Política e Administrativa no Brasil”, realizado em parceria com o canal Debate em Foco, no dia 26/08/2020.
- b) Webinar “Violência Doméstica e suas diversas faces”, realizado em parceria com o canal Debate em Foco, no dia 24/09/2020.
- c) Oferta de cursos cedidos pelos Ministérios Públicos dos Estados do Rio Grande do Norte e de Goiás:
 1. Curso de Formação Continuada em Metodologias da Investigação Ministerial, iniciado em 22/07/2020.
 2. Curso de Formação em Orçamento Público - Teoria e Aspectos Práticos, iniciado em 15/07/2020.
 3. Curso de Formação em Técnicas e Instrumentos para o Acompanhamento Socioeducativo, iniciado em 30/07/2020.
 4. Curso de Formação em Técnicas de Comunicação Não-Violenta, iniciado em 05/08/2020.
- d) Ciclo de palestras de Direito Eleitoral, realizado em parceria com o Ministério Público Eleitoral, com carga horária de 08 horas, com o intuito de preparar os promotores de justiça e servidores para as Eleições 2020, composto pelas seguintes palestras:
 1. Webinar: Registro de Candidatura e Inelegibilidade, ministrado pelo Dr. Marcílio Nunes Medeiros, Procurador da República, no dia 26/08/2020;
 2. Webinar: Internet e Eleições 2020, ministrado pela Dra. Neide Cardoso, Procuradora Regional Eleitoral, no dia 27/08/2020.
 3. Webinar: Captação Ilícita de Sufrágio e Abuso de Poder Econômico, Político e Religioso, ministrado pelo Dr. José Jairo Gomes, Procurador Regional Eleitoral

- do TRE/DF, no dia 28/08/2020.
4. Webinário: Condutas vedadas em tempos de pandemia e Cotas de Gênero, ministrado pela Dra. Silvana Batini Cesar Góes, Procuradora Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no dia 20/08/2020.
- e) Cessão de curso de Direito Eleitoral para os Ministérios Públicos de outros Estados;
 - f) Minicurso Responsabilidade na Gestão Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social, realizado em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, ministrado por Márcio Rocha Gomes, auditor estadual de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, nos dias 17/09/2020, 24/09/2020, 01/10/2020 e 08/10/2020;
 - g) Minicurso sobre o Direito das pessoas idosas e pessoas com deficiência, com carga horária de 08 horas, realizado em parceria com o IBDFAM/MA, composto pelas seguintes palestras:
 1. A velhice e o pacto de solidão: de Gabriel Garcia Márquez ao problema da Alienação Parental, ministrado pela Dra. Bruna Barbieri, Assessora do TJ/MA, no dia 01/10/2020.
 2. A Invisibilidade de Idosos e de Pessoas com Deficiência em tempos de Pandemia, ministrado pela Dra. Cláudia Graboys, Presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência do IBDFAM, no dia 07/10/2020.
 3. Envelhecimento, família e Afetividade: um olhar sobre os idosos no Brasil, ministrado pela Dra. Maria Luiza Póvoa Cruz, Presidente da Comissão do Idoso do IBDFAM, no dia 15/10/2020.
 4. Tutela penal do idoso: questões controvertidas, ministrado pelo Dr. Rogério Sanches, Membro do MPSP, no dia 15/10/2020;
 - h) II Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão, realizado em parceria com o Fórum Estadual de Educação Ambiental, nos dias 20 e 21/10/2020;
 - i) Oficina para apresentação das funcionalidades do módulo criminal do PJE, realizada em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no dia 23/10/2020.
 - j) Curso Formação: “a busca ativa escolar como ferramenta para garantia de todos os direitos de cidadania”, realizado em parceria com o UNICEF e com o CAOP-EDUCAÇÃO, no dia 05/11/2020;
 - k) Evento “10 anos da Rede Estadual pela Primeira Infância”, realizado em parceria com a Rede Estadual pela Primeira Infância, no dia 17/11/2020.
 - l) 2ª Edição dos Diálogos Plurais – A Lei 10.639/03 e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, realizada em parceria com o Centro Cultural do Ministério Público, no dia 17/11/2020.
 - m) 12ª Edição da ESMP Literária – “Úrsula, de Maria Firmina dos Reis”, realizada em parceria com o Centro Cultural do Ministério Público, no dia 19/11/2020.
 - n) Solenidade Comemorativa dos 95 anos de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), realizada em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, no dia 20/11/2020.
 - o) Webinário “2020: Um marco na luta Antirracista, realizado em parceria com o canal Debate em Foco, no dia 07/12/2020.
 - p) Workshop de Atuação e Atualização do GLP, combustíveis e derivados de petróleo, realizado em parceria com o CAOP/CONSUMIDOR e com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no dia 09/12/2020.
 - q) III Encontro de Novos Gestores do Maranhão: orientações sobre Transição Municipal, realizado em parceria com a FAMEM, com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o

Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) e com a Controladoria Geral da União (CGU), no dia 10/12/2020.

- r) Celebração de Convênio de Cooperação Técnica com o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, visando o desenvolvimento de programas, projetos e atividades, nos campos de interesse do Ministério Público do Estado do Maranhão, especificamente a divulgação de fatos e figuras históricas ligadas ao MPMA (processo nº 14742020).

2.11. Representação da ESMP em Reuniões e Eventos Nacionais

2.12. Seletivo para Estágio Não-Obrigatório de Pós-Graduação

A ESMP/MA participou da condução do Seletivo para Estágio Não-Obrigatório de Pós-Graduação, conforme determinação contida no artigo 19, do Ato Regulamentar nº 03/2013 – GPGJ (Processo Digidoc nº 9994/2020).

3. PUBLICIDADE DAS AÇÕES DA ESCOLA

Nesta gestão promoveu-se o aprimoramento do Plano Editorial da ESMP/MA, com o objetivo de proporcionar uma maior visibilidade e publicidade às suas rotinas de eventos, à sua produção acadêmica, técnica e à produção selecionada e vinculada aos seus objetivos.

O Plano Editorial foi instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019. Nele constam definidas as publicações periódicas da Escola: LUMIAR – Revista do Programa de Pós-Graduação e os Boletins Informativos Eletrônicos.

Foram selecionadas duas obras literárias avulsas, que serão publicadas pela Escola. São elas: *A Legitimidade Processual do Cidadão em Demandas de Natureza Difusa: a legitimidade subsidiária à luz de um sistema jurídico*, de autoria do Promotor de Justiça Francisco Fernando de Moraes Menezes Filho, e *Ressignificando Trajetórias: A Justiça restaurativa como prática no âmbito do ato infracional pelo Ministério Público no Maranhão*, de autoria da servidora Carla Costa Pinto. Além do livro: *Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal*, de autoria do Promotor de Justiça, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho.

4. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA

A cada finalização de eventos institucionais, antes e para a emissão dos certificados, os alunos avaliam a qualidade do evento, em critérios objetivos, fornecidos por questionário e em espaços abertos, para breves comentários. Essas avaliações servem de parâmetro para a autoavaliação das atividades da escola. O corpo docente também é avaliado pelos discentes, guardado o sigilo ético.

Para os demais cursos, é de responsabilidade do Professor, respeitada a autonomia didático-pedagógica, estabelecer a forma de avaliação, desde que possa estabelecer os critérios adotados para a atribuição da nota ou conceito.

Outra forma de autoavaliação usada na Escola decorre do acompanhamento de suas metas e do cumprimento de seu planejamento anual, para correções de estratégias e ações.

Tabela 28 – Relatório Estatístico de Processos da ESMP (julho a dezembro/2020)

Escola Superior do Ministério Público	2020
Processos Recebidos/ Entrada	179

Processos Encaminhados/Saídas	79
Processos Arquivados	60

Fonte: ESMP/PGJ, 2020

Gráfico 6 – Atividades desenvolvidas pela ESMP no segundo semestre de 2020



Fonte: ESMP/PGJ, 2020

No quadro abaixo serão especificados todas os eventos de ensino e extensão realizados pela Escola durante o segundo semestre de 2020.

Quadro 15 – Demonstrativo de eventos da ESMP no segundo semestre de 2020

Evento	Data	Carga horária	Membros	Servidores	Público externo	Total de inscritos
Curso de Formação em Orçamento Público - Teoria e Aspectos Práticos	15/07/2020	20 h	7	52	31	90
Curso de Desenvolvimento em Gestão de Equipes de Trabalho	17/07/2020	2h	-	15	-	15
Curso de Formação Continuada em Metodologias da Investigação Ministerial	22/07/2020	60 h	39	65	11	115
Diálogos Virtuais: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: novas perspectivas em tempos de pandemia	30/07/2020	2 h	20	19	40	79
Curso de Formação em Técnicas e Instrumentos para o Acompanhamento Socioeducativo	30/07/2020	120h	3	10	117	130
Curso de Formação em Técnicas de Comunicação Não-Violenta	05/08/2020	30 h	8	24	40	72

Oficina de Elaboração de Anteprojeto de Pesquisa	11/08/2020	2 h	10	9	0	19
11ª Ed. ESMP Literária - Cais da Sagração, de Josué Montello	19/08/2020	2 h	4	4	24	32
Prosas Na Infância – Vulnerabilidade De Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia: Importância e Atuação do Conselho Tutelar.	19/08/2020	2 h	17	11	151	179
Webinário: Propaganda Eleitoral	19/08/2020	2 h	61	48	46	155
Webinário: Condutas Vedadas em Tempo de Pandemia e Cotas de Gênero.	20/08/2020	2 h	36	31	8	75
Webinário: Registro de Candidatura e Inelegibilidade	26/08/2020	2 h	64	53	46	163
Debate em Foco: Representatividade do Negro nas Esferas Jurídica, Política e Administrativa no Brasil	26/08/2020	2 h	4	6	24	34
Webinário - Segurança Institucional, Para Que?	27/08/2020	2 h	16	20	17	53
Webinário: Internet e Eleições 2020	27/08/2020	2 h	62	51	45	158
Webinário: Captação Ilícita de Sufrágio e Abuso de Poder Econômico, Político e Religioso	28/08/2020	2 h	62	53	45	160
Webinário: Engenharia Social, Como se Proteger	28/08/2020	2 h	14	23	16	53
1ª Edição dos Diálogos Plurais: Lei Maria da Penha e a Mulher Indígena.	03/09/2020	2h	5	8	71	84
Projeto Rede do Bem-WORKSHOP-“Suicídio e Automutilação: Aspectos Jurídicos e Interdisciplinares”	15/09/2020	4h	7	7	22	36
Prosas na Infância - Conhecendo o Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.	16/09/2020	4h	6	11	27	44
Minicurso - Responsabilidade na Gestão Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS'S	17/09/2020 e 24/09/2020	8h	12	9	11	32
LAUDATO SI' E A QUESTÃO DA AMAZÔNIA - ÁRVORE DA VIDA	22/09/2020	2h	9	10	75	94
Oficina - Cyberbullying	23/09/2020	2h	9	6	16	31
Debate em Foco: Violência Doméstica e Suas Diversas Faces	24/09/2020	2h	5	9	11	25
WEBINAR - Investigações em Ambientes Cibernéticos	28/09/2020	2h	22	31	23	76
Ciclo de Palestras em Direitos das Pessoas Idosas e Das	01/10/2020	2h	7	11	55	73

Pessoas Com Deficiência "A Velhice e o Pacto de Solidão: de Gabriel Garcia Márquez ao Problema da Alienação Parental"						
Diálogos sobre Comunicação Não Violenta nas Relações de Trabalho	02/10/2020	2h	3	22	10	35
Ciclo de Palestras em Direitos das Pessoas Idosas e Das Pessoas Com Deficiência " A Invisibilidade de Pessoas Idosas e de Pessoas com Deficiência em Tempos de Pandemia"	07/10/2020	2h	2	12	13	27
PROGRAMAÇÃO ALUSIVA À COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS Gestar, nascer, crescer: do Plano Nacional ao Marco Legal da Primeira Infância	13/10/2020	2h	7	6	8	21
Justiça Restaurativa e Ministério Público	14/10/2020	2h	12	9	19	40
"Envelhecimento, Família e Afetividade: um olhar sobre os idosos no Brasil" e "Tutela Penal do Idoso: questões controversas"	15/10/2020	2h	6	8	12	26
II Seminário Estadual de Educação Ambiental do Maranhão: "Perspectivas e Desafios."	20/10/2020 e 21/10/2020	4h	8	8	51	67
Oficina para apresentação das funcionalidades do Módulo Criminal do PJE	23/10/2020	2h	24	64	0	88
Lançamento de Obras	29/10/2020	2h	2	6	3	11
FORMAÇÃO: "A busca ativa escolar como ferramenta para garantia de todos os direitos de cidadania"	05/11/2020	2h	8	11	6	25
10 Anos da Rede Estadual Pela Primeira Infância	17/11/2020	2h	8	10	12	30
Diálogos Plurais 2ª Edição - "A LEI 10.639/03 E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA"	17/11/2020	2h	4	13	10	27
12ª Edição ESMP LITERÁRIA – "Úrsula, de Maria Firmina dos Reis".	19/11/2020	2h	2	4	7	13
Solenidade Comemorativa dos 95 Anos de Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão	20/11/2020	2h	-	-	-	70
Webinário - 2020: Um Marco na Luta Antirracista	23/11/2020	2h	0	7	10	17
10º Congresso Estadual do	03/12/	8h	151	98	97	346

Ministério Público do Maranhão: Antigas Violações e Novas Ferramentas	2020 e 04/12/2020					
Workshop de Atuação e Atualização do GLP, combustíveis e derivados de petróleo	09/12/2020	2h	06	09	-	15
III Encontro de Novos Gestores do Maranhão: orientações sobre Transição Municipal	10/12/2020	2h	-	-	-	85

Fonte: ESMP/PGJ, 2020

Tabela 29 – Resumo Estatístico das atividades administrativas da ESMP 2020

Atividades	Quantitativo
Cursos Realizados	43 Cursos
Reuniões Realizadas	50 Reuniões
Parcerias Firmadas	26 Parcerias
Processos Movimentados no DIGIDOC	179 Processos
Certificados Expedidos	1.966 Certificados
Carga Horária Ministrada	326 Horas
Público Inscrito	3.020 pessoas

Fonte: ESMP/PGJ, 2020

Ações de destaques

Não obstante o curto lapso de tempo da atual gestão da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, percebe-se que os avanços alcançados são extremamente substanciais.

- Dentro dessa temática, merece um grande destaque o fato da gestão ter firmado *Convênio com o Centro Universitário – UNDB*, com o intuito de ofertar a membros integrantes do quadro do MPMA um curso de **Mestrado Interinstitucional em Direito** ofertado pela *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS*, instituição de renome internacional, que conta com um quadro docente de extrema competência e Capacidade.
- A pandemia e o distanciamento social afetaram o calendário anual, que precisou ser reajustado, tendo em vista a impossibilidade de realização de eventos presenciais. O EaD e os eventos virtuais se intensificaram e permitiram que a ESMP/MA apresentasse ao seu corpo interno as ferramentas disponibilizadas por esta modalidade de ensino. A receptividade foi positiva, não só pelo reflexo quantitativo, mas pela grande interação, por meio de questionamentos e da participação ativa, seja por chats ou por perguntas orais.
- Houve uma intensa articulação com o **Centro Cultural** e com a **Sociedade Civil**, o que fez com que a escola se mantivesse ainda mais presente no cenário artístico, cultural, educacional e social maranhense.
- Registra-se ainda a interação da ESMP/MA com instituições nacionais, realizando eventos em parceria com o **Ministério Público Federal-MPF**, e participando de reuniões do **CDEMP – Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional**

dos **Ministérios Públicos do Brasil**, bem como de participação em evento do **Ministério Público do Estado de São Paulo - MPSP**.

Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, criada pela Lei Complementar nº 83, de 3 de junho de 2005, em consonância com as disposições do parágrafo 5º do artigo 130-A da Constituição Federal, é órgão auxiliar do Ministério Público e integra a estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por objeto contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição (art. 1º, Regimento Interno da Ato Regulamentar Nº 001/2011-GPGJ).



É um órgão constitucionalmente competente *“para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público”* (Art. 130-A, §5º, CRFB). As Ouvidorias ministeriais vêm se fortalecendo nesses últimos anos, evoluindo juntamente com as instituições que integram, fortalecendo, sobremaneira, o papel social do Ministério Público brasileiro.

A propósito, quando se observa a ascensão do Ministério Público brasileiro nos últimos anos, verifica-se que a instituição avança de um patamar demandista a um caráter resolutivo, proativo, eficiente, de manejo de instrumentos que possibilitam a autocomposição.

É incontestável que nesse processo o membro do Ministério Público é o ator principal para o fortalecimento e amadurecimento da instituição. Nessa evolução, de certo, a Ouvidoria tem um papel especial, singular, avultando em importância em todo cenário nacional, especialmente neste período de crise sanitária em decorrência do coronavírus.

A tragédia sanitária tornou-se um flagelo para o povo brasileiro, especialmente quando observada em municípios do Maranhão de difícil acesso aos serviços públicos de saúde, cumulada com o despreparo do sistema e dos gestores públicos na condução da problemática. Por outro lado, observando-se através da ótica humanitária, percebeu-se o alto grau de altruísmo e solidariedade do nosso povo.

Todo o período de pandemia foi marcado pela urgência na aplicação dos recursos públicos e pelo descumprimento das normas sanitárias por municípios e por instituições, sejam elas públicas ou privadas. Tal situação decorre no crescente número, em disparado, de demandas que aportaram neste setor no primeiro semestre de 2020. Quanto ao segundo semestre, este foi marcado pelo acréscimo significativo de manifestações eleitorais, registradas antes e depois do pleito eleitoral, ocorrido em novembro de 2020.

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, não alheia a todas as situações apresentadas, funcionou de forma plena e efetiva durante todo o período da pandemia, assegurando e garantindo a interlocução entre o cidadão e a instituição. Consagrou-se por não ser apenas uma Ouvidoria de encaminhamentos, mas também resolutiva,

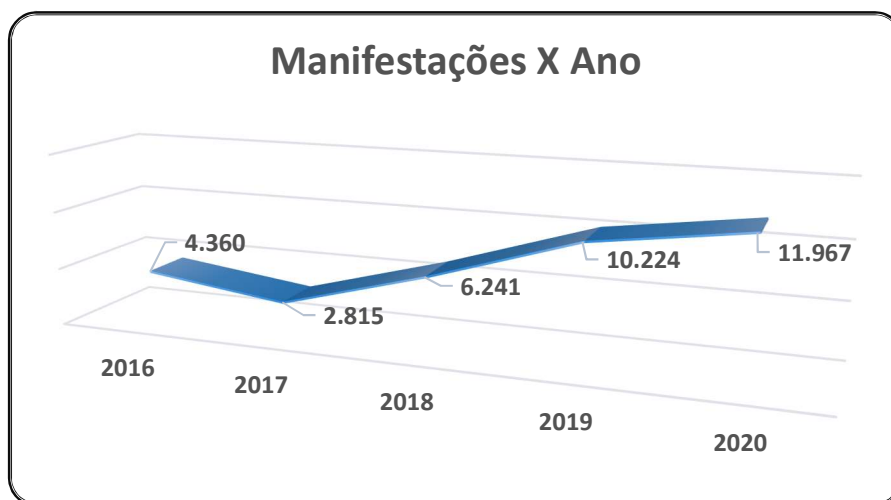
repassando ao interessado os posicionamentos adotados e as diligências realizadas pelo órgão de execução.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Analisando as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, no decorrer desses últimos cinco anos (2016-2020), destaca-se o avanço da atuação institucional do órgão perante a sociedade maranhense, firmando-se como uma das Ouvidorias de melhor resolutividade em todo o Estado.

Os números de manifestações (reclamações, críticas, sugestões, elogios, pedidos de informação e representações) que aportaram no órgão durante esse período confirmam essa premissa, como se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Evolução do número de manifestações atendidas pela Ouvidoria entre 2016-2020



Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2020

Desde que ascendeu à Ouvidoria, a Procuradora de Justiça e Ouvidora, Maria Luiza Ribeiro Martins, realizou o planejamento das ações do órgão para o seu período de gestão (2019/2021).

Em decorrência da crise sanitária que ainda assola o país, por força da COVID-19, algumas das atividades planejadas não puderam ser realizadas, e, de modo diverso, outras atividades **não planejadas foram** executadas.

Nos tópicos abaixo, apresenta-se as atividades do período.

Quadro 16 – Atividades programadas e realizadas

Atividade	Objetivo	Status
1. Implementação da pesquisa de satisfação nos atendimentos realizados pelo WhatsApp	Aferir o grau de satisfação do usuário atendido pelo aplicativo após o atendimento inicial realizado pelo órgão	Realizado
2. Inserção da funcionalidade de gravação da conversa telefônica entre manifestante e servidor por meio da Central Telefônica da Ouvidoria	Assegurar transparência e segurança nos atendimentos telefônicos realizados pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão	Realizado
3. Divisão de todos processos sigilosos e não sigilosos da Ouvidoria (físicos e digitais)	Atender às exigências dispostas no Regimento Interno da Ouvidoria do MPMA	Realizado
4. Divisão dos processos que	Facilitar a busca dos pedidos de	

	tenham como objeto pedidos de informação e que foram formados a partir de 2020 na Ouvidoria	informação e garantir o controle mais rigoroso dos processos gerados sob o manto da Lei de Acesso à Informação	Realizado
5.	Humanização do espaço da Ouvidoria do MPMA	Proporcionar um espaço agradável e acolhedor aos servidores e usuários que utilizam os serviços do órgão	Realizado
6.	Readequação dos documentos modelos encaminhados pela Ouvidoria para os órgãos de execução, administrativos e outras instituições parceiras, bem como os despachos modelos que permanecem no setor	Assegurar maior clareza às informações prestadas pela Ouvidoria	Realizado
7.	Inserção da mensagem de voz reproduzida após o horário de expediente da Ouvidoria do MPMA	Dar conhecimento ao demandante do horário da Ouvidoria e dos outros meios de registro de manifestação	Realizado
8.	Readequação da pesquisa de satisfação aplicada após o recebimento da resposta pelo manifestante	Fornecer informações quanto à percepção do atendimento da Ouvidoria pelos usuários, identificando possíveis melhorias a serem implantadas no órgão	Realizado
9.	Institucionalização do chip do WhatsApp da Ouvidoria / Criação e divulgação do novo número do Whats App (99137-1298)	Tratar a ferramenta como coisa pública, a ser acobertada pelo manto do regime jurídico de direito público; Ampliar a divulgação do novo número da Ouvidoria, permitindo a facilidade e rapidez no acesso ao órgão.	Realizado
10.	Reparo na estrutura física da Ouvidoria	Retirar as infiltrações e vazamentos das paredes e tetos da Ouvidoria	Realizado
11.	Reformulação dos indicadores do Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria	Readequar o Prêmio Promotor Parceiro de modo a condecorar o Promotor de Justiça por entrância (inicial, intermediária e final).	Realizado
12.	Redefinição da periodicidade do Prêmio Promotor Parceiro da Ouvidoria	Ampliar o período de análise do Prêmio Promotor Parceiro, passando a ser anual.	Realizado
13.	Capacitação da equipe da Ouvidoria para a excelência no atendimento ao público	Garantir o melhor acolhimento aos usuários que procuram os serviços das Ouvidoria do MPMA	Realizado
14.	Implantação do Espaço Criança nas instalações da Ouvidoria do MPMA	Adequar o espaço do órgão para entreter crianças quando do atendimento de seu responsável.	Em fase de realização
15.	Revisão e atualização do material gráfico da Ouvidoria (folder e manual), a ser reproduzido e divulgado em formato digital	Difundir o trabalho da Ouvidoria em meio eletrônico e contribuir para o meio ambiente por meio da redução do uso de papel	Em fase de realização
16.	Implantação do Guia de Atendimento ao Público	Orientar a equipe de atendimento acerca das informações a serem prestadas ao demandante, principalmente aos temas de maior incidência no órgão, objetivando padronizar os encaminhamentos	Realizado
17.	Criação e divulgação do	Divulgar a Ouvidoria do Ministério	Realizado

representante visual da Ouvidoria – AUDINHO	Público do Estado do Maranhão nas redes sociais e eventos presenciais e aproximar o cidadão do órgão de forma mais interativa.	
18. Estudo e construção do novo espaço para a Ouvidoria do Ministério Público (Anexo da Procuradoria Geral de Justiça)	Garantir um espaço mais amplo para o atendimento do cidadão, com cabines individualizadas; Fornecer um local específico para a refeição dos servidores do órgão.	Em fase de realização

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2020

Quadro 17 – Atividades programadas e não-realizadas

Atividade	Objetivo	Status
1. Adequações no Sistema do Cadastro de Manifestação	Implantar a funcionalidade de visualização prévia do formulário eletrônico para o manifestante, permitindo que este possa revisar as informações por ele inseridas no documento e editá-las, caso necessário;	<p>Não realizado</p> <p>Justificativa: A empresa terceirizada, responsável pelos ajustes solicitados, não realizou as referidas modificações antes de findar o contrato com o MPMA.</p>
	Inserir o campo “Nome Social” no formulário eletrônico, assegurando o respeito à identidade de gênero do manifestante;	
	Acrescer campo de registro de documento de estrangeiro, possibilitando o uso do formulário eletrônico por quaisquer pessoas, independente do usuário ou país de origem;	
	Implantar a funcionalidade de preenchimento automático do CPF do manifestante, considerando o banco de dados existente na Ouvidoria	
	Facilitar o atendimento dos usuários que utilizam o WhatsApp;	
2. Estudo e implantação da plataforma digital Audivia nos moldes adotados pelo MPPE	Possibilitar o melhor tratamento das demandas e celeridade no envio das mesmas para o órgão destinatário;	<p>Não realizado</p> <p>Justificativa: Devido às dificuldades de comunicação entre as duas Instituições (MPMA e MPPE), especialmente quanto às questões técnicas da plataforma e futuras necessidades de adequações para a realidade dos processos da Ouvidoria do MPMA, essa atividade ainda não foi realizada.</p>
3. Realização de ações externas em locais de grande circulação de pessoas (Feira do Livro e shoppings)	Divulgar o trabalho da Ouvidoria e o papel do Ministério Público do Maranhão ao público alvo, fornecendo as informações necessárias para o registro de manifestação.	<p>Não realizado</p> <p>Justificativa: Por ocasião do isolamento social, os eventos externos foram todos suspensos.</p>

4. Capacitação da equipe da Ouvidoria para o atendimento das pessoas com deficiência	Garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência e a melhoria do atendimento aos serviços prestados pela Ouvidoria	Não realizado Justificativa: Por ocasião da pandemia e pela necessidade iminente dos cursos serem ministrados presencialmente, permitindo maior envolvimento e participação de toda a equipe da Ouvidoria, essas atividades foram suspensas para que sejam realizadas após a melhoria do quadro da crise sanitária.
5. Capacitação da equipe da Ouvidoria para o total conhecimento das atribuições do Ministério Público	Garantir encaminhamentos e orientações precisas aos demandantes que aportam na Ouvidoria	
6. Capacitação da equipe da Ouvidoria para a nova legislação quanto à proteção de dados (Lei Geral de Proteção de Dados)	Garantir a eficiência no tratamento dos dados pessoais dos usuários que utilizam os serviços da Ouvidoria	

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2020

Quadro 18 – Atividades não-programadas, mas executadas

Atividade	Objetivo	Status
1. Reforma na estrutura física da sala das assessoras jurídicas e pintura total da Ouvidoria	Restaurar a sala das assessoras jurídicas, visto o abalo estrutural ocorrido no mês de agosto de 2020 e a sucessiva pintura de todo o órgão para o retorno das atividades.	Realizado
2. Trabalho remoto de todos os servidores do órgão	Cumprir o distanciamento social e, dessa maneira, o trabalho em modelo “home office”, conciliando a prestação do serviço de qualidade com os obstáculos trazidos pelo regime de teletrabalho.	Realizado
3. Suspensão dos atendimentos telefônicos da Ouvidoria no período da pandemia	Cumprir as determinações dos atos institucionais exarados pelo então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Luiz Gonzaga Martins Coelho	Realizado

Fonte: OUVIDORIA/PGJ, 2020

2. AÇÕES DE MELHORIA DA UNIDADE

2.1. Capacitação dos servidores

- a) Curso de Capacitação: Parceria Ouvidoria e Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.



Márcio Thadeu ministrou Curso de Atendimento para equipe da Ouvidoria



Capacitação da equipe da Ouvidoria faz parte do planejamento estratégico do órgão

De acordo com o planejamento das ações da Ouvidoria do MPMA estabelecidas para o biênio 2019/2021, foi realizado, no dia 27 de janeiro, o Curso de Atendimento ao Público ministrado a toda equipe da Ouvidoria (servidoras, terceirizadas e estagiário) pelo Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, Dr. Márcio Thadeu Silva Marques. Na oportunidade, esteve presente a Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins. O referido curso foi proveniente da parceria firmada entre a Ouvidoria do MPMA e a ESMP/MA, visando a capacitação dos servidores.

2.2. Reuniões com setores administrativos envolvidos na criação (ou a aquisição) de software capaz de desburocratizar e dar celeridade aos processos administrativos da Ouvidoria

a) Reunião Ouvidoria e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação – CMTI



Equipes da Ouvidoria e CMTI discutem desenvolvimento de novo sistema de informação

Em busca de uma Ouvidoria desburocratizada, a Ouvidora do MPMA, Maria Luiza Ribeiro Martins, e sua equipe reuniram-se com servidores da CMTI com o objetivo de implantar um sistema que reúna todos os dados processuais do órgão, simplificando o andamento das demandas e propiciando maior transparência e qualidade no serviço prestado ao cidadão. A reunião ocorreu no dia 13 de janeiro de 2020.

Ao final da reunião, a CMTI sinalizou a viabilidade dos pleitos, assentindo aprovação no desenvolvimento de um programa que possibilita a migração das informações dos 4 (quatro) sistemas utilizados pelo setor, para um único ambiente virtual, que, inclusive, viabilizará o acompanhamento processual mais detalhado ao demandante.

b) Reunião Ouvidoria, Secretaria para Assuntos Institucionais e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI

Ocorreu, no dia 30 de janeiro, reunião institucional entre a Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, o Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Dr. Marco Antonio Santos Amorim, e os servidores da Ouvidoria e da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação do MPMA.

Na ocasião, foram discutidos os detalhes operacionais acerca da unificação dos sistemas utilizados pelo órgão, a fim de viabilizar a desburocratização e tornar mais célere o procedimento das manifestações que aportam na Ouvidoria do MPMA.



Ouvidoria e SECINST discutem unificação dos sistemas de dados para dar celeridade aos procedimentos

- c) Nova reunião entre Ouvidoria e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação



Na reunião foram definidos os parâmetros do novo sistema de informações da Ouvidoria com a CMTI

O Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI), Gledston de Oliveira Reis, e o servidor, Kércio Augusto Sekeff Sallem, foram recebidos pela Ouvidora do MPMA, Maria Luiza Ribeiro Martins e sua equipe, no dia 30 de julho de 2020, em seu gabinete. Na reunião, a Ouvidora apresentou os sistemas utilizados atualmente pela Ouvidoria do MPMA, bem como os detalhes operacionais acerca do andamento da produção do software interno do órgão, que teve seu início em janeiro deste ano.

Após deliberações, foram ajustados pontos estratégicos para a continuidade da confecção do referido sistema, com o propósito de viabilizar a desburocratização e tornar mais célere o procedimento das manifestações registradas na Ouvidoria do MPMA.

- d) Reunião administrativa entre a Ouvidoria, Secretaria para Assuntos Institucionais, Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação e Serviços Gerais



Reforma das instalações da Ouvidoria e o novo sistema de informações foram pauta de reunião administrativa entre os órgãos

Em reunião realizada na manhã do dia 28 de agosto de 2020, a Procuradora de Justiça e Ouvidora do Ministério Público do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, juntamente com o Diretor, em exercício, da Secretaria para Assuntos Institucionais - SECINST, Dr. Joaquim Ribeiro de Souza Junior, o Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI, Gledston de Oliveira Reis e

o Coordenador de Serviços Gerais, José Ribamar Rodrigues Furtado, reafirmaram, entre si, o compromisso de otimizar a efetivação das metas estabelecidas no planejamento traçado pela Ouvidoria, gestão 2019/2021.

Na oportunidade, foi colocado em pauta a implantação do sistema da Ouvidoria e o aperfeiçoamento da página da unidade, tudo em prol de simplificar e agilizar o processamento das demandas, de modo a ofertar ao cidadão melhores serviços. Ajustaram, ainda, prazos de entrega das instalações da nova acomodação da Ouvidoria, bem como a realocação da Central Telefônica na sala provisória, tendo em vista que a estrutura anterior estava passando por uma ampla reforma. Devido ao reparo estrutural, as reuniões estavam ocorrendo no Gabinete Criminal da Procuradora de Justiça e Ouvidora do Ministério Público do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, localizado no 4º andar do prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

e) Reunião Ouvidoria e Coordenadoria de Comunicação

Em reunião realizada no dia 24 de setembro de 2020, a Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, recebeu o servidor da Coordenadoria de Comunicação do MPMA, Marcelo Nicolau, para tratativas acerca da produção do novo sistema de processamento de demandas da Ouvidoria. Na ocasião, referido servidor apresentou projetos de algumas empresas do mercado que possuem *expertise* para suprir as necessidades da Ouvidoria, tudo objetivando desburocratizar e dar maior celeridade às manifestações registradas pelos cidadãos.



Implementada ferramenta de comunicação ao cidadão na Ouvidoria com apoio da CCOM

Além disso, foi abordado a utilização de mecanismos para tornar o sistema da Ouvidoria mais interativo com o demandante, inclusive, nesta data, foi implementada a ferramenta de comunicação ao cidadão acerca das informações sobre sua demanda no decorrer do processo administrativo neste setor. A partir do referido avanço, o interessado receberá informações quanto ao órgão destinatário em que foi encaminhada a sua manifestação, por meio do e-mail cadastrado.

2.3 Fortalecimento de vínculos com parceiros

a) Reunião com a Ouvidora da Defensoria Pública do Estado do Maranhão



Ouvidoras do MPMA e da DPE-MA discutiram parceria entre os órgãos

A Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, reuniu-se, na manhã do dia 20 de fevereiro, com a Ouvidora da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Dra. Márcia Anunciação Maia Pereira, para discussão acerca do estabelecimento de parceria entre os órgãos.

Na oportunidade, a Ouvidora da DPE conheceu a estrutura e funcionamento do fluxo das demandas da Ouvidoria do MPMA, além das boas práticas implementadas nesta gestão.

b) Reunião Ouvidoria do MPMA e Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão

Em reunião realizada no dia 11 de setembro de 2020, a Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, recebeu no órgão o coordenador do



Auditor da CGU-MA apresentou a Plataforma Integrada de Ouvidorias e Acesso à Informação

Núcleo de Ação de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção, núcleo ligado a Controladoria Geral da União no Estado do Maranhão, Wellington Resende.

No referido encontro, o auditor apresentou a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FALA BR, oportunidade em que a Ouvidora e sua equipe analisaram as funcionalidades do sistema, confrontando-as com as necessidades da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão. Ao final, foram pontuadas

algumas tratativas a serem deliberadas em momento posterior.

c) Visita da nova Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão



Visita institucional da Ouvidora-Geral da DPE-MA, Fabíola Diniz Araújo de Jesus

A Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, na manhã do dia 26 de novembro de 2020, recebeu a visita institucional da nova Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Fabíola Diniz Araújo de Jesus. O objetivo da visita foi manter o diálogo e fortalecer a parceria institucional.

Na oportunidade, a Ouvidora conheceu as instalações da Ouvidoria do MPMA; o fluxo dos processos; o sistema utilizado para o recebimento e processamento da demandas; as melhorias realizadas no último ano no sistema com o intuito de obter maior celeridade no encaminhamento das manifestações; e as perspectiva para o próximo ano.

2.4. Implantação de melhorias na recente plataforma de emissão e validação de certidões negativas emitidas pelo Ministério Público

a) Reunião Ouvidoria e Secretaria para Assuntos Institucionais

A Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, reuniu-se, no dia 27 de fevereiro, com o Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais do MPMA, Dr. Marco Antônio Santos Amorim, para tratativas acerca da nova plataforma de emissão e validação de certidões negativas pelo Ministério Público, implementada naquele mesmo dia no site do MPMA.



Dra. Maria Luíza, Ouvidora do MPMA e Dr. Marco Amorim, Ex-Diretor da SECINST

2.5. Adesão à Rede de Ouvidoria do Ministério Público brasileiro

a) Assinatura do termo de adesão à Rede de Ouvidorias do Ministério Público Brasileiro



O Procurador-Geral de Justiça e a Ouvidora assinaram a adesão do MPMA à Rede de Ouvidorias do MP brasileiro

No dia 26 de junho de 2020, a Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, e o Procurador-Geral de Justiça do MPMA, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, assinaram o Termo de Adesão à Rede de Ouvidorias do Ministério Público brasileiro.

O Conselho Nacional do Ministério Público instituiu referida rede com objetivo de integrar as Ouvidorias que compõem o Ministério Público dos Estados e da União e fortalecer suas atividades.

A partir da referida data (26/06) a Ouvidoria do MPMA passou a integrar a Rede de Ouvidorias, parceria institucional que permitirá,

dentre outras ações, o aperfeiçoamento das atividades e canais de acesso; a promoção de intercâmbio de experiências funcionais e administrativas; a elaboração de estudos para uniformização metodológica que permitirá a consolidação dos dados produzidos pelas Ouvidorias; e a implementação de um Sistema Único de Ouvidoria.

2.6. Tratativas para a construção da nova sede da Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão

O Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura da PGJ, Gilberto Duailibe Mouchrek, e o Chefe da seção de Projeto, Alberto Filho, apresentaram no dia 29 de outubro de 2020, à Ouvidora do Ministério Público do Estado do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, o projeto do novo espaço físico da Ouvidoria onde haverá, dentre as remodelações dos espaços, as cabines individuais para garantir um atendimento privativo ao cidadão, banheiro com adaptação e o Espaço Criança que tem a finalidade de auxiliar os demandantes que precisam trazer seus filhos até a Ouvidoria no momento do registro de sua demanda.



Reunião entre equipes da COEA e Ouvidoria discutem projeto de construção da nova sede do órgão

Após a reunião, os servidores apresentaram o espaço físico onde será construída a nova sede da Ouvidoria, com acessibilidade e estrutura necessárias para acolher a todos os cidadãos, indistintamente, com segurança, autonomia, conforto e independência.

2.7. Plantão da Ouvidoria nas eleições 2020



Equipe da Ouvidoria participou de plantão durante as eleições

No dia 15 de novembro de 2020, no período das 7h às 17h, Ouvidora do Ministério Público do Maranhão, Maria Luiza Ribeiro Martins, juntamente com a equipe da Ouvidoria do MPMA, realizou regime de plantão eleitoral, registrando as denúncias encaminhadas dos diversos municípios maranhenses, além de orientar os manifestantes quanto às dúvidas acerca da legislação eleitoral.

As demandas consideradas de urgência foram imediatamente encaminhadas à Procuradoria Regional Eleitoral, garantindo a maior resolutividade das manifestações.

2.8. Criação do representante visual da Ouvidoria – AUDINHO

O Mascote “Audinho” foi um projeto implementado pela Ouvidoria com a participação criativa do setor de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça.

O representante visual da Ouvidoria, o “Audinho”, nasceu com objetivo de divulgar a Ouvidoria nas redes sociais e eventos presenciais e melhorar a comunicação com a sociedade. Além disso, pretendeu-se com a mencionada criação que o manifestante, ao identificar o Audinho, vinculasse a imagem do boneco com a da Ouvidoria do Ministério Público, traduzindo a relação de credibilidade e confiança entre ambos.

A Ouvidora do MPMA, Dra. Maria Luiza Ribeiro Martins, solicitou ao Setor de Comunicação um desenho de um boneco que tivesse o aspecto de um robô, um desenho de coração e com as cores do Ministério Público do Estado do Maranhão (azul, branco e vermelho). Em virtude da Pandemia do COVID-19, o projeto teve alguns entraves, dentre eles a impossibilidade da criação física do boneco em tamanho real do Audinho que será utilizado, tão logo confeccionado, na participação de eventos sociais presenciais, dentre eles: feiras de livros, congressos e ações sociais.



3. OUVIDORIA EM NÚMEROS

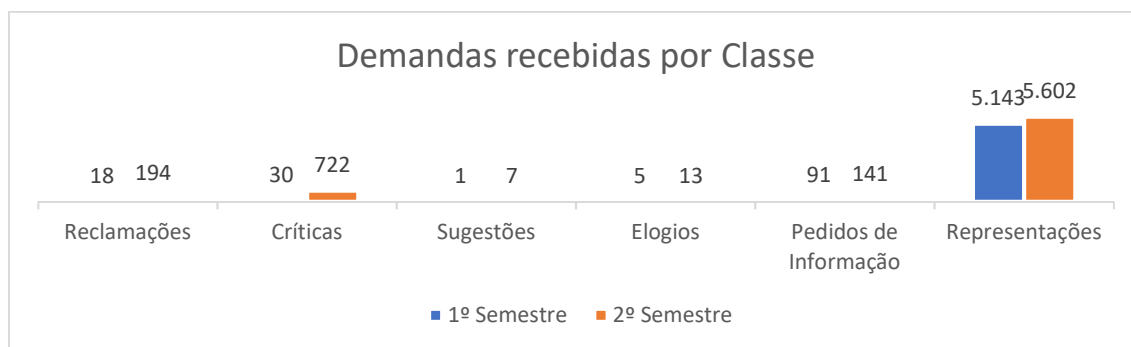
O ano de 2020 foi marcado como o ápice do quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão, perfazendo um total de **11.967** (onze mil, novecentos e sessenta e sete) registros.

Tabela 30 – Demandas recebidas por classe em 2020

Classe das demandas	1º Semestre	2º Semestre	TOTAL
Reclamações	18	194	212
Críticas	30	722	752
Sugestões	1	7	8
Elogios	5	13	18
Pedidos de Informação	91	141	232
Representações	5.143	5.602	10.745
TOTAL	5.288	6.679	11.967

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2020.

Gráfico 8 – Demandas recebidas por classe em 2020



Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2020.

Indiscutivelmente, a pandemia, por decorrência da COVID-19, e as eleições ocorridas em novembro de 2020, foram decisivas no acréscimo dessas demandas, como se observa na planilha abaixo.

Tabela 31 – Demandas recebidas por assunto em 2020

Assunto	1º Semestre	2º Semestre	TOTAL
Acessibilidade	4	2	6
Administração e Funcionamento do Ministério Público	10	192	202
Atuação de Membros e Servidores	41	735	776
Concurso Público	137	329	466
Consultas e Dúvidas Jurídicas	3.224	344	3568
Consumidor	77	98	175
Controle Externo da Atividade Policial	23	71	94
Crimes	108	255	363
Demandas Alheias à Competência do Ministério Público	269	1.053	1322

Disc. de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	4	1	5
Educação	45	58	103
Eleitoral	38	1.088	1126
Execução Penal	9	10	19
Idoso	103	427	530
Improbidade Administrativa	467	697	1164
Infância e Juventude	79	265	344
Lei de Acesso à Informação	119	141	260
Meio Ambiente	110	317	427
Outros	77	194	271
Residência na Comarca e Lotação de Membros	0	0	0
Saúde	265	261	526
Serviços Públicos	10	23	33
Sindical e Questões Análogas	1	0	1
Violência Doméstica	68	118	186
TOTAL	5.288	6.679	11967

Fonte: Ouvidoria/PGJ, 2020.

DIRETORIAS

Diretoria Geral (DG)

Nos termos do art. 61 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPJ (Regimento Interno), compete à Diretoria Geral, órgão de apoio Administrativo diretamente subordinado ao Procurador-Geral de Justiça:

- I. Assessorar o Procurador-Geral de Justiça no planejamento e fixação de diretrizes para administração do Ministério Público;
- II. Planejar, coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades das unidades administrativas sob sua direção, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- III. Estabelecer mecanismos que promovam o inter-relacionamento das unidades administrativas do Ministério Público;
- IV. Cumprir e fazer cumprir as decisões e instruções normativas, internas e externas, pertinentes à administração do Ministério Público;
- V. Praticar atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira do Ministério Público, quando lhe forem delegados pelo Procurador-Geral de Justiça;
- VI. Acompanhar a programação e a execução orçamentária e financeira, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;
- VII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a edição de atos normativos, de caráter administrativo, nos assuntos de sua competência ou de competência delegada;
- VIII. Propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala anual de férias dos servidores do Ministério Público que lhes sejam subordinados;
- IX. Elaborar proposta orçamentária do Ministério Público, devidamente instruída quanto à sua execução, submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça, que a encaminhará ao Colégio de Procuradores de Justiça para aprovação;
- X. Submeter à aprovação do Procurador-Geral de Justiça os planos e programas de trabalho da Diretoria Geral e das unidades a ela vinculadas;
- XI. Assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas atribuições administrativas;
- XII. Executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

O parágrafo único do referido dispositivo dispõe que estão sob a direção da Diretoria Geral as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Administrativo-Financeira;
- Assessoria Jurídica da Administração;
- Assessoria Técnica da Administração;
- Coordenadoria da Folha de Pagamento;
- Coordenadoria de Administração;
- Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação;
- Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura;

- Coordenadoria de Orçamento e Finanças;
- Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

O ano de 2020 foi marcado pela crise econômica decorrente do combate à pandemia da COVID-19 (novo coronavírus), prejudicando a execução orçamentária da instituição diante da necessidade de se equilibrar as contas públicas, inclusive tendo sido adotado no âmbito do MPMA medidas para contenção de gastos, a exemplo da OS-GPGJ – 22020, que determinou aos setores administrativos a adoção de medidas, no âmbito de suas competências, com o objetivo de contenção e otimização de despesas, tendo em vista os recursos existentes e a qualificação do gasto público.

Cabe ressaltar que em março de 2020 o Ministério Público do Estado do Maranhão, em virtude da pandemia da COVID-19 instituiu o teletrabalho, sendo que em julho de 2020, por meio do Ato Regulamentar nº 32/2020-GPGJ, houve a retomada gradual das atividades presenciais, adotando-se todos os protocolos sanitários de segurança e quando necessário o rodízio de servidores. Trata-se de uma nova realidade de trabalho, a qual as Instituições tiveram que se adaptar.

Apesar das dificuldades decorrentes do início da pandemia da COVID-19, no ano de 2020, a Diretoria Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, com o apoio das unidades que compõem a estrutura administrativa da PGJ/MA, buscou oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições para o desempenho de suas atividades, sempre visando a prestação de um serviço público de qualidade à sociedade, cabendo destacar as seguintes ações:

- Atuação em conjunto com as unidades administrativas da PGJ/MA, visando adotar as medidas necessárias para melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados onde funcionam as Promotorias de Justiça do Estado do Maranhão. Nesse sentido, foram realizadas melhorias na estrutura predial de algumas unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário, proporcionando aos servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população.
- Iniciadas em 2020, seguem em andamento a construção das novas sedes das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Estreito, Santo Antônio dos Lopes, Araioses, Lago da Pedra, Loreto, Mirador, Santa Luzia do Paruá, São Domingos do Maranhão e Coroatá, bem como reforma da antiga sede de Imperatriz, reforma da sede de Carolina e reforma da antiga sede de Timon.
- Em junho de 2020 foi inaugurada a ampliação do estacionamento que atende tanto a Procuradoria Geral de Justiça quanto as Promotorias de Justiça da Capital. O novo espaço comporta aproximadamente 100 (cem) veículos e vem ampliar as vagas para membros e servidores dos dois referidos prédios do Ministério Público do Maranhão, em São Luís.
- Durante o ano de 2020 foram realizadas 23 manutenções preventivas e 50 corretivas nas Promotorias de Justiça.
- No ano de 2020 foram realizadas 87 licitações pelo MPMA, contemplando a modalidade de Pregão na forma Eletrônica e Tomada de Preços, além das contratações decorrentes de dispensa, inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de

- Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços.
- As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 51 (cinquenta e um) Contratos Administrativos e 43 (quarenta e três) Atas de Registros de Preços.
 - No tocante a frota de veículos oficiais do MPMA, foi adquirido 1 (um) Micro-ônibus, Marcopolo Volare, modelo 2020, objetivando atender as demandas da Procuradoria-Geral de Justiça.
 - Em 2020, a Diretoria Geral expediu 43 (quarenta e três) notificações, sobretudo destinadas às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano, 03 (três) empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.
 - A Diretoria Geral, em conjunto com a Secretaria Administrativo-Financeira, iniciou em 2020 os estudos visando a atualização, bem como a edição de novos normativos internos referentes à área de gestão e governança no Ministério Público do Estado do Maranhão, para adoção ainda no primeiro semestre de 2021.

Secretaria Administrativo Financeira (SAF)

Nos termos do art. 62 do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ (Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça), compete à Secretaria Administrativo Financeira, órgão diretamente subordinado a Diretoria-Geral:

- I. Acompanhar, orientar e supervisionar as atividades das unidades administrativas ligadas a Diretoria Geral, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- II. Substituir o Diretor-Geral nos eventuais afastamentos e impedimentos;
- III. Exercer outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo.

Em 2020, apesar da pandemia da Covid19, a Secretaria Administrativo Financeira buscou implementar ações cujo objetivo central foi suporte às unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça para que pudessem desenvolver suas atividades de forma integrada, com maior qualidade e eficiência sempre com foco na entrega de um serviço público adequado às elevadas e complexas demandas da sociedade, destacando-se as seguintes atividades:

- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos Pareceres da Assessoria Técnica da Administração e da Assessoria Jurídica da Administração;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação às minutas de contratos e seus aditivos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação aos apostilamentos dos contratos e seus cálculos;
- Análise, despachos e encaminhamentos em relação à formalização de Convênios e Termos de Cooperação Técnica e demais ajustes;

- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis);
- Análise de relatórios, despachos e encaminhamentos em relação aos cálculos e contabilização do regime de depreciação dos itens do patrimônio (bens móveis e imóveis);
- Acompanhamento, controle e análise do desempenho das unidades detentoras de carga patrimonial em relação ao Relatórios de Pré-Inventários;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos administrativos de emissão de empenhos;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação aos processos de liquidação e pagamento junto às unidades requisitantes;
- Análise, orientação, acompanhamento, despachos e encaminhamentos em relação às otimizações no Sistema GESP – Patrimônio e Consumo;
- Análise, revisão e elaboração de minutas de Atos Regulamentares em conjunto com a Diretoria Geral;
- Análise, revisão e elaboração de minutas de Ordens de Serviço da Diretoria Geral;
- Emissão de despachos no bojo de diversos processos administrativos que tramitam na Procuradoria Geral de Justiça;
- Realização de reuniões de acompanhamento, orientação e alinhamento operacional com coordenadores/chefes das unidades requisitantes e demais unidades administrativas;
- Realização de reuniões com o Assessor-Chefe do Controle Interno e Auditoria, visando a melhorias dos processos operacionais e contábeis da Procuradoria Geral de Justiça; e
- Participação de reuniões com o Diretor-Geral para deliberação sobre diversos assuntos inerentes à área administrativa e financeira da Procuradoria Geral de Justiça.

A Secretaria Administrativo Financeira, objetivando o pleno atendimento das suas atribuições regimentais, vem sistematicamente planejando e adotando ações que visem subsidiar as Unidades sob direção da Diretoria Geral com informações e orientações adequadas, relevantes e tempestivas.

Cabe registrar que além da emissão de despachos nos autos dos processos administrativos, a Secretaria Administrativo Financeira tem adotado a postura de resolutividade das questões cotidianas por meio da realização de reuniões e contatos cada mais próximos das Unidades demandantes, visando a celeridade e efetividade das ações, preservando a necessidade de assegurar a regularidade formal inerente ao serviço público.

Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST)

A Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST é um órgão de apoio administrativo diretamente subordinado ao procurador-geral de Justiça. Compete ao seu diretor selecionar, reunir, organizar e disseminar as informações na área de interesse do Ministério Público, além de distribuir e divulgar estudos, levantamentos, propostas e resultados alcançados pela instituição. Para tanto, a Secinst conta com duas coordenadorias estratégicas, a Coordenadoria de Comunicação e a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.

É também o órgão encarregado de implementar as diretrizes de gestão pensadas pelo procurador-geral, em alinhamento com o planejamento estratégico vigente. A Secinst, além de dialogar com a Administração Superior interna, tem a missão de articular parcerias com órgãos externos que desenvolvam atividades da mesma natureza visando o intercâmbio de informações e a implementação de programas e ações relevantes à instituição e à sociedade.

A SECINST é, ainda, o setor responsável pela coordenação e elaboração do calendário anual de atividades da Procuradoria-Geral de Justiça.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No ano de 2020, apesar de toda adversidade devido à pandemia do novo corona vírus (*SARSCoV-2*), a Secretaria para Assuntos Institucionais manteve-se produtiva, com a movimentação de processos e a elaboração de documentos, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 32 – Análises de Processos Administrativos

Tipo de Processos	Quantidade
Processos abertos	626
Processos recebidos/entradas	1.301
Processos arquivados	220
Processos encaminhados/saídas	1.497

Fonte: SECINST/PGJ, 2020

Tabela 33 – Expedição de ofícios, memorandos, atos, atos regulamentares, atos regulamentares conjuntos, e-mails institucionais em 2020

Atividades Administrativas	Quantidade
Pareceres	104
Ofícios	96
Ofícios Circulares	14
Memorandos	92
Editais	02
Atos	20
Atos-GAB/PGJ	6
Atos Regulamentares	25
Atos Regulamentares Conjuntos	03
E-mails recebidos	2.385
E-mails enviados	1.440

Fonte: SECINST/PGJ, 2020

3. CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE CONVÊNIOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA

Dentre as atribuições da Secretaria Institucional está a de fortalecer as parcerias do Ministério Público do Estado com outros órgãos públicos e privados, que se desenvolvem através da celebração de Termo de Convênio, Cooperação Técnica, entre outros.

Em 2020, foram efetivados **11 Termos de Convênio, 25 Termos de Cooperação Técnica e 01 Termo de Cessão**. O objetivo foi otimizar e fortalecer as atividades desempenhadas por membros e servidores do Ministério Público do Estado.

4. GERENCIAMENTO DE SISTEMAS

São de responsabilidade da Secretaria Institucional o gerenciamento dos sistemas Simp, PJe, Digidoc, além do intermédio de cadastros em diversos sistemas utilizados no âmbito do MPMA.

- a. **SIMP** - No ano de 2020, foram atendidas 1.448 solicitações de serviços/chamados, além de atendimentos presenciais e/ou via ligações telefônicas. Em 19 de outubro e 11 de novembro do corrente ano, foram realizados treinamentos virtuais, através do *Google Meet*.
- b. **PJE** - A partir do mês de junho de 2020 as demandas referentes ao PJe começaram a ser registradas através da plataforma *Citsmart*, contabilizando até o dia 31 de dezembro de 2020, 118 solicitações de serviços/chamados atendidos. Em outubro foi realizado o treinamento de PJe Criminal para a formação de multiplicadores no âmbito do Ministério Público Estadual.
- c. **Digidoc** - Foram atendidas 150 (cento e cinquenta) solicitações via plataforma *Citsmart*, 04 (quatro) solicitações via e-mail e atendimentos realizados por outros meios de suporte como *WhatsApp*, telefone e e-mail, cujo quantitativo não foi possível determinar.

Além disso, em outubro e novembro foram realizados dois treinamentos, via *Google Meet*, com servidores da 27ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís e Promotoria de Justiça da Comarca de Amarante do Maranhão.

A Secinst solicitou às instituições competentes o cadastro nos seguintes sistemas:

- **SEEU** - A partir de 16 de junho de 2020 foi adicionada à plataforma *Citsmart* atividade para cadastro de membros no sistema externo SEEU, ao qual ficarão doravante vinculados, contabilizando um total de 25 (vinte e cinco) registros. Além disso, houve 43 (quarenta e três) atendimentos realizados via e-mail e também outros meios de suporte como *WhatsApp* e telefone, com centenas de atendimentos;
- **SIGO/SIGMA** - 04 cadastros;
- **JURISCONSULT/SENTINELA** - 34 cadastros;
- **MALOTE DIGITAL** - 40 cadastros.

5. GESTÃO DE CERTIFICADO DIGITAL/TOKEN

A Secretaria para Assuntos Institucionais administra a concessão de certificados digitais à membros e servidores da instituição. Como forma de dar celeridade à tramitação eletrônica

de documentos e procedimentos administrativos. Em 2020, foram emitidos 271 vouchers para a gravação de token no âmbito do MPMA.

6. GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA

Com base no Relatório de Verificação de Conformidades elaborado pela Auditoria Interna, a Secinst realiza o acompanhamento dos itens apontados no referido relatório a fim de atualização do Portal da Transparência pelos respectivos setores, para que sejam cumpridos os requisitos especificados no Manual do Portal da Transparência do Ministério Público/4ª edição/2016.

7. DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES NO SITE SETORIAL

De acordo com as atribuições elencadas no Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, Art. 72, inciso IV, a Secretaria Institucional é responsável pela seleção e distribuição de matérias jornalísticas, reunidas pela Coordenadoria de Comunicação. Desta forma, foram publicadas 762 matérias no site eletrônico do MPMA, todas revisadas pelo diretor da Secinst.

8. SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

A Secinst exerce supervisão das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Documentação e Biblioteca, desde o pedido de materiais gráficos (livros, revistas entre outros) até a confecção e sua publicação. Além disso, a Secinst realiza o planejamento para modernização das ferramentas adquiridas pela referida coordenadoria.

9. REALIZAÇÃO DE REUNIÕES INSTITUCIONAIS E DE TRABALHO

O Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais desenvolve atividade de auxílio direto ao Procurador-Geral de Justiça, participando de diversas reuniões e colaborando em decisões de caráter institucional. Destacamos algumas atividades realizadas pelo diretor.



Em reunião com o PGJ, Dr. Eduardo Nicolou, foi definida como prioridade a defesa dos direitos humanos.



O diretor da Secinst, José Márcio Maia Alves e servidores do comitê científico participam de reunião com o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.



Dr. José Márcio, Diretor da SECINST, participou da inauguração das novas instalações do Núcleo do Idoso, da Pessoa com deficiência e da Saúde e do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (CIAPD).



O Diretor da Secinst, Dr. José Márcio, participou da visita institucional na Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP).



Dr. José Márcio, Diretor da SECINST, participou da reunião com os prefeitos da Grande Ilha sobre a necessidade de manter o rigor nas festas de fim de ano, para prevenir o aumento de casos da covid-19.



O Diretor da SECINST, Dr. José Márcio, participou da reunião que debateu o baixo percentual de verbas destinadas aos profissionais da cultura de São Luís através da Lei Aldir Blanc.



O Diretor da SECINST em exercício, Dr. Joaquim Ribeiro, participou da doação dos 396 livros jurídicos para a Universidade Estadual do Maranhão.



O Diretor da SECINST em exercício, Dr. Joaquim Ribeiro, participou da reunião entre MPMA e o Instituto Beneficente Áurea, de cessão de espaço da escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues, na Divineia, para instalação do Núcleo de Mediação Comunitária.



Dr. Joaquim Ribeiro, Diretor da SECINST em exercício, participou do lançamento do Núcleo da Promoção da Diversidade (Nudiv), proposto pela Secinst ao Procurador-Geral de Justiça.

10. GESTÃO DO NAPROM

O NAProm - Núcleo de Apoio Remoto às promotorias de justiça, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, foi criado através do ATO-GAB/PGJ-2832019, no intuito de otimizar a gestão administrativa e dar mais eficiência e celeridade na tramitação dos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais no âmbito das promotorias de justiça da capital e do interior. A finalidade do núcleo é prestar auxílio na modalidade à distância mediante assessoramento jurídico composto por um membro do Ministério Público, designado pelo procurador geral de justiça, e por servidores capacitados técnica e juridicamente.

Diante do exposto e em obediência ao constante no art. 9º, § 2º do respectivo Ato, apresentamos o respectivo Relatório de Produção de Atividades do NAProm, exercício de 2020.

A seguir, a relação por órgão solicitante, tipos processuais e procedimentos recebidos, analisados e resolvidos pelo NAProm, referentes ao exercício de 2020.

Tabela 34 – Processos da Promotoria de Justiça da Comarca de Mirinzal atuados pelo NAProm.

Tipo Processual	Quant.
<i>Notícia de Fato</i>	18
<i>Inquérito Civil</i>	3
<i>Procedimento Administrativo</i>	20
Total	42

Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

Tabela 35 – Processos da Promotoria de Justiça da Comarca de Cururupu atuados pelo NAProm.

Tipo Processual	Quant.
<i>Procedimento Administrativo</i>	27

Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

Tabela 36 – Processos da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pinheiro atuados pelo NAProm.

Tipo Processual	Quant.
<i>Notícia de Fato</i>	3
<i>Inquérito Civil</i>	5
<i>Procedimento Administrativo</i>	21
Total	29

Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

Tabela 37 – Processos da Secretaria para Assuntos Institucionais atuados pelo NAProm.

Tipo Processual	Quant.
<i>Procedimento Administrativo</i>	119

Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

Tabela 38 – Processos da Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Pinheiro atuados pelo NAProm.

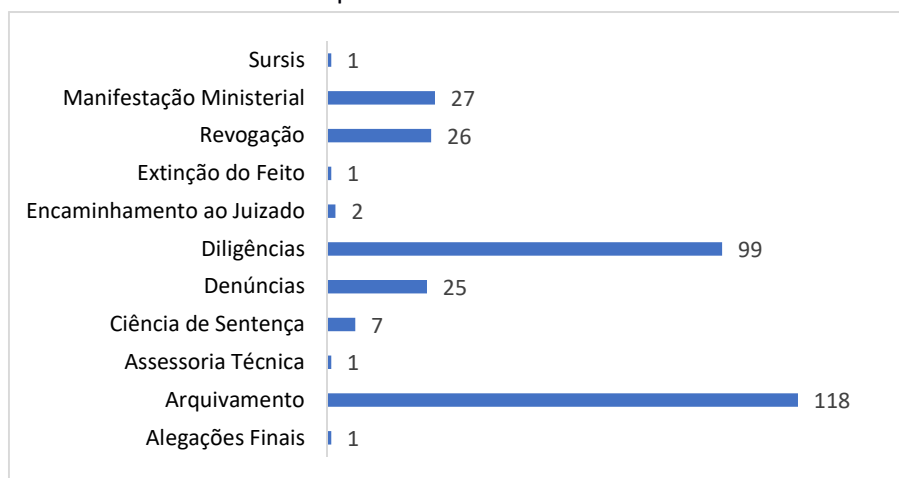
Tipo Processual	Quant.
<i>Inquéritos Policiais</i>	61

Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

Isto posto, informamos que os processos judiciais e procedimentos extrajudiciais que foram encaminhados ao NAProm totalizaram o montante de **278 (duzentos e setenta e oito)** e

que, após análise e apreciação das matérias pertinentes a cada espécie, foram elaborados todos os procedimentos necessários para prosseguimento dos feitos, conforme disposto a seguir:

Gráfico 9 – Procedimentos autuados pelo NAProm em 2020



Fonte: SECINST/PGJ, 2020.

11. APOIO EM PROGRAMAS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

- a) **Padhum – Planos de atuação em Direitos Humanos:** tratam-se de orientação teórica e prática a ser oferecida a promotores de justiça que contém demandas associadas a direitos humanos específicos em suas unidades de trabalho, promovendo-se uma atuação ministerial norteada pela efetividade na resolução dos danos emergentes e na indução de políticas públicas.
- b) **Nudiv – Núcleo da Promoção da Diversidade:** tem a atribuição de propor objetivos estratégicos, ações, metas e de critérios de melhoria e igualdade, voltados para o público interno e externo do MPMA. O Nudiv também deve colaborar com organizações da sociedade civil e órgãos estatais para a consecução de objetivos semelhantes.
- c) **Integrar e Florescer** - Este Programa de Sustentabilidade Institucional visa promover a conscientização para a preservação do meio ambiente, uma das incumbências do Poder Público, como previsto no art. 225, § 1º, VI, da Constituição Federal. Ainda segundo a Constituição (art. 129, III), o Ministério Público é um defensor do meio ambiente ecologicamente equilibrado e, nesse sentido, deve estimular mudanças de conduta, relacionadas à preservação ambiental, entre seus membros e servidores.
- d) **Café Sustentável** – Firmado entre o MPMA e a UEMA, Termo de Cooperação Técnica para a consolidação do Projeto Café Sustentável. O projeto é uma iniciativa da UEMA, sendo desenvolvido pelo MPMA, consistindo no reaproveitamento da borra de café que seria descartada no meio ambiente, passando a ser aproveitada na produção de itens como sabonetes, esfoliantes e a fertilização do solo.

12. COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR COM INSTITUIÇÕES

A Secretaria para Assuntos Institucionais até o mês de julho de 2020 coordenou as atividades de estágio obrigatório ofertado à alunos de instituições de ensino superior públicas e privadas, sendo responsável pela contratação de discentes durante o tempo de estágio e pelo

devido cumprimento do período mínimo estipulado pela lei. Além disso, no 1º semestre de 2020 a Secinst celebrou, **08 (oito) Termos de Convênio** com as IES.

No 2º semestre de 2020, essa atribuição foi repassada à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, tendo em vista que já coordenava todas as modalidades de estágio existentes no âmbito do MPMA.

13. DIVULGAÇÃO DA ESCALA DE PLANTÃO

Durante o primeiro semestre de 2020, a Secretaria para Assuntos Institucionais era responsável pela inserção das tabelas de plantões de membros do Ministério Público Estadual, da capital e do interior, sendo realizada a publicação de **43 (quarenta e três)** registros de plantões. No segundo semestre de 2020, a atribuição foi transferida para a Corregedoria Geral de Justiça, tendo em vista que é a receptora das tabelas de plantões.

Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG)

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados. No ano de 2020, em continuidade ao desenvolvimento do Plano Estratégico 2016/2021, a Secretaria de Planejamento e Gestão atuou especialmente no apoio à execução dos planos de gestão, avaliação dos resultados e identificação de oportunidades de melhoria, bem como no acompanhamento do Plano Geral de Atuação - PGA 2019/2020.

1. DESTAQUES DA ATUAÇÃO

Num ano atípico como foi o de 2020, em que o mundo inteiro se deparou com a pandemia do covid19, muitas das atividades desempenhadas pela equipe da SEPLAG foram realizadas em formato híbrido, seguindo as orientações da Administração Superior do MPMA, em consonância com os atos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos protocolos sanitários do Governo do Estado. Desta forma, destacamos as principais a seguir:

- a) Elaboração de medidas de biossegurança para retorno gradual das atividades presenciais no MPMA



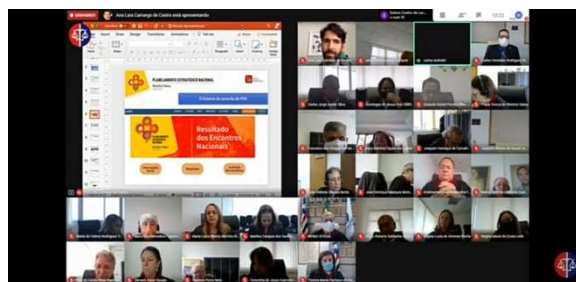
Medidas foram discutidas por vários segmentos

O diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Carlos Henrique Rodrigues Vieira, participou da reunião de elaboração da proposta do Ato Regulamentar com as medidas de biossegurança para retorno gradual das atividades presenciais nas dependências das unidades do MPMA, no

dia 24 de junho de 2020, com a presença do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, e integrantes dos setores administrativos, representantes de membros e servidores, promotores e procuradores de justiça. O objetivo visava garantir a segurança e prevenir a disseminação do coronavírus.

b) Adesão ao Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico Nacional do CNMP (PEN/CNMP 2020-2029)

Assinatura do Termo de Adesão ao Mapa Estratégico do novo ciclo de Planejamento Estratégico Nacional, do Conselho Nacional do Ministério Público (PEN-CNMP 2020-2021), no dia 30 de setembro, durante sessão virtual do Colégio de Procuradores de Justiça, com a participação do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, do Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, Dr. Sebastião Vieira Caixeta, do Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Dr. Carlos Henrique Rodrigues Vieira.



Assinatura ocorreu durante sessão do Colégio de Procuradores

A cooperação compreende a prestação de assessoria técnica pela Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público e o fornecimento de informações sobre o planejamento estratégico do MPMA.

Antes da assinatura, os membros auxiliares da CPE/CNMP Ana Lara Camargo e Carlos Eduardo de Andrade explicaram, por videoconferência, a metodologia utilizada para a elaboração do Planejamento Estratégico Nacional e destacaram as contribuições do Ministério Público do Maranhão.

c) Assinatura de convênio com o escritório do UNICEF no Maranhão para divulgação de programação voltada para a infância via Radioweb do MPMA



Acordo prevê divulgação de material do Unicef na Radioweb do MPMA

O diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão, Carlos Henrique Rodrigues Vieira, participou da solenidade realizada na sala da Escola Superior do MPMA, em que o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Hiluy Nicolau, assinou na manhã do dia 28 de outubro de 2020, Termo de Cooperação Técnica com a coordenadora do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) no Maranhão, Ofélia Ferreira da Silva.

Pelo convênio, o Unicef disponibilizará conteúdos educativos desenvolvidos pelo órgão para serem inseridos na grade da Radioweb do MPMA. Os programas abordam temas como a importância da Amazônia e das populações indígenas e são veiculados diariamente às 10h da manhã.

2. DADOS DO DESDOBRAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DO PGA

A SEPLAG monitora o desempenho do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2016-2021, bem como o Plano Geral de Atuação (PGA-MPMA) para o exercício 2019/2020, que é entendido como um planejamento de curto prazo que se traduz nas prioridades extraídas dos demais instrumentos de planejamento de longo e médio prazos.

No nível do Plano Estratégico, os resultados do monitoramento estão descritos nas tabelas abaixo, seguindo os parâmetros do Relatório Anual de Desempenho do Plano Estratégico adotado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em seu ciclo de Planejamento e Gestão Estratégica (2016-2021) e em conformidade com a orientações da Resolução 147/2016 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Tabela 39 – Resultado do Monitoramento dos Objetivos Estratégicos do PEI em 2020

<i>Descrição</i>	Total
Objetivos Estratégicos	28
Concluídos	7
Em execução com cronograma no prazo	17
Em execução com cronograma em atraso	1
Não iniciado com cronograma no prazo	3
Não iniciado com cronograma em atraso	-
Cancelados	-

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

Tabela 40 – Resultado do Monitoramento das Metas Estratégicos do PEI em 2019

<i>Descrição</i>	Total
Metas Estratégicas	71
Metas Alcançadas	25
Em andamento com cronograma no prazo	23
Em andamento com cronograma em atraso	2
Não iniciadas com cronograma no prazo	7
Não iniciadas com cronograma em atraso	-
Cancelados	-
Não estimada	14

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

No nível do Plano Geral de Atuação (PGA), que faz um recorte de dois anos, foi elaborado um portfólio de 29 Projetos classificados como prioritários para execução no âmbito do MPMA pela Administração Superior e os Coordenadores dos Centro de Apoio Operacional (CAOps).

O tema escolhido como prioritário para o PGA 2019/2020 foi “TRANSPARÊNCIA FISCAL E COMBATE À SONEGAÇÃO”, que visa intensificar a indução de políticas de inclusão efetivas e redução das desigualdades sociais, dotar o cidadão de instrumentos de fiscalização na correta aplicação dos recursos públicos, refletindo diretamente na saúde, educação e serviços essenciais básicos, procurando diminuir a dependência financeira, econômica e social da população.

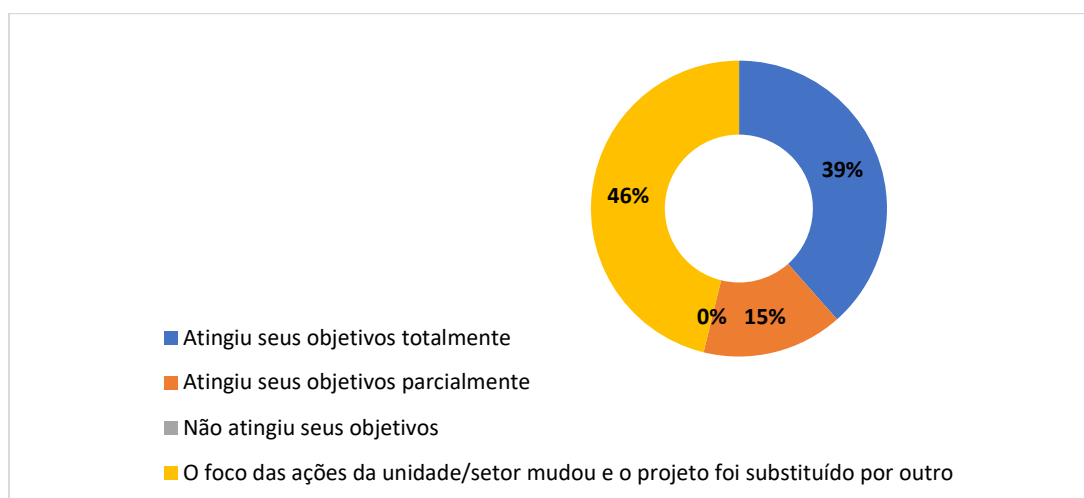
Tabela 41 – Monitoramento dos Projetos do PGA 2019-2020

Unidade	Projetos em vigor	Projetos encerrados	Projetos novos iniciados em 2020
CAOp/Consumidor	1	3	1
CAOP/ProAd	4	0	0
CAOP/Infância e Juventude	3	0	2
CAOp/Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência	1	2	0
CAOUMA	2	0	0
CAOP/Criminal	3	4	0
CAOP/Direitos Humanos	3	3	0
CAOP/Saúde	5	0	2
CAOP/Educação	3	1	0
Total	25	13	5

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

Dos 13 (treze) Projetos da área finalística, coordenados pelos Centros de Apoio Operacionais, encerrados até dezembro de 2020, 46% aconteceu porque o foco das ações da unidade/setor mudou e o projeto foi substituído por outro, conforme gráfico abaixo.

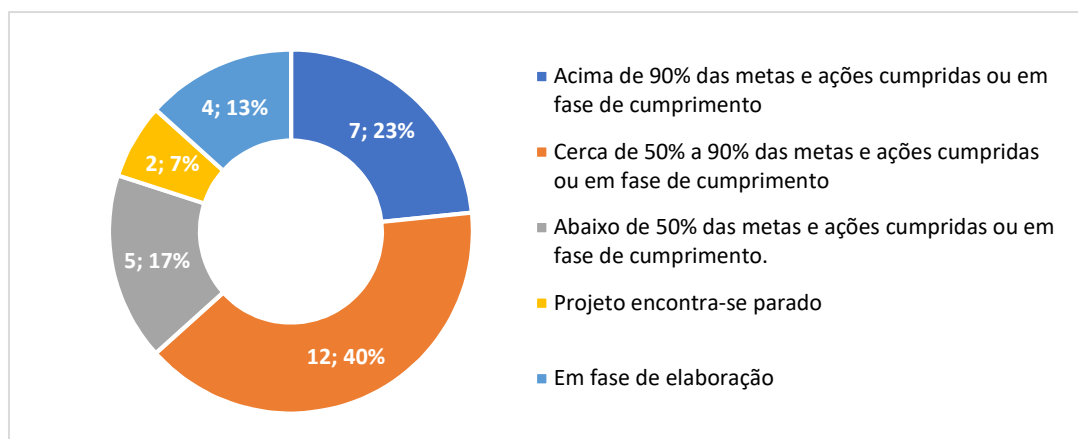
Gráfico 10: Motivo do Encerramento dos Projetos das áreas finalísticas coordenadas pelos CAOps



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

Em relação ao monitoramento da execução dos 30 projetos da área finalística, coordenados pelos CAOps ao longo de 2020, 12 (40%) cumpriram ou estavam em fase de cumprimento das metas e ações programadas entre 50% a 90%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 11: % de execução dos Projetos das áreas finalísticas coordenados pelos CAOps em 2020



Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

Tabela 42 – Status dos Projetos do PGA 2019-2020

Unidade	Acima de 90% das metas e ações cumpridas ou em fase de cumprimento	Cerca de 50% a 90% das metas e ações cumpridas ou em fase de cumprimento	Abaixo de 50% das metas e ações cumpridas ou em fase de cumprimento.	Projeto encontra-se parado	Em fase de elaboração
CAOp/Consumidor	0	2	0	0	0
CAOP/ProAd	1	2	1	0	0
CAOP/IJ	1	2	0	0	2
CAOp/PIPD	1	0	0	0	0
CAOUMA	0	0	2	0	0
CAOP/Criminal	2*	1	0	0	0
CAOP/DH	2	1	0	0	0
CAOP/Saúde	0	2	1	0	2
CAOP/Educação	0	2**	1**	2	0
Total	7	12	5	2	4

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2020.

* Apesar de atingirem mais de 90% das metas e ações, os 2 (dois) projetos encontraram-se parados

** Apesar de ter atingido cerca de 50% a 90% das metas, o Projeto Pau de Arara encontra-se parado atualmente, assim como o Projeto Educação Infantil, que está abaixo de 50% das metas alcançadas.

3. PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES REALIZADAS PELO CNMP

- a) Participação do Assessor de Planejamento, Marcelo Amorim, como debatedor na quarta edição da live FNG Café, iniciativa do Fórum Nacional de Gestão (FNG), vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), realizada dia 29 de abril, com o tema “Desafios de Governança: Inquietações e Inspirações”, e que teve como convidada especial a coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), Karla de Faria Abdala Félix;

- b) Recepção ao conselheiro do CNMP, Silvio Amorim Junior, durante visita institucional, no dia 4 de dezembro, cujo objetivo foi conhecer o funcionamento interno do Ministério Público do Maranhão, as dependências da instituição e as boas práticas que estão sendo desenvolvidas no enfrentamento à corrupção e lavagem de dinheiro. A visita faz parte do percurso realizado pelo Conselheiro em unidades do Ministério Público de todo país e foi acompanhada pelo secretário de Planejamento e Gestão do MPMA, Carlos Henrique Rodrigues Vieira.

4. EDIÇÃO DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES AFETAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

A SEPLAG teve importante papel na participação e condução de reuniões com os diversos setores administrativos para elaboração do Relatório de Transição e Planos de Ação, a fim de levantar os principais resultados alcançados, avanços e boas práticas, além de oportunidades de melhorias relacionadas ao quadro técnico, tecnologia da informação, comunicação, regulamentação, capacitação, dentre outros.

Quadro 19 – Relatórios e Publicações da SEPLAG

Publicação	Descrição	Destinatário
Relatório Anual de Atividades MPMA/2019	Consolidação dos relatórios enviados pelos setores administrativos, CAOPs e PGJ	TCE
Relatório Anual de Desempenho do Planejamento Estratégico 2020 RADAR/CNMP	Principais resultados alcançados do Planejamento Estratégico para cumprimento da Resolução nº 147/2016 - CNMP	CNMP
Construção da Página da SEPLAG no site do MPMA	Publicação das principais atividades realizadas para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico	Site MPMA
Inscrição dos Projetos Institucionais	Inscrição dos Projetos Institucionais no Banco de Projetos do CNMP e Prêmio Innovare	CNMP e Prêmio Innovare

Fonte: SEPLAG/PGJ, 2019.

5. PARTICIPAÇÃO EM DIVERSAS COMISSÕES E REUNIÕES NO ÂMBITO DO MPMA

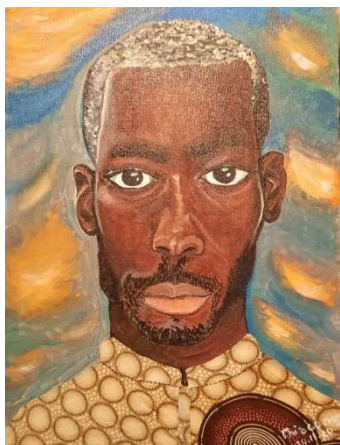
- Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Curadoria do Centro Cultural do MP;
- Gestão por Competências;
- Orçamento 2020;
- Comissão organizadora responsável pelo Processo Seletivo de Estagiários no Ministério Público do Estado do Maranhão (Estágio Não-Obrigatório);
- Comissão de Estudos objetivando a reorganização e redistribuição de atribuições de Promotorias de Justiça da Comarca da Ilha de São Luís;
- Comissão de Estudos para o Aperfeiçoamento dos Sistemas (Ceas).

- Participação em reunião com CNMP sobre Núcleo de Estudos da Mulher Indígena.
- Comissão de implementação do Teletrabalho.

6. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020

- a) Visita Institucional do Prefeito Eleito Eduardo Braide, no dia 2 de dezembro. O diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e outros membros da Administração Superior estiveram presentes na visita institucional do Prefeito Eleito de São Luís, Eduardo Braide, que recebido pelo Procurador Geral de Justiça. O encontro foi oportunidade diálogo entre o futuro gestor municipal e o Ministério Público do Maranhão para buscar alternativas que beneficiem a população de São Luís;
- b) Participação do Diretor da SEPLAG, Dr. Carlos Henrique Rodrigues Vieira, como moderador de uma mesa-redonda, sobre o tema Sistema de Justiça nas Sociedades Democráticas – Uma questão de limites, durante o 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, realizado nos dias 3 e 4 de dezembro, de forma virtual;
- c) Reunião de elaboração do projeto de Regulamentação Fundiária. No dia 17 de novembro, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Carlos Henrique Rodrigues Vieira, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Público, Fernando Barreto, o diretor da Secretaria de Assuntos Institucionais em exercício, Joaquim Ribeiro e a chefe de Gabinete do PGJ, Theresa de La Iglesia, participaram de uma reunião sobre a regulamentação fundiária em São Luís. A reunião, mediada pelo Procurador Geral de Justiça, teve como objetivo traçar estratégias de atuação conjunta para sanar irregularidades e aumentar a regularização fundiária na capital maranhense. O encontro também contou com a participação do superintendente da Secretaria de Patrimônio da União no Maranhão, Coronel Monteiro e secretário estadual de Cidades e Desenvolvimento Urbano, Raimundo Reis;
- d) Participação na Abertura das Eleições. No dia 15 de novembro, o diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Carlos Henrique Vieira, o diretor da Secretaria de Assuntos Institucionais em exercício, Joaquim Ribeiro Jr., o coordenador de Assuntos Estratégicos e Inteligência, Luiz Muniz Rocha Filho, o promotor de justiça eleitoral, Pablo Bogéa, e Procurador Geral de Justiça. Eduardo Nicolau, participaram da solenidade das aberturas das Eleições de 2020 no Tribunal de Justiça do Maranhão, aberto pelo presidente do TRE-MA e desembargador Tyrone Silva.

Centro Cultural do Ministério Público (CCMP)



Tela do artista plástico Thiago Cruz

O Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão - CCMP, instalado na Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro de São Luís, tem como objetivo regimental oferecer à comunidade um espaço cultural de múltiplas linguagens, promovendo-lhe uma interlocução diferenciada do Ministério Público pela via extraprocessual, visando a transformação social. O foco da unidade, inaugurada em dezembro de 2018, cuja curadoria é subordinada à SEPLAG, está na área cultural e histórica, com a missão de dar visibilidade ao trabalho da instituição e oferecer à comunidade um espaço de estímulo às artes, projetos sociais e educacionais.

Depois de um 2019 de intensa programação, o CCMP iniciou suas atividades de 2020, ao público externo, no dia 6 de março. O evento inaugural, alusivo ao Dia Internacional da Mulher, contou com uma roda de conversa que debateu o Namoro Legal, formada pela promotora especializada na defesa da mulher Selma Martins e pela psicóloga Denyse Campos, além de uma vasta programação cultural, que incluiu o Cantador Zé Guerra, a violeira Rosinha Alves, acompanhada por Vital Ferreira, a cordelista Raimunda Frazão e o lançamento do cordel Maria Firmina dos Reis, uma mulher de atitude, de Goreth Pereira e Antonio Pereira. O público de 190 pessoas, estudantes da rede municipal de São Luís, lotou o auditório e participou ativamente de toda a programação.



Quadro do artista Thiago Cruz

Parecia um ano promissor, mas em março, a pandemia de Covid-19 chegou, fazendo com que todas as atividades e depois, o próprio expediente, fossem suspensos. As atividades internas foram retomadas no mês de julho e, desde então, foi necessário refazer o planejamento para o ano, com número reduzido de programações presenciais e investimento em transmissões pela internet e produção de vídeos.

Somente em setembro o Centro Cultural do Ministério Público voltou a contar com uma solenidade presencial. No dia 9 foi lançada virtualmente a exposição Mensagem na garrafa, do artista Marcus Jansen. Na oportunidade o Memorial do Ministério Público recebeu uma doação do artista de uma das suas obras, em que retrata, simbolicamente, o MPMA.

No dia 20 de novembro, data em que se comemora o Dia da Consciência Negra, foi aberta à visitação, com agendamento, a exposição coletiva Identidades e lançado o Núcleo da Diversidade, encerrando-se, assim, a reduzida agenda de eventos presenciais de 2020 do CCMP.

1. REALIZAÇÃO DE EXPOSIÇÕES

Resguardados os cuidados inerentes ao período de pandemia, mantivemos o calendário de exposições nos espaços de artes Ilzé Cordeiro (CCMP) e Márcia Sandes (PGJ).

Quadro 20 – Exposições realizadas no Espaço Ilzé Cordeiro (CCMP) em 2020

ITEM	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	17/01/2021	Adeilson Furtado		
2	23/jan	Janyce Gabriela Martins	Alimentos artesanais	
3	05/03 a 22/07	Marcelo Cunha	Fotografia	Mother - Maternos semblantes
4	05/03 a 14/09	Marcus Jansen	Cola epóxi	Mensagem na garrafa - O despertar para a sensibilidade
5	22/07 a 17/09	Almir Valente	Bico de pena; Acrílica sobre tela; bico de pena s/ entretela; acrílica sobre cartão-duplex; impressão sobre madeira	A retrospectiva "Poética do tempo e da memória"
6	17/09 a 17/11	Curador - João Damasceno (Museu de Pesquisa de História e Arqueologia do MA)	Várias Etnias	Exposição Arte e Cultura Indígena
7	09/10 a 3/11	Fábio Vidotti – Oficina com crianças	Giz de cera	Exposição Arte Livre
8	18/11/20 a 29/01/21	Curador - João Damasceno (Museu de Pesquisa de História e Arqueologia do MA)	Várias Etnias	Exposição Coletiva Identidades
9	18/11/20 a 29/01/21	Nilma Teresa Alves; Vanusa Moraes Ribeiro; Márcia Rosana Brito; Vitória Rodrigues	Esculturas em cerâmica	Exposição Coletiva Identidades
10	18/11/20 a 29/01/21	Sidney Colins	Papel machê, pet e papelão	Exposição Coletiva Identidades
11	18/11/20 a 29/01/21	Ângela Ferreira	Resina, gesso e metal c/ pintura fria; Cerâmica, tecido c/ pintura fria; Cerâmica c/ pintura fria	Exposição Coletiva Identidades
12	18/11/20 a 29/01/21	Izabel Matos	Escultura	Exposição Coletiva Identidades
13	18/11/20 a 29/01/21	Tassila Custodes	Fotografia - Ilustração digital	Exposição Coletiva Identidades
14	18/11/20 a 29/01/21	Thiago Cruz	Acrílica e colagem de tecidos africanos sobre tela	Exposição Coletiva Identidades
15	18/11/20 a 29/01/21	Jean Charles	Escultura em cerâmica, Mista (telas e outros elementos)	Exposição Coletiva Identidades

Fonte: CCMP/PJG, 2020

Quadro 21 – Exposições realizadas no Espaço de Artes Márcia Sandes (PGJ) em 2020

ITEM	PERÍODO	ARTISTA	TÉCNICA	TÍTULO
1	20/01 a 03/02	Adeilson Furtado		
2	28/02/2021	Beto Lima/ Fransoufer	Óleo sobre tela	Duas fases
3	13/03/2021	Almir Valente	Bico de pena; Acrílica sobre tela; bico de pena s/ entretela; acrílica sobre cartão-duplex; impressão sobre madeira	A retrospectiva “Poética do tempo e da memória”
4	16/03 a 27/07	M Felipe	Tinta esmalte base água em placa PVC	Momentos
5	29/07 a 14/09	Marcelo Cunha	Fotografia	Mother - Maternos semblantes
6	14/09 a 02/10	Marcus Jansen	Cola epóxi	Mensagem na garrafa - O despertar para a sensibilidade
7	14/10 a 13/11	Fábio Vidotti	Óleo sobre tela, uso do pincel e finalização com os dedos	Cenas Brasileiras
8	23/11 a 27/11	Beto Lima/ Valdones	Óleos sobre tela	
9	03/12/20 a 29/01/21	Curador - João Damasceno (Museu de Pesquisa de História e Arqueologia do MA)	Várias Etnias	Exposição Coletiva Identidades
10	03/12/20 a 29/01/21	Vitória Rodrigues, Ângela Ferreira, Izabel Matos e Jean Charles	Esculturas em cerâmica	Exposição Coletiva Identidades
11	03/12/20 a 29/01/21	Cláudia Sopas	Encáustica	Exposição Coletiva Identidades
12	03/12/20 a 29/01/21	Jasf Andrade e Roberto Sobrinho (Quilombos de Penalva)	Fotografia	Exposição Coletiva Identidades

Fonte: CCMP/PGJ, 2020

2. APOIO NA PRODUÇÃO DE ATIVIDADES DA ESMP: DIÁLOGOS PLURAIS E ESMP LITERÁRIA

O Centro Cultural trabalha em sinergia com a Escola Superior do Ministério Público. O resultado mais visível desse trabalho em conjunto é no auxílio à ESMP na realização dos Diálogos Plurais (criado em 2020, em substituição à série de debates Diálogos Republicanos) e do ESMP Literária (criado em 2019), participando da discussão em torno de temas e convidados, bem como na produção e divulgação dos eventos.



Diálogos Plurais, em parceria com a ESMP, debateu a Lei Maria da Penha para comunidades indígenas

Em 2020, tanto o ESMP Literária como o Diálogos Plurais foram realizados na forma de transmissões online, pelo canal da Escola Superior do Ministério Público no YouTube, conforme abaixo:

- 19 de agosto: ESMP LITERÁRIA – “Cais da Sagração, de Josué Montello”.
- 3 de setembro: Diálogos Plurais – “Lei Maria da Penha e a Mulher Indígena”.
- 17 de novembro: Diálogos Plurais - "A lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro brasileira e africana.
- 19 de novembro:

3. VISITAS INSTITUCIONAIS

A atividade de Curadoria do Centro Cultural requer conhecimento amplo de artistas e das múltiplas linguagens. Apesar de recebermos muitas visitas de artistas e intelectuais dispostos a colaborar com as atividades do CCMP, também entendemos que é preciso buscar conhecimento e estreitamento de relações. Em 2020, devido à pandemia de Covid-19, as visitas externas para prospecção e tratativas sobre exposições foram significativamente reduzidas, mas registramos as realizadas em 10 de janeiro ao ateliê do artista M. Felipe, em 11 de setembro ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão e a de 6 de novembro ao Estaleiro Escola no Sítio Tamancão.

4. REUNIÕES

A equipe do Centro Cultural realiza, sistematicamente, reuniões de planejamento com a SEPLAG e ESMP, bem como tratativas, em geral com artistas, interessados em exposições ou atividades como oficinas, debates e outros.

O volume deste tipo de trabalho foi reduzido, como consequência das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, sendo realizadas as seguintes:



No Dia Internacional da Mulher, o tema Namoro Legal foi debatido com alunos da rede municipal de educação

- 9 de janeiro – Cineasta Thais Lima (programação de mostra de filmes sobre violência contra crianças e adolescentes);
- 9 de janeiro – Artista plástico Manoel Felipe (proposta de exposição);
- 9 de janeiro – Equipe SEPLAG (planejamento);
- 13 de fevereiro - Artista plástico Manoel Felipe (calendarização exposição);

- 14 de fevereiro – Instituto de Previdência Municipal de Paço do Lumiar - PrevPaço (proposta de itinerância de programação do CCMP);
- 17 de fevereiro – Cordelista e artista plástica Goreth Pereira (programação de atividade alusiva ao Dia da Mulher);
- 17 de fevereiro – Artista plástico Vital Barbosa [e Michel Angelim] (proposta de exposição);
- 18 de fevereiro – Visita de grupo do Sesi;
- 19 de fevereiro – Equipe Programa Memória (proposta de atividades);
- 20 de fevereiro – Equipe SEPLAG (Feira do Livro 2020);
- 12 de março – Equipe SEPLAG (planejamento de atividades);
- 2 de junho – Equipe transição PGJ (apresentação de proposta de trabalho CCMP);
- 6 de julho – PGJ, Diretoria ESMP, Diretoria Geral, Serviços Gerais (estruturação CCMP);
- 8 de julho – Equipe ESMP, Memorial (proposta de atividades);
- 14 de julho – Equipe ESMP (planejamento ESMP);
- 17 de julho – Equipe ESMP (proposta de filmagem de documentários das exposições e de contações de histórias);
- 17 de julho – CAOp DHC (Projeto Rede do Bem);
- 20 de julho – PGJ, SEPLAG, Secinst, SubAdm (regulamentação de situação do CCMP);
- 21 de julho – Professor e cientista Rodrigo Gonçalves Dias (proposta de atividades);
- 3 de setembro – Equipe SEPLAG (reunião de planejamento);
- 17 de setembro – Equipe ESMP/membros de religiões de matriz africana (programação do mês da Consciência Negra);
- 15 de dezembro – Diretoria ESMP (apresentação de proposta de ação para o CCMP em 2021).

Sobretudo nas reuniões de planejamento com a SEPLAG e/ou ESMP (e em alguns momentos com o PGJ), a equipe do CCMP buscou sempre apresentar soluções de melhoria de instalações e alinhadas aos tempos incertos de pandemia de Covid-19. Entre as propostas apresentadas estão a de requalificação do Espaço de Artes Ilzé Cordeiro, ampliação e melhoria de espaços de convivência (restaurante e Praça Rosa Coutinho), criação da Sala Multissensorial e da Sala Multifuncional, bem como instalações de salas para Autocomposição.

5. REALIZAÇÃO DE VÍDEOS

Como uma estratégia para continuar oferecendo programação ao público, foi desenvolvida, em parceria com a Coordenadoria de Comunicação, uma série de vídeos sobre as exposições dos Espaços de Artes Ilzé Cordeiro e Márcia Sandes, além de registros de contações de histórias, com a colaboração da servidora e escritora Márcia Montenegro.

A elaboração do roteiro e a produção e contato com os artistas ficou a cargo da equipe do CCMP. Os produtos audiovisuais ficaram, desde então, disponíveis no canal do YouTube do Ministério Público:

- Mensagem na garrafa, com o artista Marcus Jansen
- Mother, com o fotógrafo Marcelo Cunha
- Retrospectiva, com o artista Almir Valente

- Momentos, com o artista Manoel Felipe
- Cenas brasileiras, com o artista Fábio Vidotti
- Contação de história de Pitoco, com a escritora e servidora Márcia Montenegro
- Contação de história de O valor de cada um, com a escritora e servidora Márcia Montenegro
- Arte indígena, com o antropólogo João Damasceno, do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição.

Destacamos a seguir, os principais dados da atividade processual da Assessoria Especial:

1. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSESSORIA ESPECIAL DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA (1º SEMESTRE 2020)

Tabela 43 – Interposições Judiciais no TJMA - 1º Semestre/2020

<i>Interposições</i>	Quant.
<i>Denúncias</i>	42
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	12
<i>Agravo em Recurso Especial</i>	2
<i>Alegações Finais</i>	4
<i>Recurso Extraordinário</i>	2
<i>Agravo Interno</i>	36
<i>Mandado de Segurança</i>	2
<i>Contrarrazões</i>	36
<i>Recurso Ordinário</i>	1
<i>Recurso Especial</i>	4
<i>Recurso Administrativo</i>	1
<i>Suspensão de Liminar junto ao STF</i>	1
<i>Ação civil Pública (perda do cargo)</i>	1
<i>Embargos de Declaração</i>	17
TOTAL	161

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

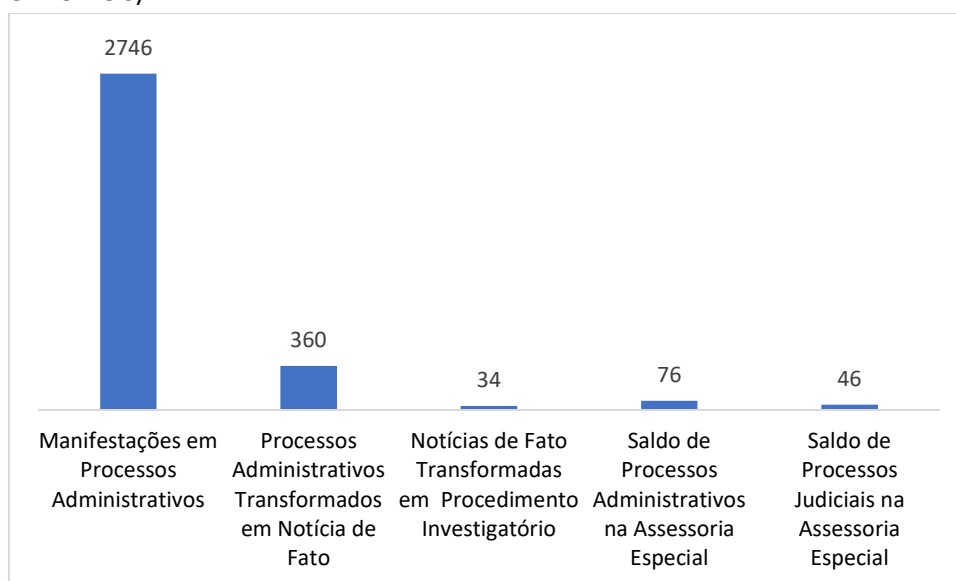
Tabela 44 – Manifestações em Processos Judiciais - 1º Semestre/2020

Tipo de Manifestação	Quant.
<i>Precatórios</i>	817
<i>Mandado de Segurança</i>	37
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	5
<i>Embargos de Declaração</i>	3
<i>Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)</i>	17
<i>Ação Penal</i>	4
<i>Restituição de Coisas Apreendidas</i>	1
<i>Habeas Corpus</i>	1

<i>Procedimento Administrativo Disciplinar</i>	1
<i>Recurso Extraordinário</i>	2
<i>Inquérito Policial</i>	2
<i>Agravo Regimental</i>	8
<i>Suspensão de Liminar</i>	11
<i>Termo Circunstanciado</i>	1
<i>Cautelar Inominada</i>	3
<i>Termo Circunstanciado</i>	1
<i>Execução de Título Extrajudicial</i>	1
<i>Notícia Crime</i>	2
<i>Conflito de Jurisdição</i>	1
<i>Agravo Interno</i>	7
<i>Intervenção em Município</i>	2
<i>Incidente de Uniformização de Jurisprudência</i>	1
<i>Procedimento Ordinário</i>	1
<i>Ação Rescisória</i>	1
<i>Medidas protetivas (LMDP)</i>	1
<i>Revogação de Prisão</i>	1
<i>Autos de Prisão em Flagrante</i>	1
<i>Intervenção Federal</i>	1
<i>Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário</i>	1
TOTAL	935

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Gráfico 12 – Manifestações em Processos Administrativos e Judiciais 1º Semestre /2020 (SIMP e DIGIDOC)



Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

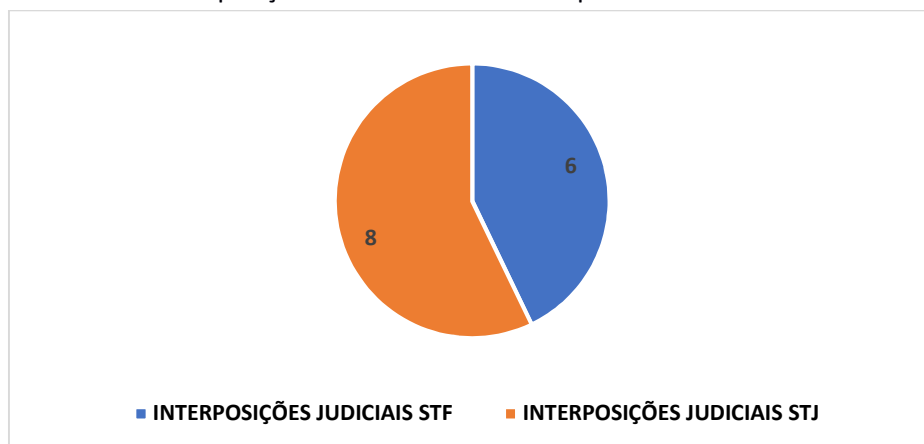
2. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ASSESSORIA ESPECIAL DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA (2º SEMESTRE 2020)

Tabela 45 – Interposições Judiciais no TJMA – 2º Semestre/2020

<i>Interposições</i>	Quant.
<i>ADIN</i>	25
<i>Agravo Interno</i>	3
<i>Embargos de Declaração</i>	2
<i>Mandado de Segurança</i>	5
<i>Recurso Ordinário</i>	1
TOTAL	33

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Gráfico 13 – Interposições Judiciais Tribunais Superiores – 2º Semestre 2020



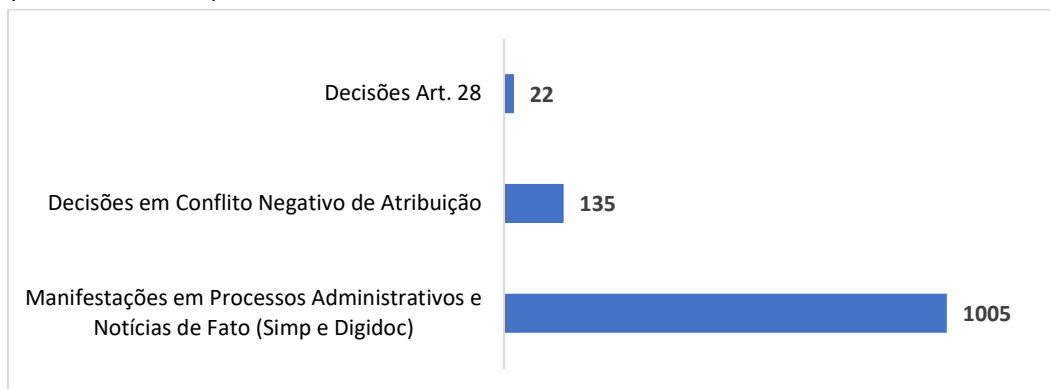
Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Tabela 46 – Manifestações em Processos Judiciais - 2º Semestre/2020

Tipo de Manifestação	Quant.
<i>Ação Civil Pública</i>	1
<i>Ação Direta de Inconstitucionalidade</i>	18
<i>Ação Penal</i>	2
<i>Contrarrazões</i>	5
<i>Embargos de Declaração</i>	3
<i>Inquérito Policial</i>	6
<i>Mandado de Segurança</i>	30
<i>Precatórios</i>	21
<i>Procedimento Investigatório Criminal – PIC</i>	1
<i>Reclamação</i>	2
<i>Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela</i>	4
<i>Suspensão de liminar e de Sentença</i>	1
TOTAL	94

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Gráfico 14 – Manifestações em Processos Administrativos e Notícias de Fato 2º Semestre /2020 (SIMP e DIGIDOC)



Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Tabela 47 – Movimentação Processual no 2º Semestre de 2020

QUANTITATIVO DE PROCESSOS RECEBIDOS	
<i>Administrativos</i>	1201
<i>Judiciais</i>	157
TOTAL	1358
SALDO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	
<i>Regulares</i>	54
<i>Sobrestados</i>	5
TOTAL	59
SALDO DE PROCESSOS JUDICIAIS	
	11

Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Gráfico 15 – Quantidade de expedientes emitidos em 2020



Fonte: ASSESP/PGJ, 2020.

Assessoria Técnica (ASTECH)

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

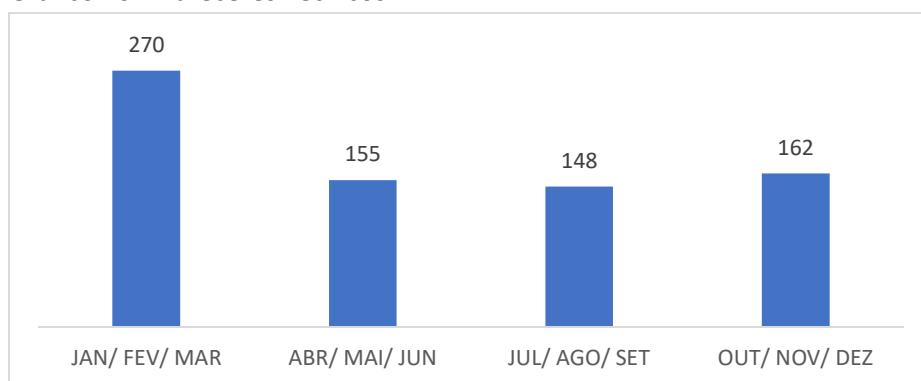
No exercício de 2020, foram emitidos 735 (setecentos e trinta e cinco pareceres técnicos), avaliados trimestralmente e distribuídos entre o NATEC – Núcleo de Assessoria Técnica (519), Médicos (8), NATAR/TIMON – Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Timon (76), NATAR/IMPEERATRIZ - Núcleo de Assessoria Técnica Regionalizada de Imperatriz (132), conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 48 – Pareceres Técnicos

Atividades/Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Pareceres	270	155	148	162

Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Gráfico 16 – Pareceres Técnicos



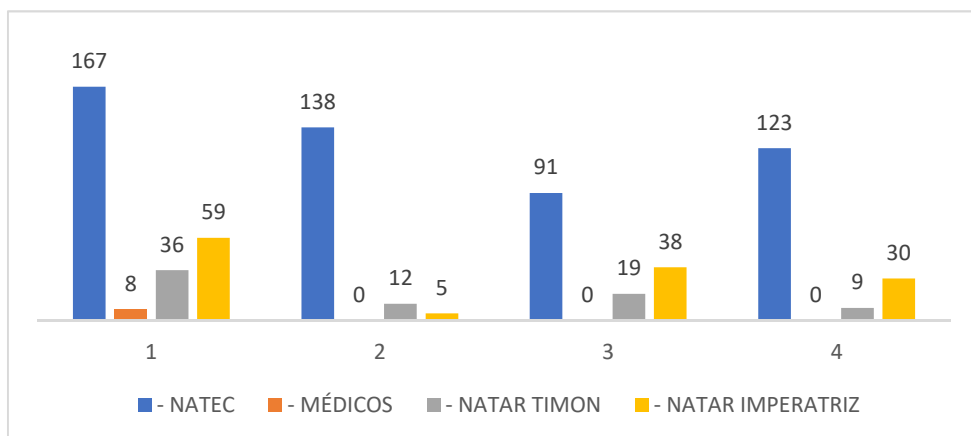
Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Tabela 49 – Pareceres Setoriais

Atividades/ Trimestre	Jan/ Fev/ Mar	Abr/ Mai/ Jun	Jul/ Ago/ Set	Out/ Nov/ Dez
NATEC	167	138	91	123
MÉDICOS	8	0	0	0
NATAR TIMON	36	12	19	9
NATAR IMPERATRIZ	59	5	38	30

Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Gráfico 17 – Pareceres Setoriais



Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

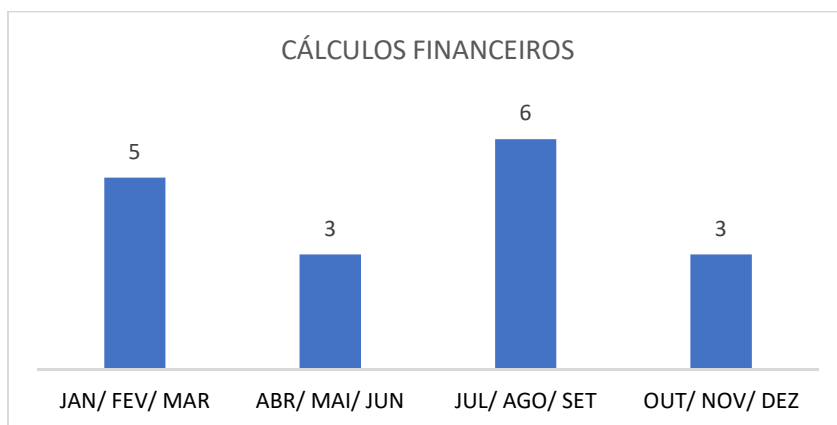
Foram emitidos 17 (dezessete) cálculos, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 50 – Cálculos

Atividades/ Trimestre	Jan/ Fev/ Mar	Abr/ Mai/ Jun	Jul/ Ago/ Set	Out/ Nov/ Dez	Total
CÁLCULOS FINANCEIROS	5	3	6	3	17

Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Gráfico 18 – Cálculos



Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

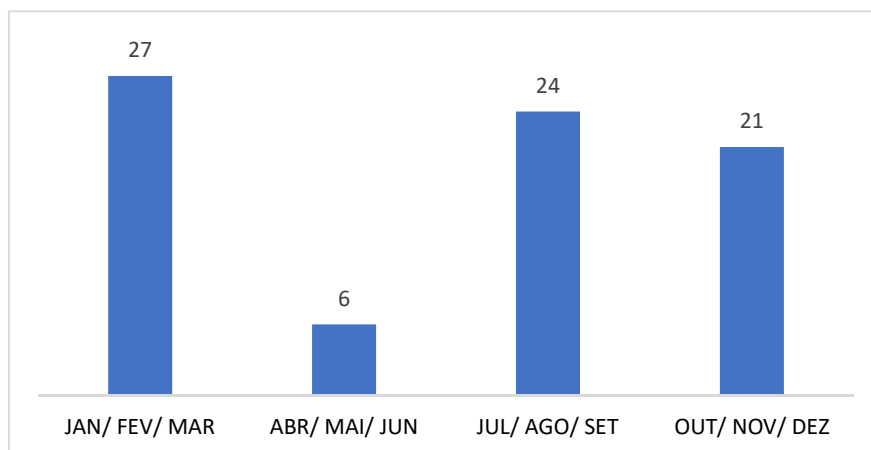
Foram realizadas 78 (setenta e oito) vistorias e respectivos relatórios de engenharia, avaliados trimestralmente, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos a seguir:

Tabela 51 – Vitorias/ Relatório de Engenharia

Atividades/ Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
VISTORIAS/ RELATÓRIOS DE ENGENHARIA	27	6	24	21

Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Gráfico 19 – Vistorias/ Relatório de Engenharia



Fonte: ASTEC/PGJ, 2020

Assessoria de Controle Interno e Auditoria (ACIA)

No âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, as atribuições regimentais da Assessoria de Controle Interno estão estabelecidos no *Ato Regulamentar nº. 22/2020*, o qual dispõe sobre o *Regimento Interno* do órgão, no *art. 30* da norma em destaque.

A Assessoria contribui para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que podem levar a instituição a dificuldades financeiras e operacionais. O trabalho de auditoria interna é fundamental para que a instituição mantenha o foco em seus objetivos, pois impulsiona-a rumo a suas metas, minimizando reveses, reduzindo os riscos de perda de ativos e ajudando a assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e sua conformidade com as leis e regulamentos.

Esta Assessoria pautou as atividades desenvolvidas de controle interno e auditoria no *Plano Anual de Controle Interno e Auditoria – Exercício 2020*, datado de 15/01/2020, submetido à apreciação da Administração Superior pelo MEMO-AUD-062020 (Código de validação: 0D74D2B92E – DIGIDOC).

Assim, na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e, por corolário, pelo fortalecimento institucional, realizamos atividades tanto de *auditoria* como de *acompanhamento da implementação de recomendações*, nas seguintes áreas:

- a) Administrativa, Foco: Portal da Transparência;

- b) Gestão Patrimonial:
 - b.1) Foco: Inspeções in loco nos Almojarifados (Material de Consumo);
 - b.2) Foco: Inspeções in loco nos Almojarifados (Material Permanente); e
 - b.3) Foco: Bens Imóveis.
- c) Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta;
- d) Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Foco: Obras concluídas em 2019; e
- e) Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Serviços de Natureza Continuada.

Assessoria Técnica da Administração (ASTECADM)

A presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de Dezembro de 2016, passa-se a se chamar Assessoria Técnica da Administração, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões, em conformidade com o Art. 64 do Ato Regulamentar nº 22/2020, de 10 de maio de 2020 e publicado em 9 de junho de 2020.

Dando cumprimento ao art. 64 do ATO REGULAMENTAR nº 22/2020, que cita as competências desta Assessoria Técnica da Administração e que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça. No exercício de 2020, foram emitidas, por esta Assessoria Técnica da Administração, manifestações sobre os mais variados objetos: Prestação de Contas dos recursos recebidos a título de Suprimento de Fundos (adiantamento); Abono de Permanência; Adesão a Ata de Registro de Preço; Aditivo Contratual; Ajuda de Custo; Condição Especial de Trabalho; Aposentadoria; Celebração de Contrato; Dispensa de Licitação; Fase Interna de Licitação; Incorporação, Desincorporação e Averbação de Tempo de Serviço e Contribuição Previdenciária; Inexigibilidade; Locação de Imóvel; Pagamento de Obras, Materiais e Serviços; Prestação de Contas do FEMPE; Reajuste Contratual; Reajuste de Contrato de Locação; Repactuação Contratual; Regularização de prestação de Contas do Adiantamento; Solicitação de Empenhos; Verbas Indenizatórias; Restituição ao Erário e Outros.

No aspecto quantitativo, emitimos 1390 (mil trezentos e noventa) Pareceres Técnicos durante o exercício de 2020, conforme podemos observar na Tabela 01 a seguir:

Tabela 52 – Número de manifestações/pareceres discriminados por assunto /2020

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Abono Permanência</i>	14
<i>Adesão SRG</i>	7
<i>Aditivo Contratual</i>	50
<i>Ajuda de Custo</i>	21
<i>Aposentadoria</i>	9
<i>Condição Especial de Trabalho</i>	1
<i>Dispensa de Licitação</i>	12
<i>Fase Interna de Licitação</i>	40
<i>Incorp. Desin. e Averbação de Tempo de Serviço e Cont.</i>	8
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	29

<i>Locação de Imóvel</i>	22
<i>Pagamentos de Obras, Materiais e Serviços</i>	647
<i>Pecúnia</i>	3
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	211
<i>Prestação de Contas do FEMPE</i>	5
<i>Reajuste Contratual</i>	13
<i>Reajuste de Contrato de Locação</i>	3
<i>Regularização de Prestação de Contas Adiantamento</i>	23
<i>Reequilíbrio Contratual</i>	3
<i>Solicitação de Empenhos</i>	145
<i>Verbas Indenizatórias</i>	110
<i>Restituição ao Erário</i>	4
<i>Outros</i>	10
TOTAL	1390

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2020.

A tabela a seguir fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2020 as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

Tabela 53 – Número de manifestações/pareceres discriminados por grupo/2020.

GRUPO	QUANTIDADE
<i>Execução Orçamentária</i>	1031
<i>Gestão de Pessoas</i>	170
<i>Licitação</i>	179
<i>Outros</i>	10
TOTAL	1390

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2020.

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas, tivemos:

Tabela 54: Número de pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por assunto/2020.

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Verbas Indenizatórias</i>	110
<i>Ajuda de Custo</i>	21
<i>Abono de Permanência</i>	14
<i>Incorporação/Averbação Tempo de Serviço</i>	8
<i>Aposentadoria</i>	9
<i>Pecúnia</i>	3
<i>Restituições ao Erário</i>	4
<i>Condição Especial de Trabalho</i>	1
TOTAL	170

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2020.

A respeito dos processos administrativos relativos à Licitação, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 55 – Número de pareceres relativos à Licitação divididos por assunto/2020.

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Inexigibilidade de Licitação</i>	29
<i>Locação de Imóvel</i>	22
<i>Reajuste Contratual</i>	13
<i>Repactuação/Reequilíbrio Contratual</i>	3
<i>Fase Interna de Licitação</i>	40
<i>Aditivo contratual</i>	50
<i>Dispensa de Licitação</i>	12
<i>Adesão SRG</i>	7
<i>Reajuste do contrato de Locação</i>	3
TOTAL	179

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2020.

Quanto a estes, conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se um pouco mais célere, principalmente em virtude das edições dos normativos abaixo listados que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos:

- 1) Edição da ORDEM DE SERVIÇO N° 016/2013 – DG, de 31 de janeiro de 2013, que estabelece os documentos necessários para instrução dos processos administrativos relativos à locação de imóvel;
- 2) Edição do ATO REGULAMENTAR N° 09/2013 – GPGJ, de 11 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- 3) Edição do ATO REGULAMENTAR N° 10/2013 – GPGJ, de 09 de agosto de 2013, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada;
- 4) Edição do Ato Regulamentar nº 11/2014 – GPGJ que dispõe sobre a nova disciplina do Sistema de Registro de Preços, no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão; e,
- 5) Edição Ato Regulamentar nº 13/2020 - GPGJ, de 12 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre procedimentos e rotinas para a realização de pesquisas de preços e dá outras providências.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à Execução Orçamentária, assim se apresentaram:

Tabela 56 – Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária/2020.

ASSUNTO	QUANTIDADE
<i>Pagamento de Obras, Materiais e Serviços</i>	647
<i>Solicitação de Empenho</i>	145

<i>Regularização de Prest. de Contas Adiantamento</i>	23
<i>Prestação de Contas de Adiantamento</i>	211
<i>Prestação de Contas Mensal do FEMPE</i>	5
TOTAL	1031

Fonte: ASTECADAM/PGJ, 2020.

No tocante as solicitações de pagamentos, as análises tiveram como foco, além das documentações necessárias ao pagamento (nota de empenho, documento fiscal atestado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista), o prazo de entrega dos serviços ou bens, verificando a conformidade da data de entrega do item contratado com o prazo estabelecido na licitação ou termo de referência, assim como o atendimento às demais determinações contratuais.

Ademais, merece destacar os processos de pagamento de medições de obras ou serviços de engenharia que demandam um pouco mais de tempo quando de sua análise, em razão da própria relevância da contratação (projetos, manutenções e construções prediais) e ainda do volume financeiro envolvido.

Quanto aos processos relativos à concessão e prestação de contas de adiantamento, destacamos:

- a) considerando a necessidade de padronização de rotinas neste Ministério Público, a fim de dar celeridade aos atos administrativos, foi adotado formulário padrão para solicitação de adiantamento pela Administração Superior, com a edição do novo Ato Regulamentar nº 202020, assinado em 22/04/2020 e publicado em 24/04/2020, que regulamenta a forma de concessão, de aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- b) aplicação de recursos diversa da finalidade solicitada (pronto pagamento; reparo, manutenção conservação e adaptação de bens móveis e imóveis e material permanente);
- c) aplicação de recursos em elementos de gasto diverso do solicitado (material de consumo, material permanente, serviços prestados por pessoa física e serviços prestados por pessoa jurídica);
- d) aplicação de recursos fora do período estabelecido na concessão.

OUTRAS ATIVIDADES:

Além das 1390 (mil trezentos e noventa) manifestações, coube a esta Assessoria, no exercício 2020, participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

Assessoria Jurídica da Administração (AJAD)

A Assessoria Jurídica da Administração (AJAD) atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição. As atividades

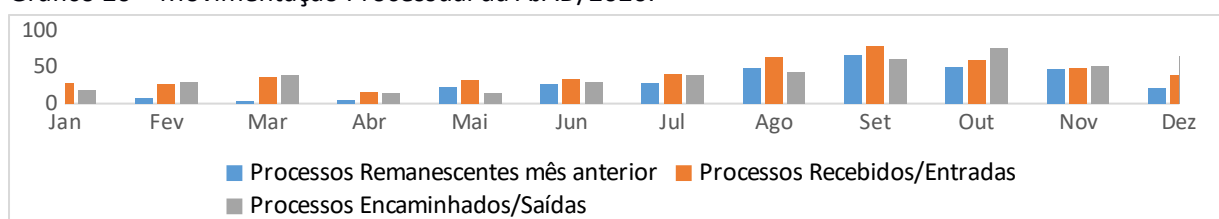
desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração referente ao exercício de 2020, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 57 – Movimentação Processual da AJAD/2020.

Movimentação Processual	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Remanescentes mês anterior	0	7	4	5	23	27	28	49	67	50	48	22
Processos Recebidos/Entradas	28	27	36	16	33	34	40	64	79	60	49	39
Processos Encaminhados/Saídas	18	30	39	15	15	30	39	43	61	77	51	65

Fonte: AJAD/PGJ, 2020.

Gráfico 20 – Movimentação Processual da AJAD/2020.



Fonte: AJAD/PGJ, 2020.

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

1. COMPOSIÇÃO

Este Grupo, desde 15/06/2020, é coordenado por Luiz Muniz Rocha Filho, Promotor de Justiça titular da 22ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís – 4º Promotor de Justiça de Entorpecentes.

O setor de operações e investigações foi composto de 01/01/2020 a 14/06/2020 pelos membros: Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Promotor de Justiça titular da 19ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena do Termo Judiciário de São Luís, Klycia Luiza Castro de Menezes, Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Bacabal; e Fátima Maria Sousa Aroso Mendes, Promotora de Justiça titular da 33ª Promotoria de Justiça Criminal do Termo Judiciário de São Luís.

A partir do dia 15/06/2020 o setor de operações e investigações do GAECO passou a ser composto pelos membros: Fernando Antônio Berniz Aragão, Promotor de Justiça titular da 02ª Promotoria de Justiça Criminal da Comarca de Timon; Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite, Promotora de Justiça titular da 06ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena do Termo de São Luís; Albert Lages Mendes¹, Promotor de Justiça Titular da 01ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Imperatriz.

2. INVESTIGAÇÕES

2.1. Procedimentos Administrativos Lato Sensu instaurados pelo GAECO

No período de 01/01/2020 a 31/12/2020, foram instaurados 13 (treze) procedimentos pelo GAECO, por determinação do Procurador-Geral de Justiça.

Quadro 22 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Lato Sensu instaurados pelo GAECO em 2020.

Número SIMP	Data instauração	Classe	Objeto
002018-750/2020 (Portaria nº 1/2020)	22/01/2020	Procedimento Investigatório Criminal	Referente a Portaria GAECO 01/2020
006124-750/2020	21/02/2020	Notícia de Fato	Referente ao Memorando 592020-GPGJ
026381-750/2020	31/07/2020	Atendimento ao público	Referente ao Ofício 104/2020-1º DECCOR/SECCOR
026634-750/2020	06/08/2020	Atendimento ao Público	Ofício nº 362/2020 – SJ 2ºV, pedido de certidão
024957-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50852
024967-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50244
024943-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 51640
024949-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50911
024963-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50268
024948-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50915
024935-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 51165
024954-750/2020	22/07/2020	Notícia de Fato	Referente ao Rif nº 50717
033059-750/2020	21/09/2020	Procedimento Administrativo Stricto Sensu	Referente ao SIMP 007306-500/2019
TOTAL		13	

Fontes: GAECO/PGJ, 2020.

Participação dos membros do GAECO em 03 (três) operações de cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, que foram realizadas na cidade de São Luís e em cidades no interior do Estado (Operação Cabanos, Operação Quarto Feliz e Operação Cooperação Zero).

Além disso, há outros 41 (*quarenta e um*) procedimentos investigatórios pregressos em andamento, totalizando 54 (cinquenta e quatro) feitos cujas ações investigativas estão sob a condução deste Grupo.

Tabela 58 – Relação dos Procedimentos Investigatórios Pgressos em andamento

Número SIMP	Data instauração	Classe	Valores Investigados (R\$)*
017761-750/2015	18/11/2015	PIC	185.200.000,00
021226-750/2015	16/11/2015	PIC	7.000.000,00
028141-500/2015	23/10/2015	PIC	12.400.000,00
026477-500/2016	18/10/2016	PIC	20.500.000,00
012544-750/2017	13/06/2017	PIC	42.000.000,00

027377-500/2016	27/06/2017	PIC	147.100.000,00
018830-750/2017	04/12/2017	PIC	8.800.000,00
018844-750/2017	08/01/2018	PIC	2.100.000,00
018846-750/2017	30/08/2017	PIC	710.000,00
018861-750/2017	12/12/2017	PIC	4.500.000,00
018865-750/2017	12/12/2017	PIC	4.400.000,00
018876-750/2017	30/08/2017	PIC	750.000,00
018910-750/2017	09/01/2018	PIC	1.800.000,00
019039-750/2017	30/08/2017	PIC	5.700.000,00
019055-750/2017	30/08/2017	PIC	1.400.000,00
019078-750/2017	23/01/2018	PIC	3.100.000,00
019167-750/2017	23/01/2017	PIC	280.000,00
019187-750/2017	23/01/2018	PIC	220.000,00
019190-750/2017	09/01/2018	PIC	1.200.000,00
019192-750/2017	23/01/2018	PIC	1.800.000,00
019194-750/2017	23/01/2018	PIC	360.000,00
016836-500/2017	08/11/2017	PIC	830.000,00
016027-750/2017	29/11/2017	PIC	3.000.000,00
027901-750/2017	30/11/2017	PIC	1.000.000,00
027730-750/2017	29/11/2017	PIC	80.000,00
027731-750/2017	29/11/2017	PIC	7.300.000,00
027886-750/2017	30/11/2017	PIC	2.000.000,00
027887-750/2017	30/11/2017	PIC	6.000.000,00
027890-750/2017	30/11/2017	PIC	4.000.000,00
027905-750/2017	30/11/2017	PIC	1.700.000,00
027909-750/2017	30/11/2017	PIC	2.100.000,00
000414-750/2018	11/01/2018	PIC	3.500.000,00
022637-500/2018	17/09/2018	PIC	2.200.000,00
005531-750/2018	09/10/2018	PIC	-
011660-750/2018	19/10/2018	PIC	17.000.000,00
031740-500/2018	28/05/2019	PIC	80.000,00
027532-750/2018	28/03/2019	PIC	-
035679-500/2018	23/05/2019	PIC	3.900.000,00
005832-750/2019	11/03/2019	PIC	20.400.000,00
023749-750/2019	14/08/2019	PIC	19.000.000,00
005656-500/2018	10/08/2018	PIC	-
TOTAL		41	545.410.000,00

Fonte: GAECO/PGJ, 2020. (* valores aproximados)

2.2. Portarias de designação/delegação para atuação do Gaeco em investigações

Em atendimento às solicitações de auxílio do GAECO, seja pelos demais órgãos que compõem o Ministério Público do Maranhão ou por outros entes de investigação do Poder Público, até o presente momento, por determinação do Procurador-Geral de Justiça, foram expedidas 13 (treze) portarias de designação/delegação de poderes a este Grupo para atuação em investigações, seja por ação conjunta com os requerentes ou pelo acompanhamento dos trabalhos investigatórios, conforme quadro abaixo:

Quadro 23 – Investigações por auxílio ou atuação conjunta com demais órgãos ministeriais e outros entes investigativos do poder público

Nº Portaria	Data	Designação
03/2020	26/08/2020	Força tarefa para atuação conjunta, tendo em vista o que consta do Processo nº 10958/2020.
04/2020	02/09/2020	Atuação conjunta nos autos do Inquérito Civil nº 000647-048/2020, tendo em vista o que consta do Processo nº 10935/2020.
05/2020	02/09/2020	Atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Civil nº 335/2019 SIMP 028647-500/2019), tendo em vista o que consta do Processo nº 10389/2020.
06/2020	03/09/2020	Atuação conjunta nos autos do Inquérito Civil nº 242/2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 10391/2020.
08/2020	11/09/2020	Atuação em conjunto nas investigações, referente aos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº. 007306-500/2019, que trata de fatos conexos com o objeto do Inquérito Civil nº. 01/2018 – PJCM, tendo em vista o que consta do Processo nº 11384/2020.
09/2020	25/09/2020	Auxílio à Promotor de Justiça, tendo em vista o que consta do Processo nº 11626/2020.
10/2020	01/10/2020	Atuação conjunta nos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 012544-750/2017, tendo em vista o que consta do Processo nº 12399/2020.
14/2020	06/11/2020	Auxílio á Promotor de Justiça, tendo em vista o que consta do Processo nº 14166/2020
16/2020	27/11/2020	Atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Policial nº 01/2019/1ºDECCOR/SECCOR, tendo em vista o que consta do Processo nº 13639/2020.
18/2020	25/11/2020	Atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Policial nº 12/2019/1ºDECCOR/SECCOR, tendo em vista o que consta do Processo nº 13639/2020.
20/2020	27/11/2020	Atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Policial nº 13/2019/1ºDECCOR/SECCOR, tendo em vista o que consta do Processo nº 13639/2020.
23/2020	25/11/2020	Atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Policial nº 15/2019/1ºDECCOR/SECCOR, tendo em vista o que consta do Processo nº 13639/2020
25/2020	25/11/2020	Para atuarem e auxiliarem nos autos do Inquérito Policial nº 14/2019/1ºDECCOR/SECCOR, tendo em vista o que consta do Processo nº 13639/2020.
79/2020	07/01/2020	Delegação de atribuições nos autos do PIC nº 020974/750/2018
157/2020	09/01/2020	Auxílio à Promotor de Justiça, tendo em vista o que consta do Processo nº 25279/2019
464/2020	20/01/2020	Delegação de atribuições nos autos do PIC nº 005656-500/2018 e Notícia de Fato nº 034108-500/2019
697/2020	27/01/2020	Atuação conjunta com 1º DECCOR/SECCOR
700/2020	27/01/2020	Atuação conjunta com 1º DECCOR/SECCOR

746/2020	28/01/2020	Delegação de atribuições nos autos do IP nº 12/2019/1ºDECCOR/SECCOR
755/2020	28/01/2020	Atuação conjunta com 1º DECCOR/SECCOR
795/2020	29/01/2020	Delegação de atribuições nos autos do IP nº25/2018/1ºDECCOR/SECCOR
1135/2020	07/02/2020	Delegação de atribuições nos autos no Processo 2617/2020
2785/2020 (Ret. Port. nº 3011/2020)	23/03/2020	Atuação e auxílio nos autos do IC nº 335/2019

Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

2.3. Portarias cessadas no âmbito do GAECO

Quadro 24 – Portarias para auxílio ou atuação conjunta com demais órgãos ministeriais e outros entes investigativos do poder público cessadas

Nº Portaria	Data	Designação
07/2020	03/09/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-2144/2019.
11/2020	03/11/2020	Revogar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-1901/2019
12/2020	03/11/2020	Revogar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-1899/2019
13/2020	05/11/2020	Revogar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-7952020
15/2020	25/11/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-1765/2019
17/2020	27/11/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-746/2020
19/2020	27/11/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-755/2020
21/2020	27/11/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-697/2020
22/2020	25/11/2020	Cessar os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ-700/2020

Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

3. ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL

Relação das atividades não procedimentais realizadas durante o período de 01.01.2020 a 31.12.2020.

Tabela 59 – Atividade Não Procedimental até 31/12/2020

Atividade	Quantidade
Atendimento ao Público	6
Curso	03
Reunião	06
TOTAL	15

Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

Os membros deste GAECO participaram da primeira reunião ordinária do Grupo Nacional De Combate às Organizações Criminosas - GNCOG, nos dias 18 e 19 de novembro de 2020, em Brasília-DF.

4. ATIVIDADE – SETOR ADMINISTRATIVO

O setor administrativo do GAECO é composto por sete servidores, sendo três Técnicos Administrativos, dois Técnicos Execução de Mandados, um Analista Ministerial – área judiciária e um Auxiliar Administrativo.

Abaixo, algumas das atividades executadas pelo setor administrativo:

- Expedição de documentos pelo sistema DIGIDOC;
- Auxílio em procedimentos investigatórios;
- Produção de relatórios e minutas judiciais e administrativas;
- Controle de movimentações de processos nos sistemas DIGIDOC e SIMP;
- Cumprimento de diligências externas (entrega de ofícios, mandados, notificações, vistorias e inspeções);
- Apoio na organização e realização das operações para cumprimento de mandados de busca e apreensão;
- Recebimento e controle de materiais apreendidos;
- Levantamento de informações;
- Realização de inventário de equipamentos e mobiliário;
- Auxílio em audiências e oitivas;
- Atendimento ao público;
- Recebimento, registro e distribuição de documentação interna e externa.

4.1. Documentos Expedidos pelo Setor Administrativo no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

Tabela 60 – Demonstrativo de documentos expedidos pelo GAECO em 2020

<i>Tipo Doc.</i>	Quantidade
<i>Ofícios</i>	204
<i>Memorandos</i>	256
<i>Pareceres</i>	26
<i>Manifestações Ministeriais</i>	18
<i>Despachos</i>	168
<i>Decisões</i>	20
<i>Certidões</i>	175
<i>Notificações</i>	55
<i>Informação</i>	04
<i>Portarias</i>	24
<i>Cartas Precatórias Ministeriais</i>	03
TOTAL	953

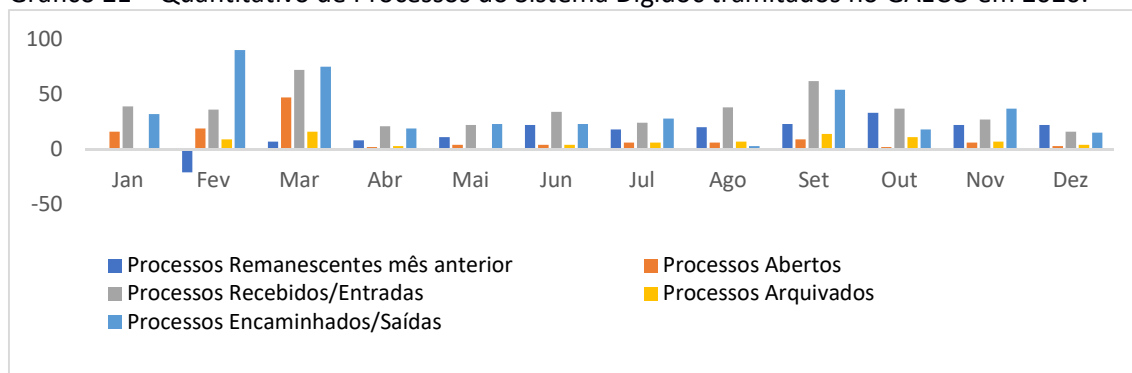
Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

Tabela 61 – Quantitativo de Processos do Sistema Digidoc tramitados no GAECO em 2020.

Tipo de Processo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Remanescentes mês anterior	0	-21	7	8	11	22	18	20	23	33	22	22
Processos Abertos	16	19	47	2	4	4	6	6	9	2	6	3
Processos Recebidos/Entradas	39	36	72	21	22	34	24	38	62	37	27	16
Processos Arquivados	0	9	16	3	0	4	6	7	14	11	7	4
Processos Encaminhados/Saídas	32	90	75	19	23	23	28	3	54	18	37	15

Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

Gráfico 21 – Quantitativo de Processos do Sistema Digidoc tramitados no GAECO em 2020.



Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

4.2. Atividade do setor administrativo no sistema SIMP até 31/12/2020

Tabela 62 – Relação das atividades/movimentos realizados no sistema SIMP durante o ano de 2020.

MOVIMENTO	Quantidade
<i>Certidão/informação</i>	129
<i>Encaminhamento a órgão externo</i>	03
<i>Encaminhamento a órgão interno</i>	74
<i>Encaminhamento ao membro</i>	67
<i>Outras Providências-->Diligências-->Despacho</i>	45
<i>Juntada</i>	137
<i>Notificação-Diligências</i>	33
<i>Ofício-Diligências</i>	16
<i>Outras Providências-Diligências</i>	45
<i>Prorrogação de Prazo de Investigação</i>	47
<i>Redistribuição</i>	05
<i>Manifestação-membro</i>	13
<i>Sobrestamento</i>	45
<i>Abertura de volume</i>	04
<i>Encerramento de volume</i>	07
<i>Extrajudicial – Audiência</i>	01
TOTAL	671

Fonte: GAECO/PGJ, 2020.

5. MUDANÇA DO LAYOUT INTERNO

Foi realizada obra de engenharia nas dependências do GAECO a fim de disponibilizar a criação de gabinetes individualizados para os membros integrantes, criação de um novo setor de arquivo, melhoria e adequação das dependências do setor administrativo, melhoria e adequação na recepção e sala de depoimentos.

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOPS

Os centros de apoio operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público com a função de prover os órgãos de execução dos subsídios técnicos necessários ao exercício de suas atividades, cabendo a eles promover intercâmbio e integração entre órgãos de execução que desenvolvem atribuições comuns e o intercâmbio entre entidades públicas e privadas que atuam em áreas semelhantes à dos centros de apoio.



**CAOP
PROAD**



**CAOP
SAÚDE**



**CAOP
CONSUMIDOR**



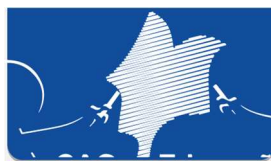
**CAOP
CRIMINAL**



CAOP-DH



CAOP-UMA



**CAOP
EDUCAÇÃO**



CAOP-IJ



**CAOP-IDOSO/
P. DEFICIÊNCIA**

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAO-UMA)

Quanto a suas atividades internas o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural tem se focado na busca pela maior eficácia pública através da: formação de bancos de peças e manuais; celebração de convênios que facilitem a atividade investigatória dos órgãos de execução; atendimento a consultas, inclusive técnicas, e disponibilização de material técnico-jurídico; e na promoção de reuniões técnicas e eventos científicos. Em suas atividades externas, participação em órgãos colegiados de proteção ao meio ambiente e na intervenção para a produção de normas jurídicas que melhor subsidiem ações do Ministério Público, além de manterem constante atenção na produção legislativa espontânea do Estado.

Este relatório se refere às atividades do Centro de Apoio Operacional, tendo por base as tarefas estabelecidas por lei e no Planejamento Estratégico 2016-2021.

1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. Projetos em Desenvolvimento

a) Projeto “Valorização de Resíduos Sólidos”.

Projeto que visa implantar o monitoramento de informações relacionadas à gestão de resíduos sólidos em municípios com mais de 50.000 habitantes do Estado do Maranhão, com análise do cumprimento e evolução das prioridades da Lei nº 12.305/2010, permitindo ao Promotor de Justiça identificar ausência de implementação dos Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos ou desconformidades na gestão.

b) Projeto “Capacitação em Resíduos Sólidos e Saneamento”.

Projeto que visa capacitar membros do Ministério Público no conhecimento e aplicação da Lei nº 12.305/2010 e da legislação ambiental correlata.

c) Projeto “Proteção das Florestas e das Unidades de Conservação”.

Projeto que visa instalar um laboratório de geoprocessamento no Ministério Público do Estado do Maranhão para análise de imagens e dados do Cadastro Ambiental Rural visando a identificação de áreas de preservação permanente degradadas, especialmente nascentes, e reservas florestais a serem restauradas em cada município do Maranhão. Fiscalizar, através de imagens, ocupações e ameaças às unidades de proteção integrada. Criar base de dados que possa ser compartilhada com a sociedade civil visando a transparência ambiental.

d) Projeto “Religião Livre”.

Projeto desenvolvido em conjunto com CAOP Direitos Humanos que se destina a fazer cumprir o direito fundamental da livre manifestação do culto e fé.

e) Projeto “Água para o Futuro”.

Foi assinado o Termo de Adesão do Ministério Público do Estado Maranhão ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso para a disponibilização do Projeto Água para o Futuro. O aludido Projeto tem como finalidade mapear e identificar irregularidades ambientais em nascentes de água.

Em 2020 merecem especial destaque a criação do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais Complexos e a edição da Recomendação sobre a Racionalização das Atividades do Ministério Público em Matéria Ambiental.

2. ATIVIDADES PREVISTAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 013/91

A Lei Complementar nº 013/91 estabelece seis atividades a serem desempenhadas pelos coordenadores de centro de apoio operacional, as quais se encontram listadas no art. 38.

a) “Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns”:

- 28 de Janeiro: Informativo encaminhado aos Promotores de Justiça sobre a disponibilização em sua página o Painel de BI contendo Mapas Ambientais com temas para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça e solicitando informações municipais sobre a existência de Unidades de Conservação, Plano Diretor, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Tombamentos;
- 18 de Fevereiro: Reunião com os representantes da Universidade Federal Fluminense – UFF, Sr. Jeferson Fernandes e a Sra. Jaíza Leite sobre a realização de audiências públicas em 104 municípios para apresentação das minutas dos Planos Municipais de Saneamento Básico e dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, entre os dias 06 de março a 03 de abril de 2020, com apoio do CAOUMA para divulgação aos promotores de justiça que atuam nos municípios onde acontecerão as audiências.

b) “Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade”:

- Fornecimento de material técnico-jurídico através de Notas Técnicas, Bancos de Pesquisa, Remessa Espontânea de Informação e Atendimento de consultas;
- Foram respondidas solicitações de pesquisas e modelos matéria ambiental e foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail;
- Foram elaborados 23 (vinte três) pareceres técnicos, que atendem Promotores de Justiça no interior do Estado (14), Promotoria de Justiça de São Luís (7) e Promotoria de Justiça de São Luís (2);
- Foram elaborados 3 (três) laudos periciais atendendo as vistorias realizadas em Barreirinhas, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

Importante relatar que o Conselho Nacional do Ministério Público realizou Correição Extraordinária no Centro de Apoio Operacional no dia 08/11/2016 e confirmou as mesmas

deficiências apontadas no relatório de inspeção de 2014. Porém, de lá pra cá foram promovidas melhorias pela Administração Superior do MPMA, tanto na questão do espaço físico quanto de provimento de pessoal técnico qualificado ao CAOUMA, resultando numa maior produtividade, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 63 – Elaboração de Laudos Periciais e Pareceres Técnicos no CAOUMA

Ano	Laudos Periciais	Pareceres Técnicos
2020	3	23
2019	14	21
2018	6	22
2017	5	10
2016	2	9
2015	4	20
2014	4	12
2013	1	10
2012	7	6
2011	7	9
2010	Expedido apenas como parecer técnico	21
2009	Expedido apenas como parecer técnico	6
2008	Expedido apenas como parecer técnico	6
2007	Expedido apenas como parecer técnico	12
Total	53	187

Fontes: CAOUMA/PGJ, 2020.

O CAOUMA encaminhou informativos e recomendações aos Promotores de Justiça de Meio Ambiente do Estado do Maranhão durante o ano de 2020 em:

- 05 de março: Informativo sobre a reunião de manuais e livros, em formato digital, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça de Meio Ambiente, em temas como Requisição de Perícias Ambientais, Valoração do Dano Ambiental, Gestão de Resíduos Sólidos e Impactos dos Agrotóxicos ao Meio Ambiente e à Saúde da População, disponibilizando no site do MPMA; no Google Drive e; no próprio Centro de Apoio, para gravação em pen drive dos arquivos;
- 21 de março: Sobre a temática “Gestão de Resíduos Sólidos e Pandemia Coronavírus”, foi encaminhado aos Promotores de Justiça recomendações Técnicas produzidas pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, sobre medidas necessárias e relacionadas à gestão de resíduos sólidos, e sugerido a expedição de recomendação aos prefeitos;
- 04 de maio: Foi encaminhado recomendação no contexto da Pandemia do Coronavírus sob a temático de Cemitérios para a garantia de sepultamentos em cemitérios públicos e privados;

Ao longo de todo o ano de 2020 foram utilizadas várias ferramentas na comunicação com os Promotores de Justiça de Meio Ambiente. Segue abaixo os encaminhamentos.

Quadro 25 – Informações enviadas para Promotores de Justiça de Meio Ambiente em 2020

DOCUMENTO	DATA	MEIO
1. <i>Defeso do caranguejo uçá (Instrução Normativa Nº 01/2020).</i>	07/01/2020	Página do CAOUMA, e-mail e WhatsApp
2. <i>Divulgação do B. I.</i>	27/01/2020	WhatsApp
3. <i>Divulgação do B. I. e solicitação de informação.</i>	31/01/2020	E-mail (Ofício Circular nº 001/2020)
4. <i>Comunica a ocorrência de audiências públicas entre os dias 06 de março a 03 de abril de 2020 em 104 municípios para apresentação das minutas dos PMSB e PMGIRS.</i>	21/02/2020	E-mail (Ofício Circular nº 002/2020)
5. <i>Comunica a compilação de manuais e livros.</i>	06/03/2020	E-mail e Digidoc (Ofício Circular nº 003/2020)
6. <i>Compartilha um Vade Mecum da legislação produzida sobre a Pandemia no Brasil e outros trabalhos jurídicos doutrinários e científicos relacionados ao tema.</i>	04/05/2020	E-mail
7. <i>Recomendação. Pandemia Coronavírus. Cemitérios.</i>	04/05/2020	E-mail (Ofício Circular nº 004/2020)
8. <i>Nota Técnica do CNMP versando sobre a adoção de medidas referentes à poluição do ar por queimadas em razão das dificuldades do sistema de saúde e a COVID-19.</i>	06/05/2020	E-mail
9. <i>Solicita apoio no envio de questionário sobre gestão e gerenciamento de resíduos sólidos na Amazônia Legal.</i>	24/04/2020	E-mail (Ofício Circular nº 005/2020)
10. <i>Solicita informações sobre inquéritos civis públicos e/ou ações civis públicas que versem sobre saneamento básico e/ou enchentes urbanas.</i>	13/07/2020	E-mail e Digidoc (Ofício Circular nº 005/2020)
11. <i>Parecer elaborado pelo Ministério Público de Mato Grosso sobre a possibilidade de averbação na matrícula de imóvel sobre o qual exista inquérito civil apurando danos ambientais.</i>	20/07/2020	E-mail
12. <i>Comunicação e material informativo sobre o curso de Litigância Climática promovido pela ABRAMPA.</i>	21/07/2020	E-mail
13. <i>Manual de Orientação sobre criação e gestão de Unidades de Conservação.</i>	27/07/2020	E-mail
14. <i>Reitera a solicitação de apoio no envio de questionário sobre gestão e gerenciamento de resíduos sólidos na Amazônia Legal.</i>	27/07/2020	E-mail e Digidoc (Ofício Circular nº 006/2020)
15. <i>Quadro comparativo das mudanças legislativas decorrentes do Novo Marco Legal do Saneamento.</i>	28/07/2020	E-mail

16. <i>IV Relatório Luz sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.</i>	03/08/2020	E-mail
17. <i>Acesso a dados de desmatamento (CNMP_MapBiomias).</i>	04/08/2020	E-mail
18. <i>Decreto Estadual nº36.032/2020, que proíbe o uso de fogo na limpeza de pastagens, roças e outras áreas, indistintamente urbanas ou rurais no período de 10 de agosto a 30 de novembro de 2020.</i>	17/08/2020	E-mail
19. <i>Informa sobre seminário (28/08/2020) que permitirá aprofundar conhecimentos sobre Map Biomias</i>	24/08/2020	E-mail
20. <i>Lei Estadual nº 11.326/2020 que trata da logística reversa de resíduos sólidos no Estado do Maranhão.</i>	31/08/2020	E-mail
21. <i>Dois acórdãos do STJ (proferidos no segundo semestre de 2019 e que alteram o entendimento até então vigente quanto à necessidade de perícia para confirmação do crime de poluição (art.54 da Lei nº9.605/1998) na modalidade poluição sonora exposto no acórdão do Habeas Corpus nº 54.536 - MS (2006/0032046-2), embora já admite-se a tipicidade do excesso de som automotivo conforme o acórdão proferido no HABEAS CORPUS Nº 159.329 - MA (2010/0005251-4).</i>	17/09/2020	E-mail
22. <i>Informa sobre as audiências públicas do Plano Estadual de Recursos Hídricos, ao que solicitamos a sua divulgação e participação.</i>	16/11/2020	E-mail
23. <i>Publicação integral do livro Direito Ambiental, Territorialidades e Informação Geográfica.</i>	17/11/2020	E-mail
24. <i>Livro "Direito Ambiental, territorialidades e informação geográfica", contendo 418 páginas no qual são abordados temas de interesse direto dos colegas que atuam em meio ambiente.</i>	23/11/2020	E-mail
25. <i>Informa sobre painel que será realizado no próximo dia 26/11/2020 às 14:00h versando sobre a logística reversa do vidro (destinação final de garrafas descartadas após uso).</i>	20/11/2020	E-mail
26. <i>Boletim da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público.</i>	21/12/2020	E-mail
27. <i>Boletim de Monitoramento das Queimadas nos Municípios do Estado do Maranhão.</i>	22/12/2020	E-mail

Fonte: CAOUMA/PGJ, 2020.

- c) “Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções”:
- Não ocorreram reuniões da Comissão Permanente de Meio Ambiente – COPEMA, do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça.
 - O Dr. Cláudio Rebelo compareceu à maioria das reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Maranhão – CONSEMA.

3. ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Foram realizadas duas reuniões com vários segmentos da sociedade para a Criação do Fórum Maranhense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos:

- 14 de Fevereiro: Reunião sobre criação do Fórum Maranhense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Participantes: INPEV, AGED/MA, Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão – AGERP, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA, Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Cocais, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Instituto Federal do Maranhão – IFMA e Greenpeace.
- 28 de Fevereiro: Reunião sobre a aprovação do Regimento Interno do Fórum Maranhense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Participantes: Promotores de Justiça: Luís Fernando Cabral Barreto Júnior e Nacor Paulo Pereira dos Santos; Entidades: AGED, Greenpeace, Instituto Federal do Maranhão – IFMA, Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias – INPEV, Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca – SAGRIMA, Secretaria de Estado da Saúde – SES, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

4. DIFICULDADES E DEMANDAS

Foram identificadas as seguintes dificuldades operacionais, que se repetem ao longo do tempo:

1. O pouco uso dos e-mails funcionais e o pouco acesso dos Promotores de Justiça à página do CAOUMA dificulta a comunicação e a rapidez na execução de projetos;
2. Demora ou não-prestação de informações pelos órgãos de execução, quando solicitadas pelo CAO-UMA;
3. Indefinição de recursos para suportar atividades de capacitação e a produção de material informativo;
4. Dificuldades na realização de vistorias, perícias e reuniões devido as medidas de isolamento.

A maioria das demandas apontadas no relatório anterior permanece, o que exige redobrada atenção. São elas:

1. Motivação dos Promotores de Justiça para o uso da página do Centro de Apoio e da comunicação escrita de suas demandas;
2. Disponibilização de assessoramento técnico e apoio institucional para a captação de recursos externos, e maior participação com as atividades desenvolvidas com os outros centros de apoio;
3. Definição de quais recursos financeiros apoiarão as ações do CAOUMA, especialmente publicações e eventos;
4. Estimular entre os órgãos de execução a cultura de prestação de informações ao CAOUMA em tempo hábil;
5. Estruturação de uma equipe técnica permanente.

5. METAS PARA 2021

Com a reformulação da equipe esperamos melhorar o desempenho do Centro de Apoio. A devolução do cargo comissionado destinado a este centro permitiu melhorias no trabalho desenvolvido, mas ainda precisamos de muito auxílio técnico.

Não obstante a necessidade de detalhamento das ações e a apresentação de planejamento anual, bem como o cumprimento das metas do Planejamento Estratégico, apresentamos as seguintes metas:

1. Manutenção e melhoria do conteúdo da página do Centro de Apoio Operacional;
2. Implementação dos projetos definidos no planejamento estratégico, com a redefinição de metas;
3. Estruturação e planos de ação específicos para o GEDEF e para o Grupo de Saneamento Ambiental;
4. Assegurar maior participação de membros do MPE em seminários e congressos de meio ambiente realizados no Brasil.

Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp-CONSUMIDOR) foi criado através da Resolução nº 02/97-CPMP (DJe 20/03/97) como órgão auxiliar da atividade funcional.

O CAO-CONSUMIDOR tem como prioridade a realização de ações coordenadas, de caráter institucional, para promover e facilitar a defesa coletiva do público consumidor, de forma a assegurar suporte para melhorar o seu atendimento e ampliar os seus resultados.

1. GESTÃO 01 DE JANEIRO A 23 DE JUNHO DE 2020

As atividades do Centro de Apoio Operacional do Consumidor ficaram prejudicadas durante o período de março a junho, em razão da aplicação de medidas de isolamento social na pandemia do vírus Covid-19.

Revela-se neste relatório as atividades do Centro de Apoio Operacional do Consumidor realizadas durante o período de 01 de janeiro a 23 de junho de 2020.

- a) Projeto Sou Capaz: Educação Financeira Instrumento de Cidadania
- Início: ano de 2019 - Término: junho de 2020
 - Principal objetivo: Promover a educação das crianças e adolescentes para aprenderem, desde cedo, a lidar com os recursos financeiros que dispõem, através de descobertas do significado de créditos e débitos por meio dos estímulos e das experiências da vida cotidiana.
 - Atividades desenvolvidas: reuniões entre ministério público e órgãos públicos municipais, produção de redação com a temática “O VALOR DO MEU DINHEIRO” pelos alunos da rede pública municipal de ensino, eventos de premiação para melhor redação e para professores.
 - Resultado: Aumento da produção literárias com a premiação de alunos e professores para as melhores redações, expedição de certificado de participação para os alunos.
- b) Projeto Nota Fiscal Integral
- Início: ano de 2017 - Término: ano de 2019
 - Principal objetivo: Segundo o plano de desenvolvimento, estimular o cumprimento da legislação quanto à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal ao consumidor, constando nela todas as informações indispensáveis para a garantia do consumidor.
 - Atividades desenvolvidas: Emissão de documentos administrativos via Digidoc (Ofícios expedidos: 51; Memorandos: 16; Recomendação: 1; Requisições: 2). Participação na Assembleia Geral do Ministério Público do Consumidor - MPCON e da Secretaria Nacional do Consumidor, no período de 03 a 05 de março de 2020, na cidade de Brasília/DF.

2. GESTÃO 24 DE JUNHO - ATUALMENTE

A partir desta data, o CAOp/Consumidor passou a contar com uma nova coordenadora, a Promotoria de Justiça Lítia Teresa Costa Cavalcanti e uma nova equipe de apoio técnico-jurídica, e de representantes dos Núcleos Regionais, os promotores: Fábio Menezes de Miranda, Coordenador Regional de Timon; Linda Luz Matos Carvalho, Coordenadora Regional – Pinheiro; Lícia Ramos Cavalcante Muniz, Coordenadora Regional – Bacabal; Maria do Nascimento Carvalho Serra Lima, Coordenadora Regional – Humberto de Campos; Sandro Pofahl Bísparo, Coordenador Regional – Imperatriz.

2.1. Reorganização da Unidade

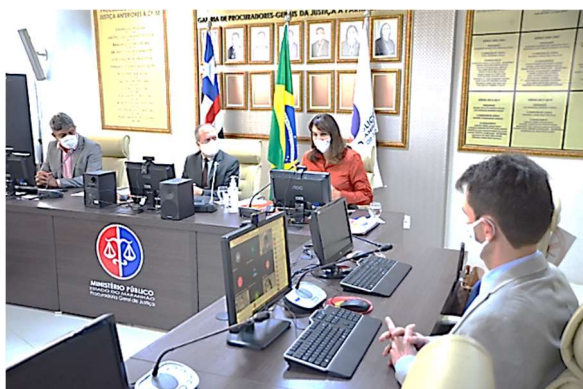
Nos últimos anos, observou-se a necessidade de se reorganizar o CAO-Consumidor, tendo em vista ser tema sensível ao atual procurador-geral que entende que qualquer pessoa pode ser vítima dos abusos ocorridos nas relações de consumo.

O diagnóstico realizado pelo CAO-Consumidor indicou que os promotores precisam desse apoio mais direcionado e organizado, por ser uma área estritamente técnica, que demanda tempo, estudo e pesquisa. Por este motivo, estamos estruturando e atualizando o

conteúdo operacional do site, para o fornecimento de informações técnico-jurídica e elementos técnicos especializados à disposição de todos de forma prática e acessível.

2.2. Desenvolvimento de Projetos e Eventos

- Projeto Iluminar
- Período de execução: Setembro/2020 a dezembro/2021
- Objetivos: Atuar na prevenção e repressão às violações dos direitos do consumidor; Defender os interesses de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade familiar social e econômica; Implantar ações que auxiliem na efetivação do desconto na conta de energia pela Tarifa Social de baixa renda, conforme a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011; Divulgar esse benefício entre os órgãos de execução, de forma que possam exigir do gestor público municipal toda infraestrutura para o cadastro das pessoas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- Resultados alcançados: 13.530 famílias beneficiadas entre outubro e dezembro de 2020.
- Atividades Realizadas: 14/10/2020: Lançamento Oficial do Projeto Iluminar



O Procurador-Geral, Dr. Eduardo Nicolau, participou do lançamento virtual do Projeto Iluminar

O lançamento fora realizado no formato híbrido (presencial e virtual), conduzido pela Coordenadora do CAO-Consumidor, Lítia Cavalcanti. Participaram do evento, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e o presidente da Equatorial Energia no Maranhão, Augusto Dantas, que assinaram o termo de cooperação técnica para execução do projeto.

Também estiveram presentes o diretor da secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst) do MPMA, em exercício, Joaquim Ribeiro de Souza Junior; o diretor de Relações Institucionais da Equatorial Energia no Maranhão, José Jorge Leite Soares; e a líder do Pré-Contencioso e Cobrança da Equatorial Maranhão, Amanda Castro.

- 21/10/2020: Capacitação dos Promotores e/ou Assessores



Dra. Lítia Cavalcanti, coord. CAOp/Consumidor, conduziu a capacitação com a gerente de relacionamentos da Equatorial, Francília Soares.

No dia 21 de outubro de 2020, por meio de videoconferência, ocorreu a capacitação do Projeto Iluminar para promotores de justiça que atuam na área de defesa do consumidor. A capacitação teve a presença da coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor, Lítia Cavalcanti, e foi conduzida pela gerente de relacionamento com o cliente da empresa Equatorial Energia, Francília Soares.

No ato, os promotores tiveram acesso a informações mais detalhadas e puderam tirar dúvidas acerca do perfil de pessoas que são amparadas pelo Projeto.

- 15/12/2020: Reunião entre o CAOP e a Equatorial para definir a data da entrega das geladeiras ao município vencedor



Dra. Lítia Cavalcante, coord. CAOp/Consumidor reuniu-se com a diretoria da empresa Equatorial Energia

A reunião, na sede da Equatorial, serviu para definir o fechamento da primeira etapa do Projeto Iluminar. Participaram do encontro a Coordenadora do Centro de Apoio do Consumidor, Lítia Cavalcanti, o Presidente da Equatorial, Augusto Dantas, a gerente de relacionamento com o cliente da empresa Equatorial Energia, Francila Soares, o Diretor da Equatorial Energia, José Jorge Leite e a equipe do CAO-Consumidor também estava presente.

No ato, fora apresentado o relatório final do projeto, com o resultado do Promotor que teve o melhor desempenho. O Promotor de

Justiça Sandro Pofahl Bísvaro, da comarca de Imperatriz, responsável pelo Termo de Vila Nova dos Martírios.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

O Promotor de Justiça da 6ª Promotoria Especializada de Timon, Dr. Fábio Menezes de Miranda, realizou no dia 26/10/2020, reunião com o executivo de relacionamento da equatorial Renato Mendes de Almeida e o coordenador municipal dos agentes comunitários de saúde (ACS) de Timon José Ailton Feitosa Carneiro para pôr em prática o Termo de Cooperação de Divulgação do Cadastro no programa de tarifa de energia elétrica (Projeto Iluminar).

Ficou acertado que seria realizada uma reunião para apresentação do projeto aos representantes das 57 equipes dos ACS's, além da elaboração de um folheto explicativo para entrega às equipes e distribuição ao público alvo, bem como analisada a possibilidade de algum incentivo material para os agentes em cada cadastro realizado.



Dr. Fábio Menezes em reunião com o executivo de relacionamento da Equatorial, Renato Mendes, e Agente Comunitário de Saúde de Timon, José Ailton Carneiro.

4. EVENTOS REALIZADOS

- 19/10/2020: Reunião com Presidente da MOB para tratar do Ferry-Boat



Representantes do Ministério Público e da Agência de Mobilidade Urbana discutiram a situação dos Ferry-Boats

A reunião, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, entre o Procurador-Geral de Justiça e o novo presidente da Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, por intermédio da Coordenadora do CAO-Consumidor, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boat, entre São Luís e o terminal do Cujupe.

Participaram, ainda, os promotores de justiça: Linda Luz Matos Carvalho, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, o promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos, da Comarca de Cururupu e outros promotores da Baixada Maranhense.

- 26/10/2020: Reunião com Promotores da Baixada, PGJ e Presidente da MOB para buscar soluções para deficiência na prestação de serviço de Ferry-Boat

No dia 26 de outubro de 2020, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, o presidente da Agência de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos, Daniel Carvalho, os promotores de justiça da Baixada e representantes do Fórum da Baixada, participaram de reunião convocada pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor.

Na reunião, conduzida pela coordenadora do CAO-Consumidor, Lítia Cavalcanti, foi apresentado o edital de licitações referente à escolha da nova empresa prestadora do serviço.



Promotores da Baixada reuniram-se com a Adm. Superior da PGJ e presidente da Agência de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos

Na ocasião, foi realizado um mapeamento dos principais dilemas existentes nos ferry-boats, como falhas em relação à acessibilidade, falta de higiene e atrasos nos horários das viagens, entre outros. Lítia Cavalcanti enfatizou que a presença dos promotores presentes é uma forma de representação da sociedade civil, além de, por serem usuários dos ferry-boats, terem conhecimento maior dos problemas enfrentados pela população.

Também participaram da reunião os promotores de justiça atuantes na Baixada Maranhense: Fábio Santos de Oliveira, Frederico Bianchini, Isabelle de Carvalho Saraiva, João

Viana, Laura Amélia Barbosa, Linda Luz Matos Carvalho, Natália Macedo, Patricia Fernandes, Raimundo Nonato Leite, Raquel Madeira Reis, Rodrigo Alves Cantanhede, Rogernilson Ericeira; assim como o conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Maranhão, Hugo Passos, e o presidente e vice-presidente do Fórum da Baixada, Expedito Moraes e Antônio Lobato Valente, respectivamente.

- 09/12/2020: Workshop - Atuação e Atualização do GLP, Combustíveis e Derivados de Petróleo – Módulo I



Membros e servidores do MPMA participaram do I Módulo do Curso sobre atuação e atualização de combustíveis e derivados fósseis

O primeiro módulo do curso “Atuação e atualização do GLP, combustíveis e derivados de petróleo” foi ministrado de forma virtual, para membros e servidores do Ministério Público do Maranhão que atuam na área do Consumidor. O treinamento fora promovido pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor e a ESMP, em parceria com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/Crim)

O Centro de Apoio Operacional Criminal, instituído por meio da Resolução Nº 02/1997-CPMP, tendo esta norma sido alterada pela Resolução nº 34/2016-CPMP, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes – além disso – dadas orientações técnicos jurídicos com a remessa de informações de mesma natureza e, além disso, tem por finalidade promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

1 ATUAÇÃO DO CAOP-CRIM NO ÂMBITO EXTERNO

No âmbito externo, o Caop-Crim desenvolve as atividades abaixo relacionadas:

- Atua na área da segurança pública, prevenção e redução dos índices de criminalidade, persecução penal, execução penal e controle externo da atividade policial, abrangendo a criminal, além de outras correlatas;
- Atua por meio de ações coordenadas, para dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, buscando uma maior integração entre Ministério Público e órgãos policiais;
- Estabelece intercâmbio permanente entre os Órgãos do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social e entidades não governamentais que atuam direta ou indiretamente em

áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados, necessários ao desempenho das funções ministeriais para consecução dos fins da Justiça Criminal;

- Colabora com os órgãos do Estado, notadamente na área de segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, identificando, ainda, o perfil do criminoso e da vítima.

2 ATUAÇÃO DO CAOP-CRIM NO ÂMBITO INTERNO

Internamente, o órgão auxiliar criminal possui as seguintes atribuições:

- Fornecer, de ofício ou por provocação, informações técnico-jurídicas aos órgãos de execução do Ministério Público; com vistas a manter a uniformidade do exercício funcional, observando os princípios da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional;
- Expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e respeito aos interesses, direitos e bens, fixando prazo para adoção das providências cabíveis;
- Receber representações ou qualquer outro expediente, de natureza criminal, transmitindo-os aos órgãos encarregados de apreciá-las, ou restituindo-os à origem, para o correto encaminhamento, se a competência para apreciar o fato não for da Justiça do Estado do Maranhão;
- Desenvolver estudos e pesquisas e sugerir a criação de grupos e comissões de trabalho;
- Coordenar a realização de cursos, palestras e outros eventos, visando à efetiva capacitação dos órgãos de execução;

3 COMPOSIÇÃO

Visando à otimização das ações do Centro Operacional Criminal, foram incluídos na estrutura do CAOp-Crim, três núcleos, sendo um da Execução Penal, outro do Tribunal do Júri e do Controle Externo da Atividade Policial. O Centro de Apoio Operacional Criminal apresenta, atualmente, a seguinte composição:

- Coordenador - Promotor de Justiça, Dr. Marco Aurélio Ramos Fonseca
- Subcoordenador - Promotor de Justiça, Dr. Cássius Guimarães Chai
- Subcoordenador do Núcleo de Segurança Pública - Promotor de Justiça, Dr. Aarão Carlos Lima Castro
- Subcoordenador Regional de Pinheiro - Promotor de Justiça, Dr. Hagamenon de Jesus Azevedo
- Subcoordenador do Núcleo Controle Externo da Atividade Policial - Promotor de Justiça, Dr. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Equipe Técnica lotada no CAOp-Crim:

- Ângela Lianete Vieira Lima - Técnico Ministerial;
- Jonh Selmo de Souza do Nascimento - Assessor Técnico III
- José Eugenio Serra Rios Neto - Assessor Jurídico

4 PROJETOS EM EXECUÇÃO

- a) Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIG com Diagnóstico Criminal.

Foram divulgadas as estatísticas do ano de 2020 correspondentes aos meses de Janeiro a Abril da grande Ilha de São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) que contabilizaram 110 (cento e dez) mortes resultantes de Mortes Violentas Intencionais (MVI).

Os dados foram obtidos do livro de registro de mortes do Instituto Médico Legal (IML), e depois de coletados são confrontados com os registros CIOPs (Centro Integrado de Operações de Segurança do Estado do Maranhão) e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - SSP/MA, seguindo a metodologia adotada em 2018.

- b) Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service.

Projeto formalizado através de Termo de Cooperação que visa garantir a interoperabilidade de informações entre sistemas de informações disponíveis pelo Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Instituto de Identificação do Maranhão, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação. A fase de criação da estrutura do software “client” foi concluída em 10/04/2019. Atualmente encontra-se em fase de implementação.

Órgãos parceiro que sinalizaram fase de implementação concluída:

- Ministério Público do Maranhão – MPMA;
- Secretaria Estadual de Administração Penitenciária – SEAP;
- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN;
- Instituto de Identificação do Estado do Maranhão – IDENT

Órgãos parceiro que não sinalizaram fase de implementação concluída:

- Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJMA;
- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão - SSP/MA

O software “client” do MPMA encontra-se em fase de homologação (adequação, análise e testes do software), com última reunião realizada 26/03/2019 entre CAOp-Crim, CMTI, GAECO e Empresa de Softwares TOTEM. O “client” entrará em fase de produção (utilização pelos usuários) após disponibilização de demais links de acesso por parte do SEAT.

- c) Projeto “Promotorias Especializadas de Segurança Pública”

O Projeto Promotorias Especializadas de Segurança Pública objetiva implementar no âmbito do MPMA um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

Busca-se assim construir um Ministério Público mais reflexivo, proativo e resolutivo que através do redimensionamento de atribuições oriente a implantação de estratégias proativas de tutela de segurança pública.

Para alcançar esse objetivo propõe-se a revisão estrutural das Promotorias de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial e o desenvolvimento de uma perspectiva de tutela coletiva. Para tanto esse novo modelo de Promotoria de Justiça buscará consentida colaboração do poder público na implementação e adoção de políticas públicas, mediação com agentes comprometidos com causas no meio social e fiscalização da execução dos serviços públicos.

Para esse projeto será necessário acesso:

- Instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, que lhe proporcionem a condução da investigação a partir do inquérito civil, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta;
- Expedição de Recomendações.

d) Projeto Pós-Graduação em Segurança Pública

O projeto tem como principal objetivo a qualificação de Promotores de Justiça para atuar na área de segurança pública, dialogar e contribuir com os diversos agentes de segurança.

O Coordenador do CAOp-Crim reencaminhou à Escola Superior do Ministério Público-ESMP, via DIGIDOC, o Projeto de Pós-Graduação em Segurança Pública alterado e revisado contendo: novas disciplinas, carga horária de 360h/a e a titulação dos professores sugeridos.

Devido a suspensão das atividades presenciais causadas pela pandemia da Covid-19 foi solicitado a ESMP a revisão de seu calendário para a escolha da melhor data para realização das aulas.

e) Ações Integradas e Ordenamento Urbano/Segurança Pública

O Programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente a da segurança pública, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação – e, se necessário, repressiva – aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e atuações ao representante do Ministério Público –, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo, civil e penal.

Foi registrada participação dos seguintes órgãos:

- Polícia Militar;
- Polícia Civil;
- Corpo de Bombeiros Militar;
- Prefeitura Municipal de São Luís;
- Secretaria Estadual de Segurança Pública
- Secretaria Municipal de Segurança Pública;
- Secretaria Municipal de Urbanismo;
- Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente;
- Secretaria Estadual de Saúde, por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária;
- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
- Blitz Urbana

5. ATIVIDADES REALIZADAS PELO CAOP-CRIM

5.1. Acompanhamento das estatísticas de violência

a) Mortes Violentas Intencionais (MVI)

A metodologia MVI contempla, como forma de mortalidade violenta, os homicídios dolosos, latrocínios (roubos seguidos de morte), lesões corporais seguida de morte, vitimização policial, mortes decorrentes de intervenção policial, lesões com morte posterior, mortes em estabelecimentos prisionais, mortes a esclarecer com indícios de crime.

A partir dos dados coletados foram registrados 384 casos de MVI na Grande Ilha de São Luís para o ano de 2020. Verificou-se que a maior incidência de mortes violentas decorrem do uso de arma de fogo (290 registros, representando 75% dos MVI), sendo o gênero masculino (362 registros, que representam 94% do total) o mais vitimizado. Para a faixa etária, os de 30 a 59 são o maior número, com 154 registros ou 40% do total de registros. O período de maior registros de MVI foi a faixa de horário compreendida das 18 h às 23h59min, com 163 registros, que representam 42% dos casos.

Os quantitativos dos dados coletados de MVI são apresentados no infográfico e nos painéis de BI (Business Intelligence) produzidos pelo CAOp-Crim, constantes nos links e qrcodes do quadro abaixo.

Quadro 26 - MVI

LINK	QRCODE
<p style="text-align: center;"><u>Infográfico MVI – 2020</u></p>	
<p style="text-align: center;"><u>Painel BI - MVI</u></p>	

Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.


b) Estatísticas de assaltos a coletivos na Grande Ilha de São Luís

A partir de janeiro de 2019 o CAOp-Crim passou a utilizar os dados de assaltos a coletivos fornecidos, mensalmente, pelo setor de estatística do Batalhão Tiradentes, Polícia Militar do Estado do Maranhão. Até o ano de 2018 o CAOp-Crim utilizava os quantitativos disponibilizados pelo SET (Sindicato das Empresas de Transporte).

Para o período de janeiro a setembro de 2020 foram registrados 412 casos de assaltos a coletivos, fato que representou um aumento de 34% em comparação aos 307 assaltos registrados no mesmo período no ano de 2019.

Os quantitativos dos dados coletados de MVI são apresentados no infográfico produzido pelo CAOp-Crim, constante no *link* e *qrcode* do quadro abaixo:

Quadro 27 – Assaltos a coletivos

LINK	QRCODE
<p align="center"><u>Infográfico assaltos a coletivos – janeiro a setembro 2020</u></p>	

Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

- c) Acompanhamento das ocorrências de tentativas, assaltos e arrombamentos a instituições bancárias no Estado do Maranhão.


O CAOp-Crim realiza o acompanhamento do número de crimes contra o patrimônio ocorridos, anualmente, no Estado do Maranhão, sendo um dos recortes estatísticos as ocorrências de assaltos (tentados e consumados), arrombamentos (tentados e consumados) realizados contra instituições bancárias e as chamadas “saidinhas bancárias”.

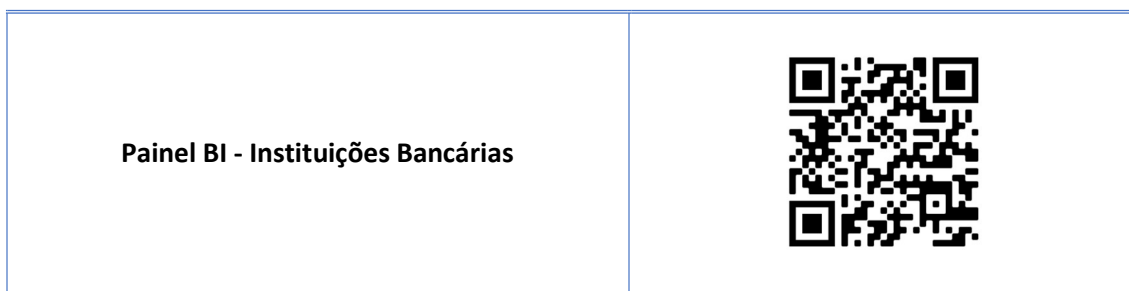
Os dados compilados são oriundos da SEIC (Superintendência Estadual de Investigações Criminais), Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão e imprensa.

No ano de 2020 foram registrados 15 ocorrências em instituições bancárias no Estado do Maranhão. Os registros representam uma redução de 60% em comparação ao mesmo período do ano de 2019, que registraram 38 ocorrências. Levando-se em consideração o tipo de ocorrência, os arrombamentos foram os que apresentaram maior quantidade, 05 casos ou 60%. Quanto à instituição bancária, o Banco do Brasil e o Bradesco foram os mais atingidos, com 07 registros cada.

Os quantitativos das ocorrências registradas para as instituições bancárias são apresentados no infográfico e nos painéis de BI (Business Intelligence) produzidos pelo CAOp-Crim, constantes nos *links* e *qrcores* do quadro abaixo:

Quadro 28 – Instituições bancárias

LINK	QRCODE
<p align="center">Infográfico instituições bancárias – 2020</p>	



Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

d) Adequação do portal do CAOp-Crim

Alicerçado nas novas diretrizes de gestão adotadas pela Administração Superior, com foco no AUTO-ATENDIMENTO das demandas por parte de membros e servidores das promotorias de justiça, o CAOp-Crim promoveu melhorias no layout e experiência do usuário conforme mostrado no quadro abaixo:

Quadro 29 – Proposta de adequação da Página Institucional do CAOp-Crim (acesso via QRCode)



Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

e) Aplicação web para apresentação de dados e estatísticas

O CAOp-Crim trabalha na criação de um aplicativo web para apresentação dos dados e estatísticas coletadas pelo setor. A aplicação está sendo implementada na linguagem Python e se encontra em fase de desenvolvimento, conforme apresentada no Quadro abaixo:

Quadro 30 – Aplicação web para apresentação de dados e estatísticas (acesso via QRCode)



Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

6. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Instauração de procedimento administrativo para acompanhamento da expansão da perícia oficial no Estado do Maranhão e a elaboração de procedimento policial padrão com a finalidade de preservar a cadeia de custódia, visando melhor atuação dos órgãos de segurança pública e persecução penal, sobretudo as atividades do Ministério Público.

Tabela 64 – Procedimentos Administrativos do CAOp/Crim em 2020

Atividade	Quantidade
<i>Consultas Realizadas</i>	70 consultas, com registros no SIMP
<i>Ofícios</i>	41
<i>Ofícios Circulares</i>	1
<i>Memorando Circular Conjunto</i>	1 memorando em parceria com Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência.
<i>Informes</i>	24 produzidos e enviados por e-mail, aos membros do Ministério Público, com produções técnicas do CAOp-Crim e de demais órgãos atores da segurança pública.
<i>Notas Técnicas produzidas</i>	2 Notas Técnicas

Fonte: CAOp-Crim/PJ, 2020.

Quadro 31 – Notas Técnicas



Fonte: CAOp-Crim/PJ, 2020.

6.1. Modelos de Acordos de Não Persecução Penal - ANPP

Foram produzidos por este CAOp-Crim 13 modelos de ANPP e disponibilizados aos membros do MPMA e apresentados no link e qrcode do Quadro 32.

Quadro 32 – Modelos de Acordos de Não Persecução Penal



Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

6.2. Modelos de Manifestações

Foram produzidos por este CAOp-Crim 02 modelos de manifestações pelo indeferimento de pedidos de liberdade com fundamento na pandemia da Covid- 19 e disponibilizados aos membros do MPMA e apresentados nos *links* do Quadro 33.

Quadro 33 – Modelos de manifestações

Modelo 1

Modelo 2

Fonte: CAOp-Crim/PGJ, 2020.

7. ATIVIDADES DO COORDENADOR DO CAOP-CRIM

- Descrição das Atividades
- Participação em reunião realizada no dia 09/03/2020, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, onde, com a participação do Procurador- Geral de Justiça, do Comandante Geral da Polícia Militar, do Perito-Geral da Perícia Oficial de natureza criminal do Estado e de membros do Ministério Público, onde foi discutida a necessidade de implantação de um procedimento policial padrão com a finalidade de preservar a cadeia de custódia das provas, com as diretrizes previstas nos art.158-A e seguintes do Código de Processo Penal e a expansão da perícia criminal no Estado.
- Participação em videoconferência no dia 26/03/2020, pela plataforma Google Meet, com a participação do Coordenador e servidores da CMTI, servidor do GAECO e preposto da empresa TOTEM, onde foram discutidas adequações na aplicação “*client*” que será utilizada pelo MPMA para acesso a plataforma do sistema Integrador.

8. PARTICIPAÇÃO E DESIGNAÇÕES PARA NÚCLEOS E COMISSÕES

- Designação
- Em 27 de junho de 2016, o Procurador-Geral de Justiça nomeou o Promotor de Justiça, Dr. José Cláudio Cabral Marques, através da Portaria nº 4415/2016-GPGJ, para integrar o Comitê de Mobilização da Meta ENASP do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- Em 15 de julho de 2016, o Promotor de Justiça, Dr. José Cláudio Cabral Marques, foi designado através da Portaria nº 4978/2016-GPGJ, para compor a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) para o período 2016- 2021.
- Em 26 de agosto de 2016, através da Portaria nº 6245/2016 GPGJ, o Promotor de Justiça, Dr. José Cláudio Cabral Marques foi designado, pelo Procurador Geral de Justiça, para integrar o Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, na condição de Suplente.
- Em 28 de abril de 2020, o Procurador-Geral de Justiça nomeou o Promotor de Justiça, Dr. Aarão Carlos Lima Castro, Coordenador Regional do CAOp-Crim, através da Portaria nº 3651/2020-GPGJ, para compor o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DH)

Tem como diretriz apoiar os órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio, bem como prestar apoio técnico, coordenar a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e fazer o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.

1. PRINCIPAIS ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2020

Tabela 65 – Relatório sucinto das atividades realizadas pelo CAOP/DH

ATIVIDADES	NÚMEROS
<i>Denúncias recebidas</i>	14
<i>Reuniões de trabalho</i>	37
<i>Eventos realizados e/ou com participação</i>	48
<i>Participação em comissões estaduais</i>	8
<i>Participação em comissões nacionais</i>	2
<i>Reuniões de comissões em geral (nacionais/estaduais)</i>	11
<i>Palestras/Entrevistas/Live/Atividades Relacionadas</i>	28

Fonte: CAOp-DH/PGJ, 2020.

2. PROJETOS

2.1 . Projeto “Quem Escolhe Seu Caminho? Você ou as Drogas?”

O projeto, desenvolvido em escolas públicas das redes municipais e estadual de ensino do Maranhão desde 2013, tem como objetivo expandir as ações educativas de combate ao uso de drogas por crianças e adolescentes em todos os municípios maranhenses.

Ações realizadas:

- Visita de grupo de estudantes das escolas Camélia Viveiros e UEB Rubem Almeida ao Centro Cultural e Artístico do MPMA. A visita fez parte da premiação aos alunos vencedores do Concurso de Desenho e Poesia do projeto “Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas? ”, no ano de 2019.
- Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre o Ministério Público do Maranhão, através do CAOP/Direitos Humanos e da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, e a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC com o objetivo de implantar projetos pedagógicos de prevenção ao uso de drogas nas instituições de ensino público e privado.
- Live – Debate sobre *Prevenção às Drogas e a Pandemia da Covid-19*. A atividade fez parte da programação da *Semana Estadual de Prevenção às Drogas*, promovida em parceria com o Fórum Estadual de Políticas sobre Drogas.
- Premiação do Concurso de Desenho e de Poesia da Campanha “Quem Escolhe o Seu Caminho? Você ou as Drogas? ”, realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC. Os três alunos vencedores foram premiados com notebooks, e todas as escolas participantes receberam um kit de livros sobre prevenção às drogas para suas respectivas bibliotecas.

2.2. Programa Interinstitucional Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – FEPAS

O programa é desenvolvido por um grupo de trabalho e estudo de caráter permanente com o objetivo de unir esforços para propor ações capazes de prevenir, atender e tratar pessoas propensas ao ato da automutilação e do suicídio.

Ações e atividades realizadas:

- Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. Dentre as temáticas da reunião, foi abordado o Decreto 10.225 de fevereiro de 2020 que instituiu o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, regulamentando a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, trazendo normas sobre a notificação compulsória de violência autoprovocada.
- REDE DO BEM: ação de ajuda psicossocial. A Coordenadora do CAOP-DH, em parceria com os Coordenadores dos CAOPs da Infância e Adolescência e de Proteção às Pessoas Idosas e Portadoras de Deficiências, organizou e coordenou a ação REDE DO BEM: AÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL, com atendimentos de apoio emocional, via telefone, realizados por profissionais voluntários das áreas de psicologia, assistência social e terapia ocupacional.
- Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, visando alinhar estratégias dos integrantes do Fórum durante o período de pandemia, além de outras deliberações, de forma on-line, pelo google meets.
- Fórum Estadual de Atenção Psicossocial: Luta Antimanicomial. Participação da Coordenadora do CAOP/DH como palestrante.
- Entrevista à Rádio Nova FM 93.1, no Programa HAPPY DAY, tratando sobre Luta Antimanicomial.
- Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, visando organizar as ações para o Setembro Amarelo, além de outras deliberações, de forma on-line, pelo google meets.
- Reunião do Fórum Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

2.3. Conhecendo e Divulgando os Direitos Humanos

Visa promover o conhecimento efetivo à população sobre as normas previstas no âmbito nacional e internacional que trazem em seu arcabouço a defesa dos direitos humanos, fomentando reflexões e instigando a luta pela garantia de tais direitos.

Ações e atividades realizadas:

- Devido a necessidade de prevenção e enfrentamento da pandemia Covid-19, as atividades programadas para serem realizadas presencialmente em ambientes escolares foram suspensas, sendo realizada a atividade seguinte:
- 22.10.2020: Webinar “Práticas Restaurativas e Cultura de Paz”. Palestrante: Dra. Cristiane G. Coelho M. Lago. Realização: UNESCO/SEDUC/IEMA UP-Rio Anil.

Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/Educação)

As ações de 2020 realizadas pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação estão pautadas no conjunto de suas atribuições institucionais, definidas pela Resolução nº 12/2013-CPMP (DJE 18/01/2013), conforme se observa:

Art. 2º - Compete ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, no âmbito de sua área de atuação:

I - Atuar de forma sistêmica e planejada de forma a auxiliar os órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal na instituição e aprimoramento de Políticas Públicas que interfiram em melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão;

II - Organizar banco de dados na área da educação de modo integrado a outros sistemas e de maneira atualizada;

III – Elaborar diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas, mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos;

IV - Criar e disponibilizar instrumentos eficientes de apoio aos órgãos de execução e de assessoramento, permitindo o uso de ferramentas de interação em tempo hábil e, preferencialmente, de modo virtual, inclusive pesquisas, consultas, orientações, remessa de peças, sugestões não vinculativas de atuação e informativos;

V - Realizar periodicamente de atividades de aprimoramento técnico-prático e operacional;

VI – Participar nas ações interinstitucionais voltadas para a educação e para o controle dos atos de particulares e da Administração Pública na área educacional;

VII - Articular com entidades da sociedade civil organizada para o fortalecimento ao controle social na área da educação;

VIII – Atuar de forma articulada com os órgãos de execução e entre estes e demais órgãos da Administração Superior, inclusive mediante formação de grupos de trabalho, edição de enunciados sem caráter vinculante e envio de sugestões normativas ao Procurador-Geral de Justiça;

IX – Sugerir a Administração Superior a realização de Convênios para garantir a troca de informações e a capacitação dos membros do Ministério Público com atribuição na área, bem como os diversos atores envolvidos com a melhoria da qualidade da educação maranhense.

X – Viabilizar outras ações definidas pelos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, dentre elas a definição de Campanhas e Programas Institucionais e Interinstitucionais objetivando a melhoria da qualidade da educação maranhense;

XI – Criar espaços permanentes de capacitação e troca de experiências entre Membros do Ministério Público Estadual e Federal na busca permanente de efetivação da fiscalização dos recursos da educação em parceria com a Escola Superior do Ministério Público.

No contexto de um ano marcado por um fenômeno superveniente, e trágico, como a pandemia da COVID-19, ressalta-se quão desafiadora a missão de realizar esses objetivos acima. No entanto, dada a experiência desses quase 07 anos de existência do Centro de Apoio, foi possível se adaptar “ao novo normal” de 2020 e prosseguir com o cumprimento das suas competências.

1. A AGENDA DE ATIVIDADES EM 2020 – O PLANEJADO E O EXECUTADO

Antes do período pandêmico, elaborou-se uma agenda de atividades, dando continuidade a ações do ano anterior e incorporando novas demandas, dentro de uma lógica de ações presenciais e virtuais, como se observa:

Janeiro

31 - Seminário: TODOS PELO FUNDEB: aprovação já!

31 - Podcasts – Por que a continuidade do FUNDEB é importante para a educação brasileira.

Fevereiro

07 a 17 -Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da Educação

07 a 17 – Podcasts – Os precatórios do FUNDEF e os impactos na melhoria da qualidade da educação maranhense.

14 - Lançamento do EAD: Conselheiros Municipais de Educação

Março

06 – Podcasts – O papel dos conselheiros do FUNDEB no controle social da educação. 09 a 13 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da Educação

18 a 20 – Podcasts – Experiências exitosas na educação maranhense nos municípios das regionais de Presidente Dutra, São João dos Patos e Barra do Corda.

Abril

24 – Oficina sobre licitações no transporte escolar – São Luís

24 – Podcasts: pau de arara nunca mais – uma experiência possível. 13 a 14 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é

da Educação 15 a 17 - Encontro Regional de Educação – Presidente Dutra

29 - I Encontro Estadual dos Conselheiros de Alimentação Escolar do Maranhão – São Luís

Mai

04 – Apresentação do painel de resultados sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF. 18 a 22 – Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da educação.

18 a 22 – Podcasts: a capacitação dos conselheiros do FUNDEB e o controle social da educação.

Junho

15 a 19 - Videoconferências: O Dinheiro do FUNDEF é da educação.

Agosto

11 a 14 – Podcasts – os desafios da educação inclusiva no Brasil.

– Videoconferência: apresentação do kit operacional sobre educação inclusiva: a escola ideal acolhe e não faz diferença.

- Oficina Regional dos Conselheiros FUNDEB – Imperatriz e Timon (Simultâneas)

25 – Congresso Nacional de Educação: os desafios do direito à educação em tempos de crise.

Setembro

04 - Oficina Regional dos Conselheiros do FUNDEB – Presidente Dutra e Pinheiro (Simultâneas)

22 - Oficina Regional dos Conselheiros do FUNDEB – Santa Inês

23 a 25 – Encontro Regional de Educação – Santa Inês

23 a 25 – Podcasts - Experiências exitosas na educação maranhense nos municípios das regionais de Santa Inês e Zé Doca.

Outubro

13 a 15 – Podcasts – a educação infantil como etapa fundamental do direito à educação no Brasil.

- Videoconferência: apresentação do kit operacional sobre educação infantil: onde começa o direito.

Novembro

13 – Culminância e entrega da certificação do EAD: Conselheiros Municipais de Educação

Esse conjunto de atividades sofreu alterações, ainda antes da pandemia, em face das dificuldades de execução e, principalmente, porque sobrevieram novas demandas que exigiram a mobilização institucional do Centro de Apoio, na elaboração de pareceres, notas técnicas, recomendações, etc.

No rol das ações apresentadas abaixo, percebe-se essa dinâmica entre atividades planejadas e realizadas, revelando a necessidade de uma permanente adequação do plano inicial de atividades.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020

Janeiro

- | | |
|--|---|
| <p>a) Reunião com a SEPLAG sobre o Planejamento Estratégico para alinhamento dos projetos do Centro de Apoio Operacional de Defesa de Educação a serem trabalhados em 2020.</p> <p>b) Demanda: Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça: levantamento das escolas do Município de Carolina que possuem nomes de pessoas vivas. Realizada a pesquisa e feito o encaminhamento.</p> <p>c) Participação em reunião SAFERNET para tratar de termo de cooperação com o Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Escola Superior do Ministério Público e os Caops da Infância e Juventude e da Educação para realização de cursos e capacitações abertos aos operadores do sistema de garantias de direitos, professores e técnicos em educação sobre o uso seguro e consciente da internet.</p> <p>d) Participação da Coordenadora do CAOp/Educação na 1ª Reunião Ordinária</p> | <p>do Fórum Estadual de Educação.</p> <p>e) Recebimento de resposta do MEC, acerca de solicitação formulada pelo CAOp/Educação em 2018, sobre validade de curso superior de Paula Gabriella Silva Nascimento, demanda recebida pelo Caop Educação da Promotoria de Justiça de Imperatriz. Resposta devidamente encaminhada.</p> <p>f) Reunião com o DETRAN/MA para discussão da possibilidade de criação de software para monitoramento das inspeções do transporte escolar no Estado do Maranhão.</p> <p>g) Participação no II Encontro com Presidentes de Câmaras Municipais do Maranhão – UVCN, com apresentação pela coordenação do CAOp Educação de palestra sobre o Projeto O DINHEIRO DO FUNDEF É DA EDUCAÇÃO.</p> <p>h) Demanda: recebimento de denúncias do Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza dos Nogueiras sobre pagamentos indevidos com precatórios</p> |
|--|---|

do FUNDEF e encaminhamento ao Procurador-Geral de Justiça para as providências devidas.

- i) Encaminhamento aos Promotores de Justiça da Educação de Ofício Circular e

Fevereiro

- a) Realização do Seminário Todos pelo FUNDEB: Aprovação Já, em parceria com a Rede pela Educação Pública de Qualidade no Maranhão – REMAR, com a OAB, através do movimento DIÁLOGOS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, da Comissão Especial de Educação do Conselho Federal e da SECCIONAL MA e do IEMA, pelo Centro de Estudos e Pesquisas para Excelência em Educação – CEPEDUC, para reafirmar a necessidade de aprovação da Emenda Constitucional do novo FUNDEB.
- b) Demanda: ACP de São João do Sóter, referente ao P.A. 3272-254/2015, que trata de acompanhamento de TAC

Cronograma de encontros, que versam sobre a realização dos Seminários Regionais de Educação promovidos pelo Fórum Estadual de Educação.

- relativo ao Transporte Escolar. Recebimento.
- c) Encaminhamento de Ofício Circular aos Promotores de Justiça com atuação na defesa da educação sobre a necessidade de fiscalizar a oferta de vagas para o componente curricular “Arte”. Demanda oriunda da Associação Maranhense de Arte Educadores;
- d) Participação do CAOp/Educação em reunião promovida pela PJ Consumidor sobre a proposta do ensino bilíngue e suas consequências no âmbito do Projeto Político Pedagógico das Escolas e nas mensalidades escolares.

Março

- a) Emissão e encaminhamento de Nota Técnica sobre Ensino Bilíngue ou Escolas Bilíngues. Definições, diferenciações, categorias e requisitos. Exigências Curriculares - Base Nacional Curricular Comum. Ausência de Regulamentação pelo Conselho Estadual de Educação e Conselho Nacional de Educação. Ausência de previsão no Projeto Político Pedagógico. Impossibilidade de adoção pelas Unidades Escolares do Estado do Maranhão. Violação ao Direito à Educação.
- b) Participação da Coordenadora do CAOp/Educação em reunião do GTI Proinfância para discussão de trabalho conjunto entre Ministério Público Federal e Estadual na questão da continuidade da construção de creches de pré-escolas com recursos do programa PROINFANCIA, do Governo Federal.

- c) Participação no Seminário Regional sobre Controle Social, promovido pelo MP/MA na cidade de Timon, com palestra proferida pela Coordenação deste Caop Educação intitulada CONSELHOS DE DIREITOS E CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM?
- d) Reunião com os gestores municipais de São Raimundo das Mangabeiras e Olho D’água das Cunhãs sobre o Programa de Práticas Instituintes para a qualidade da educação Municipal: uma estratégia de efetividade dos recursos dos precatórios do FUNDEF, em parceria com a Escola de Formação de Governantes e a Fundação Sousândrade.
- e) Início das atividades remotas geradas pelo Covid-19 com a participação na reunião do Gabinete de Monitoramento da pandemia da COVID-19 e congêneres

no âmbito do Ministério Público do Maranhão, do qual o Caop Educação tem assento.

- f) Expedição e encaminhamento de Parecer a Promotoria de Justiça de Coelho Neto com orientações sobre o atendimento especializado a aluno de escola

- g) Encaminhamento de Ofício/Circular aos Promotores de Justiça com atuação na educação, sobre o acompanhamento às medidas adotadas pelos municípios em relação a reformulação do Calendário escolar 2020.

Abril

- a) Recebimento de respostas de instauração de Procedimentos Administrativos referentes a reformulação de Calendários Escolares: - PJMT: 22020. - PJSJP:02020 (Sucupira do Riachão). - PJSJP: Portaria Nº5 (São João dos Patos).
- b) Recebimento de respostas de instauração de Procedimentos Administrativos referentes a reformulação de Calendários Escolares da 7ª PJCAIX, de Portaria Nº52020 (Caxias), Nº 62020 (Aldeias Altas), Nº 72020 (São João do Sóter);
- c) Recebimento de respostas de instauração

- de Procedimentos Administrativos referentes a reformulação de Calendários Escolares Portaria Nº 42020 da PJTIB (Timbiras) e da Portaria Nº 18020, da 2ª PJ Coelho Neto;
- d) Webinar: Os CME's e a reorganização do Calendário Escolar 2020 durante e depois da COVID -19 (controle social, normalização e atos normativos): Participantes: Sandra Pontes – MPMA. Gilvania Nascimento – UNCME/BA. - Fabiana Bitello – UNCME/ RS. - Emerson Araújo – UNCME/ MA

Mai

- a) Encaminhamento aos Promotores de Justiça com atribuição na área de educação cópia da Ação Civil Pública ajuizada em parceria com a Defensoria Pública do Estado, em desfavor das instituições de ensino da rede particular de São Luís, objetivando redução das mensalidades durante o período preventivo de distanciamento social, em decorrência da pandemia do COVID-19;
- b) CNMP – CDDF – GT 8 – Memorando de Entendimento – CNMP/ATRICON/UNICEF – Busca Ativa Escolar – Reunião Preparatória para organização do projeto e do webinar de lançamento.
- c) CAOP EDUCAÇÃO/EFG E FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE – Reunião preparatória das atividades virtuais do PROGRAMA DE PRÁTICAS INSTITUINTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UMA ESTRATÉGIA DE EFETIVIDADE DOS

- RECURSOS DO FUNDEF.
- d) Reunião Caop/Educação e Caop PROIBIDADE do MPE para discussão sobre a situação da suspensão/extinção dos contratos de professores e servidores públicos durante a pandemia da COVID-19.
- e) UNDIME e UNCME/MA – Reunião de trabalho com a coordenação do CAOP Educação para pensar estratégias e possibilidade de reorganização do calendário escolar durante e pós-pandemia da COVID-19.
- f) Participação no Simpósio Virtual “MINISTÉRIO PÚBLICO, DEMOCRACIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA” – Celebração do dia Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão.
- g) CNMP – GT-8 – participação na Reunião do Fórum Brasileiro de Segurança

- Alimentar e Nutricional – FBSAN – Discussão sobre exigibilidade do Direito Humano a Alimentação Adequada.
- h) MPMA – SOLENIDADE VIRTUAL DE ASSINATURA DO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MPMA, SEDUC E EFG SOBRE O SISTEMA DE ORIENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO – SOMA/MA.
- i) CAOP EDUCAÇÃO/EFG E FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE – Lançamento do curso virtual para Conselheiros Municipais de Educação - PROGRAMA DE PRÁTICAS INSTITUINTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UMA ESTRATÉGIA DE EFETIVIDADE DOS RECURSOS DO FUNDEF - Bernardo do Mearim.
- j) CAOP EDUCAÇÃO/EFG E FUNDAÇÃO SOUSÂNDRADE – Lançamento do curso virtual para Conselheiros Municipais de Educação - PROGRAMA DE PRÁTICAS INSTITUINTES PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UMA ESTRATÉGIA DE EFETIVIDADE DOS RECURSOS DO FUNDEF – Tutóia.
- k) I FORMAÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICA - UNDIME – VENCENDO OS DESAFIOS EM MEIO A CRISE- REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR - Palestrantes: EMERSON ARAÚJO- UCME/MA e SANDRA SOARES DE PONTES – MPMA.
- l) ESMP/CAOp Infância e Juventude e CAOp Educação – Parceria com a SAFERNET – lançamento do curso, “Educando para boas práticas on-line – o uso seguro e consciente da internet”.
- m) Participação na Reunião do Fórum Estadual de Educação para discutir os protocolos sanitários e pedagógicos de retorno as atividades escolares pós-pandemia.
- n) Elaboração e encaminhamento do Relatório de Transição e do Relatório Parcial de Atividades de 2020;
- o) Emissão de parecer em atendimento à consulta recebida por meio do e-mail eletrônico do CAOp/Educação, formulada pela Assessora Ministerial da Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim, Nathalia Castro da Silva, referente a correta aplicação das verbas oriundas dos precatórios do FUNDEF, para uso exclusivo na educação, na perspectiva de garantia da efetivação de uma educação de qualidade e posicionamento acerca da impossibilidade de subvinculação dos 60% dos recursos para pagamento dos profissionais do magistério.

Junho

- a) Realização de reunião dia 29.06, às 15h00min, por meio da plataforma digital disponibilizada pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “Google Meet”, com equipe do Centro de Apoio Operacional da Educação, na qual ocorreu apresentação do novo Coordenador do Centro e da nova servidora do setor, Marialda Mendes, além de breve apresentação das perspectivas de trabalho sob a nova coordenação.
- b) A partir do mês junho, em paralelo ao aprofundamento dos impactos da pandemia na execução das atividades, tem início a fase de transição na direção da Procuradoria Geral de Justiça e da nova coordenação do CAOP/Educação.

2.2. A execução dos Projetos

A estratégia fundamental de atuação do CAOP se dá por meio da execução de projetos, elaborados nos marcos do planejamento estratégico do Ministério Público Estadual, procurando responder ao enfrentamento das questões sociais mais prementes ao conjunto da Instituição. Os projetos concentram e sintetizam as ações voltadas ao cumprimento das competências do Centro de Apoio.

No último ano, foram priorizados os projetos: “Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade”; “Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação”; e “Educação Infantil: onde começa o direito”. Como dito anteriormente, as ações desses projetos ficaram prejudicadas em face da pandemia.

2.2.1 Projeto: Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade

O projeto “Pau de Arara Nunca Mais: O MP na defesa do transporte escolar de qualidade” é uma ação institucional que vem sendo desenvolvida pelo MPMA nos últimos anos, na perspectiva de erradicar o transporte escolar ilegal, sem condições de segurança aos estudantes maranhenses, tendo sido, inclusive, reconhecido nacionalmente, com a conquista da segunda colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria Defesa dos Direitos Fundamentais.

Em 2020 não se conseguiu dar prosseguimento às ações pensadas, levando-se a necessidade de redimensionar o projeto, atualizando ações, metas e indicadores.

2.2.2 Projeto: Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação

O Projeto “Conselhos Fortes, orçamento controlado, escola de qualidade: o dinheiro do Fundef é da Educação”, é a continuidade do projeto “O Dinheiro do FUNDEF é da Educação”, reconhecido nacionalmente com a primeira colocação do Prêmio CNMP/2018, na categoria combate à corrupção.

O CAOp Educação promoveu a readequação desse projeto, ampliando seu campo de atuação, não somente para abranger os recursos relativos ao extinto FUNDEF, mas também outras fontes de recursos na área de educação, visando à fiscalização, em parceria com os agentes de controle, a correta destinação dos recursos, aprimorando os mecanismos de controle social nos municípios.

Em 2020 suas principais ações foram:

- O acompanhamento de projetos de leis municipais visando à subvinculação dos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEF para pagamento de professores, confrontando o entendimento já firmado pela Rede de Controle e Tribunais Superiores, acerca da não vinculação desse recurso, culminando com a emissão da Nota Técnica RCGP/MA n. 01 de 22 de outubro de 2019;
- O envio de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas, a partir da elaboração de Kit Operacional, aos órgãos de execução, no intuito de otimizar as ações voltadas a garantir a utilização dos recursos do FUNDEF na área de educação;

- O acompanhamento dos repasses aos municípios dos recursos oriundos dos precatórios do FUNDEF;
- Reuniões com os representantes da Rede de Controle, MPMA, EFG e municípios, que solicitaram mais esclarecimentos sobre o uso dos precatórios e sobre o Plano de Ações Estratégicas – PAE, que estabelece quais as ações que serão realizadas com estes recursos;
- Realização de audiências públicas envolvendo a comunidade e representantes do MPMA, gestores municipais, professores e outros segmentos, para tratar sobre a aplicação dos recursos do FUNDEF e o entendimento firmado pela Rede de Controle e Tribunais Superiores.

Além dessas ações que dão continuidade ao projeto, este Centro de Apoio fomentou realização do Seminário “Todos pelo FUNDEB: Aprovação Já”, em parceria com a Rede pela Educação Pública de Qualidade no Maranhão – REMAR e OAB, através do movimento DIÁLOGOS PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, da Comissão Especial de Educação do Conselho Federal e da SECCIONAL MA e do IEMA, pelo Centro de Estudos e Pesquisas para Excelência em Educação – CEPEDUC, para reafirmar a necessidade de aprovação da Emenda Constitucional do novo FUNDEB.

2.2.3 Projeto Educação Infantil: onde começa o direito

O “Projeto Educação Infantil: onde começa o direito” foi criado com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da meta estabelecida no Plano Nacional de Educação, para atendimento em creches e pré-escolas nas redes municipais de ensino, com previsão de início nos anos 2019/2020.

A ação inicial do projeto consistiu em uma pesquisa voltado à realização de georreferenciamento das creches e pré-escolas com previsão de construção com recursos oriundos do Programa Proinfância do Governo Federal, a fim de verificar o não cumprimento das metas dos planos quanto à universalização da educação infantil e a construção de creches e pré-escolas.

Em paralelo, visando auxiliar o trabalho dos órgãos de execução quanto à matéria, foi elaborado um kit operacional, contendo fluxograma de ações e modelos de peças jurídicas e administrativas a ele alinhadas.

3. SOMA - SISTEMA DE ORIENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MARANHÃO

Cabe destacar em 2020 a retomada do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação no Maranhão - SOMA, com assinatura do Termo de Cooperação nº 01/2020, habilitando-o para a sua efetiva implementação.

O SOMA é uma iniciativa do Ministério Público do Estado do Maranhão, da Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (SEDUC/MA) e da Associação Maranhense de Formação de Governantes – AMFG/ Escola de Formação de Governantes (EFG), executado em forma de projeto pela (EFG).

O SOMA, como dito no Termo de Cooperação:

Constitui-se em uma ferramenta pedagógica e tecnológica que permite a interação entre o Estado e os Municípios, bem como entre as Instituições signatárias da Rede pela Educação de Qualidade no Maranhão – REMAR e seus parceiros na construção de ações intersetoriais que estabeleçam uma política de estado a partir da sistematização do regime de colaboração, visando atingir a melhoria qualificada dos indicadores educacionais no Maranhão, superando os entraves históricos e a cultura da acomodação com relação ao fracasso escolar, através do monitoramento e avaliação das metas do Plano Estadual de Educação, integrado aos Planos Municipais, por meio do Observatório de Educação, a criação e o fortalecimento dos fóruns municipais de educação, a articulação entre os sistemas para efetivação do plano estadual de educação ambiental no planejamento educacional, a orientação, monitoramento e avaliação dos planos de atuação estratégica, elaborados pelos Municípios Maranhenses que receberam os precatórios do FUNDEF e a colaboração com o monitoramento dos prazos e metas estabelecidas pelas Promotorias da Educação em suas atividades resolutivas estabelecidas de forma extraprocessual (Termo de Cooperação Técnica nº 01/2020. Disponibilização: 04/06/2020. Publicação: 05/06/2020. Edição nº 102/2020).

Como visto, a partir da reformulação das ações do CAOP, o SOMA terá um papel central nos próximos anos, posto que deverá agregar e impulsionar diversas funcionalidades presentes na atual dinâmica de atuação do Centro.

4. AÇÕES NO PERÍODO DA PANDEMIA

Em 2020 os atendimentos às demandas das Promotorias de Justiça do Maranhão estiveram focados prioritariamente nos desdobramentos dos impactos da pandemia no sistema educacional. Foram várias reuniões, discussões, expedição de diversos documentos com orientação para diversas temáticas, como calendário escolar, carga horária, alimentação escolar, matrícula, ensino remoto, biossegurança no ambiente escolar. E ao fim do ano, os membros do CAOP acompanharam o processo de transição na gestão municipal, expedindo recomendação específica para a área de educação.

Ainda, durante todo esse período, foram atendidas demandas que resultaram na elaboração de pareceres técnico-jurídicos, elaboração de minutas de peças administrativas e/ou judiciais e outros instrumentais necessários para a resolutividade das questões das promotorias de justiça. É o que se verifica a seguir.

4.1. Atividades realizadas no segundo semestre de 2020

Julho

- | | |
|---|---|
| a) Realização de reunião, aos oito dias do mês de julho do ano de 2020, às 16h00min, por meio da plataforma digital disponibilizada pela Procuradoria Geral de Justiça do | Estado do Maranhão, “Google Meet”, com equipe do Centro de Apoio Operacional da Educação e Secretaria de Planejamento e |
|---|---|

- Gestão, sobre a ferramenta Business Intelligence-BI.
- b) Realização de reunião, aos nove dias do mês de julho do ano de 2020, às 16h30min, por meio da plataforma digital disponibilizada pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “Google Meet”, do Ministério Público do Maranhão com a Secretaria de Estado da Educação, acerca da retomada das aulas presenciais pela rede Estadual de Educação. Pelo CAOP Educação, na qual participaram os Promotores de Justiça Eduardo Borges, Paulo Avelar e Frederico Bianchiani, e os servidores Conceição Andrade, Jainara Souza, Sonia Nogueira, Valéria Vieira e Bárbara Wenndra (estagiária). Pela Promotoria da Educação, participaram o Promotor da Educação já mencionado, Dr. Paulo Avelar e os servidores Creuza Oliveira, Krysna Serejo e Márcia Pacheco. Por fim, pela SEDUC, participaram o Secretário de Educação Felipe Camarão, o Subsecretário, Danilo Moreira, os Secretários Adjuntos Daniel Carvalho (de Obras), Nadya Dutra (de Ensino), e os servidores Francianne Grande, Luana Muriella e Raphael Garreto.
- c) Realização de reunião, aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de 2020, às 14h30min, por meio da plataforma digital disponibilizada pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, “Google Meet”, com os membros do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, com a seguinte pauta: 1. Representação COPELUC; 2. Votação dos enunciados; 3. Consulta e procedimentos no SIMP; 4. Acompanhamento das questões legislativas: projeto de lei que permite o pagamento de 60% dos valores dos precatórios do FUNDEF aos professores e articulação com a rede e com os SENADORES/FUNDEB; 5. Divisão de temas e das regiões no CAOP; 6. Informes e organização da reunião com os Promotores de Justiça da educação sobre a retomada das aulas presenciais pela Rede Estadual de Ensino e orientações para as demais redes; 7. Indicação de nomes para a composição do CAOP Educação (2 vagas); 8. Outros informes.
- d) Elaboração e envio de DOCUMENTO PRELIMINAR DE ALINHAMENTO DAS AÇÕES da unidade auxiliar para o período compreendido entre os meses de 01 de julho a 31 de janeiro de 2021.
- e) Consolidação de informações para resposta à demanda do CNMP, emitida por intermédio do Ofício-Circular nº 14/2020/CDDF, sobre as ações dotadas pelas unidades integrantes do Ministério Público Estadual para a garantia da correta implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, considerando a grave crise social, principalmente no tocante à segurança alimentar e nutricional dos estudantes em face da COVID-19.
- f) Solicitação de informações detalhadas junto à Advocacia Geral da União acerca de recursos referente aos municípios maranhenses Centro do Guilherme, Pedreiras, Lima Campos e Trizidela do Vale, bem como o encaminhamento da lista atualizada dos municípios que receberam e que receberão precatórios para no ano de 2020.
- g) Encaminhamento de informações referente à demanda enviada ao CAOP pelos OFC-3ªPJPED1272020, OFC-3ªPJPED1282020_e OFC-3ªPJPED1292020;
- h) Encaminhamento de informações referente ao OFC-PJPIM – 1642020OFC-PJPIM para subsidiar procedimento administrativo que apura uso de verbas oriundas de precatórios do FUNDEF para pagar abono aos servidores da educação do Município de Tufilândia (MA);
- i) Encaminhamento à Escola de Formação de Governantes de Via do Termo de

Cooperação Técnica Nº 001/2020, que institui o SOMA, celebrado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, a Secretaria de Estado da Educação e a Associação Maranhense de Formação de Governantes – AMFG/ Escola de Formação de Governantes –EFG.

- j) Realização de reunião virtual, via “Google Meet”, dia 27 de julho, com os membros do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, para tratar dos

detalhes da reunião ocorrida, sobre a retomada das aulas presenciais pela Rede Estadual de Ensino e as orientações gerais para as demais redes.

k) Realização de reunião virtual, via “Google Meet”, dia 27 de julho com participação de representantes de diversos Órgãos e Instituições com vistas a discutir a retomada das aulas presenciais pela Rede Estadual de Ensino e as orientações gerais que servirão de base às demais redes.

Agosto

- a) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 13 de agosto entre os servidores e Coordenador do CAOP/Educação a fim de serem repassadas por este, as últimas informações sobre as atividades realizadas a respeito do retorno às aulas presenciais no Estado, como também para discutir sobre o trabalho desta Unidade Institucional.
- b) Envio de expediente ao Procurador Geral de Justiça com a indicação dos Promotores de Justiça abaixo identificados para compor o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação – CAOp/Educação: Paulo Silvestre Avelar Silva; Frederico Bianchiani Joviano dos Santos; Sandra Fagundes Garcia; Paula Gama Cortez Ramos; e José Frazão Sá Menezes Neto.
- c) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 18 de agosto, com os membros do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação, presentes os Promotores de Justiça Dr. Eduardo Borges Oliveira, Dr. Paulo Silvestre Avelar Silva, Dra. Sandra Fagundes Garcia, Dr. José Frazão Sá Menezes Neto e Dr. Frederico Bianchiani Joviano dos Santos, com a ausência da Dra. Paula Gama Cortez Ramos.

- d) Elaboração do Enunciado 01/2020/CAOp/Educação, com o seguinte teor: “No cumprimento do dever de prestar orientação técnico-jurídica aos órgãos de execução do Ministério Público (art. 2º, XV, da Resolução 02/97 do CPMP-MA, art. 33, II, da Lei 8.625/93 e atr. 38, III, da Lei Complementar 013/91), havendo remessa de autos físicos ou digitais, bem como cópia integral de expedientes ou de qualquer modalidade de Procedimentos Administrativos instaurados (latu senso) e/ou Ações Cíveis Públicas para análise, será primeiramente solicitado ao consultante que especifique, da forma mais detalhada e objetiva possível, a questão que se pretende solucionar, não sendo cabível a análise técnica genérica de Procedimento ou peça”.
- e) Elaboração do enunciado em conjunto com o CAOp/Saúde, com o seguinte teor: ENUNCIADO CONJUNTO 01/2020/CAOp-educação/CAOp/Saúde: “A matéria referente ao retorno das aulas presenciais nas redes de educação, por estar submetida aos protocolos sanitários, com potencial impacto no aumento de infecção por COVID-19, envolve questões sanitárias e processos educacionais, sendo recomendável a

- atuação conjunta entre as Promotorias de Justiça da saúde e da educação”.
- f) Consolidação e envio de informações referentes à demanda da Ouvidoria do Ministério Público Estadual, feita via OFÍCIO GAB/OUV. (*Processo SIMP 000467-509/2020*), que versa sobre a existência de “...documento, procedimento, processo, ou outro ato administrativo (ação, recomendação, consulta pública, entre outros) produzidos nesse órgão e que possa ser de conhecimento público que trate da liberdade do exercício docente, ou seja, que abordou repreensão a manifestações doutrinárias por parte de docentes ou atos em defesa da liberdade de cátedra no estado em um período de 2014 até o presente momento”.
- g) Encaminhamento à Promotoria de São Mateus de material de apoio sobre a aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), exclusivamente na educação.
- h) Encaminhamento à Promotoria de Cedral de material de apoio sobre a aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério).
- i) Elaboração de expediente dirigido à Administração Superior do MPMA com CONSULTA acerca de quais os procedimentos podem ser manejados pelo CAOp, com os quais as opções de registros no SIMP e/ou DIGIDOC, dentre outros tópicos.

Setembro

- a) Encaminhamento de material de apoio em atendimento a demanda sobre a junção de matrículas de professores envolvendo até 40 h semanais, consulta registrada no SIMP sob o Protocolo n.º 018734-500/2020.
- b) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 17 de setembro, sobre o Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação do Maranhão, SOMA, com a presença do Ministério Público Estadual, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Nicolau, e membros da Secretaria de Assuntos Institucionais – SECINST e dos Centros de Apoio à Educação, Infância, Saúde e Probidade Administrativa, representantes da Secretaria de Estado da Educação, com o Secretário Felipe Camarão, e da Escola de Formação de Governantes, com o presidente Raimundo Palhano.
- c) Realização de reunião virtual para repasse das discussões sobre o retorno das aulas presenciais, ensino híbrido e ensino remoto, realizada no dia 27 de agosto de 2020, às 10h, pela plataforma Meet.

Outubro

- a) Encaminhamento de informações para a Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas/MA, em resposta aso expedientes *OFC-3ªPJBAL - 1372020 e OFC-3ªPJBAL – 1392020*.
- b) Encaminhamento de cópia da MANIF-MINCAOP/SAUDE - 102020, proferida pelo Centro de Apoio Operacional - Saúde, nos autos do Processo Digidoc nº 9881/2020, instaurado pelo Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a partir do recebimento da "Carta Aberta à Sociedade Maranhense especialmente aos nossos gestores públicos (estaduais/municipais)",

- procedente da Associação Maranhense de Arte-Educadores – AMAE.
- c) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 9 de outubro, sobre o Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação da Educação do Maranhão, SOMA, com a participação do Coordenador do CAOp Educação, Eduardo Borges e a servidora Valéria Vieira, pelo MPMA, e, pela Escola de Formação de Governantes, o Presidente Raimundo Palhano e a economista Beatriz Machado.
- d) Realização de reunião, dia 28 de outubro, na Sala de Reuniões da Escola Superior do Ministério Público, no Prédio do Centro Cultural do MPMA, de reunião presencial sobre as ações do CAOp Educação e o pré-planejamento das ações do Centro de Apoio para o ano de 2021, com a participação do Coordenador do CAOp Educação, Eduardo Borges, os servidores Jainara Sousa, Conceição Andrade, Valdeny Barros, Valéria Vieira e Bárbara Ximenes (estagiária), o servidor da SEPLAG, Marcelo Amorim, e o Presidente da EFG, Raimundo Palhano.
- e) Análise técnica e emissão de parecer referente à Proposta de Adequação Curricular para a Educação Básica das Escolas Públicas de Santa Inês: Pessoa com Deficiência e a Pessoa Idosa, conforme o Projeto Interinstitucional “Adequando Currículos”, encaminhado a este Centro de Apoio de Defesa do Direito à Educação, pelo Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.
- f) Realização de reunião, aos vinte e oito dias do mês dia 28 de outubro, na Sala de Reuniões da Escola Superior do Ministério Público, no Prédio do Centro Cultural do MPMA, entre o CAOP Educação, Promotorias de Justiça da Educação da Capital, ESMP e UNICEF, sobre a Plataforma Busca Ativa, com a participação do Coordenador do CAOP Educação, Eduardo Borges, o Promotor da Educação e Membro do CAOP Educação, Paulo Avelar, o Promotor da Educação, Lindonjonson Gonçalves de Sousa, a Diretora da ESMP, Karla Vieira, os servidores Marcelo Amorim (SEPLAG), Márcia Pacheco (1ª PJEDE), Maíra Castro (ESMP) e Valéria Vieira (CAOP Educação), e pelo UNICEF, Ofélia Silva.

Novembro

- a) Solicitação junto à ESMP de Implementação de Curso de Especialização na área de Educação do MPMA.
- b) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 24 de novembro com o Coordenador do CAOP/Educação, Dr. Eduardo Borges, Dr. Menezes, Dra. Fabíola Fernandes Faheina Ferreira e as servidoras do CAOP/EDUCAÇÃO Conceição, Sonia e Marialda, com o objetivo de discutir ações a serem tomadas a respeito de infrequência escolar dos estudantes nas aulas remotas, bem como no desenvolvimento das demais atividades curriculares das escolas estaduais e municipais, decorrentes do contexto de pandemia em razão da COVID-19.
- c) Solicitação junto à ESMP de desenvolvimento de Programa de Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Aplicação dos Recursos do FUNDEF no MPMA, tendo como justificativa a necessidade de se sistematizar o *modus operandi* do Ministério Público quanto à fiscalização da aplicação dos recursos oriundos dos Precatórios do FUNDEF, facilitando o trabalho das Promotorias da Educação e consolidando toda uma

estrutura de suporte técnico aos membros do MPMA nessa área de atuação.

- d) Elaboração de parecer acerca da consulta formulada pela Promotora de Justiça Fabíola Fernandes Faheína Ferreira, Titular da Promotoria de Justiça de Rosário/MA, que solicita informações de como proceder para notificação dos pais e alunos ausentes, uma vez que receberam o chip oferecido pelo Governo do Estado do Maranhão, verificando-se, contudo, a inércia no que concerne a participação nas aulas na modalidade *online*. Dessa forma, requer instruções de como prosseguir para notificar, nos moldes da normativa

do Ministério Público Estadual, os pais e alunos a fim de que compareçam à escola.

- e) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 30 de novembro, entre o CAOP Educação e o Conselho Estadual de Educação, sobre a necessidade de regulamentação do ensino remoto/híbrido no Estado do Maranhão, com a participação do Coordenador do CAOP Educação, Eduardo Borges, as servidoras Conceição Andrade, Marialda Carvalho, Sônia Nogueira e Valéria Vieira (CAOP Educação), e pelo Conselho Estadual, a presidente Soraia Raquel Silva e conselheira Régina Galeno.

Dezembro

- a) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 1º de dezembro de 2020, entre membros e servidores do CAOP Educação, sobre recomendação para o cumprimento da carga horária das escolas no ano de 2020;
- b) Realização de reunião virtual, via Plataforma Zoom, dia 7 de dezembro de 2020, entre o CAOP Educação e o UNICEF, tendo como pauta os seguimentos para a reabertura segura das escolas, para a Busca Ativa Escolar no Maranhão, e para o encontro com os municípios sobre os referidos temas. Participaram da reunião pelo CAOP Educação, o Coordenador, Eduardo Borges, os Promotores José Frazão Menezes e Paula Cortez, as servidoras Conceição Andrade e Valéria Vieira (CAOP Educação) e, pelo UNICEF, os consultores Ângelo Damas e Ofélia Silva.
- c) Elaboração e encaminhamento de modelo de Recomendação sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de

cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

- d) Elaboração e envio de modelo de Recomendação sobre a transição na educação municipal, organização e funcionamento do sistema municipal de educação e aplicação dos recursos dos precatórios do FUNDEF.
- e) Encaminhamento de informação sobre Arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 019059-500/2019, tendo por objeto acompanhar o Projeto Institucional “Pau de arara nunca mais: o MP na defesa do transporte escolar de qualidade”, para fins de ciência do Conselho Superior do Ministério Público.
- f) Encaminhamento de informação sobre Arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 028935-500/2019, tendo por objeto acompanhar as ações a serem desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Maranhão, em face do Ato Interinstitucional Conjunto nº. 01/2017, que instituiu a Ação Interinstitucional “O dinheiro do FUNDEF é da Educação: por

- uma educação pública de qualidade para todos os maranhenses”, para fins de ciência do Conselho Superior do Ministério Público.
- g) Encaminhamento de informação sobre Arquivamento da Notícia de Fato SIMP nº 026999-500/2019, tendo como objeto acompanhar o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), para fins de ciência do Conselho Superior do Ministério Público.
- h) Realização de reunião virtual, via Google Meet, dia 18 de dezembro do ano de 2020, entre o CAOP Educação, a Promotoria de

Araioses, representantes da equipe de transição do Município de Araioses, do Fórum Estadual de Educação, da UNCME e Conselho Municipal de Educação de Araioses, tendo como pauta a conclusão do ano letivo de 2020 no município de Araioses.

Realização de reunião virtual, dia 18 de dezembro de 2020, entre o CAOP Educação e o município de Balsas, tendo como pauta as orientações para a aplicação dos precatórios do FUNDEF, já recebidos pelo município e os valores que estão bloqueado.

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ)



O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude - CAOp/IJ, na qualidade de órgão auxiliar do MPMA, desenvolve uma atuação coordenada, planejada no sentido de apoiar os órgãos de execução ministerial, no que tange não só a aplicação das normativas legais que permeiam a área da infância e juventude, de alguma forma, em todas as esferas, mas também a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, com enfoque na atuação extrajudicial, exatamente por pautar que a desjudicialização e a descentralização potencializam sobremaneira os resultados positivos, no entanto, não há escusa em dar suporte para o ingresso em Juízo, quando esgotadas todas as possibilidades anteriores para resolução ou encaminhamento das demandas.

Destaca-se que o CAOp/IJ, em macro, atua em três grandes frentes: externamente, em

articulação com variadas instituições, no sentido de planejar e atuar conjuntamente em demandas que afetem os direitos de crianças e adolescentes, o que será esmiuçado em item específico, realizando eventos e promovendo/comparecendo em reuniões, nacionais, estaduais e locais, com o fito a desdobrar encaminhamentos e atividades que impactem na atuação da Administração Superior e dos órgãos de execução ministeriais.

Já internamente, o CAOp/IJ atua nas atividades designadas pela Administração Superior, seja emitindo pareceres em demandas específicas, como também pensando ações institucionais, especialmente aquelas atreladas ao Plano Estratégico 2016-2021, definidas como objetivos estratégicos. Bem como, na emissão de pareceres às variadas demandas oriundas das Promotorias de Justiça, quando demandado, a título de sugestão de atuação, com orientações técnicas a partir dos casos concretos apresentados, que servem ainda como pilares norteadores para mapeamento de futuras atividades que podem ser desenvolvidas a nível estadual.

Ressalta-se que para 2020 foi definido enquanto prioritárias as ações para fomentar o Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”, objetivando especificamente uma maior coesão de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos nos municípios, sem, contudo, significar estancar os demais eixos e projetos já deflagrados neste Centro de Apoio.

1. ATUAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

Convém salientar que com o advento da pandemia do novo coronavírus ‘Covid-19’ no mês de março/2020, o CAOp/IJ precisou replanejar sua programação de atividades, pelo que houve diversos cancelamentos, mas também novas demandas, assim, perceptível uma menor quantidade de atividades.

Quadro 34 – Atividades - mês a mês

REUNIÕES

Nº	Data	Atividade
JANEIRO		
1.	08/01/2020	Reunião com a SaferNet para articulação de parceria e lançamento do curso EaD “Educando para boas escolhas”. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
2.	17/01/2020	Reunião de acompanhamento do caso “Meninos do Trem” com a 37ª PIJ São Luís e ESMP. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
3.	17/01/2020	Reunião com a ESMP e o CAOp Educação para articulação de parceria e lançamento do curso EaD “Educando para boas escolhas” Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
4.	24/01/2020	Reunião sobre Serviços de Acolhimento com a SEDIHPOP, SEMCAS e Dpol Carlos Damasceno. Participantes: Naisandra Mota e Bruno Mendonça
FEVEREIRO		
5.	07/02/2020	Reunião com a SEDIHPOP sobre formação para conselheiros tutelares pela Escola de Conselhos. Participantes: Dr. Sandro e Naisandra Mota
6.	13/02/2020	Reunião com a Coordenadoria da Infância do TJMA sobre convênio acerca da escuta protegida. Participantes: Dra. Michelle, Carla Costa e Naisandra Mota
7.	21/02/2020	Reunião de planejamento de atividades do Núcleo de Justiça Restaurativa no CIJJUV. Participante: Carla Costa
MARÇO		
8.	04/03/2020	Reunião no Núcleo de Justiça Restaurativa para estabelecer calendário de execução dos círculos restaurativos para certificação (Tdh). Participante: Carla Costa
9.	06/03/2020	Reunião para alinhamento preparatória para a Oficina de avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Participante: Carla Costa
10.	12/03/2020	Oficina de avaliação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. Participante: Carla Costa

11.	13/03/2020	Reunião com a SEDIHPOP sobre a Escola de Conselhos – capacitação de conselheiros tutelares. Participantes: Dr. Menezes, Dr. Márcio Thadeu, Carla Costa e Naisandra Mota
12.	13/03/2020	Reunião com a Ouvidoria do MPMA sobre o Disque 100. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
13.	17/03/2020	Reunião com a SEDIHPOP sobre a Escola de Conselhos – capacitação de conselheiros tutelares. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
ABRIL		
14.	17/04/2020	Reunião sobre o curso EaD da SaferNet. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota.
15.	24/04/2020	Reunião com a Plan e parceiros sobre a adesão à campanha #QuarentenaSimViolênciaNão. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota.
MAIO		
16.	14/05/2020	Webinário de Lançamento da campanha '18 de maio': A investigação dos Crimes Contra Crianças e Adolescentes na Pandemia. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
17.	27/05/2020	Lançamento do curso "Educando para boas escolhas" em parceria com a SaferNet, o CAOp Educação e a ESMP. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
JUNHO		
18.	05/06/2020	Reunião com a equipe técnica da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Timon para apresentação do CAOpIJ. Participantes: Dr. Menezes, Carla Costa e Naisandra Mota
JULHO		
19.	02/07/2020	Planejamento 2020.2 – Reunião de equipe com a nova gestão para direcionamento das ações do segundo semestre 2020. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota.
20.	14/07/2020	Reunião interna do CAOp/IJ sobre a retomada das atividades e replanejamento. Participantes: Dra. Michelle, Dr. Sandro, Carla Costa e Naisandra Mota.
21.	15/07/2020	Reunião dos CAOps com a nova gestão (PGJ). Participantes: Dr. Sandro, Carla Costa e Naisandra Mota
22.	20/07/2020	Recebimento de novas demandas: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
23.	23/07/2020	Reunião com a Plan e parceiros sobre a nova fase da campanha #QuarentenaSimViolênciaNão. Participante: Carla Costa
24.	27/07/2020	Realização de pré-círculos restaurativos no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís. Participante: Carla Costa
25.	28/07/2020	Realização de pré-círculos restaurativos no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís. Participante: Carla Costa
26.	28/07/2020	Reunião com o Secretário de Estado de Educação sobre a retomada das aulas presenciais da Rede Estadual de Ensino e Orientações para as demais Redes. Participantes: Dr. Sandro e Carla Costa
27.	29/07/2020	Realização de pré-círculos restaurativos no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís. Participante: Carla Costa
28.	30/07/2020	
AGOSTO		
29.	03/08/2020	Realização de pré-círculos restaurativos no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís. Participante: Carla Costa
30.	03/08/2020	Reunião com ESMP. Participante: Naisandra Mota
31.	05/08/2020	Reunião com ESMP. Participante: Naisandra Mota

32.	05/08/2020	Reunião com a Escola de Conselhos sobre capacitação em escuta especializada. Participante: Naisandra Mota
33.	06/08/2020	Reunião com a PJ de Morros e Plan International sobre enfrentamento à violência e exploração sexual na região, em apoio à Dra. Erica Beckman. Participantes: Dr. Sandro Lobato e Naisandra Mota
34.	10/08/2020	Reunião da Câmara de Coordenadores dos CAOps com a SEPLAG. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
35.	11/08/2020	Reunião com a ESMP e Plan International para firmar parceria, especialmente nos temas Primeira Infância e Gênero. Participantes: Dr. Sandro Lobato, Carla Costa e Naisandra Mota
36.	11/08/2020	Reunião com o CMDCA São Luís: Plano Municipal da Primeira Infância. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
37.	12/08/2020	Reunião com a SaferNet e o CAOp Educação para alinhamento sobre o curso “Educando para boas escolhas” e articular secretarias de educação. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
38.	12/08/2020	Plenária ordinária do CMDCA São Luís – solicitação de apoio formulada pelas 37ª e 38ª PIJ para pautar o tema da Escuta Especializada. Participante: Carla Costa
39.	12/08/2020	Reunião com a SEDUC e os CAOps Saúde, Educação e Idoso e Pessoa com Deficiência. Participantes: Dra. Michelle Saraiva, Carla Costa e Naisandra Mota
40.	19/08/2020	Prosas na Infância – Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia: Importância e Atuação do Conselho Tutelar.
41.	24/08/2020	Reunião – Meninos do Trem, com a 37ª PIJ São Luís. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
42.	31/08/2020	Webinário “Violência contra criança e adolescente e escuta especializada” – EGMA. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
SETEMBRO		
43.	01/09/2020	Webinário “Violência contra criança e adolescente e escuta especializada” – EGMA. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
44.	02/09/2020	Reunião com os Promotores de Justiça integrantes do CAOp/IJ para deliberar sobre eleição municipal e candidatura de conselheiro tutelar. Participantes: Dr. Sandro; Dra. Michelle; Dr. Eduardo; Dr. Gleudson; Dr. Márcio; Carla Costa e Naisandra Mota
45.	03/09/2020	Realização de pré-círculo restaurativo no Núcleo de Justiça Restaurativa do Centro Integrado de Justiça Juvenil em São Luís. Participante: Carla Costa
46.	03/09/2020	Reunião com a UNICEF sobre violação de direitos de crianças e pandemia, com a SEPLAG e CAOps. Participantes: Dra. Michelle, Carla Costa e Naisandra Mota
47.	11/09/2020	Reunião com a 37ª PIJ, CMDCA, CT’s e outros. Recebendo o Juiz Alexandre Abreu para falar sobre os serviços do NUPEMEC. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
48.	14/09/2020	Evento MPBA – Do afeto à efetividade: diálogos sobre adoção. Participante: Carla Costa
49.	15/09/2020	Reunião – Meninos do Trem, com a 37ª PIJ São Luís, MPPA e Vale. Participantes: Naisandra Mota
50.	16/09/2020	Reunião com a Plan, sobre a Rede Estadual Primeira Infância. Participante: Naisandra Mota
51.	16/09/2020	Prosas na Infância: PPCAAM – Conhecendo o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
52.	16/09/2020	Reunião – Meninos do Trem, com a 37ª PIJ São Luís. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
53.	17/09/2020	Reunião sobre o Termo de Cooperação 01/2020 sobre o sistema SOMA. Participantes: Dr. Sandro, Carla Costa e Naisandra Mota
54.	17/09/2020	Lançamento do Grupo de estudos sobre Práticas Restaurativas da ESMA/FUNAC. Participante: Carla Costa

55.	22/09/2020	Reunião da Câmara de Coordenadores dos CAOps, sobre minuta de regimento interno. Participantes: Dr. Sandro, Carla Costa e Naisandra Mota
56.	22/09/2020	Reunião com a COPEDS, COPEDUC e COPEIJ sobre a volta às aulas. Participante: Dr. Sandro Lobato.
OUTUBRO		
57.	02/10/2020	Estudo de caso no NJR. Participante: Carla Costa (CAOp/IJ) e Ângela, Conceição e Ana Letícia do NJR.
58.	02/10/2020	
59.	08/10/2020	Reunião sobre Adolescentes acolhidos. Participante: Carla Costa (CAOp/IJ), SEDES, SEMCAS e SEDIHPOP.
60.	08/10/2020	Webinário 30 Anos do ECA – Um panorama da atualidade na defesa dos direitos de crianças e adolescentes – Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Participante: Carla Costa.
61.	09/10/2020	Webinário 30 Anos do ECA – Um panorama da atualidade na defesa dos direitos de crianças e adolescentes – Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Participante: Carla Costa.
62.	13/10/2020	
63.	14/10/2020	Plenária do FEPETIMA. Participante: Carla Costa.
64.	16/10/2020	Reunião de equipe sobre a Nota Técnica sobre Acolhimento Institucional. Participante: Sandro Lobato, Márcio Thadeu, Gleudson Malheiros, Alenilton Júnior, Carla Costa e Camila Rodrigues.
65.	16/10/2020	Entrega de arrecadação da Campanha 'Proteger, Acolher e Amar'
66.	26/10/2020	Webinar: Lugar de criança é em família – MPPI. Participante: Carla Costa
67.	29/10/2020	Entrega de arrecadação da Campanha 'Proteger, Acolher e Amar'
NOVEMBRO		
68.	03/11/2020	Reunião de articulação SaferNet, SEDUC e CAOpEdu. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
69.	04/11/2020	Reunião com a ESMP sobre eventos do CAOp/IJ. Participante: Carla Costa.
70.	05/11/2020	I Seminário Internacional Virtual de Justiça Restaurativa: desafios e perspectivas diante dos conflitos da pandemia – CEDECA RJ. Participante: Carla Costa.
71.	06/11/2020	I Seminário Internacional Virtual de Justiça Restaurativa: desafios e perspectivas diante dos conflitos da pandemia – CEDECA RJ. Participante: Carla Costa.
72.	06/11/2020	Reunião de planejamento de casos no NJR – CIJJUV. Participante: Carla Costa.
73.	11/11/2020	Visitas domiciliares: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
74.	16/11/2020	Reunião com a ESMP sobre evento da REPI-MA. Participante: Naisandra Mota e Carla Costa.
75.	17/11/2020	Evento CAOpIJ: Comemoração dos 10 Anos da Rede Estadual pela Primeira Infância. Participante: Naisandra Mota e Carla Costa.
76.	18/11/2020	Círculo de Resolução de Conflito: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
77.	18/11/2020	Reunião sobre Programa Adolescente Aprendiz. Participante: Sandro Lobato, Naisandra Mota e Carla Costa (CAOpIJ) e ESMP, SECINST e CAOpEduc.
78.	19/11/2020	Reunião sobre Adolescentes acolhidos. Participante: Carla Costa (CAOp/IJ), 1ª PJIJ da Capital, 1ª e 2ª Vara IJ da Capital, SEDES, SEMCAS e SEDIHPOP.
79.	24/11/2020	Reunião de equipe com a coordenação. Participante: Sandro Lobato, Naisandra Mota, Carla Costa, Camila Rodrigues e Jadna Rodrigues.

80.	30/11/2020	Recebimento de demandas: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
DEZEMBRO		
81.	03/12/2020	10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão: Antigas Violações e Novas Ferramentas: desafios e perspectivas do Ministério Público.
82.	04/12/2020	10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão: Antigas Violações e Novas Ferramentas: desafios e perspectivas do Ministério Público.
83.	07/12/2020	Finalização de casos: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
84.	10/12/2020	Visitas domiciliares: Núcleo de Justiça Restaurativa/CIJJUV. Participante: Carla Costa
85.	16/12/2020	Reunião ampliada: MPMA/SGD Estreito-MA (30 participantes) Participantes: Dr. Márcio Thadeu, Carla Costa, Naisandra Mota e Jadna Rodrigues
86.	21/12/2020	Entrevista para pesquisa nacional do Departamento de Pesquisas Judiciárias (CNJ)/Programa das Nações Unidas (PNUD), via Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo (IPC-IG), sobre a situação da primeira infância, a fim de subsidiar ações do Pacto Nacional da Primeira Infância. Participantes: Dr. Sandro, Carla Costa e Naisandra Mota
87.	21/12/2020	Reunião interna de planejamento 2021 do CAOp/IJ. Participantes: Dr. Sandro, Carla Costa, Naisandra Mota, Camila Rodrigues e Jadna dos Santos

Fonte: CAOP-IJ/PGJ, 2020.

Quadro 35 – Atividades de Grupo/Coletivos

Nº	Data	Atividade
1.	03/03/2020	Plenária da Rede Maranhense de Justiça Juvenil para discutir o plano de ação. Participante: Carla Costa
2.	10/03/2020	Reunião ordinária da Rede da Primeira Infância. Participantes: Carla Costa e Naisandra Mota
3.	09/09/2020	Reunião do GT Justiça Restaurativa da REMAJU. Participante: Carla Costa

Fonte: CAOP-IJ/PGJ, 2020.

2. PROJETO – “PROTEGER, ACOLHER E AMAR”

Em alusão ao Dia da Criança (12 de outubro), o CAOp/IJ promoveu enquanto uma das atividades inseridas no mês da criança, em outubro/2020, campanha de arrecadação de roupas infantis e brinquedos, novos ou em bom estado de uso, livros infantis (não-escolares) e revistinhas em quadrinhos, além de alimentos não perecíveis, iniciando as coletas no mês de setembro/2020, perdurando até a primeira quinzena do mês de outubro/2020. Os bens arrecadados foram destinados a instituições de acolhimento indicadas pelo CAOp/IJ.

Foram beneficiados 55 (cinquenta e cinco) crianças e 20 (vinte) adolescentes (entre 13 a 17anos) das seguintes instituições contempladas: Lar Calábria (Casas-Lares) – Casa Sementes do Reino; Casa Pérolas Calabrianas; Bons Meninos; Raízes Calabrianas e Sagrada Família; Sonho de Criança; Lar de José; Casa de Passagem “Acolher e Amar” e Abrigo Luz e Vida.

3. PARCERIAS E ARTICULAÇÕES EXTERNAS

O CAOp/IJ como forma de expandir o alcance de sua atuação estabelece diversas parcerias e participa de articulações externas. Assim, destacamos aquelas de maior realce no ano de 2020.

3.1. UNICEF

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – implementa o SELO UNICEF nas regiões da Amazônia Legal e no Semiárido brasileiro desde 1999, pelo que finalizada em 2020 a última edição, na qual inclusive o CAOp/IJ para dar apoio na temática ‘Crianças e Adolescentes vítimas ou testemunhas de violência’, participando como colaborador-palestrante nos encontros regionais em 2019, como forma de fortalecer as capacidades locais, atingindo 180 municípios maranhenses. Desta forma, em acompanhamento ao desdobramento dessa atividade, o CAOp/IJ vem articulando junto à UNICEF para a construção de indicadores que venham a subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça e impactar na realidade local de cada uma, de maneira que em 2021 pretende-se instrumentalizar, através dessa parceria, o desenvolvimento de atividades práticas que vão impactar diretamente nos projetos do CAOp/IJ.

3.2 . PLAN International

A Plan Internacional faz parte de uma rede internacional de desenvolvimento comunitário, que tem como parte integrante de suas ações, fortalecimento do papel da menina nos espaços públicos e privados.

A respeito dessa parceria o CAOP/IJ participou de duas campanhas:

- “#QuarentenaSimViolênciaNão”: Com o propósito de mobilizar a sociedade para o enfrentamento às Violências contra as Crianças e Adolescentes durante a pandemia do novo coronavírus ‘Covid-19’. Visto a necessidade de isolamento e distanciamento social foi proposto o uso de redes sociais como ferramenta de mobilização. A campanha foi composta por disseminação de cards informativos semanais e divulgação de vídeos com duração de um minuto na rede social Instagram (@mpmaoficial). A campanha se encontra em fase de reprogramação para ser relançada em 2021;
- “#ConectadaseSeguras”: Como parte da solenidade pelo Dia Internacional da Menina, cujo objetivo é dar visibilidade para meninas ocupando espaços sociais de destaque, sendo o Ministério Público ocupado em 19/11/2020 – via rede social Instagram – pela adolescente Nadiele que assumiu o cargo de Procuradora-Geral de Justiça, como parte do movimento “Meninas Ocupam”. Cards dessa campanha foram postados na rede social até dia 28/09/2020.

3.3. Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, que tem como objetivo proporcionar o intercâmbio de experiências entre Membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes, pelo que O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA), da qual o CAOp/IJ compõe o Grupo Gestor. A rede realiza plenárias mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão.
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil (REMAJU) e no Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não governamentais, desde 2009. Tem como objetivo ampliar e

qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

4. EVENTOS E FORMAÇÕES

Conforme destacado na apresentação, incumbe ao CAOp/IJ além de um apoio mais direto de suporte às Promotorias de Justiça, promover ainda debates e formação envolvendo temas sensíveis da área da infância e juventude, perseguindo o objetivo de fazer esses momentos sempre com um viés prático e instrumental.

Convém destacar que ante o advento da pandemia do novo coronavírus – Covid-19, os eventos e reuniões deste Centro de Apoio foram virtuais, na forma apresentada a seguir.

4.1. Prosas na Infância

Na intenção de intensificar a atuação do CAOp/IJ de forma mais direta, foram realizadas quatro edições componentes do chamado ‘Prosas na Infância’ que consiste na realização de uma reunião ampliada para tratar de temas sensíveis à infância e juventude. Tivemos a parceira da Escola Superior do Ministério Público na realização de dois momentos coletivos, sendo a participação aberta, focada em membros e servidores, além do Sistema de Garantia de Direitos de forma mais ampla:

- 19/08/2020 - Prosas na Infância: Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia: Importância e Atuação do Conselho Tutelar; conduzido pelo Dr. Gleudson Malheiros e pelo Dr. Márcio Thadeu, ambos promotores de justiça integrantes do CAOp/IJ;
- 16/09/2020 - Prosas na Infância: PPCAAM - Conhecendo o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; contando com a participação da SEDIHPOP e do Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini, gestores do PPCAAM no Maranhão.

E ainda de mais dois momentos direcionados, cuja participação foi mais restrita à localidade da Promotoria de Justiça:

- 06/08/2020 - Reunião ampliada com a Promotoria de Justiça de Morros e o Sistema de Garantia de Direitos local sobre enfrentamento à violência e exploração sexual na região, em apoio à Dra. Erica Beckman, participando o Dr. Sandro Lobato, coordenador do CAOp/IJ e a parceira convidada Plan International.
- 16/12/2020 - Reunião ampliada com a 2ª Promotoria de Justiça de Estreito e o Sistema de Garantia de Direitos local sobre a atuação de forma articulada em rede e pautando o tema da entrega para adoção, cadastro nacional de adoção e a adoção direta, em apoio à Dra. Gabriele Gadelha, participando o Dr. Márcio Thadeu, promotor de justiça integrante do CAOp/IJ, e o convidado Dr. José Frazão Menezes, promotor de justiça de Buriticupu.

4.2. Eventos promovidos pelo CAOp/IJ

Em 2020 o CAOp/IJ esteve envolvido em oito eventos, todos virtuais, como se pode conferir adiante:

- **A Investigação dos Crimes Contra Crianças e Adolescentes na Pandemia**
Data: 14/05/2020
Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP
Carga horária: 4h
Justificativa: Pautar de maneira dialogada com a participação da Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente da capital e o Instituto de Perícias Técnicas da Criança e do Adolescente (IPTCA) parâmetros técnicos acerca da investigação criminal e denotar as fragilidades da defesa e da proteção no momento da pandemia, impulsionadas pela determinação de manter o distanciamento e o isolamento social, o que poderia potencializar situações de violações de direitos, marcando ainda o lançamento da Campanha 18 de Maio no MPMA.
Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos
Participantes: 91
- **Videoconferência de Lançamento do Curso “Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet”**
Data: 27/05/2020
Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP, CAOp Educação e SaferNet
Carga horária: 4h
Justificativa: Fruto de parceria com a SaferNet acerca do uso seguro da internet, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica Nº 10/2020 entre o MPMA e a SaferNet, cedendo o Curso “Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet”, totalmente auto instrucional e em formato EAD, disponibilizado na plataforma da ESMP, pelo que feito o lançamento do mesmo, como forma de disseminar, atingir e sensibilizar o público-alvo.
Público-alvo: membros, servidores, profissionais da área da educação e Sistema de Garantia de Direitos
Participantes: 66
- **Curso EaD “Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet”**
Data: 27/05/2020
Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP, CAOp Educação e SaferNet
Carga horária: 40h
Justificativa: Fruto de parceria com a SaferNet acerca do uso seguro da internet, foi firmado o Termo de Cooperação Técnica Nº 10/2020 entre o MPMA e a SaferNet, cedendo o Curso “Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet”, totalmente auto instrucional e em formato EAD, disponibilizado na plataforma da ESMP.
Público-alvo: membros, servidores, profissionais da área da educação e Sistema de Garantia de Direitos
Participantes: 51

- **Diálogos Virtuais: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: novas perspectivas em tempos de pandemia**

Data: 30/07/2020

Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP

Carga horária: 4h

Justificativa: O Estatuto da Criança e do Adolescente completou em 2020 30 anos de sua promulgação no Brasil, consistindo em um marco histórico. Posto isso, necessário pontuar os avanços e desafios da

concretização da legislação e consequentemente da Doutrina da Proteção Integral, com o essencial recorte das peculiaridades impulsionadas pelo cenário da pandemia do novo coronavírus – Covid-19.

Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos

Participantes: 42

- **Prosas na Infância: Vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes em Tempos de Pandemia: Importância e Atuação do Conselho Tutelar**

Data: 19/08/2020

Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP

Carga horária: 4h

Justificativa: Com a permanência do cenário de pandemia do novo coronavírus – Covid-19 e todas as consequências trazidas, especialmente devido a diretriz de manutenção prolongada do distanciamento e do isolamento social que impacta diretamente a atuação dos órgãos de proteção, contempla-se a necessidade de

discutir o fortalecimento da rede e atuação do Conselho Tutelar, enquanto porta de entrada do Sistema de Garantia de Direitos, especialmente perante a continuidade de suspensão das aulas presenciais, posto que a Escola é outra importante porta de entrada para a denúncia de situações de violação de direitos.

Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos

Participantes: 179

- **Prosas na Infância - Conhecendo o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte**

Data: 16/09/2020

Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP

Carga horária: 4h

Justificativa: Haja vista a necessidade de pulverizar as informações acerca do PPCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte), com enfoque instrumental: Em que consiste?

Qual o perfil dos protegidos? Como acionar o programa ?; apresentando assim suas capacidades e potencialidades no atendimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos

Participantes:216

- **Gestar, nascer, crescer: do Plano Nacional ao Marco Legal da Primeira Infância**

Data: 13/10/2020

Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP e Plan International.

Carga horária: 4h

Justificativa: Em alusão ao mês da criança, escolhido o recorte da Primeira Infância para marcar a data, pontuando as disposições do Plano Nacional da Primeira Infância e o Marco Legal, de forma a

debater e construir com os parceiros as estratégias para a efetivação de direitos de crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade. O evento consistiu ainda em uma articulação da Rede Estadual pela Primeira

Infância, tendo quanto principal parceira a Plan International para sua realização.

Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos

Participantes:72

- **10 Anos da Rede Estadual pela Primeira Infância**

Data: 17/11/2020

Parceria: Escola Superior do Ministério Público – ESMP

Carga horária: 4h

Justificativa: Evento comemorativo em alusão aos dez anos de existência da Rede

Estadual pela Primeira Infância no Maranhão, completados em 2020.

Público-alvo: membros, servidores e Sistema de Garantia de Direitos

Participantes:244

5. APOIO ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Destacamos nossas principais atividades de apoio às Promotorias de Justiça:

- a) Socializar banco de peças com modelos diversos abrangendo vários assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça.
- b) CAOIJ INFORMA, serviço de envio eletrônico de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores, sendo que no ano de 2020 foram encaminhados 29 comunicados mediante e-mail.
- c) Serviço de Consulta, atender demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOP/IJ, preferencialmente via e-mail, ou ainda mediante contato telefônico e encaminhamento de ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios; com eventuais remessas de pesquisa sobre materiais demandados, além de minuta de ações judiciais ou não, bem como pareceres técnicos, quando necessários, a definir pela complexidade da demanda apresentada.
- d) A título de amostragem, totalizaram 58 (cinquenta oito) consultas recebidas e registradas no SIMP.
- e) Pareceres técnicos que são emitidos quando a consulta requer um estudo mais aprofundado, contendo diretrizes para atuação, bem como indicando, quando necessário, jurisprudência e/ou encaminhando modelo de peças, sendo que em 2020 foram expedidos 04 pareceres.
- f) Elaboração de notas técnicas trazendo um estudo mais aprofundado sobre tema coletivo que traga afetação não somente para uma comarca, mas para todas as Promotorias de Justiça, pelo que em 2020 foram expedidas duas notas técnicas, a primeira sobre Serviço de Acolhimento Institucional e Familiar e a segunda sobre Registro de Criança Indígena.
- g) Gerenciamento e alimentação com informações expressas de Grupo no WhatsApp, incluindo todos os promotores de justiça do Ministério Público do Maranhão que possuem atribuição na área da infância e juventude.

5.1. Coronavírus – Covid-19

Com o advento da pandemia do novo coronavírus – Covid-19 e os impactos trazidos nas rotinas de toda a população de maneira bastante imprevisível e instantânea, gerou a súbita necessidade de compor material de apoio para subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça frente ao novel cenário, com particularidades bastante específicas e nuances trazidas pela suspensão das atividades presenciais, implantação do trabalho remoto e suspensão das aulas.

Posto isso, o CAOp/IJ elaborou um pacote com minutas das principais peças que poderiam ser demandadas, envolvendo contextos que poderiam surgir, passando ainda a alimentar sistematicamente banco de dados específicos na nuvem (Google Drive) e no próprio site do CAOp/IJ (<https://www.mpma.mp.br/index.php/coronavirus-covid-19>), contendo além das supracitadas minutas, normativas, notas técnicas, materiais elaborados por outros entes que fossem relevantes sobre o manejo da situação.

Destaca-se que como provável reflexo da atuação antecipada deste Centro de Apoio, não foram registrados pedidos individuais de apoio de situações que tivessem como pano de fundo a pandemia. Também foram expedidas comunicações periódicas via CAOpIJ Informa para toda a comunidade ministerial, sempre que uma normativa ou material correlato era conhecido, mantendo-se esse fazer até os dias atuais, mesmo após a retomada gradual das atividades presenciais, por entendermos que o cenário ainda nos desafia sobremaneira.

O CAOp/IJ foi ainda chamado pelo CAOp Saúde a compor grupo de trabalho acerca do tema, contando com a participação de outros promotores de justiça e servidores, como forma de compartilhar e debater acerca dos casos concretos e atuações que estavam surgindo nesse período e, após a retomada das atividades presenciais, passou a trabalhar em conjunto com os CAOps da Educação, da Saúde e da Pessoa com Deficiência e Idoso para discutir acerca do sistema de educação, voltas às aulas e medidas sanitárias.

5.2. Campanha nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: 18 de maio

Evento alusivo ao '18 de maio', que coloca em debate a temática 'violência sexual contra crianças e adolescentes'. Em alinhamento com o contexto nacional, intensificada a mobilização virtual acerca do tema, pelo que, junto à Coordenadoria de Comunicação, foram adequados os cards elaborados nacionalmente para a Campanha "Faça Bonito" (www.facabonito.com.br), que foram divulgados no Instagram do MPMA (@mpmaoficial), a partir do dia 18 de maio.

O material, incluindo além dos cards, também foi disponibilizado via nuvem (Google Drive): spots, vídeos, modelo de convite, kit para mídias sociais, roteiro para videoconferência e apresentação em slides, para que as Promotorias de Justiça pudessem planejar momentos próprios com a rede de proteção local. Fez parte dessas atividades ainda a realização dos eventos: A Investigação dos Crimes Contra Crianças e Adolescentes na Pandemia, realizado em 14/05/2020, marcando o lançamento da Campanha '18 de Maio' no MPMA e a Videoconferência de Lançamento do Curso "Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet", realizada em 27/05/2020. Bem como a adesão à campanha #QuarentenaSimViolênciaNão capitaneada pela Plan Internacional, como já apontado

em tópico específico acerca dessa parceria.

6. PLANO ESTRATÉGICO E PROJETOS PRIORITÁRIOS

Durante a elaboração do Plano Estratégico 2016/2021 do MPMA, na área da Infância e Juventude, no eixo finalístico Proteção da Criança e do Adolescente, ficaram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos quanto específicos da área da infância e juventude, destacados a seguir:

1. Exigir o cumprimento adequado das medidas socioeducativas: cujo objeto consiste no fomento à fiscalização da aplicação e da execução das medidas socioeducativas em conformidade com a normativa (ECA/SINASE/Planos), se desdobrando em dois indicadores (I) a quantificação do número de planos de atendimento socioeducativos que já foram criados e implantados municipais e estadual, analisando não só a existência dos planos, como também sua conformidade com a normativa legal, como forma de mensurar a qualidade do atendimento prestado ao adolescente e àquilo preconizado nos planos; e, (II) a quantificação do número de iniciativas de solução alternativa de conflitos – Justiça Restaurativa (SINASE), como forma de mapear as iniciativas que já foram implantadas e estão em funcionamento, nos moldes descritos no SINASE, visando fortalecer a adoção de medidas alternativas com enfoque na socioeducação.
2. Intensificar as ações de proteção integral e prioritária da criança e do adolescente: tendo por objetivo o fortalecimento do paradigma da proteção integral preconizado no ECA, pelo que se desdobrou em seis indicadores (I) Número de municípios com o Fundo da Infância criado e regulamentado, conforme normativos do CONANDA e da Receita Federal; (II) Número de municípios com Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011–2020) criado e implantado; (III) Número de municípios com programa de acolhimento familiar criado, implantado e estruturado; (IV) Índice de respostas do Disque 100; (V) Índice de implantação do Módulo Criança e Adolescente (MCA); e (VI) Implementar a Ação Institucional sobre Adoção.

No entanto, os projetos englobaram ainda outros Objetivos Estratégicos, além dos supracitados, ante o desdobramento das atividades que dialogavam com os mesmos, a saber: (I). Qualificar a atuação para o enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa; e, (II). Fortalecer a atuação extrajudicial e a Mediação Comunitária. Posto isso, ante a necessidade de desenvolver as linhas de atuação conforme os indicadores e objetivos supramencionados foram concebidos os projetos a seguir, acentuando os realces feitos, a partir da realização dos Encontros Regionais da Administração em 2017, com ênfase nas ações alusivas ao Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e do Programa Família Acolhedora.

Assim, da análise dos desdobramentos das iniciativas e das demandas cotidianas no CAOp/IJ, externas e internas, foi proposta a readequação das iniciativas, como forma de aprimoramento e também potencialização de recursos deste setor, além da discussão de diversos temas caros para a infância e juventude. Pelo que os trabalhos do CAOp/IJ foram reorganizados da seguinte forma, a partir de 2021:

1. Projeto “Proteção Integral e articulação em rede”

- EIXOS:
 - Monitoramento de planos estaduais e municipais (infância e juventude)
 - Fundos da Infância e Adolescência (FIA)
 - Primeira Infância
 - Violência intrafamiliar (vítimas e testemunhas)
 - Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar
 - Cultura de paz: Justiça Restaurativa e soluções alternativas
- 2. Projeto “Combate permanente à Violência Sexual”
 - EIXOS:
 - Escuta Protegida
 - Campanha permanente (18 de maio)
 - TEMAS: (I) exploração sexual; (II) abuso sexual; (III) pedofilia; (IV) pornografia infantil; (V) casamento infantil; (VI) internet segura
- 3. Projeto “Convivência Familiar e Comunitária”
 - EIXOS:
 - Família Acolhedora
 - Adoção
 - Módulo Criança e Adolescente

7. RESUMO NUMÉRICO DA ATUAÇÃO DO CAOP/IJ EM 2020

- **90 (noventa)** atividades realizadas entre reuniões, visitas técnicas e articulações para garantir a viabilidade e desenvolvimento das ações do CAOp/IJ no decorrer do ano;
- **04 (quatro)** Pareceres Técnicos para subsidiar ações dos órgãos de execução;
- **02 (duas)** Notas Técnicas elaboradas e expedidas;
- **08 (sete)** eventos formativos realizados em parceria com a ESMP e outras instituições do SGD, sobre os temas: investigação criminal durante a pandemia; uso seguro da internet; 30 anos do ECA; vulnerabilidade durante a pandemia; PPCAAM; primeira infância. Atingindo membros, servidores e diversos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, Conselheiros Tutelares e de Direitos e estudantes universitários, no total de **961 (novecentos e sessenta e um)** participantes.
- **58 (cinquenta oito)** consultas respondidas em apoio a atuação dos órgãos de execução;
- **31 (trinta um)** inserções nas redes sociais do MPMA (cards, vídeos e notícias) promovendo a mobilização virtual acerca de temas relativos a infância e juventude.

Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência (CAOp/PIPD)

Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011-CPMP, o Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e Pessoa com Deficiência (CAOp-PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que o CAOp-PIPD dá suporte aos promotores de justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo das pessoas idosas e também daquelas com deficiência incentivando-os a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas destinada a esse público em específico.

1. PROJETO PRIORITÁRIOS

1.1. Projeto “Adequando Currículos”

Tem por objetivo propor adequação dos currículos escolares mínimos às necessidades especiais e contribuir com sua implementação. Durante o período do ano de 2020 houve a contabilização dos seguintes índices:

- Total de adesões – 56 (cinquenta e seis);
- Procedimentos instaurados – 29 (vinte e nove);
- Portarias expedidas – 23 (vinte e três);
- Recomendações – 42 (quarenta e duas);
- Respostas dos gestores – 21 (vinte e um);
- TAC's – 1 (um);
- ACP – 2 (duas);
- Reuniões/palestras – 7 (sete);
- Respostas aos questionários pelos Promotores de Justiça – 23 (vinte e três);
- Pareceres emitidos pelo CAOp/PIPD – 11 (onze);
- Termo de deliberação realizado com a SEDUC – 1 (um).

Considerando o atual contexto de pandemia a continuidade do planejamento inicial do Projeto, bem como as regras sanitárias de combate à propagação da COVID-19, mostrou-se insustentável a realização das atividades presenciais.

1.2. Projeto “Efetivando Conselhos”

O projeto objetiva promover a efetivação dos Conselhos Municipais do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Ao longo do ano de 2020, em razão das normas sanitárias impostas para combater a propagação da COVID-19, dentre elas o distanciamento social, as atividades presenciais previstas para todo o Estado foram suspensas. Objetivando dar continuidade à execução do projeto, foram realizadas reuniões com os Conselhos Estaduais da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Promotorias Especializadas de Defesa do Idoso e da Pessoa com

Deficiência da Comarca de São Luís, e demais entidades que integram a Rede de Defesa do Idoso e o Movimento da Pessoa com Deficiência.

1.3. Projeto “Previdência Legal”

Como atividade de execução do referido projeto no ano de 2020, tem-se:

- Reunião realizada na sala de videoconferência da PGJ, no dia 13 de março de 2020, oportunidade em que foi apresentado, por esta signatária, o objetivo deste Projeto e as providências adotadas por este Centro de Apoio. Ato contínuo, o Dr. Jairo Vieira ressaltou as justificativas do Projeto, e frisou que a parceria entre o Ministério Público de Contas e este Centro de Apoio foi no sentido de assegurar o bem-estar dos idosos no município de São José de Ribamar, o que garantiria o pagamento de suas aposentadorias.
- No mês de agosto do corrente ano foi realizada reunião, através da plataforma ZOOM, tendo como pauta: Regime de Previdência dos servidores – atuação conjunta – oficinas e cursos. Ao final da reunião, foram ajustadas as seguintes deliberações: organização de oficinas na área previdenciária a serem realizadas pela Escola Superior de Controle Externo do TCE/MA e pela ESMP, com os consecutivos temas; construção de um sistema de extração de informações dos Regimes Próprios, com a respectiva coluna contendo os CPF's, com recolhimento das contribuições previdenciárias; e aprimorar a transparência ativa para o cidadão no sentido de disponibilizar as informações de arrecadação.
- Elaboração do Minicurso, ocorrido nos dias 17 de setembro, 24 de setembro; 1º de outubro e 8 de outubro de 2020, promovido pelo MPMA, através da Escola Superior (ESMP), como o título Responsabilidade na Gestão Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS's)

2. INDICADORES

Tabela 66 – Atividades administrativas do CAOp/PIPD em 2020

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Ofícios Expedidos	15
Ofícios Circulares	8
Memorandos Expedidos	59
Memorandos Circulares	21
Reuniões e Eventos	48
Participação em Audiências Públicas	-
Auxílio a Promotores	15
Nota Técnica	2
Parecer	2
Disponibilização de material de apoio	24
Manifestação Ministerial (Termo de Encerramento)	2
Consulta	6
Consulta formulada pela Administração Superior	1

Fonte: CAOP-PIPD/PGL, 2020.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Probidade Administrativa e da Ordem Tributária e Econômica (CAOP-ProAd)

Inicialmente, ressalte-se que a função de Coordenador foi exercida, entre janeiro de 2020 e 15 junho de 2020, pelo Promotor de Justiça Cláudio Rebêlo Correia Alencar, e, a partir de 16 de junho de 2020 (conforme Portaria nº 4771/2020-GAB/PGJ), pela Promotora de Justiça Nahyma Ribeiro Abas.

Outrossim, foram designados para o biênio 2020/2022, como integrantes efetivos do CAOP-ProAd, os Promotores de Justiça Marco Aurélio Batista Barros, Giovanni Papini Cavalcanti Moreira, Glauce Mara Lima Malheiros, Felipe Augusto Rotondo e Francisco de Assis da Silva Júnior (conforme Portaria-GAB/PGJ nº 7884/2020).

Destaque-se que o Plano Geral de Atuação do MPMA/PGA – 2019/2020 fez recorte nas metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2016/2021, para selecionar programas prioritários para o biênio de 2019/2020, dentre os quais, “Transparência Fiscal e Combate à Sonegação”, bem como para alinhar com o Plano Estratégico Nacional (vigência em 2020), de acordo com orientações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Assim, houve reavaliação da ação agregada (ao projeto “Administração Pública Legal”) “A Cidade não pode parar - pela transparência na transição municipal”, passando à gestão da Secretaria para Assuntos Institucionais – SECINST, bem como migrando para o *status* de projeto (PGA/MPMA 2019/2020, pág. 34). Entretanto, as atualizações das peças e monitoramento dos procedimentos da transição municipal estão sendo realizados por este Centro de Apoio.

Também houve reavaliação da ação “Cidadão Consciente – Gestão Transparente”, que é agregada ao projeto “Administração Pública Legal”, passando a *status* de projeto, ficando sob a gestão deste CAOP-ProAd (PGA/MPMA 2019/2020, pág. 13).

Outrossim, em 2020, foram necessários acréscimos de quatro ações agregadas aos projetos “Portal da Transparência” e “Administração Pública Legal” (ações em execução), visando o combate à corrupção e aos desvios de recursos públicos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente da pandemia de Covid-19, quais sejam: 1) transparência Covid-19; 2) pregão eletrônico; 3) auxílio indevido emergencial; 4) regimes próprios de previdência. Dessa forma, foram elaboradas notas técnicas e peças por temas como ferramentas de apoio para atuação finalística dos membros do MPMA.

Evidencia-se, pois, que este CAOP-ProAd tem desenvolvido suas atribuições de auxílio aos órgãos de execução em suas atividades finalísticas, com escopo de promover medidas e ferramentas no enfrentamento a corrupção e à improbidade administrativa, bem como no combate à sonegação fiscal e à omissão tributária, com ações e campanhas agregadas aos projetos em vigência: 1) “Portal da Transparência”; 2) “Administração Pública Legal”; 3) “Município Legal: + receitas + direitos”; 4) “Cidadão Consciente – Gestão Transparente”, de forma que são monitorados os procedimentos extrajudiciais e judiciais inerentes às execuções desses projetos através de consulta no DEMP/MA, SIMP e Digidoc, pelo que, a seguir, serão demonstradas suas respectivas execuções.

2. ATIVIDADES EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2020 NOS PROJETOS DO CAOP – PROAD/MPMA

2.1. Projeto 01 “Portal da Transparência”

Esse projeto tem como finalidade promover a ação integrada estadual dos Promotores de Justiça com atuação na defesa do patrimônio público. Em 2020 foram priorizadas as fiscalizações na implantação e disponibilização em site oficial específico – Transparência Covid-19. Em obediência as Leis Federais nº 13.979/2020 e nº 14.035/2020, o CAOP-ProAd tem auxiliado Promotores de Justiça no acompanhamento e fiscalização da implementação e alimentação de links específicos Covid-19 nos sites oficiais das prefeituras municipais maranhenses.

Foram realizadas duas vistorias gerais nos 217 sites oficiais, totalizando 434 vistorias e 93 vistorias pontuais realizadas em acordo com solicitações dos membros.

Dessa forma são informados nas tabelas abaixo as vistorias gerais e pontuais realizadas nos links específicos de COVID-19, vistorias pontuais realizadas nos portais de transparência das Prefeituras e Câmaras Municipais e atividades extrajudiciais publicadas pelo DEM/MA.

Tabela 67 – Resultado alcançado no projeto Portal da Transparência

Atividades extrajudiciais 2020	Vistoria geral*	Vistoria pontual	TOTAL
Vistoria – link específico Covid-19 prefeituras municipais	434	93	527
Vistoria - portal transparência - prefeituras municipais	-	33	33
Vistoria - portal transparência - câmaras municipais	-	18	18
TOTAL			578

Fonte: CAOp-ProAd/PGJ, 2020.

* Em 2020 não houve vistoria geral no portal da transparência, dada prioridade às realizadas nos links específicos Covid-19.

Tabela 68 – Monitoramento das ações executadas no projeto Portal da transparência

Atividades extrajudiciais 2020	TOTAL
Links específicos Covid-19 e Portais de transparência	
Portarias – instauração para acompanhar/fiscalizar licitações e contratações diretas - Covid-19.	72
Recomendações (ao gestor municipal pela observância das normas de contratações diretas e implementação do link específico Covid-19)	57
Inquérito civil (investigação de supostas práticas de atos ilícitos e/ou improbidade administrativa em processo licitatório - Covid-19).	11
Portarias, Inquérito Civil, Ação por Improbidade Administrativa – portais de transparência.	7
TOTAL	
	147

Fonte: CAOp-ProAd/PGJ, 2020.

Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (CAOp/Saúde)

O Centro de Apoio Operacional da Saúde do Ministério Público do Estado do Maranhão (CAOp/Saúde - MPMA), órgão auxiliar do MPMA na defesa do direito à saúde, foi instituído pela Resolução nº 09/2010 – CPMP, posteriormente alterada pela Resolução nº 16/2013 – CPMP.

Atualmente, o CAOp/Saúde - MPMA se encontra instalado no 1º (primeiro) andar do Prédio Anexo da Procuradoria Geral de Justiça, na Rua Oswaldo Cruz, bairro Centro, e é coordenado pela titular da 1ª Promotoria de Justiça de Chapadinha, Dra. Ilma de Paiva Pereira.

1. Formas de atuação:

- Elaboração e execução de seus Projetos Institucionais, que serão abaixo elencados;
- Expedição de Ofícios Circulares, contendo orientações aos Promotores de Justiça sobre temas de saúde pública;
- Encaminhamentos de sugestões de roteiro de atuação;
- Análise de procedimentos administrativos *lato sensu*, encaminhados pelos Órgãos de Execução para emissão de entendimento;
- Elaboração de respostas às consultas formuladas pelos Órgãos de Execução, seja por telefone, whatsapp, email ou remetidas pelo digidoc;
- Promoção e participação em eventos;
- Constante interlocução com os diversos atores que possuem interface com a saúde pública, tais como Secretarias de Saúde, Conselhos Profissionais, Direção de Unidades de Saúde, Auditoria do SUS, etc;
- Alimentação da página institucional do CAOp/Saúde no sítio eletrônico do MPMA, com instrumentos que visam auxiliar as Promotorias de Justiça em saúde pública.

Como não há um instrumento específico, no SIMP, para atuação dos Centros de Apoio, o CAOp/Saúde opta pelo registro de Atividades Não Procedimentais e, em casos bem específicos, que demandem acompanhamento contínuo da política de saúde, através das ações que são implementadas pelos Órgãos de Execução nas Comarcas do Estado, são instaurados Procedimentos Administrativos *stricto sensu*.

2. Projetos

2.1 Projeto Mediação Sanitária e Ministério Público

Busca, por intermédio do mecanismo de Mediação Sanitária, esgotar todas as possibilidades de obter o cumprimento do dever de acesso à serviços e ações públicas de saúde pela via extrajudicial, atenuando a litigiosidade.

Trata-se, portanto, de uma estratégia de atuação que prestigia o engajamento de todos os atores sociais na efetivação de políticas públicas de saúde, sem que se recorra ao aforamento de ações judiciais, que muitas vezes se mostram pouco resolutivas, conforme diretrizes fixadas na Carta de Brasília.

Considerando que os mecanismos de atuação extrajudicial são plurais, o CAOp/Saúde sugere ao Órgãos de Execução que atuem, prioritariamente, por meio de Audiências Públicas,

Audiências de Mediação Sanitária, Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta, encaminhando os respectivos modelos, quando solicitados.

Como ações que compõem o Projeto, são realizadas reuniões presenciais e videoconferências temáticas da saúde destinadas a qualificar a atuação dos Órgãos de Execução.

Em 2020, estavam programadas Reuniões Institucionais em formato presencial, envolvendo o Centro de Apoio, a Dra. Maria da Glória Mafra, Secretários Municipais de Saúde, Coordenadores de Atenção Básica, Coordenadores de Assistência Farmacêutica e Promotores de Justiça, por ocasião dos Seminários Regionais sobre Controle Social em Timon, Pinheiro, São Luís e Imperatriz, mas o evento apenas se concretizou em Timon (dia 04/03/2020), tendo em vista a suspensão de todos os eventos do MPMA em razão da pandemia.

Também estavam programadas capacitações no Nível II do Sistema Ouvidor SUS nas dependências do MPMA, resultado de parceria entre o CAOp Saúde e Ouvidoria do SUS da Secretaria de Estado da Saúde do MA, destinadas a fomentar a descentralização do serviço de Ouvidoria do SUS aos municípios maranhenses, e que foram realizadas ao longo do todo o ano de 2019, mas em 2020 elas foram suspensas em razão da pandemia, que impossibilitou encontros presenciais.

2.2 Projeto Direito à Saúde e Ministério Público

Visa fomentar a fiscalização da oferta, pelos municípios do Estado do Maranhão, das ações e serviços públicos de saúde inseridos no componente da Atenção Primária, através da fiscalização contínua e efetiva do Perfil Mínimo das Ações e Serviços de Saúde, fixado nas Resoluções das Comissões Intergestores Bipartite, e concentrando esforços no monitoramento da Rede de Atenção Materno Infantil e Rede de Atenção Psicossocial.

O Projeto converteu seu foco de atuação para a Atenção Básica, já que tal nível de complexidade de ações e serviços de saúde tem o potencial de resolução de parcela significativa dos problemas de saúde, e deve ser disponibilizado por todos os municípios maranhenses.

O induzimento, portanto, da qualificação da Atenção Primária possibilitou impactar significativamente na qualidade da assistência à saúde prestada no Estado do Maranhão, e diminuir a sobrecarga sobre a média e alta complexidade.

Em relação à Rede de Atenção Psicossocial, foi realizada reunião envolvendo CAOp Saúde e a Chefe do Departamento de Saúde Mental da SES/MA, Isabele Rêgo no dia 26/11/2020, com o objetivo de traçar estratégias para o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Maranhão e qualificar a atuação do Ministério Público na área de saúde mental, solicitando as seguintes informações/documentos: 1) Cópia, impressa ou digital, do Relatório de Monitoramento, já realizado em 2019, contendo o diagnóstico dos serviços de saúde mental do Estado do Maranhão; 2) Cópia das pactuações das RAPS que estão vigentes, por Região de Saúde do Estado; 3) O Provimento que veio a substituir o Provimento nº 24/2020; 4) A Portaria que estabelece a “Linha de Cuidado da pessoa com transtorno penal em conflito com a lei”; 5) o Termo de Cooperação TJ/MP/SES/SEAS/SEAP/DPE nº 01/2017, de 13 de setembro de 2017; 6) Minuta do Protocolo de Atendimento de Urgência e Emergência em Saúde Mental, revisado, para eventuais contribuições do MPMA; 7) Minuta do Protocolo da Atenção Primária em Saúde Mental, para eventuais contribuições do MPMA; 8) Fluxogramas, referentes a cada uma das Regiões de Saúde, contendo a representação gráfica pormenorizada dos fluxos que são adotados nas Redes, conforme o caso (adulto/criança e adolescente com transtorno mental/uso

de drogas; pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, etc); 9) Lista de medicamentos psicotrópicos que devem ser dispensados pela Atenção Primária e como funciona essa dispensação.

2.3 Projeto Censo Pré-Natal

Tal Projeto busca induzir a qualificação da assistência materno infantil, e conseqüentemente, impactar na redução da mortalidade infantil do Estado do Maranhão, através da concepção de aplicativo para dispositivos móveis chamado “Censo Pré Natal”, que possibilitará o preenchimento de informações, pelos Hospitais de Referência do Estado, sobre o pré-natal, parto e transporte sanitário de neonatos/crianças que forem encaminhadas a esses estabelecimentos por outros municípios, o que gerará a notificação automática e em tempo real de Promotores de Justiça e Defensores Públicos para que atuem tempestivamente na defesa do direito à saúde, conforme suas atribuições institucionais.



Coord. do CAOp/Saúde Dra. Ilma de Paiva preside reunião da Comissão do Projeto Censo Pré-Natal

Isso porque, segundo a Sociedade de Puericultura e Pediatria do Maranhão, em que pese as taxas de mortalidade infantil tenham diminuído bastante no Maranhão desde 1990, ela ainda permanece alta, com dois dígitos, diferindo de Estados do Sul e do Sudeste, e mesmo do Nordeste.



Interface do Aplicativo do Censo Pré-Natal

O Projeto tem como parceiros: Secretaria de Estado da Saúde – SES-MA; Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE-MA; Secretaria Extraordinária de Articulação das Políticas Públicas do Estado do Maranhão – SEEP-MA; Secretaria Municipal de Saúde de São Luís - SEMUS; Sociedade de Pediatria e Puericultura do Maranhão – SPP-MA; Hospital Universitário da UFMA

– HU-UFMA; e Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Maranhão – SOGIMA.

O aplicativo, por sua vez, foi concebido pelo MPMA, que é o seu gestor/administrador, efetivando os cadastros de novos usuários e tendo acesso a todos os dados lançados na plataforma.

O aplicativo foi lançado em 21/08/2020, mas por falhas na própria aplicação, não foi possível ser posto em produção de imediato (disponível no link: <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/11/17154>)

Atualmente, no entanto, a plataforma já se encontra apta a operar, de modo que as capacitações junto aos profissionais de saúde dos estabelecimentos, assim como o curso destinado a auxiliar os membros na leitura das fichas, serão realizados em 2021.

Nessa primeira etapa, os dados serão preenchidos por estabelecimentos de referência localizados na Capital, quais sejam, a Maternidade de Alta Complexidade do Maranhão, o Hospital da Criança, o Hospital Juvêncio Matos, a Maternidade Benedito Leite e o Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão.

Além de possibilitar a defesa do direito à saúde na sua perspectiva individual, o reflexo mais importante que se espera com a aplicação do instrumental é de que o monitoramento gere efeito pedagógico/preventivo junto à gestão de saúde, a fim de fomentar a qualificação da política de saúde (atuação macro).

2.4 Projeto Fortalecimento da Rede Materno Infantil

Objetiva exigir da gestão de saúde que, após a pandemia de covid 19, destine parte dos recursos assistenciais, adquiridos durante o esforço de ampliação da capacidade instalada, para ações de enfrentamento à mortalidade infantil no Estado do Maranhão, através da distribuição de respiradores, ambulâncias de suporte avançado, estruturas prediais e equipamentos outros para a assistência neonatal e pediátrica prestada pelo SUS, de modo a reduzir os indicadores



Reunião para elaboração de documento ao Governador destinando os insumos pós-pandemia p/ atendimento às crianças.

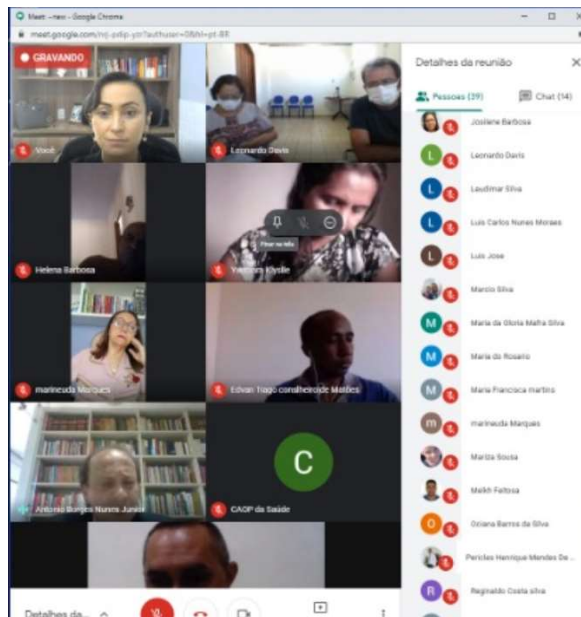
que colocam o Maranhão na 2ª posição nacional, com mais de 20,3 óbitos para cada 1.000 (mil) nascidos vivos.

Além do remanejamento dos recursos assistenciais, a fim de que estejam disponíveis recursos físicos adequados ao manejo desses pacientes, o Projeto visa promover capacitações anuais das equipes de atendimento pediátrico e neonatal em atuação no SUS, e reorganizar o fluxo de encaminhamento de neonatos/crianças do interior para os Estabelecimentos de Referência do Estado com os mais diversos níveis de complexidade e diagnósticos para que se dê em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde (MS) e outros referenciais técnicos, como o documento “Nascimento Seguro”, da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Como primeira ação do Projeto, foi expedido documento ao Governador do Estado do Maranhão, assinado pelo Procurador Geral de Justiça, pelo Defensor Público Geral do MA e pela Presidente da Sociedade de Puericultura e Pediatria do MA, solicitando a destinação dos insumos para atendimento das crianças no pós-pandemia (Disponível no link: <https://www.mpma.mp.br/index.php/lista-de-noticias-gerais/16958-acoes-de-combate-a-mortalidade-infantil-sao-debatidas-em-reuniao>).

2.5 Projeto Controle Social do SUS – Fortalecendo a atuação dos Conselhos de Saúde

Objetiva contribuir para a qualificação da atuação dos Conselhos Municipais de Saúde – CMS maranhenses, de maneira que possam melhor desempenhar suas atribuições, através da realização de reuniões periódicas, de forma remota, envolvendo CAOp/Saúde, Promotores de Justiça e CMS com atuação em cada uma das Regiões de Saúde do Estado, destinadas a capacitar os conselheiros na análise dos instrumentos de planejamento da saúde que devem ser inseridos no DigiSUS – Módulo Planejamento, a fim de que a atuação efetiva do controle social do SUS possa induzir que o planejamento em saúde, de fato, se concretize no Maranhão.



Capacitações virtuais envolveram conselheiros municipais de três Regionais de Saúde.

O formato do Projeto, portanto, é baseado na realização de capacitações em formato remoto no Sistema DigiSUS – Módulo Planejamento, envolvendo CAOp Saúde, Dra. Maria da Glória Mafra e Promotores de Justiça, em parceria com a Superintendência do Ministério da Saúde no Maranhão, destinados aos conselheiros municipais de saúde com atuação em cada Região de Saúde.

Isso porque foi apurado pela 19ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Capital, em parceria com a Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Maranhão, que na maioria dos municípios maranhenses, tanto a gestão quanto os próprios Conselhos Municipais de Saúde sequer realizaram o 1º acesso à Plataforma DigiSUS – Módulo Planejamento, plataforma onde devem ser lançados os instrumentos de planejamento da saúde.

Tal situação é especialmente preocupante no contexto da pandemia, em que os municípios receberam recursos para ações de enfrentamento à covid 19, e devem prestar contas de sua aplicação no RAG 2020. Todavia, tal instrumento só pode ser inserido no DigiSUS – Módulo Planejamento se os seus antecedentes lógicos (Plano Municipal de Saúde - PMS e Programação Anual de Saúde- PAS) forem depositados na plataforma e analisados pelos respectivos CMS, o que ainda não foi feito pela maioria dos municípios maranhenses.

Em 2020, foram realizadas capacitações envolvendo os conselheiros de saúde com atuação nos municípios da Região de Saúde de Chapadinha, Timon e Imperatriz.

3. Ações desenvolvidas pelo CAOp Saúde

3.1 Atuação voltada ao enfrentamento da pandemia de covid 19

Após a confirmação do primeiro caso de infecção pelo COVID-19 em território nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão da Saúde, emitiu a Nota Técnica Conjunta (NTC) nº 01/2020 – CES/CNMP/1ª CCR, contendo subsídios para atuação coordenada do Ministério Público voltada ao enfrentamento da crise, em face dos riscos crescentes da epidemia se instalar no território nacional.

Em atendimento às determinações contidas na NTC, o CAOp/Saúde instaurou o Procedimento Administrativo *stricto sensu* nº 007850-500/2020, destinado a acompanhar a adoção de providências, pelos Órgãos de Execução do MPMA, quanto à fiscalização das estratégias/providências promovidas pelos municípios maranhenses, destinadas ao enfrentamento de possíveis casos suspeitos/confirmados de coronavírus em seu território sanitário.

Desde então, foram adotadas as seguintes providências pelo CAOp/Saúde, a fim de auxiliar os Órgãos de Execução com atribuição na defesa da saúde durante a pandemia:

- **Com relação à elaboração do Plano de Contingência Municipal para o enfrentamento do Covid 19;**
 - a) Ofício Circular nº 04/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, orientando sobre a necessidade de elaboração do Plano;
 - b) Minuta de Portaria de instauração de PASS, para acompanhar/fiscalizar as ações/estratégias adotadas pelo município, destinadas ao enfrentamento da pandemia;
 - c) Minuta de ofício recomendatório para ser manejado pelos Promotores de Justiça;
 - d) Minuta de Recomendação;
 - e) Ofício Circular Conjunto nº 08/2020 - PGJ CAOp/Saúde, aos Prefeitos dos municípios maranhenses, para que encaminhassem ao email do CAOp/Saúde seus Planos de Contingência. Tal Ofício Circular Conjunto também foi encaminhado à FAMEM;
 - f) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde aos Promotores de Justiça, solicitando que exijam a atualização do Plano de Contingência diante do recrudescimento da pandemia.

- **Com relação ao monitoramento da disponibilidade de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) nos municípios:**
 - a) Ofício Circular nº 11/2020 – CAOp/Saúde, sugerindo ao Promotor de Justiça que solicite ao gestor a realização do inventário semanal dos EPIs disponíveis nos Estabelecimentos de Saúde, devendo encaminhá-lo, em igual periodicidade, ao MPMA;
 - b) Modelo de ofício recomendatório, direcionado ao gestor de saúde;
 - c) Encaminhamento, aos Órgãos de Execução, do inventário dos EPIs dos estabelecimentos de saúde estaduais;
 - d) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.

- **Com relação à disponibilidade e aquisição de testes para o diagnóstico de covid 19, assim como a alimentação dos sistemas de informação:**
 - a) E-mail aos Órgãos de Execução, contendo tabela dos exames validados pela ANVISA e seus respectivos fornecedores.
 - b) Modelo de ofício recomendatório, direcionado ao gestor de saúde, para que, quando da aquisição de testes, só adquiram aqueles validados pela ANVISA;
 - c) Ofício à SES/MA, solicitando que informasse se os testes/kits, recebidos do MS e encaminhados ao Estado, foram entregues aos municípios maranhenses, conforme distribuição estabelecida em tabela do COSEMS;

- d) Ofício Circular nº 17/2020 – CAOp/Saúde, aos Promotores de Justiça, contendo o Fluxograma de coleta e encaminhamento das amostras biológicas (testagem painel viral) no Estado;
 - e) Ofício Circular nº 25/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, contendo tabela com a relação de testes rápidos que foram encaminhados pela SES/MA às Regionais de Saúde para distribuição aos municípios, para fins de ciência, bem como para que o Promotor de Justiça fiscalize se tais testes estão sendo realizados nas categorias elencadas pelo Ministério da Saúde.
 - f) Email encaminhado aos Promotores de Justiça, contendo orientações para a fiscalização dos testes para diagnóstico do covid 19 recebidos e adquiridos pelos municípios;
 - g) Ofício Circular nº 39/2020 CAOp Saúde, encaminhando informações sobre municípios que não estavam alimentando o e-SUS-VE e o Sistema de Notificação Covid 19 Maranhão;
 - h) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.
- **Em relação à oferta de leitos de isolamento e ventiladores/respiradores mecânicos:**
 - a) Email aos Promotores de Justiça, contendo a relação de leitos de isolamento e ventiladores/respiradores mecânicos por estabelecimento de saúde localizado no Estado, e solicitando ao Promotor de Justiça que verificasse em seu território se as informações eram verídicas;
 - b) Minutas de ofícios à SEMUS e à Direção da Unidade;
 - c) Tabela, consolidando as informações recebidas dos Órgãos de Execução;
 - d) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.
- **Em relação à disponibilidade de leitos para pacientes com covid 19:**
 - a) Ofício Circular Conjunto nº 08/2020 – PGJ CAOp/Saúde, aos Prefeitos dos municípios maranhenses, para que providenciem a higienização dos Hospitais de Pequeno Porte que se encontram fechados, a fim de que possam ser utilizados durante a pandemia. Tal Ofício Circular Conjunto também foi encaminhado à FAMEM;
 - b) Ofício Circular nº 10/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, informando que o MS, através da PRT nº 561/2020, validou a utilização temporária dos leitos dos Hospitais de Pequeno Porte a partir de 31 leitos a 49 como leitos de retaguarda, sugerindo que questionassem à gestão municipal se solicitaram a habilitação de tais leitos;
 - c) Modelo de ofício para a SEMUS, sobre os HPP.
 - d) Encaminhamento de tabela, com a relação de HPP no Estado;
 - e) Ofício Circular nº 17/2020 – CAOp/Saúde, aos Promotores de Justiça, contendo informações sobre a ampliação de leitos UTI nas unidades sob gestão estadual, bem como para dar ciência da Recomendação nº Recomendação no 29/2020 – 19ªPJESLZ, expedida pela 19ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde da Capital à SES/MA, tendo por objeto a instalação de uma Central única e específica para a regulação dos leitos nos casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 no âmbito da SES/MA;
 - f) Ofício Circular nº 26/2020 – CAOp/Saúde aos membros, para fins de encaminhamento da Resolução ad referendum nº 07/2020 – CIB/MA, de 04 de maio de 2020, que

- atualizou os leitos de enfermaria e leitos de terapia intensiva do Plano Estadual de Contingência para pacientes com covid 19 (atualização da modelagem assistencial);
- g) Nota Técnica nº 02/2020 – CAOp/Saúde, encaminhada aos Promotores de Justiça, contendo o entendimento do CAOp/Saúde sobre a atuação do Ministério Público diante de demandas individuais por leitos de UTI no contexto da pandemia.
- **Em relação à adoção de estratégias para a proteção da população em situação de rua durante o período de pandemia:**
 - a) Ofício Circular nº 20/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, sugerindo que exijam da gestão municipal a adoção de medidas concretas, voltadas à proteção dessa população;
 - b) Modelo de Portaria de PASS;
 - c) Modelo de Recomendação.

 - **Em relação à população indígena:**
 - a) Ofício Circular nº 09/202 –CAOp/Saúde, sugerindo aos Promotores de Justiça com atuação nos municípios onde há população indígena que questionassem à gestão se a situação indígena foi contemplada nos seus respectivos Planos de Contingência Municipal, e se observam o Plano de Contingência Distrital do DSEI/MA;
 - b) Modelo de ofício ao gestor.

 - **Em relação aos recursos de custeio, encaminhados pelo MS ao Maranhão, para ações de enfrentamento ao covid 19:**
 - a) Ofício Circular nº 10/2020 – CAOp/Saúde, informando aos Promotores de Justiça que os recursos rateados através da Resolução ad referendum nº02/2020 CIB/MA já se encontravam na conta dos municípios, com a sugestão de que o Órgão de Execução deveria questionar ao gestor sobre como planejam aplicar esses recursos, que apresentam finalidade vinculada;
 - b) Modelo de ofício ao gestor de saúde;
 - c) Encaminhamento aos Promotores, via email institucional, de cópia do Ofício nº 694/2020 - GAB/SES, contendo informações de repasses de recursos da União, feitos através da Secretaria de Estado da Saúde aos municípios maranhenses, relacionados ao enfrentamento do covid 19, para fins de ciência.

 - **Em relação à garantia de transparência da gestão:**
 - a) Ofício Circular nº 13/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, sugerindo que recomendassem aos gestores a disponibilização de aba específica no Portal de Transparência, a fim de dar publicidade às informações sobre óbitos, casos suspeitos e confirmados de covid, bem como aos gastos;
 - b) Modelo de Recomendação;
 - c) Modelo de ACP (CAOp Proad)

 - **Em relação ao Fluxo de Atendimento de Síndromes Gripais (SG) e Covid 19 nas Unidades Básicas de Saúde (UBS):**

- a) Ofício Circular nº 19/2020 – CAOp/Saúde, informando ao Promotor de Justiça que cada município deveria elaborar o seu, podendo tomar como base o fluxo elaborado pelo Estado, e providenciar a capacitação dos profissionais da Atenção Básica;
 - b) Modelo de ofício ao gestor.
- **Em relação à manutenção dos atendimentos realizados pela Atenção Básica nos tempos de pandemia, sobretudo aos grupos de risco:**
 - a) Ofício Circular nº 21/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, sugerindo que questionassem à gestão sobre como foram reorganizados os processos de trabalho na AB, a fim de manter o atendimento e o acompanhamento dos grupos de risco;
 - b) Modelo de Portaria;
 - c) Modelo de Ofício;
 - d) Modelo de Recomendação;
 - e) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.
- **Em relação aos serviços pós óbito de casos confirmados e suspeitos de covid 19:**
 - a) Ofício Circular nº 15/2020 – CAOp/Saúde, sugerindo ao Promotor de Justiça que exija do gestor municipal o acionamento dos serviços funerários, a fim de que observem as notas técnicas e normativo estadual que trazem recomendações sobre a matéria;
 - b) Ofício Circular nº 22/2020 – CAOp/Saúde, reforçando a recomendação acima, e contendo observação em relação às Promotorias com atuação na Comarca da Ilha de SL.
 - c) Modelo de Portaria de PASS;
 - d) Modelo de ofício Recomendatório;
 - e) Modelo de Recomendação;
 - f) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.
- **Em relação aos decretos de anormalidade:**
 - a) Ofício Circular nº 14/2020 – CAOp/Saúde, informando aos Promotores de Justiça que o CAOp/Saúde não concorda com as condicionantes, impostas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e recomendadas pela FAMEM, para a expedição de decretos de anormalidade pelos municípios, em razão da autonomia municipal; estado de transmissão comunitária; bem como que cabe ao MS, através do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública, dispor sobre a emergência de saúde pública de importância nacional.
 - b) Email aos Promotores de Justiça, solicitando informações sobre os municípios que tenham expedido decretos, seja de anormalidade, ou apenas dispor sobre as medidas de enfrentamento ao covid 19, devendo informar se foram instituídas barreiras sanitárias;
 - c) Ofício Circular nº 23/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, sugerindo que solicitem ao Prefeito a remessa dos decretos de anormalidade à Câmara Municipal, e no

- tocante ao decreto de calamidade, que também seja encaminhado à Assembleia Legislativa, conforme dispõe o art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Modelo de ofício ao Prefeito sobre a atuação versada no Ofício Circular nº 23/2020 – CAOp/Saúde.
- **Em relação ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Saúde e das Comissões Intergestores Regionais:**
 - a) Ofício Circular nº 18/2020 –CAOp/Saúde, sugerindo aos Promotores de Justiça que questionassem se o CMS está se reunindo, regularmente, através da adoção de estratégias para a realização de reuniões remotas;
 - b) Modelo de Portaria;
 - c) Modelo de Ofício ao presidente do CMS.
 - d) Ofício Circular nº 38 2020 CAOp Saúde aos Promotores de Justiça, solicitando que fiscalizem o funcionamento das CIR durante a pandemia.
 - **Em relação à 22ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza:**
 - a) Email aos Promotores de Justiça, contendo sugestão de atuação voltada a monitorar possível desabastecimento de vacinas;
 - b) Modelo de ofício para a SEMUS;
 - c) Modelo de ofício para a SES.
 - **Em relação às arboviroses:**
 - a) Ofício Circular nº 24/2020 – CAOp/Saúde aos Promotores de Justiça, sugerindo que solicitem ao gestor de saúde a elaboração do Plano Municipal de Prevenção e Contingência das arboviroses e Nota Técnica para acesso e manejo clínico adequado dos casos suspeitos e confirmados, tendo em vista a situação epidemiológica do Estado, bem como a sintomatologia das arboviroses ser muito semelhante às síndromes gripais;
 - b) Modelo de Ofício para a SEMUS;
 - c) Modelo de Recomendação.
 - **Em relação aos medicamentos que estão sendo dispensados para o tratamento de covid 19 no município, tanto para casos hospitalares quanto leves, especialmente hidroxicloroquina/cloroquina associados com a azitromicina, assim como a disponibilidade dos medicamentos do kit intubação:**
 - a) Ofício Circular nº 27/2020 – CAOp/Saúde aos membros, contendo considerações acerca dos protocolos adotados atualmente pelo Ministério da Saúde e Estado do Maranhão para o tratamento de pacientes com covid 19 tanto em contexto hospitalar quanto em casos leves, com a sugestão de que o Promotor de Justiça investigue quais medicamentos estão sendo utilizados pelo município para tratar pacientes com covid 19 nos dois contextos, o que abarca a análise/investigação das seguintes questões: **1)** existência de Protocolo Clínico para tratamento de pacientes internados, bem como com sintomas leves de Covid-19 - os quais podem realizar o tratamento domiciliar; **2)** a obediência aos protocolos e à regulamentação; **3)** a forma de aquisição; quantos foram adquiridos; a data de recebimento; quanto há em estoque; e o fabricante/fornecedor; **4)** se os medicamentos adquiridos são industrializados ou manipulados; **5)** como tem

- ocorrido a dispensação e quantos medicamentos foram dispensados à população; entre outras questões.
- b) Modelo de Portaria;
 - c) Modelo de Ofício à SEMUS;
 - d) Modelo de Recomendação.
 - e) Ofício Circular nº 37/2020 – CAOp Saúde, contendo estratégias para a fiscalização dos medicamentos que compõem o kit intubação.
 - f) Ofício Circular nº 41/2020 – CAOp Saúde, sugerindo aos Órgãos de Execução que renovem a solicitação diante do recrudescimento da pandemia.
- **Em relação à retomada das aulas presenciais:**
 - a) Reunião, realizada no dia 06/08/2020, envolvendo CAOp/Saúde, CAOp Educação, CAOp de Proteção à pessoa idosa e à Pessoa com Deficiência, Dra. Maria da Glória Mafra, membros do COE Covid 19 e da Comissão de Infectologia da SES/MA, destinada a discutir sobre critérios sanitários que devem balizar uma possível retomada das aulas presenciais no Maranhão, oportunidade em que foi solicitado ao COE Covid 19 e à Comissão de Infectologia a elaboração de um Parecer Técnico, formalizando esses critérios, para que sirvam de elemento norteador à tomada de decisão dos gestores.
 - **Videoconferências sobre o Covid 19:**
 - a) 28/02/2020;
 - b) 16/03/2020;
 - c) 01/04/2020 (Diálogos Republicanos);
 - d) 23/04/2020 (Diálogos Republicanos);
 - e) 29/04/2020 - Reunião entre o PGJ, CAOp/Saúde, CAOp Proad e membros, contendo exposição sobre as sugestões de roteiro de atuação elaboradas pelos órgãos auxiliares para enfrentamento ao covid 19;
 - f) 25/05/2020 - Reunião entre o PGJ, CAOp/Saúde, CAOp Proad e membros, contendo exposição sobre as sugestões de roteiro de atuação elaboradas pelos órgãos auxiliares para enfrentamento ao covid 19, com enfoque nos recursos financeiros.



Membros do MPMA participaram de reunião para elaboração do roteiro de atuação para enfrentamento à pandemia da covid 19

3.2 Fiscalização da regulação em saúde

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), através das Comissões de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do MP na Saúde e de Planejamento Estratégico, desenvolveu o Projeto Organização e Transparência nas Listas de Espera do SUS e Aperfeiçoamento da Regulação em Saúde, fruto da Ação Nacional em Defesa do Direito à Saúde.

No âmbito do MPMA, a transparência das listas de espera está sendo objetivo de fiscalização/atuação da 19ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Capital, cabendo às Promotorias de Justiça do interior a fiscalização da regulação em seus respectivos territórios sanitários, que consiste na recepção da demanda do usuário por serviços, procedimentos e exames especializados para encaminhá-lo às referências pactuadas.

As estratégias de atuação sobre o tema foram encaminhadas aos Promotores de Justiça através dos Ofícios Circulares nº 20/2019 e 31/2020 CAOp/Saúde, sendo que em Reunião Institucional realizada no dia 31/07/2020, envolvendo o CAOP Saúde, Dra. Maria da Glória Mafra e membros, ficou ajustado que as Promotorias de Justiça deverão realizar o diagnóstico do funcionamento da regulação em cada município e exigir a adoção do SISREG, por ser uma alternativa que não onera o município e já estar integrado ao Meu DigiSUS.

3.3 Fortalecimento da assistência aos sobreviventes de queimaduras do Estado do Maranhão.

O CAOp Saúde, em parceria com a Associação Maranhense de Apoio aos Sobreviventes de Queimaduras – AMASQ, traçou estratégias para o fortalecimento da assistência aos sobreviventes de queimaduras do Estado do Maranhão, em reunião realizada em 04/12/2020, destinadas à conquista do tratamento adequado para esses pacientes no Maranhão, de modo que não precisem se deslocar para outros Estados, assim como para diminuir o número de pessoas que ficam com sequelas.

Ajustou-se que a AMASQ: 1) remeterá ao CAOp/Saúde fluxograma, detalhado, de atendimento ao paciente que sofreu queimaduras, desde as portas de urgência e emergência até os centros especializados, ou seja, explicando qual é trâmite; 2) Encaminhará, também, ao CAOp/Saúde, toda a documentação da AMASQ, para que este órgão auxiliar verifique se a sua constituição está regular (se não estiver, o CAOp/Saúde devolverá com a indicação dos documentos necessários para que se regularize, o que poderá ser discutido em outra reunião); 3) Após o encaminhamento do fluxograma, e com base no que nele constar, o CAOp/Saúde expedirá ofício à Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e à Secretaria Municipal de Saúde de São Luís, solicitando informações sobre a existência de referências para o tratamento de queimados no Estado e Capital; se existe fluxo formalizado e aprovado, em CIR e CIB, para o tratamento de tais pacientes, desde as portas de urgência e emergência até os centros especializados; se existe um protocolo estadual ou municipal; e o inventário/levantamento de pacientes que sofreram queimaduras e estão em tratamento nas unidades de saúde estaduais e municipais, com a indicação de onde estão, etc; 4) Após o recebimento de tais informações, o CAOp/Saúde montará a estrutura de atuação institucional, contendo sugestão de roteiro de atuação aos Promotores de Justiça para que fiscalizem e exijam a adequação dos fluxos de atendimento para os pacientes vítimas de queimaduras nas Comarcas, acompanhada de modelos de Recomendação, TAC e Ações Judiciais; 5) Todos esses encaminhamentos deverão se concretizar até fevereiro/março, após o que começarão a ser articuladas as ações para a

realização de Campanha Institucional de divulgação da AMASQ e do tema, buscando parcerias com a Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, culminando na realização de evento na 1ª semana de junho de 2021 na PGJ ou na Assembleia Legislativa.

a. Política de Imunização

Tendo em vista a baixa cobertura vacinal apresentada pelos municípios maranhenses nos últimos anos, o que pode ser creditada à reduzida ou mesmo ausência de aplicação das vacinas nos municípios ou, ainda, pela não inserção de dados nos sistemas de informação, levando à subnotificação, além da noticiada perda de imunobiológicos, o CAOp/Saúde sugeriu aos membros, através do Ofício Circular nº 35/2020 – CAOp Saúde, que fiscalizem a política de imunização desenvolvida pelos municípios, contendo a respectiva sugestão de roteiro de atuação, elaborada em conjunto com o Departamento de Imunização da SES/MA. O objetivo é monitorar a cobertura vacinal; a inserção das informações nos sistemas; e fiscalizar as perdas, que podem se dar por motivos evitáveis.

Foi solicitado também à SEPLAG que desenvolva painel de BI, para que os Promotores de Justiça tenham acesso às coberturas vacinais atualizadas, a fim de subsidiar a atuação neste procedimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, este Centro de Apoio deixa o registro de que, em que pese todas as dificuldades e desafios impostos pela pandemia de covid 19 em 2020, o CAOp/Saúde tem desempenhado suas atribuições institucionais da forma mais coerente possível, comprometido com a função de auxiliar o MPMA em suas atuações finalísticas na defesa do direito à saúde.

Este órgão auxiliar tem centralizado esforços, sobretudo, no exercício de sua atividade primacial, que é a coordenar as políticas institucionais relacionadas à saúde pública, sugerindo aos Órgãos de Execução que adotem providências previamente traçadas, cuja construção é fruto da constante interlocução estabelecida pelo órgão auxiliar com os diversos atores sociais que tangenciam a política de saúde, respeitada sempre a independência funcional do membro e as particularidades locais.

COORDENADORIAS

Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF)

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2020, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de R\$ 540.449.048,00.

Do total aprovado, 78,45% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 19,53% a *Outras Despesas Correntes*, e 2,02% com *Investimento*. No exercício de 2020, foram executados 99,32% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo executado 99,99% do total com *Pessoal e Encargos Sociais*; 96,95% com *Outras Despesas Correntes*, e 96,06% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo.

Tabela 69 – Detalhamento da Despesa – 2020

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	536.756.153,04
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	
Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	463.294.626,58
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça	
Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	453.084.876,22
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público	
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	9.228.210,28
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público	
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	906.552,35
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça	
Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	74.987,73
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo	73.461.526,46
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	62.935.454,63
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	9.887.243,86
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores	
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos	638.827,97

servidores

Fonte: COF/PGJ, 2020.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 99,32%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 70 – Execução do Orçamento por Programa

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449,048,00	536.756.153,04	99,32%
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	466.943.913,38	463.294.626,58	99,22%
0411 – Apoio Administrativo	73.505.134,62	73.461.526,46	99,94%

Fonte: COF/PGJ, 2020.

Tabela 71 – Execução do Orçamento por Projeto/Atividade

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449.048,00	536.756.153,04	99,32%
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania			
Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	466.943.913,38	463.294.626,58	99,22%
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania			
Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	456.290.953,38	453.084.876,22	99,30%
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público			
Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	9.240.250,00	9.228.210,28	99,87%
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público			
Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	1.300.000,00	906.552,35	69,73%
Ação: 4426– Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça			
Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	112.710,00	74.987,73	66,53%
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado			
Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo	73.505.134,62	73.461.526,46	99,94%

com a legislação

Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	62.935.455,62	62.935.454,63	100,00%
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores			
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	9.887.244,00	9.887.243,86	100,00%
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores			
Ação: 0963 - Contribuição para o Fundo de Benefícios dos Servidores	682.435,00	638.827,97	93,61%
Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores			

Fonte: COF/PGJ, 2020.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 72 – Execução do Orçamento por Grupo de Despesa

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	540.449.048,00	536.756.153,04	528.194.595,81	99,32	97,73
1 - PESSOAL E ENCARGOS	423.995.504,00	423.950.104,42	423.950.104,42	99,99	99,99
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.533.294,00	102.315.629,19	100.801.915,38	96,95	95,52
4 - INVESTIMENTOS	10.920.250,00	10.490.419,43	3.442.576,01	96,06	31,52

Fonte: COF/PGJ, 2020.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 73 – Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	536.756.153,04	528.194.595,81
05 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU MILITAR	6.662,25	6.662,25
08 – AUXÍLIO MORADIA	17.805.082,19	17.805.082,19
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	316.728.926,38	316.728.926,38
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	73.461.526,46	73.461.526,46
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	515.415,46	515.415,46
15 - DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	76.717,41	76.717,41
16 - AJUDA DE CUSTO	1.890.668,49	1.890.668,49
30 - MATERIAL DE CONSUMO	874.411,03	670.641,77
31 - PREMIACOES CULTURAIS, CIENT. DESPORTO E OUTROS	3.000,00	3.000,00

32 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	-	-
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	185.285,71	185.285,71
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	7.850.579,65	7.850.579,65
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	10.658.906,86	10.622.482,02
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	12.799.927,95	11.990.643,79
40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	18.833.179,79	18.470.944,24
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	31.036.704,52	31.036.704,52
47 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.220.711,00	1.118.711,00
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	59.887,47	59.887,47
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	7.519.361,78	1.591.444,97
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.971.057,65	1.851.131,04
91 - SENTENÇA JUDICIAL	389.794,13	389.794,13
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	813.426,95	813.426,95
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	31.054.919,91	31.054.919,91

Fonte: COF/PGJ, 2020.

A seguir demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2020.

Tabela 74 – Índices da Execução Orçamentária

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,3
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	100
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	79
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	97
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	19,1
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	96,1
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	1,95

Fonte: COF/PGJ, 2020.

Através de sua *home page* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

Relação de Dirigentes Responsáveis e Ordenadores de Despesas da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA) e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão (FEMPE) em 2020.

Nome: Luiz Gonzaga Martins Coelho
Cargo: Procurador-Geral de Justiça

Cargo Efetivo: Promotor de Justiça

Período de Gestão: 14/06/2016 até 14/06/2020
Matrícula: 651919
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 098 de 30/05/2016, no cargo de Procurador Geral de Justiça

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
Cargo: Procurador-Geral de Justiça
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2020 até 16/06/2022
Matrícula: 275008
Data da Publicação (Nomeação): Decreto publicado no DOE-MA de nº 100 de 01/06/2020, no cargo de Procurador Geral de Justiça

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Francisco das Chagas Barros de Sousa
Cargo: Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
Cargo Efetivo: Procurador de Justiça
Período de Gestão: 02/09/2014 até a presente data
Matrícula: 387282
Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 204, de 15/06/2016, no cargo de Subprocurador de Justiça Assuntos Jurídicos

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares

Cargo Efetivo: Promotor de Justiça
Período de Gestão: 15/06/2016 até a presente data

Matrícula: 1064039

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 206 de 15/06/2016, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Júlio César Guimarães
Cargo em Comissão: Diretor Geral
Período de Gestão: 17/06/2020 até a presente data

Matrícula: 1075462

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 3332020 ATO-GAB/PGJ, de 17/06/2020, no cargo de Diretor Geral da PGJ-MA

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Nome: Tatiana Alves de Paula
Cargo: Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)
Cargo Efetivo: Analista Ministerial
Período de Gestão: 04/07/2005 até a presente data

Matrícula: 470179

Data da Publicação (Nomeação): Ato de Nomeação Nº 086 de 05/05/1995, no cargo de Coordenadora de Orçamento e Finanças

Nº e Data da Publicação (Exoneração): -

Coordenadoria de Folha de Pagamento (CFP)

Em 2020, mesmo enfrentando a pandemia da covid19, o número de servidores e a remuneração permaneceram praticamente constante, não havendo crescimento significativo do quadro. No entanto, foram executadas folhas de 4 meses totalmente *online*, o que provou a viabilidade total do teletrabalho, inclusive com ganho de produtividade.

Em termos de inovações, tendo em vista a pandemia, foram otimizados os atendimentos por ferramentas virtuais, como e-mail, whatsapp, zoom etc. Também foram incluídos nos contracheques os dependentes dos servidores que utilizam o FUNBEN, para otimizar e facilitar o atendimento, principalmente dos servidores que vem do interior do estado.

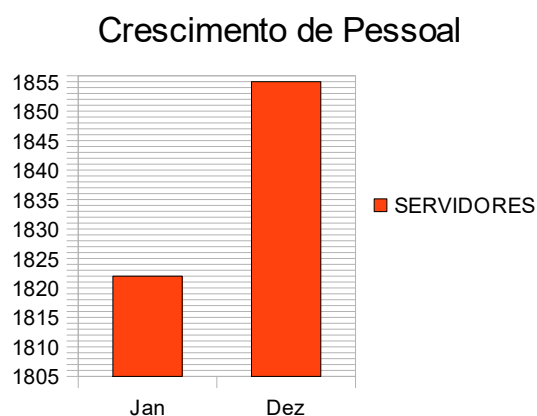
Foram criadas ferramentas para comunicação de dados da folha, como o SAAP do TCE-MA e otimizado o Portal da Transparência, sendo retomada a importação dos dados dos aposentados. Também foi implantada a possibilidade de o servidor escolher qualquer instituição financeira em que deseja que o salário seja depositado, melhorando esse serviço.

Tabela 75 – Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento

ANO	MES	CATEGORIA	SERVIDORES	Obs: Em 2010	CRESCIMENTO MÊS
2020	1	Comissionado	515	127	-
2020	1	Efetivo	617	499	-
2020	1	Membro	327	251	-
2020	1	Requisitado	363	227	-
TOTAL			1822	1104	-
2020	12	Comissionado	531	128	3,11%
2020	12	Efetivo	612	499	-0,81%
2020	12	Membro	323	275	-1,22%
2020	12	Requisitado	389	224	7,16%
TOTAL			1855	1126	1,81%

Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Gráfico 22 – Evolução do número de servidores na Folha de Pagamento



Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Tabela 76 – Valores da Folha em 2020

Ano	Mês	Bruto Folha	Patronal INSS	Patronal Ass. Saúde	Patronal FEPA	Patronal Funben	TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS)	Auxílio Alimentação	Auxílio-saúde	TOTAL FOLHA
2020	Jan	27.987.921,90	813.202,36	7.914,67	2.573.200,07	45.013,49	31.427.252,49	2.544.407,60	988.577,53	34.960.237,62
2020	Fev	27.873.661,65	810.883,51	8.109,10	2.578.327,62	45.107,64	31.316.089,52	2.555.674,23	990.565,18	34.862.328,93
2020	Mar	27.677.441,74	846.956,89	8.336,99	5.352.354,68	47.926,03	33.933.016,33	2.566.915,01	992.531,89	37.492.463,23
2020	Abr	26.931.880,37	798.352,43	7.912,14	5.230.039,17	46.377,44	33.014.561,55	2.564.782,73	989.947,79	36.569.292,07
2020	Mai	26.275.576,72	798.604,77	8.112,28	5.238.998,90	46.368,89	32.367.661,56	2.553.760,10	1.434.557,79	36.355.979,45
2020	Jun	37.901.103,69	800.919,44	7.485,21	5.231.261,79	45.485,28	43.986.255,41	2.549.899,52	1.434.557,79	47.970.712,72
2020	Jul	26.006.148,84	818.806,07	7.072,24	5.231.095,65	45.582,33	32.108.705,13	2.554.409,24	1.434.557,79	36.097.672,16
2020	Ago	26.109.566,47	807.372,21	7.304,16	5.239.631,10	45.673,58	32.209.547,52	2.561.151,90	1.434.557,79	36.205.257,21
2020	Set	26.211.649,92	826.447,88	7.268,57	5.238.524,33	45.726,71	32.329.617,41	2.568.223,44	1.434.557,79	36.332.398,64
2020	Out	26.410.801,23	846.101,26	7.268,57	5.242.366,58	44.917,97	32.551.455,61	2.564.823,46	1.434.557,79	36.550.836,86
2020	Nov	28.813.425,41	826.386,78	7.268,57	5.247.467,03	44.993,90	34.939.541,69	2.570.678,70	1.434.557,79	38.944.778,18
2020	Dez	36.129.125,73	799.089,07	0,00	5.295.478,12	52.442,21	42.276.135,13	2.569.832,06	1.463.471,81	46.309.439,00
2020	13	11.955.745,16	740.879,05	0,00	5.236.709,60	0,00	17.933.333,81	0,00	0,00	17.933.333,81
TOTAL		356.284.048,83	10.534.001,72	84.052,50	62.935.454,64	555.615,47	430.393.173,16	30.724.557,99	15.466.998,73	476.584.729,88

Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Folhas Extras

Tabela 77 – Estagiários

Ano	Mês	Estagiários	Valor	% Crescimento Estagiários	% Crescimento Valores
2020	1	236	264.499,53	-	-
2020	2	238	259.668,17	0,84%	-1,86%
2020	3	238	254.326,81	0,00%	-2,10%
2020	4	219	250.866,45	-8,68%	-1,38%
2020	5	218	248.608,45	-0,46%	-0,91%
2020	6	218	250.302,00	0,00%	0,68%
2020	7	222	245.994,17	1,80%	-1,75%
2020	8	221	238.828,14	-0,45%	-3,00%
2020	9	217	234.116,13	-1,84%	-2,01%
2020	10	216	238.067,78	-0,46%	1,66%
2020	11	212	235.583,70	-1,89%	-1,05%
2020	12	217	235.922,87	2,30%	0,14%
TOTAL			2.956.784,20	-0,45%	-1,38%

Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Tabela 78: Policiais da Reserva

Ano	Mês	Policiais	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2020	1	85	314.222,03	-	-
2020	2	85	314.776,93	0,00%	0,18%
2020	3	87	321.544,21	2,30%	2,10%
2020	4	87	323.296,59	0,00%	0,54%
2020	5	88	327.777,85	1,14%	1,37%
2020	6	88	327.370,47	0,00%	-0,12%
2020	7	90	336.229,87	2,22%	2,63%
2020	8	90	336.229,87	0,00%	0,00%
2020	9	90	336.229,87	0,00%	0,00%
2020	10	90	336.229,87	0,00%	0,00%
2020	11	90	336.229,87	0,00%	0,00%
2020	12	90	336.580,57	0,00%	0,10%
TOTAL			3.946.718,0 0	0,00%	0,10%

Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Tabela 79 – Auxílio-Saúde Inativos

Ano	Mês	Membros	Valor	% Crescimento	% Crescimento
2020	1	86	296.262,17	-%	-%
2020	2	86	296.262,17	0,00%	0,00%
2020	3	85	292.715,94	-1,18%	-1,21%
2020	4	85	292.715,94	0,00%	0,00%
2020	5	85	289.169,71	0,00%	-1,23%
2020	6	86	292.412,29	1,16%	1,11%
2020	7	87	294.812,64	1,15%	0,81%
2020	8	87	291.266,41	0,00%	-1,22%
2020	9	88	296.326,05	1,14%	1,71%
2020	10	88	294.931,67	0,00%	-0,47%
2020	11	88	292.531,32	0,00%	-0,82%
2020	12	88	292.531,32	0,00%	0,00%
TOTAL			3.521.937,6 3	0,00%	0,00%

Fonte: CFP/PGJ, 2020.

Coordenadoria de Administração (CAD)

A Coordenadoria de Administração - CAD desta Procuradoria-Geral de Justiça - PGJ, conforme determinado nos arts. 69 e ss. do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, tem por incumbências regimentais as atividades de *planejamento, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle*, de materiais de consumo e permanente (móveis e imóveis), além do registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis.

Elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência, prestar informações e assistência à Comissão Permanente de Licitações-CPL, nos procedimentos

licitatórios de materiais de consumo e permanente, bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas responsabilidades institucionais.

Com o advento da Lei Estadual nº. 9.688/2012 e artigo 14 do Ato Regulamentar nº. 16/2012-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é composta por 03 (três) Seções, denominadas Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente, Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo, e Seção de Compras, que detêm atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição dos materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2020

1.1. Gestão Patrimonial

Considerando que o ano 2020 foi atípico, por conta da pandemia da COVID-19, várias aquisições que estavam previstas para estruturação das diversas Promotorias de Justiça que estavam sendo construídas ou reformadas, foram suspensas, por conta disso, ocorreu uma redução nos atendimentos de bens móveis.

Ainda assim, foram atendidos no sistema GESP-Patrimônio, 878 (Oitocentos e setenta e oito) itens, que envolveu toda uma logística de aquisição, recebimento, tombamento, carga patrimonial, até a entrega efetiva do bem.

Considerando que vários dos novos materiais foram encaminhados às diversas unidades Ministeriais, substituíram os móveis que estavam em uso e já tinham atingido o prazo de sua vida útil, foi necessário aplicarmos os procedimentos de alienações para esses bens, quais sejam: doações ou inutilizações. Ao todo foram deflagrados 11 (onze) processos administrativos resultando na baixa de 420 (quatrocentos e vinte) itens, beneficiando 05 (cinco) Instituições entre públicas e filantrópicas.

Os procedimentos mencionados acima, decorreram dos esforços da Comissão de Avaliação e Classificação de Materiais desta Procuradoria Geral de Justiça-PGJ e das Promotorias de Justiça dos interiores do Estado, contribuindo para melhorar as estruturas das instituições donatárias, objetivando colaborar com os seus fins sociais, além do fato da PGJ, desonerar-se dos gastos decorrentes da utilização de espaço, recursos humanos e material para manutenção dos aludidos bens.

a) Imóveis Próprios

Atualmente a PGJ possui 56 (cinquenta e seis) Imóveis Próprios/ sedes, sendo:

- 28 (vinte e oito) imóveis averbados
- 28 (vinte e oito) imóveis pendentes de averbação e temos 23 (vinte e três) terrenos doados para construções de novas sedes.

Em 2020 foram averbados 3 (três) imóveis, sendo 02 (dois) por Decadência (São Mateus e Caxias casa do antigo alojamento), cujas edificações ocorreram há mais de 5 (cinco) anos e a Construção da Nova sede das Promotorias de Justiça de Caxias.

b) Imóveis Afetados e Cedidos

Por meio da Lei Estadual nº 11.266 de 25/05/2020, o Governo do Estado do Maranhão, afetou 09 (nove) Imóveis ao Ministério Público do Maranhão, que anteriormente eram cedidos, são eles:

Quadro 36 – Relação dos Imóveis Afetados

PROMOTORIA	ENDEREÇO
ANAJATUBA	Rua Nina Rodrigues, nº 491, Centro
BACABAL	Rua Barão do Rio Branco, nº 215, Centro
BALSAS	Rua Dr. José Coelho Noletto, nº 155, Bairro: Potosi
LORETO	Avenida Coronel Manoel Santana, s/n, Centro
PEDREIRAS	Rua das Laranjeiras s/n, Bairro Bandeirantes
PORTO FRANCO	Rua Joaquim Pereira s/n, Centro
SÃO JOÃO BATISTA	Rua Cristóvão Cavalcante s/n, Centro
SEDE PGJ NOVA (CALHAU)	Avenida Prof. Carlos Cunha s/n, Sítio Santa Eulália, Calhau
URBANO SANTOS	Rua da Graça nº 10, Centro

Fonte: CAD/PGJ, 2020.

E temos também outros 09 (nove) Imóveis Cedidos, são os citados abaixo:

Quadro 37 – Relação dos Imóveis Cedidos

PROMOTORIA	ENDEREÇO
BARRA DO CORDA	Lote Urbano, Quadra M, Lote 14, Bairro: INCRA
CAJAPIÓ	Rua da Chapadinha, s/n, Centro
CENTRO CULTURAL E ADMINISTRATIVO DO MP	Rua Oswaldo Cruz nº 1396, Centro
CODÓ (Nova Sede)	Avenida João Ribeiro, s/n, Centro
MIRADOR	Avenida Francisco Luiz, s/n, Centro
OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS	Rua Albino Lopes nº 7, Conjunto dos Bancários (Travessa Bandeirantes nº 7, Centro)
Promotorias de Justiça 33ª, 34ª E 37ª PROMOTORIAS INFÂNCIA E JUVENTUDE (Centro Integrado)	Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro
Promotorias de Justiça 35ª E 36ª PROMOTORIAS (PJECCA)	Rua Coelho Neto nº 01, Praça Maria Aragão, Beira-Mar
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	Rua José Maria Santiago e Rua 28 de julho, Centro

Fonte: CAD/PGJ, 2020.

2. SEÇÃO DE MATERIAL

2.1. Gestão de Material de Consumo

Foram empregados durante o exercício de 2020, para a aquisição de materiais de consumo, recursos no montante de R\$ 704.682,58 (Setecentos e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), com vistas à manutenção dos estoques para o atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, divididos conforme gráfico em anexo.

Em 2020, no SISTEMA GESP – módulo Materiais, levando em conta o Almoarifado Central – Monte Castelo e o Almoarifado da PGJ, foram atendidas um total de 2.707 (Dois mil setecentos e sete) requisições de materiais de consumo e delas foram fornecidas 141.908 (Cento e quarenta e um mil novecentos e oito) unidades de todos os itens requisitados. No quadro a seguir verificamos uma redução significativa em relação aos anos anteriores, tanto no número de pedidos quanto na quantidade de itens fornecidos, resultado da pandemia do novo Coronavírus.

Tabela 80 – Quantidade de Materiais requisitados ao Almoarifado

Ano	Quant. de Pedidos	Quant. de Itens Fornecidos (p/ Unidade de Fornecimento)
2017	2.417	357.974
2018	3.370	269.620
2019	3.633	283.993
2020	2.707	141.908

Fonte: CAD/PGJ, 2020.

Cumpra destacar que apesar das restrições de mobilidade social impostas durante a pandemia, inclusive na fase mais crítica com decreto do lockdown, a Seção de Material manteve algumas atividades presenciais nesse período com as devidas autorizações e precauções, para fazer o recebimento e o envio de materiais essenciais ao funcionamento das Unidades Ministeriais como o álcool em gel, máscaras, luvas e outros itens.

3. SEÇÃO DE COMPRAS

Durante o ano de 2020, a Seção de Compras deflagrou 95 (noventa e cinco) processos de compras, divididos em 17 (dezessete) processos licitatórios referentes a aquisições de bens de consumo e permanentes, 03 (três) processos de adesão, 02 (duas) dispensas de licitação, 01 (um) processo de inexigibilidade para aquisição de ferramenta de cotação eletrônica denominada Banco de Preços e 72 processos de solicitação de empenho de consumo e de permanente.

Dentre os materiais adquiridos podemos destacar aquisição em caráter excepcional de 2.702,50 (dois mil, setecentos e dois e cinquenta) litros de álcool em gel, 5.000 (cinco mil) máscaras, 180 (cento e oitenta) caixas de luvas, 11 (onze) termômetros digitais, 4 (quatro) tapetes sanitizantes e 10 (dez) totens para álcool em gel.

Tabela 81 – Aquisição de Material Permanente

Trimestral	Informática	Equipamentos Eletroeletrônicos	Mobiliário	Veículos	Diversos
1° Trimestre	0,00	15.350,00	0,00	371.000,00	0,00
2° Trimestre	0,00	128.837,83	205.950,90	0,00	0,00
3° Trimestre	43.537,85	143.069,68	0,00	0,00	0,00
4° Trimestre	1.159.000,00	158.505,18	188.283,30	0,00	26.877,76
Total Trimestre	1.202.537,85	445.762,69	394.234,20	371.000,00	26.877,76
TOTAL					2.440.412,50

Fonte: CAD/PGJ, 2020.

Tabela 82 – Aquisição de Material de Consumo

<i>Trimestre</i>	Alimentos E bebidas	Expediente	Impressão Gráfica	Toner	Camisa	Outros materiais de consumo
<i>1° Trimestre</i>	26.707,38	85.005,57	51.500,00	19.720,00	799,50	10.386,98
<i>2° Trimestre</i>	2.183,22	41.586,38	99.500,00	0,00	0,00	84.102,80
<i>3° Trimestre</i>	9.656,60	0,00	36.400,00	0,00	0,00	51.685,00
<i>4° Trimestre</i>	4.381,60	128.082,03	26.800,12	20.820,00	0,00	5.365,40
Total Trimestre	43.192,44	254.673,98	214.200,12	40.540,00	799,50	151.540,18
	TOTAL					704.682,58

Fonte: CAD/PGJ, 2020.

Vale destacar a participação do Ministério Público do Maranhão na Ecoliga, uma rede, formada no Maranhão por nove instituições públicas, MPMA, TJ, TRE, TRT, JF, UFMA, TCE, UEMA, DEFENSORIA PÚBLICA, que visa a troca de experiências e a execução conjunta de ações que proporcionem a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na Administração Pública maranhense.

Dentre as ações conjuntas, frisa-se a implantação do mecanismo de compra compartilhada, resultando assim em uma economia de larga escala, tendo em vista a celeridade do processo, evitando dentre outras situações o desperdício de mão de obra, estimando-se uma redução considerável no valor da aquisição.

Destacamos também, o contínuo aperfeiçoamento dos controles de compras junto à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e Almoxarifado, onde estamos buscando avanços e melhorias para o sistema GESP – COMPRAS, que proporcionará uma ferramenta completa, onde poderemos acompanhar todo o trâmite processual referente à compra.

Pontos de inclusão/melhorias no sistema GESP – COMPRAS.

- Abertura do processo (fase interna)
- Atualização de informações referentes ao pregão.
- Análise documental e de propostas.
- Convocação de amostras (se necessário)
- Inclusão de atas, documentações e informações necessárias para empenhos e fiscalização.
- Pedidos de empenhos.
- Autorização de fornecimento vinculado ao número de empenho.
- Registro de data de recebimento dos empenhos e autorizações de fornecimento.
- Registro de data de entrega dos materiais.
- Informação de lançamento de notas fiscais.
- Informações de pagamentos.
- Notificações.
- Apuração de responsabilidade.
- Históricos de idoneidades.

Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA)

Compete à Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura (COEA) coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas a elaboração de projetos, orçamentação e planejamento de obras, construção, reforma, recuperação, ampliação e adaptação de prédios ocupados pelo Ministério Público, promover o monitoramento e manutenção das instalações físicas destes, bem como serviços de avaliação de imóveis, perícias de engenharia e quaisquer outros serviços nessa área em execução durante o ano, conforme detalhamento a seguir.

1. SEÇÃO DE PROJETOS

1.1. Projetos Desenvolvidos

1. Construção do Espaço Ecumênico e do Refeitório da sede das Promotorias de Justiça da Capital (Concepção do Projeto)
2. Revisão do Projeto Arquitetônico para reforma da antiga sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz
3. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Araiões
4. Projeto de Ampliação da Defensoria Pública do Estado no bairro do Bacanga para implantação de uma Promotoria de Justiça Distrital em contêineres
5. Projeto Hidráulico e Sanitário para implantação elevador de serviço na PGJ
6. Revisão do Projeto de Reforma para manutenção corretiva emergencial do prédio sede das Promotorias de Justiça de Carolina (Projeto de Drenagem)
7. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Mirador (Projeto Elétrico)
8. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de S. J. Ribamar (Projeto de CFTV)
9. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de São Raimundo das Mangabeiras (Projeto de Cabeamento Estruturado)
10. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Santa Luzia do Paruá (Projeto de Climatização)
11. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Loreto (Projeto de Combate a Incêndios)
12. Revisão do Projeto de Construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Estreito (Desenhos de Detalhamento)
13. Alteração de layouts na PGJ: Gaeco; Diretoria; CPL; Recepção Gabinete Procurador; SEPLAG; CGP; SECINST; SUBJURÍDICO; Assessorias Especializadas (Estudo de Terraplanagem)
14. Alteração de layouts na PROMOCAP: Protocolo; Promotorias do Idoso; Saúde; Pessoa com Deficiência; 27ª Especializada; 16ª Especializada (Levantamento de Quantidades e Orçamento)
15. Alteração de Layouts na PGJ Centro: Promotoria do Meio Ambiente (Projeto Básico para Licitação/Projeto Básico para Contratação de Serviços de Topografia e Sondagem)
16. Projeto Básico para Contratação de Laudo Pericial da Fachada da PGJ (acompanhamento durante a execução).

1.2. Projetos em Desenvolvimento

1. Levantamento arquitetônico imóvel doado em Caxias
2. Projeto padrão Promotoria Distrital (contêineres)
3. Reforma do casarão da Fonte do Ribeirão (Centro histórico de São Luís)
4. Projeto para construção da nova Ouvidoria

2. SEÇÃO DE PERÍCIAS

Quadro 38 – Perícias realizadas em 2020

LOCALIDADE/OBJETO	PROMOTORIA SOLICITANTE
1. Licitação de Reforma de Escolas da rede municipal	PJ Paraibano
2. Licitação de Construção do Portal da Cidade	PJ Rosário
3. Drenagem entorno da estação ferroviária	PJ Rosário
4. Análise de Projeto de Praça da Prefeitura	PJ Rosário
5. Vistoria Terminal Rodoviário de Santa Inês	PJ Santa Inês
6. Parecer Técnico Polo Gerador de Tráfego São José de Ribamar	1ª PJ São José de Ribamar
7. Vistoria para verificação de estabilidade estrutural em imóvel no bairro São Cristóvão	8ª PJE Defesa Meio Ambiente
8. Vistoria no Estádio Castelão	11ª PJE
9. Prédio da sede do Instituto de Criminalística - ICRIM e sede do Instituto de Medicina Legal – IML	11ª PJE
10. Vistoria de Acessibilidade no Banco do Brasil Pça Deodoro	14ª PJE
11. Análise de projeto Escola Adventista	14ª PJE
12. Parecer sobre as obras de reforma da Escola Crescimento	14ª PJE
13. Vistoria de Acessibilidade no Centro de Ensino Montessoriano Reino Infantil	14ª PJE
14. Parecer sobre as adaptações Presídio PSL 3	14ª PJE
15. Vistoria de Acessibilidade no 1º Distrito Policial, sito à praça Odorico Mendes	15ª PJE
16. Vistoria de Acessibilidade no Instituto de Olhos São Luís da Silva Maia	15ª PJE
17. Vistoria de Acessibilidade no Restaurante Popular Cidade Olímpica	15ª PJE
18. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 1º Tabelionato de Protesto de Letras e outros títulos de créditos - Ed. Office Tower	15ª PJE
19. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório da 2ª Zona Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª PJE
20. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 2º Tabelionato de Notas – “Celso Coutinho”	15ª PJE
21. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório da 4ª Zona de Registro Civil de Pessoas Naturais	15ª PJE
22. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 6º Tabelionato de Notas	15ª PJE
23. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 7º Tabelionato de Notas	15ª PJE
24. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 7º	15ª PJE

Tabelionato de Notas	
25. Vistoria de Acessibilidade no prédio do Cartório do 2º tabelionato de Protesto de Letras e outros títulos de créditos	15ª PJE
26. Vistoria na reforma dos estádios “Beira Rio” e “Jairzão”	28ª PJE - 1ª Probidade
27. Parecer Técnico sobre possíveis irregularidades na celebração dos termos aditivos das obras de melhorias físicas e operacionais na Rodovia MA 315 – Entr. MA-225 Barreirinhas/Paulino Neves	Assessoria Especial de Investigação.
28. Vistoria de Acessibilidade no prédio da Central Integrada de Inquéritos e Custódia na Avenida dos Franceses	18ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís
29. Relatório Circunstanciado sobre Descolamento e precipitação de parte do revestimento do 5º andar da fachada norte do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça	Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
30. Vistoria de acessibilidade no prédio sede da Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, São Luís – MA	Dr. Douglas de Melo Martins, Juiz de Direito Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís

Fonte: COEA/PGJ, 2020.

3. SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Quadro 39 – Fiscalização de Construção e Obras Novas

IDENTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2020
1. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar	Em Andamento
2. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Lago da Pedra	Em Andamento
3. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Coroatá	Em Andamento
4. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Araiões	Em Andamento
5. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Estreito	Em Andamento
6. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Loreto	Em Andamento
7. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes	Em Andamento
8. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São Domingos do Maranhão	Em Andamento
9. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de São Raimundo das Mangabeiras	Cancelada
10. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Mirador	Em Andamento
11. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Santa Luzia do Paruá	Em Andamento
12. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Carolina	Em Andamento

13. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Governador Nunes Freire	Concluída
14. Construção do Prédio Sede das Promotorias de Justiça de Barra do Corda	Concluída
15. Estacionamento das Promotorias de Justiça da Capital	Concluída

Fonte: COEA/PGJ, 2020.

Quadro 40 – Fiscalização de Obra em Reforma

IDENTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO EM 31/12/2020
1. Reforma da Antiga Sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz	Em Andamento

Fonte: COEA/PGJ, 2020.

4. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

4.1 Manutenção Preventiva

- | | |
|--|--|
| 1. Promotoria de Justiça de Barra do Corda | 14. Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim |
| 2. Promotoria de Justiça de Dom Pedro | 15. Sede da Procuradoria-Geral de Justiça |
| 3. Promotoria de Justiça de Gov. Nunes Freire | 16. Sede das Promotorias de Justiça da Capital |
| 4. Promotoria de Justiça de Anajatuba | 17. Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar |
| 5. Promotoria de Justiça de Timon | 18. Promotoria de Justiça de Raposa |
| 6. Promotoria de Justiça de Morros | 19. Promotoria de Justiça de São José De Ribamar |
| 7. Promotoria de Justiça de Icatu | 20. Promotoria de Justiça Especializada da Criança e do Adolescente PJECCA |
| 8. Promotoria de Justiça de Humberto De Campos | 21. Centro Cultural |
| 9. Promotoria de Justiça de Caxias | 22. Centro Integrado - Cajazeiras |
| 10. Promotoria de Justiça de Arame | 23. Núcleo de Mediação Sol e Mar |
| 11. Promotoria de Justiça de Olinda Nova | |
| 12. Promotoria de Justiça de Santa Inês | |
| 13. Promotoria de Justiça de Parnarama | |

4.2. Manutenção Corretiva

Tabela 83 – Quantidade de Manutenções Corretivas realizadas em 2020

Promotorias	Nº de Execuções
Promotoria de Justiça de Bacabal	2
Promotoria de Justiça de São João dos Patos	2
Promotoria de Justiça de Estreito	1
Promotoria de Justiça de Riachão	1
Promotoria de Justiça de Carolina	2
Promotoria de Justiça de Alto Parnaíba	1
Promotoria de Justiça de Colinas	3
Promotoria de Justiça de Imperatriz	5
Promotoria de Justiça de Maracaçumé	2

Promotoria de Justiça de Zé Doca	1
Promotoria de Justiça de Pinheiro	1
Promotoria de Justiça de Rosário	2
Promotoria de Justiça de Bacuri	1
Promotoria de Justiça de Chapadinha	1
Promotoria de Justiça de Presidente Dutra	1
Promotoria de Justiça de Pedreiras	2
Promotoria de Justiça de São Mateus	1
Promotoria de Justiça de Esperantinópolis	2
Promotoria de Justiça de Joselândia	1
Promotoria de Justiça de Tuntum	1
Promotoria de Justiça de Pastos Bons	2
Promotoria de Justiça de Loreto	1
Promotoria de Justiça de Poção De Pedras	1
Promotoria de Justiça de Paraibano	1
Promotoria de Justiça de São Francisco do Maranhão	1
Promotoria de Justiça de Balsas	2
Promotoria de Justiça de Açailândia	1
Promotoria de Justiça de Senador La Roque	1
Promotoria de Justiça de Mirinzal	2
Promotoria de Justiça de Bom Jardim	2
Promotoria de Justiça de Coroatá	1
Promotoria de Justiça de Timbiras	1
Promotoria de Justiça de Vitória do Mearim	1
Promotoria de Justiça de São Vicente Ferrer	1
Promotoria de Justiça de Coelho Neto	2
Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Paruá	1
Promotoria de Justiça de São Bento	1
Promotoria de Justiça de Santa Inês	3
Promotoria de Justiça de Carutapera	1
Promotoria de Justiça de Santa Helena	2
Promotoria de Justiça de Cândido Mendes	1
Promotoria de Justiça de Timon	1
Promotoria de Justiça de Urbano Santos	1
Promotoria de Justiça de Guimarães	1
Promotoria de Justiça de Carutapera	1
Promotoria de Justiça de Arame	1
Promotoria de Justiça de Codó	1
Promotoria de Justiça de Matinha	1
Promotoria de Justiça de Caxias	1
Promotoria de Justiça de Parnarama	1

Fonte: COEA/PGJ, 2020.

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP)

A palavra pandemia tornou-se frequente em 2020. De forma generalizada, o mundo a vivenciou ao mesmo tempo. O segmento da saúde mobilizou-se em busca de enfrentar um vírus, com cuidados aos infectados até a descoberta da vacina; o setor comercial, inovou nas formas para continuar atendendo às diversas necessidades das pessoas; as políticas públicas foram adaptadas para atender as demandas da população. Com o Ministério Público não foi diferente.

O Ministério Público do Estado do Maranhão não parou. Era necessário, mais do nunca, garantir os direitos à saúde, à educação e à segurança, a correta utilização dos recursos públicos, o combate à violência contra crianças, mulheres, idosos, deficientes, dentre outras missões. Para tanto, foram feitas adaptações na infraestrutura tecnológica, revisão de procedimentos e principalmente dada atenção às pessoas que compõem o seu quadro funcional.

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além de dar continuidade em sua rotina de atividades, de forma remota ou presencial, respeitando o rodízio, intensificou os cuidados com a saúde física e mental com diversas ações coordenadas pela Seção de Saúde Funcional. O Quadro de Pessoal continuou estável, não sendo necessários desligamentos, o que poderia comprometer as ações institucionais.

A seguir, descreve-se as atividades da área de Gestão de Pessoas realizadas em 2020.

1. CONQUISTAS E AVANÇOS NA ÁREA DE PESSOAL

- Reajuste de 2,94%, referente às perdas inflacionárias, nos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados do quadro de apoio técnico-administrativo e nas funções comissionadas, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2020, conforme Lei nº 11.217, de 09 de março de 2020;
- Realização de diversas e importantes ações do Programa de Saúde e Qualidade de vida e no trabalho, desenvolvidas pela Seção de Saúde Funcional, conforme demonstrado no relatório anexo;
- Criação do Programa de Estágio não obrigatório de ensino médio para 51 estudantes, pelo Ato nº 654/2020, de 05/11/20, publicado no DEMP de 11/11/2020;
- Autorização de criação de 190 vagas de estágio não obrigatório para estudantes de pós-graduação com lotação na Comarca da Ilha e interiores, implementada no Ato Regulamentar nº 02/2021, de 06/01/2021;
- Abertura do Processo Seletivo Simplificado para estagiários não obrigatório de pós-graduação, pelo Edital nº 35/2020, de 07/12/2020, alterados pelos Editais nº 36/2020 e 41/2020;
- Continuação do Coral Vozes do MP com a contratação de *Ronaldo Pereira Ribeiro* como regente do Coral Vozes do MPMA.

2. QUANTITATIVO DE PESSOAL

Tabela 84 – Quadro de Pessoal

Descrição	TOTAL em 31/12/20	% de participação
Membros	323	13,83
Servidores Efetivos	612	26,2

Exclusivamente Comissionados	531	22,73
Requisitados	448	19,18
Aposentados /Pensionistas	185	7,92
Estagiários não obrigatórios	206	8,82
Voluntários	31	1,33
TOTAL	2.336	100

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Gráfico 23 – Quadro de Pessoal



Fonte: CGP/PGJ, 2020.

3. PROVIMENTO E VACÂNCIAS DE CARGOS

Tabela 85 – Provimento de cargos Efetivos

CARGOS EFETIVOS	Quantidade de provimentos – cargos efetivos										
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	0	0	1	13	13	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	0	0	1	22	8	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	0	0	0	39	19	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-
TOTAL	0	0	2	74	40	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Tabela 86 – Provimento de Cargos Comissionados

CARGOS COMISIONADOS	Quantidade de Provimentos – cargos comissionados										
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013*	2012*	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	96	16	40	31	47	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	29	16	16	39	25	43	28	87	33	44	37

De indicação de Promotor de Justiça	55	68	54	59	69	91	102	132	193	22	86
TOTAL	180	100	110	129	141	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

* Em 2012: criação de 216 cargos comissionados, sendo 169 de Assessor de Promotor de Justiça;

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos.

Tabela 87 – Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria)

Cargos Efetivos	Quantidade de Vacâncias - cargos efetivos										
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Procurador de Justiça	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Promotor de Justiça	4	8	9	5	12	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	2	0	0	2	2	1	4	1	-	3	6
Técnico Ministerial	2	5	6	9	6	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	2	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL	10	13	15	18	20	12	23	10	12	18	38

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Tabela 88 – Vacâncias cargos comissionados:

Cargos Comissionados	Quantidade de Vacâncias - cargos comissionados										
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013*	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	84	19	17	21	31	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	37	11	18	32	24	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	52	65	52	51	71	76	80	93	42	22	5
TOTAL	173	95	87	104	126	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça.

Ressalte-se que proporcionalmente, a rotatividade de cargos de indicação de Procuradores de Justiça é maior que os de indicação de Promotores de Justiça.

Tabela 89 – Movimentação na carreira de Membros

Movimentação na carreira – Membros											
	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para Procurador de Justiça	0	0	1	0	0	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	17	7	19	0	4	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	7	0	5	8	7	38	3	1	26	22	16
Remoção	47	36	45	29	7	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria Procurador de Justiça	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria Promotor de Justiça	2	6	1	1	1	1	1	1	2	0	0
Demissão de Promotor de Justiça	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Tabela 90 – Movimentação na Carreira de Servidores

Descrição	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Homologação de estágio probatório	46	8	8	115	0	0	1	34	17	38	182
Promoção + Progressão	346	352	362	470	279	271	312	437	528	325	403
Remoções	16	22	17	43	7	14	62	9	16	10	24
Demissão	1	-	3	-	2	1	-	2	-	-	-
Reintegração	-	-	1	1	1	-	1	-	-	-	-
Aposentadoria	2	2	-	1	-	-	1	-	1	-	1

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

4. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos 65 (sessenta e cinco) Adicionais de Qualificação, em 2020.

Tabela 91 – Quantidade de Adicionais de Qualificação concedidos

ANO	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013
AQs Concedidos	65	42	13	84	23	13	32	338

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 556 (quinhentos e cinquenta e seis) servidores, correspondendo a 91% de um total de 611 (seiscentos e onze) cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao Adicional, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de no mínimo 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 92 – Número de Servidores Estáveis com Adicional de Qualificação 2013-2020

Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	3	160	6	169	31,95
Especialização	99	226	5	330	62,38
Mestrado	22	5	0	27	5,1
Doutorado	2	1	0	3	0,57
TOTAL de servidores com AQ	126	392	11	529	86,58

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Tabela 93 – Quantitativo de Servidores Estáveis sem Adicional de Qualificação 2013-2021

Descrição	Analista	Técnic o	Auxiliar	TOTA L
Cargos Providos servidores estáveis	135	456	20	611
Quantitativo de servidores <u>estáveis sem AQ</u>	9	64	9	82
% por cargo de servidores SEM AQ	6,67	14,04	45	13,42

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Por oportuno, descrevemos a seguir a escolaridade do Quadro de servidores efetivos desta Procuradoria Geral de Justiça.

Tabela 94 – Escolaridade Servidores Efetivos – 2020

NÍVEL	Analista Ministerial	Técnico Ministerial	Auxiliar Ministerial	TOTAL	%
Fundamental			2	2	0,33
Ensino Médio		64	7	71	11,6
Graduação	13	160	6	179	29,25
Especialização	99	226	5	330	53,92
Mestrado	22	5	0	27	4,41
Doutorado	2	1	0	3	0,49
TOTAL de servidores	136	456	20	612	100

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

5 GESTÃO DO ESTÁGIO NÃO-OBIGATORIO

Tabela 95 – Movimentação Processual do Estágio Não-Obrigatório

Descrição	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013*	2012*
Ato Regulamentar	fev/20	17/19	dez/18	dez/17	13/15	13/15	out/14	mar/13	14/nov

dos quantitativos									
Nº total de vagas de Estagiários	270	270	243	193	150	150	132	132	132
Admitidos	74	209	80	195	32	46	128	4	29
Renovação de Estágio	129	42	135	11	29	64	2	19	36
Desligados	96	162	82	61	98	56	18	41	61
Nº de estagiários em exercício em dezembro	206	228	181	183	49	115	127	15	52

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

* Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014. Os selecionados em 2016, assumiram em 2017. O seletivo de 2018 foi homologado em 2019. Não houve processo seletivo em 2020.

6. PROCESSOS SELETIVOS PARA ESTAGIÁRIO NÃO-OBRIGATÓRIO

6.1. Seletivo para Pós-graduação:

Edital de Abertura nº 35/2020, de 07/12/2020, alterado pelos Editais nº 36/2020, nº 41/2020 e o de nº 03/2021. Previsão de homologação do resultado até 03/02/2021.

Tabela 96 – Resumo dos Processos Seletivos vigentes em 2020:

Processo Seletivo	2019	2018	2018 – PÓS
PA	3676/2019	11360-2018	989/2017
Homologação	Edital 09/2019 – DEMP de 22/10/19	Edital 03/2019 – DEMP de 01/02/19	Edital 11/2018, de 18/05/18
Validade do concurso	Até 22/10/2020, prorrogado até 22/10/21 (Ato 630/20)	Até 01/02/20, prorrogado até 01/02/21 (Ato 29/20)	18/05/2019
Nº de vagas	61	44	50
Nº de aprovados	144	370	21
Nº Convocados	64	324	21
Nº de Admitidos	49	227	16
Cadastro de Reserva	80	46	-

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

7. PROGRAMA SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Foi criado pelo Ato nº 298/2018 e regulamentado por meio do Ato nº 24/2019.

Tabela 97 – Gestão do Programa de Serviço Voluntário

Ano	Editais de convocação	Termos de Adesão	Termos de desligamentos	Nº Voluntários
2020	30	24	36	31

2019	12	67	26	41
-------------	----	----	----	----

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

8. CONCURSOS DE REMOÇÃO PARA SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS – 2020

Foram realizados e homologados 04 concursos de remoção de servidores efetivos, contemplando 12 Técnicos Ministeriais:

9. CONCESSÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Tabela 98 – Quantitativo de Certificados Digitais emitidos

2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
381	219	380	525	271	1.505

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

10. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - ATIVIDADES DE ROTINA CGP

Tabela 99 – Rotinas Administrativas

ATIVIDADE	2020	2019	2018	2017
Declaração de Margem de Consignação	696	977	746	694
Elaboração Atos de servidores e membros	706	455	496	614
Elaboração Portarias de servidores e membros	10.295	14.682	12.658	12.219
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros)	11.001	15.137	13.268	12.833
Termos de Compromisso de Estágio	74	209	80	189
Termo de Renovação de Estágio	129	42	135	11
Termo de Desligamento de Estágios	96	162	82	58
Termo de Realização de Estágio	96	162	82	189
Editais de Convocação de Estágio	31	34	30	34
Editais de Convocação de Voluntários	30	12	-	-
Termos de Adesão de Voluntários	24	67	-	-
Editais de desligamentos de Voluntários	12	23	-	-
Projetos Básicos	6	5	34	33
Ofícios expedidos;	192	116	223	123
Memorandos expedidos;	243	370	467	227

Fonte: CGP/PGJ, 2020.

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além das atividades demonstradas e quantificadas anteriormente, outras tarefas de rotina não mensurada, tais como:

- Cadastramento e alimentação do Sistema GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;

- Informações em processos sobre direitos de membros e servidores;
- Elaboração da escala de férias de servidores;
- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem em inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: Análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Abertura e informação nos processos de verbas indenizatórias;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público;
- Gestão do Programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios, e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado;
- Gestão do Programa de prestadores de serviço voluntário incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos voluntários e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida e controle do recesso remunerado;
- Produção dos crachás e de identidade funcional;
- Inscrição de servidores para participarem de Cursos e acompanhamento na realização de Treinamentos.

11. DESAFIOS NA GESTÃO DA ÁREA DE PESSOAL

- a) Concessão de Adicional de Qualificação de nível médio para os Auxiliares Ministeriais cuja exigência é o ensino fundamental;
- b) Revisão na simbologia do cargo de Chefe de Cerimonial;
- c) Informatização dos dados referentes à vida funcional dos membros, servidores e estagiários, que permitam a gestão e controle de direitos e deveres;
- d) Adequação do percentual de cargos comissionados aos 50% destinados, preferencialmente, aos servidores efetivos, conforme a Lei nº 8.077/2004;
- e) Aumento da participação do número de servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados;
- f) Aumento da participação de cargos de servidores efetivos no quantitativo do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo;
- g) Aumento no Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-administrativo – criação de cargos efetivos;
- h) Providências para a realização de concurso público para servidores efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo;
- i) Submeter à apreciação da Administração Superior o Projeto de Integração e Desenvolvimento profissional a ser realizado com os membros e servidores que

integram os 14 Polos, multiplicando a Ação Piloto desenvolvida da Comarca de Timon, em 2019;

- j) Submeter à apreciação da Administração Superior a minuta do novo Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho e desenvolver os requisitos do novo sistema, preparando a instituição para a sua utilização e sensibilizar cada integrante acerca de sua importância para o crescimento e evolução de toda a instituição.

12. DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

12.1. Atribuições regimentais da unidade, conforme legislação interna pertinente

A Seção de Saúde Funcional (SSF) é a unidade de saúde vinculada ao Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) sediada na Procuradoria Geral de Justiça que tem como função a assistência à saúde dos seus usuários. A organização da Seção de Saúde Funcional é regulamentada pela Ordem de Serviço N° 008/2016 – DG de acordo com o Ato Regulamentar n° 020/2008.

A SSF tem objetivo de prestar assistência médica, odontológica e psicológica, através de atendimento ambulatorial, a todos os servidores ativos e inativos do Ministério Público do Maranhão e seus dependentes legais, assim como, em caráter de urgência e emergência, aos estagiários e prestadores de serviços terceirizados.

A consulta/atendimento médico, odontológico e psicológico são realizados, preferencialmente por agendamento prévio eletrônico, ou por telefone, ou presencialmente, exceto as consultas em caráter de urgência e emergência, que tem prioridade para o atendimento.

O atendimento de urgência e emergência é destinado apenas às pessoas que apresentam um agravo de saúde durante sua permanência (em serviço ou em trânsito) nas dependências da Procuradoria Geral de Justiça, ficando o setor responsável em realizar o atendimento inicial e encaminhar para um serviço de Pronto Atendimento. Os agravos que ocorrerem fora do ambiente da sede da Procuradoria deverão buscar auxílio médico em serviço externo, pois não compreendem a função ambulatorial da Seção de Saúde Funcional.

13. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO

13.1. Da assistência médica

- a) Do atendimento e da consulta médica

A assistência médica corresponde ao atendimento realizado pelo médico sob a forma de consulta, abrangendo pacientes a partir de 12 anos de idade. A assistência médica, também, em caráter de urgência e emergência corresponde ao suporte básico de vida.

Durante o ano de 2020 foram realizadas consultas e atendimentos presenciais, assim como, atendimento pré-clínico, de suporte assistencial, e consultas *online* a partir da publicação da Resolução do CFM nº 2.227/2018, Ofício CFM nº 1756/2020-Cojur e Portaria GM/MS nº 467, de 20 de março de 2020, conforme dados da tabela 100.

b) Das licenças relacionadas à saúde

Durante o ano de 2020, os procedimentos administrativos relativos à concessão de licença para tratamento de saúde, inclusive por motivo de doença em pessoa da família, de licença à gestante para membros e servidores do Ministério Público totalizaram em 1311 processos de saúde, conforme tabela 100.

13.2. Da assistência odontológica

O setor odontológico do MPMA realizou 1623 serviços de promoção de saúde bucal através de atendimentos e procedimentos preventivos e reabilitadores no ano de 2020 (tabela 101).

13.3. Da enfermagem

No período de 2020 a assistência de enfermagem contemplou 802 procedimentos relacionados ao acompanhamento das necessidades dos usuários do MPMA, como administração de medicamentos sob orientação médica odontológica, nebulização, curativos simples, verificação de sinais vitais, glicemia capilar, distribuição de preservativos, orientações de saúde (tabela 100).

13.4. Da assistência psicológica

A assistência psicológica visa avaliar, orientar e acompanhar o paciente em situações de saúde mental e no desenvolvimento de sua carreira.

Durante o ano de 2020 foram realizados 283 atendimentos presenciais e em teleatendimento a partir da inclusão da Resolução CFP nº 4, de 26 de março de 2020 (tabela 100).

Tabela 100 – Atendimentos, consultas e procedimentos realizados durante o ano de 2020 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão

Especialidade	Nº de Atendimentos, Consultas e Procedimentos
Enfermagem	942
Medicina	1184
Odontologia	1623
Psicologia	283
Licença saúde	1311

Fonte: Seção de Saúde-CGP/PGJ, 2020.

13.5. Das atividades de saúde programadas e executadas

a) Das atividades de saúde

Durante o ano de 2020 foram desenvolvidas atividades programadas de saúde voltadas para a prevenção das doenças e seus agravos no ambiente de trabalho, conforme as tabelas 101 e 102.

Tabela 101 – Principais atividades programadas e executadas durante o ano de 2020 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão

Atividades	Público contemplado
Realização de teste rápido para COVID-19.	1296
Vacinação	1110
Doação de sangue e cadastro de medula	35
Capacitação para o uso do Desfibrilador Externo Automático (DEA)	59
Práticas laborais e atividades integrativas complementares.	144

Fonte: Seção de Saúde-CGP/PGJ, 2020.

Da mesma forma, em 2020 outras ações educativas de saúde programadas foram executadas no Ministério Público do Estado do Maranhão de acordo com a tabela 102.

Tabela 102 – Ações de saúde programadas e executadas durante o ano de 2020 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão

Ações de saúde	
1	Janeiro Branco: saúde mental. A Seção de Saúde realizou a “Semana de Saúde Mental e Bem Viver do MPMA”, com acolhimento com abertura da semana no hall do térreo da PGJ, workshop e serviços de saúde e bem-estar oferecidos.
2	Fevereiro Laranja: mês de conscientização e combate a leucemia. Doação de sangue e cadastro de medula óssea em parceria com o HEMOMAR e REDOME.
3	Protocolo sanitário de boas práticas adotado pelo Ministério Público do Estado do Maranhão em tempo de enfrentamento a COVID-19.
4	Setembro Amarelo: mês de prevenção ao suicídio. Divulgação de vídeo institucional sobre o tema.
5	Setembro Dourado: mês de conscientização sobre o câncer infanto-juvenil. O MPMA em apoio ao Projeto Amiguinhos da Ana Letícia, realizou arrecadação de alimentos, material de cama, mesa e banho, material curativo e materiais descartáveis, para doação às casas de apoio do Hospital do Câncer do Maranhão.
6	Outubro Rosa: mês de prevenção ao câncer de mama. Divulgação de vídeo institucional gravado em parceria com médica mastologista.
7	Novembro Azul: mês de prevenção e combate ao câncer de próstata. Foi realizada a conscientização sobre o tema na Procuradoria Geral de Justiça para membros, servidores, estagiários e terceirizados, em alusão à campanha do Ministério da Saúde.

Fonte: Seção de Saúde-CGP/PGJ, 2020.

b) Das atividades não-programadas e executadas

Considerando todo o contexto e os impactos do novo Coronavírus (SARS-COV 2), denominada COVID-19, foram adotadas práticas de saúde que visaram a elaboração de um protocolo sanitário - “Protocolo sanitário de boas práticas em tempo de enfrentamento a COVID-19” para o atendimento do público que frequenta o local, como a presença de tapetes sanitizantes, aferição de temperatura corporal, uso obrigatório de máscaras, disponibilização de álcool em gel, distanciamento entre pessoas, sanitização periódica em todo o local de atendimento e imunização contra a H1N1.

Do mesmo modo, foi realizado 1296 testes rápidos sorológicos para auxílio no diagnóstico da infecção pelo SARS-CoV-2 aos membros, servidores e colaboradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, com acompanhamento pelos profissionais de saúde.

Estas atividades não-programadas e executadas adotou um protocolo para os atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e de enfermagem que passaram por uma adequação de acordo com a tabela abaixo.

Tabela 103 – Principais atividades não programadas, mas executadas durante o ano de 2020 pela Seção de Saúde Funcional do Ministério Público do Estado do Maranhão

Atividades	
1	Orientação e realização de teste rápido para COVID-19.
2	Teleatendimento e teleconsulta.
3	Treinamento da equipe de Saúde Funcional para atualização, adequação e padronização da nova rotina no ambiente de trabalho.
4	Realização de triagem prévia e organização de um protocolo de segurança durante a permanência na Seção de Saúde Funcional.
5	Reorganização do fluxo de atendimento, priorizando os atendimentos de urgência, reduzindo a quantidade de pacientes na sala de espera para evitar aglomeração.
6	Otimização da rotina de biossegurança (descontaminação, desinfecção e esterilização) e readequação dos ambientes de trabalho.

Fonte: Seção de Saúde-CGP/PGJ, 2020.

14. AÇÕES DE MELHORIA DA SEÇÃO DE SAÚDE FUNCIONAL

14.1. Ações de melhoria realizadas

Durante o ano de 2020 foram observadas melhorias na unidade que contemplaram:

1. Acessibilidade do usuário aos serviços oferecidos (teleconsulta e teleatendimento);
2. Implantação de sistema informatizado para envio de processos de licença de saúde encaminhados para a Junta Médica do Estado;
3. Medidas de enfrentamento à COVID-19;
4. Reorganização do espaço físico;
5. Aquisição de equipamentos médico-odontológicos;
6. Aquisição de equipamento de suporte básico de vida (Desfibrilador Externo Automático – DEA) e capacitação para uso do mesmo.

15. OUTROS DESTAQUES (ações de melhoria a serem realizadas)

Como ações de melhoria a serem realizadas, haja vista que a demanda de serviços na Seção de Saúde tem aumentado consideravelmente, observa-se a necessidade de aprimorar a política institucional de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho para membros e servidores. A forma como a Seção de Saúde Funcional tem se organizado tem permitido melhorias tanto nas atividades fins quanto nas administrativas. A título de exemplo, quando a gestão do setor odontológico passou a cargo de profissionais da odontologia, observou-se uma assistência com fluxo contínuo sem interrupção dos atendimentos por motivos técnicos, como a manutenção dos consultórios odontológicos, reposição permanente de insumos e materiais odontológicos e médico hospitalares para o atendimento mesmo em tempo de pandemia e etc. Da mesma forma, observou-se uma necessidade de reorganização do setor de enfermagem para melhor atender aos seus usuários.

De acordo com esse modelo que vem sendo adotado é possível visualizar outras melhorias na SSF, como os serviços médico (licenças, afastamentos e perícias relacionadas à saúde), enfermagem, odontológico e psicológico (otimização nos atendimentos e processos administrativos). Entretanto, para que essa política de gestão e reorganização possa ser implementada, permitindo um melhor fluxo dos processos de trabalho e melhoria das atividades citadas, inclusive de ordem econômica, são necessárias mudanças no organograma da Seção de Saúde Funcional.

Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

A Coordenadoria de Serviços Gerais é composta pelas seguintes seções: Manutenção e Serviços Gerais, Transporte, Atendimento Operacional e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas inseridas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2020, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento, a não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial, recepcionistas e motoristas para atender às Promotorias de Justiça do interior, além da situação de Pandemia que limitou a efetivação das ações planejadas para o exercício de 2020.

Concernente à limpeza e conservação predial para atender às Promotorias de Justiça do interior, licitamos e contratamos uma empresa especializada neste serviço, compreendendo também cargos de recepcionistas, a fim de contemplar a Promotoria de Justiça de Codó, Caxias, Timon e Açailândia. Cumpre ressaltar que apenas essas Promotorias de Justiça foram contempladas com a contratação de empresa de limpeza e conservação devido à limitação orçamentária, porém, estamos trabalhando para ampliação desses serviços para as demais Promotorias de Justiça.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes, dedetização na capital e interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras, fornecimento e instalação de persianas, placas de sinalização, película, fornecimento de chaves e carimbos, conseguimos atender todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras, gerenciamento de frota de veículos e prestação de serviço de telefonia móvel conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo assim, serviços de mais qualidade.

Em relação às atividades de transporte, realizou-se manutenções corretivas e preventivas da frota. Foram adquiridos 11 veículos, incluindo 1 micro-ônibus. Atendeu-se, ainda, às demandas de viagens de servidores e membros e transporte de móveis e materiais, além de todo suporte de transporte no período de pandemia.

No âmbito estrutural, esta Coordenadoria atuou na renovação e/ou novos contratos de locação de imóveis para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria.

Com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, atuamos com ações de fortalecer a coleta de resíduos sólidos de maneira correta e contato diretamente com as diversas unidades ministeriais para reforçar a preocupação com o consumo, sobretudo,

energia elétrica, água, telefonia e postagens. Na mesma esfera de atuação ambiental, foi instituído convênio com a UEMA através do programa “Café Sustentável”, onde busca a reutilização e destinação consciente para a borra de café, folhagem do pátio de vegetal e lixo orgânico produzido pelo restaurante.

No que diz respeito a manutenção das Promotorias de Justiça, necessidades de reparos como: troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos elétricos, lógico e telefônico, reparo em PABX, ar condicionado, cerca elétrica e sistema de CFTV, esta coordenadoria atuou em parceria com as unidades desta PGJ (CMTI, COEA e CAEI), para atender todas as demandas e garantir que todas as unidades estivessem em condições de funcionamento.

Seguem, em anexo, o demonstrativo realizado em 2019, assim como as planilhas com os custos fixos e variáveis.

Tabela 104 – Demonstrativo de Despesas Fixas em 2020

Despesas Fixas	Valor
Contrato de Locação de Imóveis	R\$ 1.382.767,13
Serviço de Limpeza e Conservação – Capital e Interior	R\$ 4.973.437,25
Serviço de Motorista	R\$ 2.192.520,73
Manutenção de Central de Ar Condicionado – Capital e Interior	R\$ 1.036.022,86
Serviço de Vigilância Armada Capital e Interior	R\$ 3.432.695,09
Locação de Máquinas Fotocopiadoras	R\$ 208.999,92
Fornecimento de Luz	R\$ 3.071.500,16
Fornecimento de Água e Esgoto	R\$ 287.209,82
Serviço de Telefonia Fixa	R\$ 467.008,33
Serviço de Telefonia Móvel	R\$ 648.543,53
Serviço de Postagem	R\$ 166.465,32
Manutenção de Central Telefônica	R\$ 207.800,18
Locação de Central Telefônica	R\$ 41.334,86
Locação de Rádios Transmissores	R\$ 42.492,14
Serviço de Seguro Total de Veículos	R\$ 87.000,00
Fornecimento de Combustível	R\$ 532.051,95
Total	R\$ 18.735.356,93

Fonte: CSG/PGJ, 2020

Tabela 105 – Demonstrativo de Despesas Variáveis em 2020

Despesas Variáveis	Valor
Manutenção de Veículos	R\$ 1.016.035,24
Confecção de Chaves e Carimbos	R\$ 22.945,00
Serviço de Dedetização, Desratização e Descupinização	R\$ -
Instalação de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior	R\$ 11.246,50
Total	R\$ 1.050.226,74

Fonte: CSG/PGJ, 2020

Gráfico 24 – Demonstrativo de Despesas Variáveis em 2020



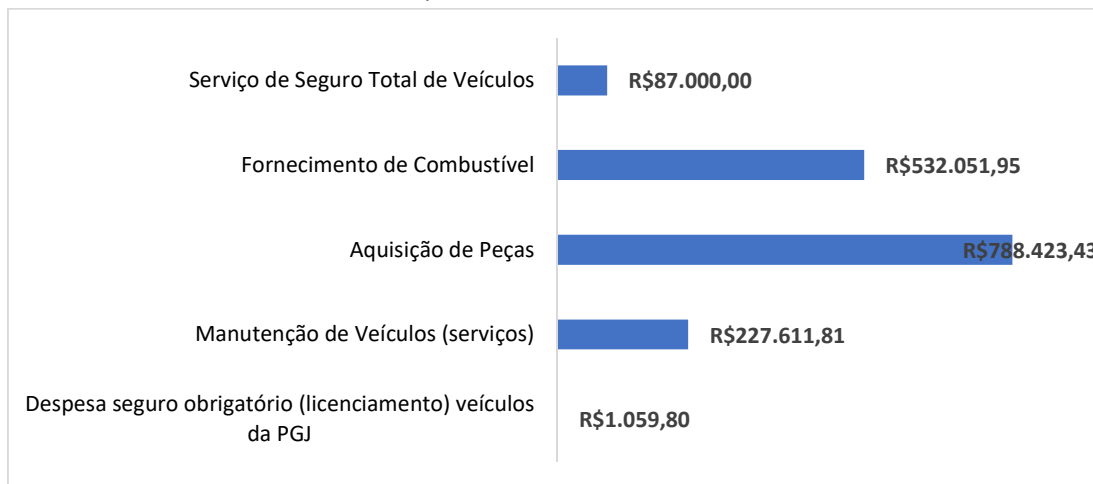
Fonte: CSG/PGJ, 2020

Tabela 106 – Demonstrativo de Despesas com Veículos em 2020

Despesas	Veículos	Valor
Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	R\$	1.059,80
Manutenção de Veículos (serviços)	R\$	227.611,81
Aquisição de Peças	R\$	788.423,43
Fornecimento de Combustível	R\$	532.051,95
Serviço de Seguro Total de Veículos	R\$	87.000,00
Total	R\$	1.636.146,99

Fonte: CSG/PGJ, 2020

Gráfico 25 – Demonstrativo de Despesas com Veículos em 2020



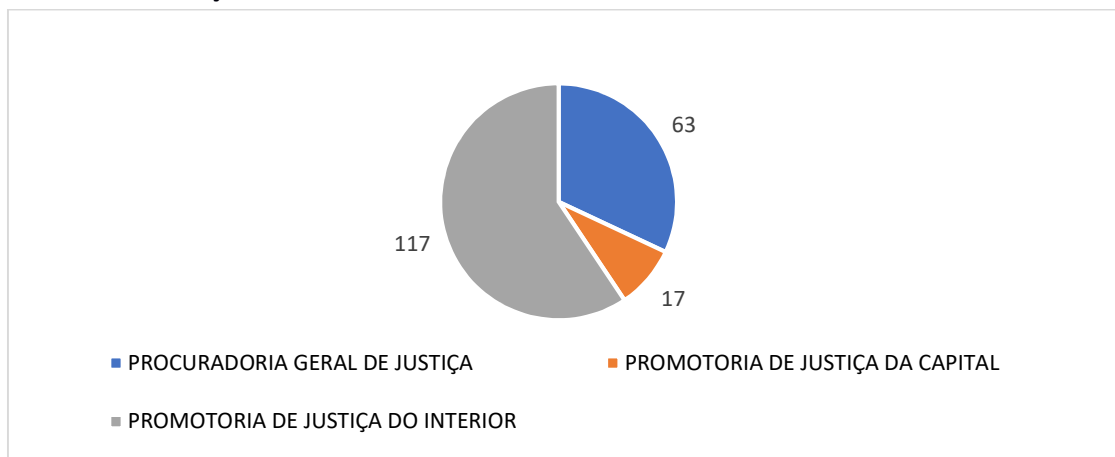
Fonte: CSG/PGJ, 2020

Tabela 107 – Lotação de Veículos em 2020

Lotação de Veículos	Quantidade
Procuradoria Geral de Justiça	63
Promotoria de Justiça da Capital	17
Promotoria de Justiça do Interior	117
Total	197

Fonte: CSG/PGJ, 2020

Gráfico 26 – Lotação da frota de veículos



Fonte: CSG/PGJ, 2020

Coordenadoria de Comunicação (CCOM)

A atuação da Coordenadoria de Comunicação norteia-se na Política de Comunicação Institucional Oficial do Ministério Público do Maranhão, disposta no Ato Regulamentar Nº 16/2015, que ainda se mostra pertinente, mesmo decorridos cinco anos de sua publicação.

A CCOM desenvolve ações de Comunicação Interna – voltadas para membros e servidores – e de Comunicação Externa – voltadas ao público em geral. Para tanto, dispõe de alguns canais onde são divulgados os conteúdos produzidos. Atualmente, a Coordenadoria de Comunicação dispõe de alguns canais e atende a demandas internas e externas, conforme detalhado abaixo.

- Site
- Redes sociais
- E-mail
- MPTV
- Rádio Web
- Murais

1. ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa tem como atribuição realizar o elo entre o Ministério Público e os veículos de comunicação, o que inclui a divulgação de releases e sugestões de pauta, postagem de matérias jornalísticas no site institucional e o envio dessas matérias para toda a imprensa; o agendamento de entrevistas; a produção e realização de entrevistas coletivas e a redação de notas institucionais.

No ano de 2020, a Coordenadoria de Comunicação produziu e publicou no site institucional 762 matérias. Por conta da pandemia, bem como da mudança de gestão, não foi possível quantificar mensalmente o número de atendimentos à imprensa, mas eles ocorrem diariamente.

2. GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS: INSTAGRAM, FACEBOOK, TWITTER, YOUTUBE

Atualmente com **33,8 mil seguidores**, o **Instagram** é a rede social de maior adesão. Em 2020, foram realizadas **897 postagens** apenas no feed, com uma média de **2,4 por dia**. É importante ressaltar que também são feitas publicações nos stories, que não foram quantificadas, uma vez que os conteúdos veiculados permanecem disponíveis apenas por 24 horas.

A página do **Facebook do MPMA** possui, atualmente, **4.839 seguidores**. No ano passado, foram realizadas **871 postagens**, uma média de **2,3 por dia**. Frisa-se que os conteúdos publicados no Facebook são os mesmos produzidos para o Instagram. Já o **Twitter** conta, até o presente momento, com **1.518 seguidores**, com **900 postagens** realizadas em 2020, uma média diária de **2,4**.

O canal do MPMA no **YouTube**, destinado tanto a transmissões ao vivo de reuniões, cursos e eventos on-line quanto à divulgação de vídeos institucionais, registra, atualmente, **1,5 mil inscritos**. Em 2020, foram realizadas **105 postagens**, entre transmissões on-line de eventos e cursos, reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, vídeos institucionais e edições do MPTV.

3. PRODUÇÃO DO PROGRAMA MPTV/ VÍDEOS INSTITUCIONAIS

Por conta da pandemia da Covid-19 e da mudança de gestão na Administração Superior em meados do mês de junho, o Programa MPTV, que é exibido quinzenalmente na TV Assembleia, só teve **15 edições produzidas em 2020**, sendo 4 no primeiro semestre e as demais no segundo semestre.

Além do MPTV, também foram realizadas outras produções em vídeo pela Coordenadoria de Comunicação, com destaque para **73 vídeos produzidos para o Instagram e mais 12 vídeos institucionais publicados no YouTube**, com destaque para a realização de 5 mini documentários sobre exposições instaladas no Centro Cultural e no Espaço Márcia Sandes, na sede da Procuradoria Geral de Justiça.

4. CAMPANHAS/AÇÕES INSTITUCIONAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA

Ao longo de 2020, a CCOM também realizou campanhas e ações institucionais, além de ter produzido uma grande variedade de peças gráficas em formatos de banners, cards para redes sociais, folders e cartazes. No entanto, mais uma vez a pandemia impactou diretamente na realização de eventos e outras ações, mas vale destacar algumas produções realizadas pelo setor:

a) Retorno às atividades presenciais

Para esclarecer o público interno e externo quanto às informações essenciais para o retorno gradual às atividades presenciais, ocorrido a partir do dia 1º de julho, foi realizada uma campanha de sensibilização com a produção de peças gráficas de sinalização nos espaços comuns das unidades ministeriais (cartazes sobre uso obrigatório de máscaras, limite de pessoas nos elevadores, sinalização no chão), cards e vídeo informando sobre o atendimento ao público externo e cobertura jornalística.

b) Rede do Bem

A pedido do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, foram realizadas uma série de ações da Campanha Rede do Bem, alusivas ao Setembro Amarelo, com a produção de cards para redes sociais, folders informativo e a publicação diária no Instagram de fotografias participantes no concurso que foi realizado pela coordenação do projeto.

c) Setembro Amarelo

Ainda em alusão ao Setembro Amarelo, mas por solicitação da Seção de Saúde Funcional, foram realizadas outras ações destacando a importância da saúde mental, com a produção de vídeo, card para rede social e banner de divulgação no site do MPMA.

d) Segurança Institucional

Por solicitação da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, foi realizada uma campanha alusiva ao mês da Segurança Institucional, com produção de um Manual de Segurança Institucional e cards informativos enviados a membros e servidores.

e) Outubro Rosa

Outra iniciativa da Seção de Saúde Funcional executada pela CCOM foi a campanha referente ao Outubro Rosa, que contou com a produção de vídeo institucional e de cards divulgados nas redes sociais.

f) Código de Defesa do Consumidor

Para marcar os 30 anos do Código de Defesa do Consumidor, foi produzido, por solicitação do CAOP Consumidor, um vídeo institucional e um banner de divulgação do vídeo publicado no site do MPMA. Além disso, foi iniciada uma série de postagens, todas as terças-feiras no Instagram, referentes a artigos do CDC.

g) 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher

Em uma articulação que envolveu promotores de justiça da área de defesa da mulher, foi realizada uma ação virtual alusiva à campanha dos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. A ação contemplou produção e divulgação de cards e vídeos durante todo o período da campanha.

h) Pregão eletrônico

Atendendo à solicitação do CAOP Probidade, foram produzidos três vídeos esclarecendo vários pontos do pregão eletrônico, que foram publicados no Instagram. Vale destacar que essa ação terá continuidade em 2021.

5. APOIO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PROGRAMAS INTERNOS

A Coordenadoria de Comunicação também deu suporte à realização de eventos e programas internos do Ministério Público do Maranhão, com destaque ao projeto Café Sustentável – para o qual foi criada uma nova identidade visual, bem como realizada a divulgação da iniciativa -, ao programa Integrar e Florescer – que também ganhou uma nova

identidade visual -, Programa Memória – para o qual foi criada uma nova marca e banner no site, além de produção de conteúdo para redes sociais -, Dia do Servidor e Dia do Ministério Público – com suporte à realização das ações referentes às datas – e, por fim, o X Congresso Estadual do Ministério Público – com criação de identidade visual, peças gráficas, vídeos e cobertura jornalística.

6. RADIOWEB

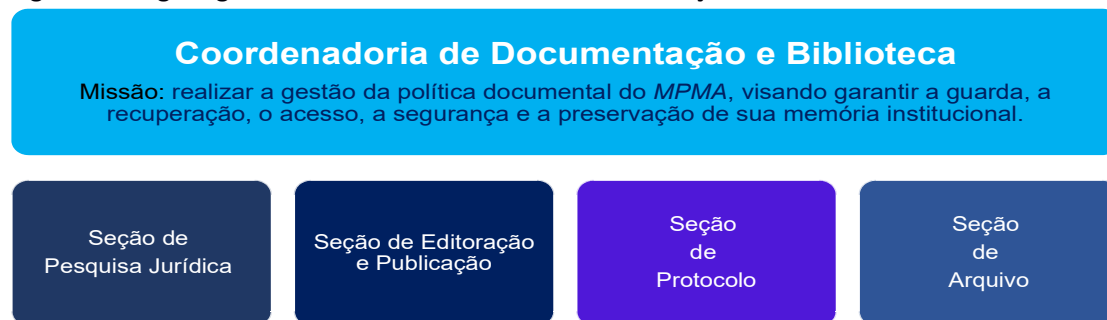
No ano de 2020, foram produzidos 490 boletins de notícias do MPMA, distribuídos por meio da Agência Radioweb e veiculados na Rádio MPMA. As matérias foram hospedadas no portal da Agência Radioweb para as 2.400 emissoras AM e FM afiliadas. De acordo com relatório da Agência Radioweb, as matérias registraram 7.506 aproveitamentos em rádios comerciais, comunitárias e educativas. Considerando o tempo médio de 2 minutos por matéria, a cobertura obteve 250 horas de exposição dos assuntos no universo de emissoras. As 490 matérias produzidas pela CCOM alcançaram 1182 rádios localizadas em 915 municípios.

Coordenadoria de Documentação e Biblioteca (CDB)

1. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES REGIMENTAIS

Esta coordenadoria é subordinada à Diretoria da Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST) e conforme previsão no Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão possui como missão fundamental e seções administrativas subordinadas:

Figura 2 - Organograma da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



Assim, além de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas supracitadas seções, esta coordenadoria tem como principais competências regimentais:

- acompanhar a produção da informação legislativa, doutrinária e jurisprudencial e atender às solicitações de pesquisas jurídicas, além de registrar, organizar e divulgar os Atos normativos do Ministério Público Estadual;
- coordenar as atividades de processamento técnico das publicações que integram o acervo da biblioteca, visando à recuperação e disseminação da informação;
- supervisionar a produção editorial das publicações institucionais para melhor divulgação das ações, programas e projetos do MPMA;

- d) promover a gestão do Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão (DEMP-MA);
- e) propor processos administrativos e acompanhar a execução da prestação de serviços e aquisição de produtos, por meio da gestão e fiscalização de contratos administrativos.

Esta unidade administrativa também integra e secretaria as atividades da Comissão Gestora do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Maranhão*, responsável pela proposição de ações de resgate e registro da história do *Parquet* Estadual, além de compor a *Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) do Programa de Gestão de Documentos do MPMA*, responsável pela iniciativa e implementação de políticas voltadas à definição de critérios, mecanismos e procedimentos para a avaliação, guarda e descarte seguro dos documentos produzidos por esta Instituição.

Ainda, esta coordenadoria participa da nova composição da *Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Maranhão*, a qual tem como objetivo primordial a deliberar e planejamento de diretrizes ambientais sustentáveis em âmbito institucional.

2. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Ao longo do exercício de 2020, esta coordenadoria buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as necessidades do MPMA por meio das seguintes ações demonstradas no comparativo anual (2019-2020) de suas rotinas administrativas, serviços e produtos oferecidos:

Tabela 108 – Rotinas administrativas, serviços e produtos da CDB/PGJ (2019-2020)

ROTINAS ADMINISTRATIVAS, SERVIÇOS E PRODUTOS DA COORDENADORIA	2019	2020
Movimentações e Despachos via Sistema DIGIDOC	471	305
Expedição de Correspondências (Postagens via SIGEP WEB Correios)	448	297
Atendimento às solicitações de pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos Membros, servidores e comunidade em geral)	571	660
Alerta-legislação (Pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	215	98
Disponibilização de atos normativos do MPMA no link virtual “LEGISLAÇÃO INTERNA” (Acesse: https://www.mpma.mp.br/index.php/nova-legislacao-interna)	173	154
Disponibilização de Recomendações e Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) do MPMA no link “Portal da Transparência”	75	410
Publicação de matérias no Diário Eletrônico do MP (DEMP-MA)	5.160	3.969
Total de edições do Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão (DEMP-MA)	245	-
Alerta Publicação Oficial (Envio por e-mail das normas, procedimentos e atos ministeriais publicados no DEM/MA à Administração Superior, Membros e	3.481	1.270

respectivas Promotorias de Justiça)		
Veiculação de avisos, editais e notas oficiais em jornais locais	124	62

Fonte: Biblioteca/PGJ, 2020.

Tabela 109 – Serviços de Referência e de Processamento Técnico (CDB) - (2019-2020)

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2019	2020
Consulta local ao acervo bibliográfico	185	48
Empréstimo de livros jurídicos, técnicos e literários	417	96
Pesquisa on-line (SIABI Web)	107	203
Cadastro de usuários	20	6
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	2019	2020
Aquisição de livros impressos (doação)	160	20

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI (2020)

3. AÇÕES DE MELHORIA

Como principal iniciativa de melhoria, para melhor atender as necessidades de atualização legislativa, doutrinária e jurisprudencial durante os períodos mais críticos de isolamento social, *com o apoio da Administração Superior do Ministério Público, destaca-se a ampliação do “PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA”,* através da renovação e aquisição de novas assinaturas de livros, revistas e informativos (em formato digital) e vídeos jurídicos atualizados da *“Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico”*.

Trata-se de proposição que promove a democratização do conhecimento e a universalização da informação jurídica em matérias de interesse ministerial, por meio de cadastro e dos Membros, Assessores e Servidores e acesso pela Intranet e Extranet do MPMA (<https://www.forumconhecimento.com.br>).

Tabela 110 – Ampliação do “PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL DO MPMA (2019-2020)

PROJETO BIBLIOTECA DIGITAL PLATAFORMA FÓRUM	2019	2020
Livros	752	866
Códigos	19	19
Periódicos (coleção completa)	53	53
Informativos	2	2
Vídeos (Palestras)	433	476
Cadastro de usuários para consultas on line à Plataforma Fórum	83	540

Fonte: Biblioteca/PGJ, 2020.

4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Em 2020, buscou-se celeridade e eficiência nas contratações relativos às necessidades institucionais vinculadas a esta Coordenadoria.

Figura 3 – Contratos sob Gestão e fiscalização da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca



5. SUPERVISÃO EDITORIAL DE OBRAS INSTITUCIONAIS

Em 2020, foram produzidas várias publicações de relevo do *Parquet* maranhense por meio de procedimentos de normalização, editoração, confecção, distribuição e respectiva divulgação institucional:

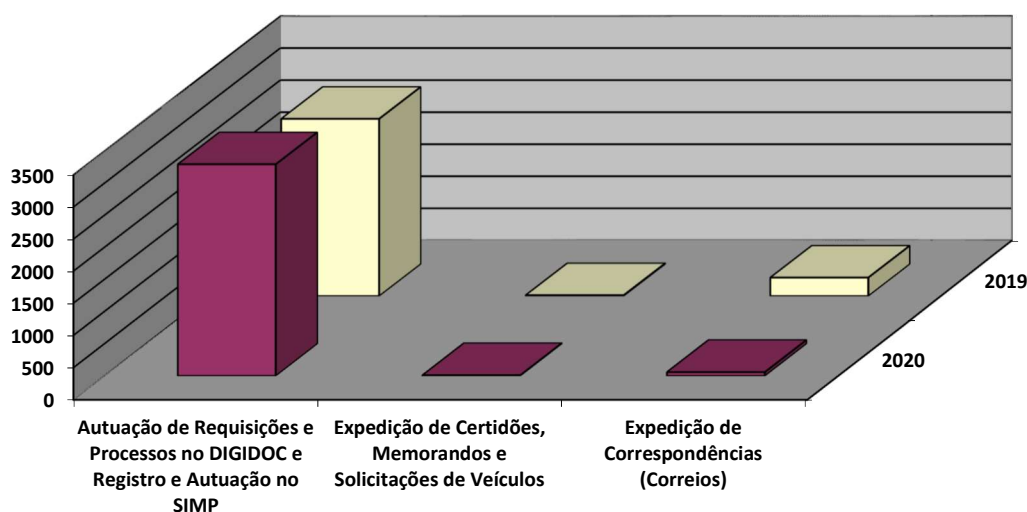
- *Kit MPMA 2021 (Caderno Planner, Calendário e Mousepad);*
- *Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão, Juris Itinera, nº 26, 2019-2020;*
- *Cartilha “Conhecendo e divulgando os direitos humanos” do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp/DH) (Reimpressão);*
- *Cartilha “Rede do Bem: Estamos aqui para ajudar” do CAOp/DH (Campanha de Prevenção da Automutilação e do Suicídio);*
- *Cartilha “Informações práticas sobre Curatela e o papel do Curador” do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência;*
- *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império, Volume 2, Tomos 17 a 24;*
- *Informativo MP Memória, Nº 15, 2020 (Programa Memória em retrospectiva);*
- *Catálogo Memorabilia MP 2020 (Mostra do Programa Memória);*
- *Catálogo Memorabilia MP 2019 (Mostra do Programa Memória);*

- *Ministério Público do Maranhão em números 2016-2020: Relatório de Gestão Institucional;*
- *Ministério Público: Evolução da Estrutura Física 2016 a 2020;*
- *Centro Cultural e Administrativo do MPMA (Publicação comemorativa do 1º ano de criação).*

6. PROTOCOLO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

No gráfico a seguir, são informados os dados oriundos da Seção de Protocolo da PGJMA sobre os procedimentos de conferência, autuação e envio de documentos e processos administrativos e judiciais aos setores competentes (com exceção dos processos judiciais oriundos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão), além do cadastro de requerimentos externos de cidadãos e outros órgãos nos Sistemas SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público) e DIGIDOC (Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos), além do envio e recebimento de postagens.

Gráfico 27 – Atividades realizadas pela Seção de Protocolo/PJ.

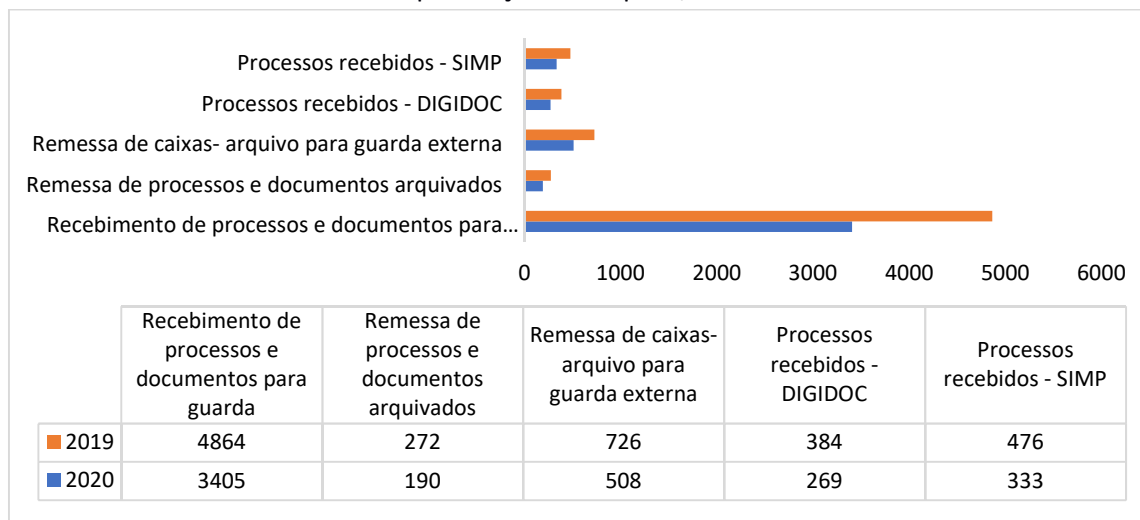


Fonte: Protocolo/PJ, 2020.

7. ARQUIVO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

No gráfico abaixo, registram-se os dados relativos aos procedimentos de recebimento, conferência, remessa e arquivamento de documentos e processos pela Seção de Arquivo da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

Gráfico 28 – Atividades realizadas pela Seção de Arquivo/PGJ



Fonte: Arquivo/PGJ, 2020.

Programa Memória Institucional do MPMA

Não obstante os impactos operacionais impostos pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), no âmbito do Programa *Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão*, criado pela Resolução nº 04/2004, do Colégio de Procuradores de Justiça do MPMA, foi devida e satisfatoriamente cumprido o cronograma de atividades previsto para 2020. Estas foram as atividades desenvolvidas no ano em questão, conforme as seguintes linhas de ação do Programa.

1. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Transcrições de documentos históricos institucionais do período 1851-1857 no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), relativas às minutas dos ofícios do Presidente da Província para os Promotores Públicos e outras autoridades, acervo complementar às publicações da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, que ocorreram entre 2004 e 2020.

2. PLANO EDITORIAL PROMOTOR PÚBLICO FELIPE FRANCO DE SÁ

2.1. Publicação, em edições virtual (15/05/20) e física (dez. /2020), dos tomos 17 a 24 (4.122 páginas) do volume 2 da *Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império*, enfeixando a coleção dos ofícios dos promotores públicos do Maranhão para os presidentes da Província e os primeiros governos republicanos (período de 1872 a 1892), integrante do acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão.

2.2. Concepção, produção e publicação, em edições virtual (15/06/20) e física (junho/2020), do *Catálogo Memorabilia MP 2020*, comemorativo dos 30 anos da investidura do primeiro chefe do MPMA nomeado após escolha pela classe, a Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira mulher no Brasil a ser nomeada para o cargo nessa condição.

- 2.3. Concepção, produção e publicação, em edições virtual (15/06/20) e física (segundo semestre de 2020), da obra *Memória Oral do Ministério Público do Estado do Maranhão – Volume 1* (128 páginas), que registra o depoimento da ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, publicação inaugural da linha de ação denominada *História Oral*.
- 2.4. Concepção, produção e publicação, em edições virtual (15/06/20) e física (segundo semestre de 2020) da obra *Horizontes: reflexões no Ministério Público* (324 páginas), com a compilação dos discursos institucionais da ex-Procuradora-Geral de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva.
- 2.5. Concepção, produção e publicação, em edições virtual (15/06/20) e física (junho/2020), do *Informativo MP Memória, n.15*, com entrevistas dos Procuradores-Gerais de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho e Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, além do registro em retrospectiva das atividades, notícias, eventos institucionais e ações relevantes desenvolvidas no âmbito do Programa Memória no período de 2016-2020.
- 2.6. Concepção, produção, publicação e lançamento da segunda edição (virtual) dos *Autos do Processo-crime da Baronesa de Grajaú: 1876-1877* (833 páginas), em 04/12/20, por ocasião do encerramento do 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão, que teve como tema “Antigas violações e novas ferramentas: desafios e perspectivas do Ministério Público”.
- 2.7. A reedição desta obra tem o objetivo de facilitar a compreensão da importância do julgamento de D. Anna Rosa Vianna Ribeiro e da atuação destemida do patrono do *Parquet* maranhense, Promotor Público Celso Magalhães, com a inclusão de prefácio, dois artigos introdutórios à transcrição dos autos, textos esses produzidos pelos membros da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional.
- 2.8. Registra-se que todas essas publicações se encontram disponíveis, em versão eletrônica, para leitura e download, no portal do MPMA , tendo sido todas elas encaminhadas para suporte físico no ano de 2020.

3. HISTÓRIA ORAL

3.1. Pesquisas

Realização de pesquisas nos dossiês funcionais de membros ativos e inativos do MPMA para subsidiar entrevistas posteriores a cargo da historiadora Kelcilene Rose Silva, em atuação no Programa Memória Institucional, com o auxílio dos estagiários do Curso de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

3.2. Produção de conteúdo

Realização de entrevistas, com gravação em áudio, pela historiadora e estagiários, com os Procuradores de Justiça aposentados José Ribamar Seguins, Alzira Normandia Vêras e Plínio Teixeira Gomes Ferreira.

Continuação da degrevação (conversão em texto) das entrevistas dos ex-Procuradores-Gerais de Justiça Jamil de Miranda Gedeon Neto, Maria de Fátima Rodrigues Travassos e Raimundo Nonato de Carvalho Filho, dos Procuradores de Justiça aposentados

Raimundo Ferreira Marques e Helena Barros Heluy e do Promotor de Justiça aposentado Juarez Medeiros Filho.

Revisão das entrevistas das ex-Procuradoras-Gerais de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva e Néa Bello de Sá.

4. MEMORIAL DO MPMA

- 4.1. Inscrição na *18ª Semana de Museus*, com o tema “*Museus para igualdade: diversidade e inclusão*” e programação cultural e artística virtual entre os dias 18 a 24 de maio, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- 4.2. Com a suspensão das visitas públicas aos espaços museológicos do Memorial do MPMA, determinada pelo Ato nº 122/2020-GPGJ e outros normativos posteriores, restou reduzido o cômputo anual de visitas ao Memorial, totalizando 506 visitantes.
- 4.3. Distribuição, aos visitantes ilustres, de obras institucionais produzidas no âmbito do Programa Memória; e de folders e marcadores de livros de divulgação do Memorial, aos seus visitantes em modo geral.

5. MEMORABILIA MP

- 5.1. Memorabilia MP é o nome da mostra alusiva às efemérides ministeriais, montada preferencialmente no Memorial do MPMA, com possibilidade de itinerância, em momentos comemorativos de importantes datas da história institucional ou das histórias estadual e nacional, desde que, no tocantes a estas, mantenham interface com aquela.
- 5.2. Trata-se de linha de ação inaugurada em 2019 e formalmente instituída como manifestação do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão pelo Ato Regulamentar nº 29/2020-GPGJ, datado de 14 de junho de 2020, que, dentre outras disposições, previu a possibilidade de sua realização física e/ou em ambiente virtual. Referido ato decorreu de minuta oferecida ao PGJ após aprovação, em junho de 2020, no âmbito da Comissão Gestora do Programa.
- 5.3. A Memorabilia MP 2020, prevista para 15 de maio, foi inaugurada, em decorrência da pandemia da covid-19, somente no dia de 14 de junho, com painéis apenas em versão virtual, publicados na página do Programa Memória Institucional hospedada no portal do Ministério Público Estadual (<https://www.mpma.mp.br/memorial/wp-content/uploads/2020/06/Catalogo-Memorabilia.pdf>).
- 5.4. Essa mostra faz alusão à comemoração dos 30 anos da investidura do primeiro chefe do MPMA nomeado após escolha pela classe, a Procuradora de Justiça Elimar Figueiredo de Almeida Silva, primeira mulher no Brasil a ser nomeada para o cargo nessa condição e promove homenagens às Promotoras Públicas Pioneiras Maria da Conceição Amorim Motta, Arcelina Rodrigues Mochel e Aurora Correia Lima Félix.

6. ATIVIDADES DIVERSAS

1. Tratativas perante o Gabinete do PGJ com vistas à publicação, no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, do termo de cooperação técnica entre o MPMA e a Prefeitura Municipal de São Luís para a entronização, na Praça do Pantheon – Centro da Capital, do busto de Celso Magalhães, Patrono do *Parquet* maranhense. O documento foi firmado pelo Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho e pelo prefeito Eivaldo de Holanda Braga Júnior, tendo sido publicado no Diário Eletrônico em 25/05/20 e ratificado simbolicamente em 29/05/20, em reunião comemorativa do Procurador-Geral com o Prefeito Municipal, por videoconferência, contando com a participação dos promotores de Justiça Washington Luiz Maciel Cantanhede, Cláudio Luiz Frazão Ribeiro e Ana Luiza Almeida Ferro, membros da Comissão Gestora do Programa Memória.
2. Várias reuniões de trabalho da Comissão Gestora do Programa Memória – umas, exclusivas; outras, com o Procurador-Geral de Justiça e gestores de unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão – para planejamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas.
3. Pesquisas realizadas pelos estagiários do Curso de História da UFMA, sob supervisão da historiadora com atuação no Programa Memória, acerca de pontos específicos, conforme solicitações da Comissão Gestora e da Administração Superior do MPMA. Tais pesquisas foram realizadas no setor de jornais e obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite, no órgão de Supervisão do Diário Oficial do Maranhão, na Biblioteca e no Arquivo da PGJ, na Coordenadoria de Gestão de Pessoas e no Arquivo Público do Estado do Maranhão, bem como na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional). Parte das pesquisas ocorreu nos lugares citados tanto no período pré-pandêmico quanto durante o regime de teletrabalho.

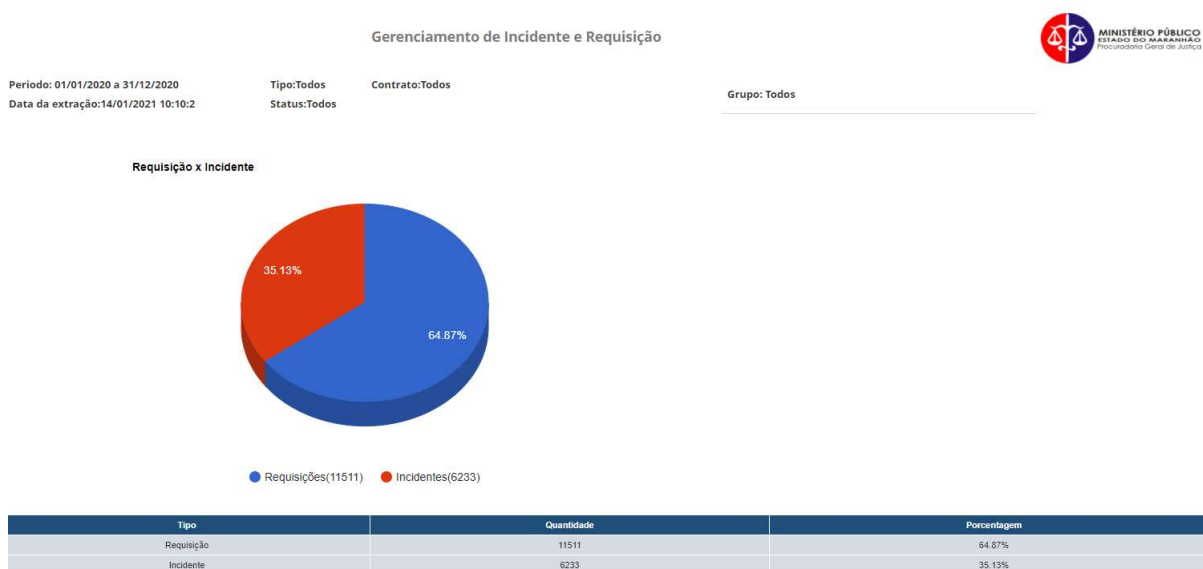
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI)

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação (CMTI) tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, planejar aquisições e contratações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações, tudo isso alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição, versão 2017-2021.

As atividades foram divididas pelas áreas de atuação desta Coordenadoria e suas seções.

O gráfico acima exibe a quantidade de chamados por hora de abertura, através do qual verificamos que os horários de maior demanda de suporte de TI ocorrem entre às 08h00 e às 16h59, equivalente ao total de 16.482 chamados. Esse intervalo de 9 horas corresponde a 94,8% do volume total de chamados abertos na ferramenta de gestão dos serviços de TI no ano de 2019, com média de 1.831 chamados/hora para o respectivo intervalo.

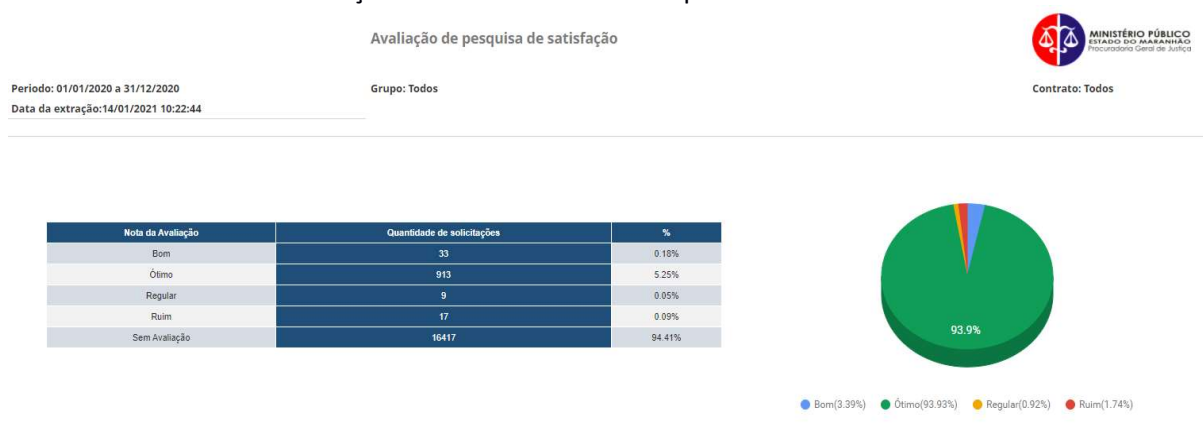
Gráfico 31 – Gerenciamento de Incidentes e Requisições



Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

O gráfico 32 aponta o percentual de 64,87% de requisições e 35,13% de incidentes, segundo a classificação de chamados, o qual permite constatar que o ambiente tecnológico do MPMA se mostra estável com maior registro de solicitações de serviços de TI por parte dos usuários, do que problemas que denotem redução na qualidade ou interrupção dos serviços disponibilizados.

Gráfico 32 – Índice de Satisfação dos usuários atendidos pela CMTI



Total avaliado: 972
Total de chamados: 17389

Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

O gráfico em questão divulga o índice apurado de satisfação dos usuários atendidos que, do total de 972 chamados avaliados ao final do ano de 2020, atingiu a marca de 97,32% de satisfação entre os avaliados como Bom e Ótimo.

1.1. Detalhamento das atividades executadas pela Seção de Atendimento e Suporte aos Usuários de TI do MPMA

- Configuração dos ultrabooks institucionais distribuídos aos Membros;
- Cadastro de usuários e e-mails institucionais para membros, servidores e estagiários;
- Redefinição de senha de usuários;
- Instalação de scanner, impressora laser, impressora térmica, webcam;
- Instalação de softwares homologados e softwares gratuitos solicitados pelos usuários para desempenho das atividades funcionais, após verificação da viabilidade;
- Instalação e configuração do sistema de ponto eletrônico;
- Compartilhamento em rede de arquivos e impressoras;
- Configuração de rede;
- Atualização e configuração do Windows na versão 10;
- Análise e emissão de declaração de nada consta em processos administrativos de Verbas Indenizatórias;
- Gerenciamento (registro, classificação, acompanhamento, solução e esclarecimento aos requerentes) das atividades de atendimento e suporte aos usuários do MPMA, sendo o ponto principal de contato entre os usuários e a CMTI;
- Triagem de atendimentos solicitados via telefone e encaminhamento das demandas para as seções competentes da CMTI, bem como demandas de atribuições de outros setores;
- Pesquisa de satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados por toda a equipe da CMTI;
- Reuniões de alinhamento junto às equipes de atendimento remoto e presencial da Contratada Central IT;
- Atualizações do catálogo de serviços de TI.

2. SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES - SSRC

A Seção de Segurança e Rede de Computadores atuou na fiscalização de contratos de serviços continuados: Nova Rede de Dados - OI MÓVEL S.A., Backbone de Internet - TELEMAR NORTE LESTE S.A., Plataforma de Colaboração e Comunicação - GSUITE (E-mail, videoconferência, compartilhamento de pastas e arquivos em nuvem, e demais ferramentas) - RW3 TECNOLOGIA e Manutenção Preventiva e Corretiva em equipamentos de Datacenter - UNITECH RIO.

Também atuou tecnicamente no atendimento de chamados rotineiros a serviços de rede, em terceiro nível, para usuários do MPMA, provimento de recursos lógicos, no ambiente de virtualização, para os principais projetos de serviços de apoio às atividades fim do MPMA, bem como projetos de cooperação técnica, com adoção de sistemas/softwares, com outros Ministérios Públicos da Federação. Vale citar também, o gerenciamento da infraestrutura lógica e física da rede do MPMA, com a adoção de serviços/softwares que automatizam tarefas

rotineiras, como, por exemplo, atualização de sistemas operacionais em todo o parque computacional, e demais tarefas que possam causar grande impacto no desempenho da rede Institucional.

Além dessas atividades, a SSRC realizou a movimentação de diversos processos administrativos por meio do sistema DIGIDOC, acompanhou processos licitatórios, elaborando ainda despachos, pareceres técnicos e memorandos.

3. SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS - SMCE

Tabela 111 – Aquisições de equipamentos e materiais

<i>Equipamento</i>	Quantidade
<i>Totens</i>	8
<i>Leitor de DVD para Computador Dell Optiplex 7070 MMF</i>	289
<i>Bateria selada de 12v para nobreaks</i>	400

Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

Tabela 112 – Planilha com quantitativo de equipamentos novos distribuídos de 01/01/2020 até 31/12/2020

<i>Equipamento</i>	Quantidade
<i>Computador Dell Optiplex 7070 MMF</i>	218
<i>Monitor Dell P2319H 23"</i>	218
<i>Impressora Samsung SL-M4020ND</i>	83
<i>Scanner Kodak i1150</i>	73
<i>Scanner Kodak S2040</i>	132
<i>Transformador de Tensão Trafo 1KVA</i>	70
<i>Leitor Biométrico</i>	1
<i>Estabilizador SMS de 2000VA</i>	40
<i>Impressora Térmica</i>	2
<i>Leitor de DVD para Computador Dell Optiplex 7070 MMF</i>	43

Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

- a) Processos, demais documentos, e ações administrativas – período de 01/01/2020 a 30/06/2020

As tabelas e gráficos a seguir foram geradas a partir das informações registradas no sistema de geração, controle e tramitação de processos administrativos - Digidoc. Foi subdividido em um grupo específico para processos e outro grupo para documentos (memorandos, ofícios, despachos, etc.).

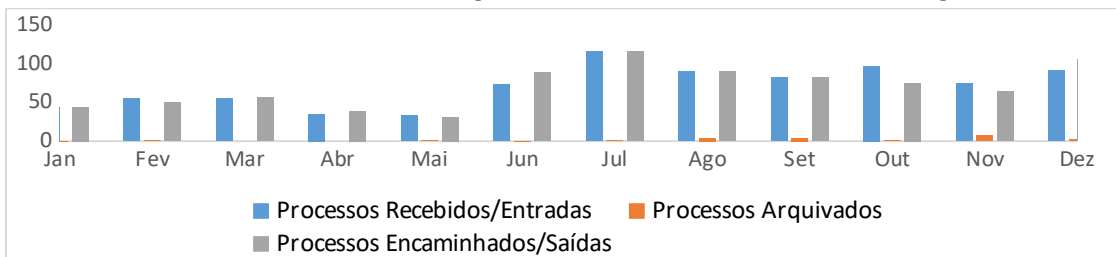
Tabela 113 – Processos administrativos gerados e movimentados através do Digidoc

CMTI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Processos Recebidos / Entradas	43	55	55	35	33	73	116	90	82	97	74	91
Processos Arquivados	0	1	0	0	1	0	1	4	4	1	7	2

Processos Encaminhados / Saídas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	44	50	56	39	31	89	116	90	82	75	64	105

Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

Gráfico 33 – Processos administrativos gerados e movimentados através do Digidoc



Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

Tabela 114 – Documentos administrativos produzidos e trabalhados dentro do sistema Digidoc

CMTI	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Documentos Criados - Atendimento de Requisição	0	0	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0
Documentos Criados - Movimentação de Processo	13	25	27	16	15	27	28	50	33	40	34	44
Documentos Criados - Sem Relação	46	36	40	18	18	18	16	16	25	18	29	31

Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

Gráfico 34 – Documentos administrativos produzidos e trabalhados dentro do sistema Digidoc



Fonte: CMTI/PGJ, 2020.

4. SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Diversas melhorias foram implementadas nos sistemas, no ano de 2020, onde podemos destacar os novos sistemas de Postagens, Corregedoria, Ouvidoria e Neonatal, bem como as melhorias implantadas no SIMP, DIGIDOC e GESP.

No âmbito do apoio à gestão, foram realizadas melhorias no Sistema de Informação de Custo, com a inclusão das despesas das unidades de entrância final, com os prédios da PGJ,

PROMOCAP, Almoxarifado e Centro Cultural. Foram desenvolvidos também painéis de análise de movimentação processual do SIMP, para a Corregedoria, e realizadas melhorias nos dashboards da Coordenação de Gestão de Pessoas.

Além das tarefas relacionadas, foram realizados os processos licitatórios para a contratação da nova Fábrica de Software e para o desenvolvimento do Novo Sítio Institucional.

Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Em cumprimento ao Art. 31, inciso X, do Ato Regulamentar nº 22/2020, que aprovou o novo Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça, em 14 de maio de 2020 e publicado na data de 08 de junho de 2020, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Comissão de Licitação no ano de 2020.

As licitações realizadas contemplaram as modalidades: Pregão, na forma Eletrônica e Tomada de Preços, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços.

No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, num total de 87 (oitenta e sete) procedimentos licitatórios realizados no ano de 2020.

Tabela 115 – Licitações Realizadas no ano de 2020

Modalidade	Quantidade
Pregão Eletrônico	35
Tomada de Preços	1
Dispensa de Licitação	30
Inexigibilidade de Licitação	16
Adesão a Ata de Registro de Preços	5
Total	87

Fonte: CPL/PGJ, 2020.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2020, foram concluídas 35 (trinta e cinco) licitações, nas modalidades Pregão na forma Eletrônica e 01 (uma) Tomada de Preços.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as Adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de 51 (cinquenta e um) Contratos Administrativos e 43 (quarenta e três) Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2020 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

Tabela 116 – Valores contratados por meio de licitações

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$)	Valor Ofertado (R\$)	Economia	Economia
		(A)	(B)	(valor absoluto - (R\$) - (C))	(valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	35	75.599.709,84	53.402.984,08	22.196.725,76	29,36%

Tomada de Preços	1	1.107.039,47	858.107,88	248.931,59	22,48%
TOTAL	36	76.706.749,31	54.261.091,96	22.445.657,35	29,26%

Fonte: CPL/PGJ, 2020.

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de R\$ 22.445.657,35 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quanta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e cinco centavos), o que equivale 29,26% (vinte e nove inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2020.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa, inexigibilidade ou adesão a Atas de Registro de Preços de outros órgãos.

A CPL no ano de 2020 realizou 30 (trinta) enquadramentos de contratações por dispensa de licitação, sendo 21 (*vinte e um*) para locação de imóveis destinados ao funcionamento das sedes das Promotorias de Justiça e Almoxarifado Central que não dispõem de sede própria, fundamentadas no (Art. 24, inciso X da Lei nº 8.666/93), que equivalem ao somatório mensal de R\$ 40.188,47 (quarenta mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos), e mais 09 (nove) enquadramentos de contratações por dispensa do (Artigo 24, incisos II e VIII da Lei nº 8.666/93), que totalizaram a importância de R\$ 839.994,20 (oitocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), e 16 (dezesesseis) por inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93), num total de R\$ 463.234,44 (quatrocentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), para compras e serviços, tais como material de consumo, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores.

Foram autorizadas ainda 05 (cinco) contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de R\$ 1.667.167,29 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Tabela 117 – Resumo anual de Licitações

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	35	53.402.984,08
Tomada de Preços	1	858.107,88
Dispensa	30	880.182,67
Inexigibilidade	16	463.234,44
Adesão a ARP	5	1.667.167,29
TOTAL	87	57.271.676,36

Fonte: CPL/PGJ, 2020.

Chefia de Cerimonial (CER)

A comunicação pública e governamental se propõe a estabelecer espaços de diálogo com os diversos agentes sociais. Objetivo este, que muitas vezes consegue ser atingido por meio da realização de eventos, uma vez que, a estratégia permite que as organizações estabeleçam maior proximidade com seus públicos em um ambiente acolhedor, convidativo ao debate e favorável para o compartilhamento de ideias.

Entende-se que a Chefia de Cerimonial exerce uma função estratégica na realização das ações do Ministério Público do Maranhão e, conseqüentemente, nos resultados obtidos pela Instituição. Todavia é importante destacar que as atividades foram afetadas intensamente pela pandemia do COVID-19, exigindo da Chefia de Cerimonial a adaptação das modalidades para a execução de eventos realizados pelo Ministério Público do Estado do Maranhão.

A seguir destacam-se as principais atividades realizadas pelo Cerimonial em 2020:

- Estruturação, requerimento e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Expedição de convites, elaboração e orientação de roteiros para as cerimônias, elaboração execução de lembranças e kits de “boas-vindas”;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;
- Acompanhamento e assessoramento ao Procurador-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Solicitação, reserva, emissão, remarcação, envio e pagamento de passagens aéreas e divulgação no portal da transparência

Compreende-se como eventos realizados pelo Ministério Público do Maranhão no ano de 2020, toda ocasião idealizada por membros e servidores da instituição e executada por meio de serviços prestados pela Chefia de Cerimonial.

Tabela 118 – Quantidade de Eventos realizados ou acompanhados pelo Cerimonial

Atividades	Quantidade
Eventos realizados pelo Cerimonial	147
Eventos em que o Cerimonial acompanhou o PGJ ou representante	18

Fonte: CER/PGJ, 2020.

1. ATIVIDADE DE EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS EM 2020

Classificamos como passagens aéreas emitidas pelo Ministério Público do Maranhão, qualquer despesa da Instituição com transporte aéreo.

Tabela 119 – Passagens aéreas emitidas pelo MPMA em 2020

PASSAGENS AÉREAS – 2020						
Mês	Bilhetes Emitidos			Total	Faturas	Valor Mensal R\$
	Membros	Servidores	Outros	Mensal		
Janeiro	5	6	2	13	103869; 104159; 104339; 104972	R\$ 14.752,82
Fevereiro	17	9	0	26	104159; 104539; 104946; 105585	R\$ 27.118,99
Março	65	12	10	87	104539; 104946; 105511; 105585; 106099	R\$ 72.196,76
Abril	0	3	0	3	106099	R\$ 1.139,19
Maió	0	0	0	0	-	R\$ 0,00
Junho	0	0	0	0	-	R\$ 0,00
Julho	0	0	0	0	-	R\$0,00
Agosto	3	0	0	3	107183	R\$ 2.238,36
Setembro	8	0	0	8	107316; 107460	R\$ 19.516,27
Outubro	4	1	0	5	107460; 107668	R\$ 12.904,56
Novembro	22	3	0	25	107668; 107850; 108160; 108448	R\$ 30.755,00
Dezembro	0	0	5	5	107850; 108160; 108448	R\$ 4.663,76
TOTAL ANUAL BILHETES	124	34	17	175	VALOR TOTAL	R\$ 185.285,71
Valor investido em Capacitação (DESEMP)						R\$ 37.378,45
Valor investido em Outras Atividades (CAMPE)						R\$ 147.907,26

Fonte: CER/PGJ, 2020.

Tabela 120 – Comparativo de passagens aéreas emitidas pelo MPMA 2019/2020

QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS	
<i>Passagens em 2019</i>	576
<i>Passagens em 2020</i>	175
<i>Porcentagem</i>	- 401= 69,61% < 2019
Total Geral de Passagens em 2020	175

Fonte: CER/PGJ, 2020.

No ano de 2020, a Chefia de Cerimonial, setor responsável pela emissão de passagens aéreas destinadas aos membros e servidores e eventuais colaboradores do Ministério Público do Maranhão, emitiu 175 bilhetes, registrando uma redução de 69,61% em relação ao ano anterior (2019). Nos meses de maio, junho e julho, não houve despesa com a emissão de passagem aérea, considerando as medidas de prevenção para evitar a proliferação da Covid-19 que, dentre outras, determina o cancelamento dos eventos presenciais no âmbito das unidades ministeriais, durante o período da pandemia.

Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência (CAEI)

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência foi criada através do Ato Regulamentar nº 20/2008, do PGJ-MA, publicado em D. O. do Poder Judiciário em 16 de maio de 2008, contemplando, dentre as suas competências, as atividades desempenhadas nas áreas de segurança institucional, de operações e análise de inteligência.

Logo, considerando a importância das atividades de inteligência e segurança institucional desempenhadas no âmbito do Ministério Público do Maranhão, torna-se necessária a manutenção, o acompanhamento, o planejamento e o aperfeiçoamento, de forma perene, de todas essas ações.

1. ATIVIDADES REALIZADAS PELA CAEI E SSI EM 2020

a) No âmbito da Inteligência/Contraineligência

No ano de 2020, no âmbito da atividade de inteligência, foram confeccionados 538 (quinhentos e trinta e oito) documentos. Nestes, foram feitas 20.105 (vinte mil, cento e cinco) pesquisas relacionadas a pessoas físicas e jurídicas. Tais pesquisas foram realizadas através de buscas em sistemas e operações em campo.

Quadro 41 – Relatório de atividades – Seções de Análise e Operação de Inteligência

Atividades	Quantitativo
Relatórios de Inteligência Produzidos	66
Relatórios Técnicos	04
Relatório de Busca	111
Relatório de Missão	44
Informes	39
Levantamentos Inteligência/Contraineligência – Busca em Base de Dados	20.105
Ordens de Missão	42
Ordens de Busca	152
Fichas Operacionais	72
Pedido de Busca	08

Fonte: CAEI/PGJ, 2020.

Tabela 121 – Diligências realizadas pela Seção de Operações de Inteligência

Atividades em Campo	Quantitativo
Ordens de Missão	42
Qtd. de Visitas em Municípios	77
Qtd. de Endereços Levantados	291
Pessoas Físicas (Alvos)	1203
Pessoas Jurídicas (Alvos)	143

Fonte: CAEI/PGJ, 2020.

Nesse quantitativo foram atendidas solicitações dos seguintes órgãos e Promotorias:

- | | |
|---|--|
| 1. Procurador-Geral de Justiça; | 21. Gabinete Subprocurador de Justiça para Assuntos Administrativos; |
| 2. Coordenador CAEI; | 22. GAECO – TI – MPMA; |
| 3. Setor de Transportes MPMA; | 23. Promotoria de Justiça de Buriticupu; |
| 4. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; | 24. Promotoria de Justiça de Pinheiro; |
| 5. Assessoria Especial de Investigação; | 25. GAECO Timon; |
| 6. Comissão Permanente de Licitação; | 26. 4ª PJ da Ordem Tributária – Timon; |
| 7. Gabinete de Segurança Institucional; | 27. 1ª PJ Criminal de São Luís; |
| 8. LAB-LD; | 28. 4ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar; |
| 9. GAECO MPMA; | 29. 28ª PJE São Luís; |
| 10. GAECO de Imperatriz; | 30. Promotoria de Justiça de Turiaçu; |
| 11. Coordenadoria de Gestão de Pessoas; | 31. 7ª Pj Criminal De São Luís; |
| 12. PJ Meio Ambiente; | 32. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude; |
| 13. 1ª PJE Imperatriz; | 33. 33ª PJ Criminal de São Luís; |
| 14. Promotoria de Justiça de Estreito; | 34. Promotoria de Justiça de Pastos Bons; |
| 15. Promotoria de Justiça de Chapadinha; | 35. Promotoria de Justiça de Balsas; |
| 16. Promotoria de Justiça de Santa Inês; | 36. Promotoria de Justiça de Caxias; |
| 17. Promotoria de Justiça Militar; | 37. Promotoria de Justiça de Mirinzal; |
| 18. Promotoria de Justiça de São José de Ribamar; | 38. Promotoria de Justiça de São Bento; |
| 19. Promotoria de Justiça de Montes Altos; | 39. Promotoria de Justiça de Rosário; |
| 20. Coordenadoria de Serviços Gerais; | 40. 2ª PJ Especializada em Educação; |
| | 41. Corregedoria Geral de Justiça; |

Foram realizados ainda atendimentos a outros órgãos, tais como:

- | | |
|--|---|
| 1. 8ª Cia Inteligência do Exército Brasileiro; | 3. GAECO MP Piauí; |
| 2. GAECO MP Bahia; | 4. Ministério Público do Rio Grande do Norte; |

5. Ministério Público do Distrito Federal;
6. GAECO MP Minas Gerais;
7. GAECO MP Mato Grosso;
8. GAECO MP Pará;
9. Polícia Civil do Maranhão;
10. 1ª DECCOR;

b) No âmbito da Segurança Institucional

A Seção de Segurança Institucional, no ano de 2020, cumpriu 145 (cento e quarenta e cinco) Ordens de Missões e 148 (cento e quarenta e oito) Ordens de Serviço, nas quais foram realizadas as seguintes atividades:

1. Segurança aproximada e escolta de 02 (dois) Promotores de Justiça em situação de risco (Ato Regulamentar nº 18/2016);
2. Apoio de segurança aos Promotores de Justiça do Núcleo de Execução Penal, para a realização de visitas e inspeções;
3. Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal);
4. Manutenções corretivas de câmeras em CFTV e alarmes nas unidades ministeriais da capital e do interior do Estado;
5. Orientações de Segurança Institucional e Pessoal, quando das visitas em unidades ministeriais e residências dos Promotores de Justiça;
6. Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da 1ª Promotoria de Justiça Itinerante, no bairro da Divinéia, sendo elaborado Relatório de Análise de Risco;
7. Apoio de segurança ao Promotor e Equipe de Servidores da 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, durante todo o funcionamento e atendimentos às comunidades do bairro da Cidade Olímpica;
8. Apoio de segurança das Assistentes Sociais do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas;
9. Apoio de segurança ao Promotor de Justiça titular da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Idoso, durante inspeções;
10. Reforço de segurança na Escola Superior do Ministério Público, durante a realização de evento;
11. Apoio de segurança nos eventos realizados no Centro Cultural e Administrativo do MP;
12. Segurança institucional à Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público durante evento nesta capital;
13. Remanejamento, manutenção e configuração de câmeras de segurança nas unidades ministeriais em processo de inauguração e reforma;
14. Atendimento de solicitações de apoio a membros do Ministério Público durante operações e inspeções;
15. Segurança institucional durante o 10º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão na sede da Procuradoria Geral de Justiça;
16. Apoio de segurança institucional aos Promotores de Justiça do GAECO em operações de busca e apreensão, diligências e depoimentos de investigados na capital e no interior do Estado;
17. Segurança institucional durante eventos no auditório da sede da PGJ;
18. Escolta e Segurança aproximada do Procurador-Geral de Justiça em eventos e atividades institucionais na capital e no interior do Estado;
19. Segurança institucional durante Seminários Regionais em Timon – MA e Pinheiro;
20. Apoio de segurança à Promotora de Justiça da comarca de Viana;
21. Segurança Institucional ao evento “Corrida Rosa Shok”;

22. Apoio de segurança à membros do Ministério Público durante o pleito eleitoral 2020, 1º e 2º turno;
23. Apoio de Segurança aos Promotores de Justiça de Bom Jardim – MA;
24. Apoio de Segurança aos Promotores de Justiça de Primeira Cruz – MA;
25. Solicitação junto a Escola Superior do Ministério Público para realização do 1º Webinar sobre o tema: Segurança Institucional para que?
26. Solicitação junto a Escola Superior do Ministério Público para realização do Curso de Operações de Inteligência em ambiente virtual.

Tabela 122 – Resumo de atividades realizadas pela Seção de Segurança Institucional no ano de 2020

Atividades/SSI-2020	Quantitativo
Análise de Risco Promotorias	25
Análise de Risco Residências	04
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – <i>In Loco</i>	83
Manutenção Corretiva CFTV/Alarme – Remota	07
Ordens de Missão	145
Ordens de Serviço	148

Fonte: Seção de Segurança Institucional/PGJ, 2020.

- c) Melhorias nas áreas de Recursos Humanos, Materiais e Equipamentos no ano de 2020

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, dentre as quais destaca-se, um aumento de 06 (seis) servidores no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, quando comparado com 2019.

Tabela 123 – Resumo dos indicadores de segurança no ano de 2020.

Indicadores de Segurança-2020	Quantidade
Policiais Ativa	36
Policiais da Reserva	91
Prédios com Câmeras de Segurança CFTV	111
Prédios com Vigilância Armada	13
Prédios com Aparelho de Inspeção por Raio-X	03
Prédios com Portais Detectores de Metais	18
Armários Cofres	10
Detectores de Metais Portáteis	82
Rádios de Comunicação	32
Coletes Balísticos	80

Fonte: Seção de Segurança Institucional/PGJ, 2020.

2. RESUMO DE NORMAS E REGULAMENTAÇÕES PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA CAEI/SSI EM 2020

- Ato regulamentar nº 05/2020-GPGJ, que criou o Plano de Segurança Institucional do MPMA;
- Ato regulamentar nº 07/2020-GPGJ, que criou a Política de Segurança da Informação do MPMA;

- Manual de Segurança Institucional.

3. ATIVIDADES REALIZADAS POR PROMOTORIAS DE JUSTIÇA, PELOS GAECOS, POR NÚCLEOS DE INVESTIGAÇÕES, DENTRE OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Na área da Contraineligência e Segurança Institucional os esforços foram no sentido de atender todas as demandas possíveis, bem como preservar a segurança das pessoas, dos materiais, das áreas e instalações e das informações. Ressalta-se ainda a capacitação continuada dos profissionais através da disponibilização de cursos on-line.

Portanto, considerando a necessidade em manter as condições de segurança necessárias ao funcionamento dos serviços no MPMA, pretende-se continuar o aperfeiçoamento das ações de Inteligência e Segurança Institucional, respeitando-se a capacidade orçamentária e a dinâmica social que a Pandemia impõe, otimizando os elementos já existentes de forma eficaz e efetiva.

ATOS NORMATIVOS – 2020

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 100/2020-CPMP, DE 26 DE AGOSTO DE 2020 - Cria a 3ª Promotoria de Justiça na Comarca de Pinheiro e redefine as atribuições dos órgãos de execução.

RESOLUÇÃO Nº 99/2020-CPMP, DE 13 DE AGOSTO DE 2020 - Redefine as atribuições da 18ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital (1º, 2º, 3º, 4º e 5º Promotores de Justiça de Investigação Criminal) definidas no Anexo Único da Resolução CPMP nº 019/2013.

- Altera o Anexo Único da Resolução nº 57/2018-CPMP, modificando a distribuição dos Municípios do Estado entre as quatro Promotorias de Justiça Regionais de Defesa das Ordens Tributária e Econômica deste Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 97/2020-CPMP, DE 29 DE JULHO DE 2020 - Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 71/2019-CPMP, que redefiniu a divisão de atribuições das Promotorias de Justiça de Pedreiras.

RESOLUÇÃO Nº 96/2020-CPMP, DE 03 DE JUNHO DE 2020 - Altera o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão para incluir a possibilidade de realização de sessões virtuais ou por outros meios telepresenciais.

RESOLUÇÃO Nº 95/2020 – CPMP, DE 29 DE ABRIL DE 2020 - Altera a Resolução nº. 70/2019-CPMP, que dispõe sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs).

RESOLUÇÃO Nº 94/2020-CPMP, DE 15 DE ABRIL DE 2020 - Cria, na Comarca de Timon, duas Promotorias de Justiça e altera o anexo da Resolução nº 38/2016-CPMP para redefinir as atribuições da Promotoria de Justiça Civil, da 6ª Promotoria de Justiça Especializada e das 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça Criminal.

RESOLUÇÃO Nº 93/2020-CPMP, DE 15 DE ABRIL DE 2020 - Cria, no termo judiciário de São José de Ribamar, Comarca da Ilha de São Luís, uma Promotoria de Justiça, redefinindo a organização dos demais órgãos de execução nele existentes.

RESOLUÇÃO Nº 92/2020-CPMP, DE 16 DE ABRIL DE 2020 - Cria, na Comarca de Caxias, uma Promotoria de Justiça, redefinindo a organização dos demais órgãos de execução nela existente

RESOLUÇÃO Nº 91/2020-CPMP, DE 16 DE ABRIL DE 2020 - Proceda mudança nas atribuições da 6ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de Entrância Final.

RESOLUÇÃO Nº 90/2020-GPGJ, DE 29 DE JANEIRO DE 2020 - Define as atribuições da 21ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena de Entrância Final.

RESOLUÇÃO Nº 89/2020-CPMP, DE 29 DE JANEIRO DE 2020 - Altera o caput e os §§ 1º e 2º do artigo 1º, da Resolução nº 61/2018-CPMP, que distribui atribuições quanto à presidência do Procedimento Investigatório Criminal (art. 26, da Lei nº 8.625/93 e o art. 8º, da Lei Complementar nº 75/93), nos casos de organizações criminosas e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 12/2020 – CSMP, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2020 - Disciplina o procedimento para a indicação de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão para integrarem a composição do Conselho Nacional de Justiça.

RESOLUÇÃO Nº 11/2020-CSMP, DE 22 DE MAIO DE 2020 - Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão, para inclusão do parágrafo único ao art.15 da norma regimental, possibilidade de realização de sessões virtuais ou por outros meios telepresenciais.

RESOLUÇÃO Nº 10/2020-CSMP, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020 - Regulamenta as normas de caráter geral para realização Concurso Promotor de Justiça Substituto e nomeia Comissão do Concurso

ATOS REGULAMENTARES CONJUNTOS

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 7/2020-GPGJ, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020 - Acrescenta o inciso IV, ao § 7º, do artigo 1º do Ato Regulamentar Conjunto n.º 03/2014– GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 6/2020-GPGJ, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - Dispõe sobre a criação e funcionamento do Grupo de Promotores Itinerantes – GPI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 34/2020-GPGJ, DE 04 DE AGOSTO DE 2020 - Dispõe sobre a vedação da criação em redes sociais sem prévia autorização de perfis institucionais.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR Nº 62/2020-GPGJ, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020 - Altera o art. 6º, item 8, subitem 8.3, 8.4 e 8.5, inserindo o subitem 8.6; o art. 32, parágrafo único, e o art. 34, § 3º, e renumera os parágrafos do art. 34, do Ato Regulamentar nº 22/2020-GPGJ, de 14 de maio de 2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 60/2020-GPGJ, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020 - Acresce alterações ao Ato n. 03/2013 - GPGJ, que versa sobre o programa de estágio não obrigatório no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 58/2020-GPGJ, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020 - Disciplina o rodízio de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão durante o recesso natalino do ano de 2020 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 56/2020-GPGJ, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020 - Regulamenta no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei Federal nº 13.709/2018.

ATO REGULAMENTAR Nº 55/2020-GPGJ, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020 - Acrescenta o inciso IV, ao § 7º, do artigo 1º do Ato Regulamentar Conjunto n.º 03/2014– GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 52/2020-GPGJ, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020 - Altera o Ato Regulamentar nº 22/2020, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 50/2020-GPGJ, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020 - Altera o art. 4º do Ato Regulamentar nº 32/2020, que estabelece protocolos para a retomada gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de medidas estabelecidas pelo Gabinete de Monitoramento da Pandemia de Covid-19 e Congêneres.

ATO REGULAMENTAR Nº 53/2020-GPGJ, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020 - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2021 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 49/2020-GPGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020 - Disciplina as atribuições da Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris*.

ATO REGULAMENTAR Nº 48/2020-GPGJ, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020 - Disciplina as atribuições da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 47/2020-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020 - Acrescenta o § 8º ao art. 2º, do Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2008-GPGJ/CGMP, de 23 de outubro de 2008, que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça para a concessão, a suspensão, a interrupção e a alteração da escala de férias dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 46/2020-GPGJ, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020 - Altera o art. 1º do Ato Regulamentar nº 17/2013- GPGJ, de 1º de novembro de 2013, que estabelece os critérios para pagamento da Direção de Promotoria aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 134-A, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012.

ATO REGULAMENTAR Nº 45/2020-GPGJ, DE 20 DE OUTUBRO DE 2020 - Transfere a Assessoria de Investigação dos ilícitos praticados por agentes políticos detentores de foro *ratione muneris*

da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça para o Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 44/2020-GPGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 - Altera o art. 2º do Ato Regulamentar nº 32/2020, que estabelece protocolos para a retomada gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de medidas estabelecidas pelo Gabinete de Monitoramento da Pandemia de Covid-19 e Congêneres.

ATO REGULAMENTAR Nº 42/2020-GPGJ, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020 - Alterar o feriado do 28 de outubro de 2020, Dia do Servidor Público, para o dia 30 de outubro de 2020.

ATO REGULAMENTAR Nº 41/2020-GPGJ, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020 - Altera o art. 7º do Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, de 02 de junho de 2014, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências, renumerando o seu parágrafo único e inserindo o § 2º.

ATO REGULAMENTAR Nº 39/2020-GPGJ, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - Disciplina a transmissão via youtube de todos os processos licitatórios realizados no âmbito do Ministério Público do Maranhão, observadas as restrições de publicidade impostas pela Lei 8666/93.

ATO REGULAMENTAR Nº 38/2020-GPGJ, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital – anuênio 2020/2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 37/2020-GPGJ, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020 - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2020/2021.

ATO REGULAMENTAR Nº 36/2020-GPGJ, DE 28 DE SETEMBRO DE 2020 - Estabelece protocolo sanitário específico para membros e servidores nas visitas em unidades de internação, inspeções, execução de mandados, atendimentos de serviços de saúde etc.

ATO REGULAMENTAR Nº 35/2020-GPGJ, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - Dispõe sobre a criação e funcionamento do Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais – NUCAM, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 32/2020-GPGJ, DE 10 DE JULHO DE 2020 - Estabelece protocolos para a retomada gradual das atividades presenciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, através de medidas estabelecidas pelo Gabinete de Monitoramento da Pandemia de Covid-19 e Congêneres. *(Alterado até o Ato Regulamentar nº 50/2020-GPGJ)*

ATO REGULAMENTAR Nº 29/2020-GPGJ, DE 12 DE JUNHO DE 2020 - Institui a linha de ação Memorabilia MP como manifestação do Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão, criado pela Resolução nº 04/2004CPMP/MA.

ATO REGULAMENTAR Nº 28/2020-GPGJ, DE 08 DE JUNHO DE 2020 - Regulamenta o Programa de Gestão de Documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão, aprovado pela Ordem

de Serviço nº 014/2005, e aprova as Tabelas de Temporalidade de Documentos Área Meio e Área Fim.

ATO REGULAMENTAR Nº 25/2020-GPGJ, DE 04 DE JUNHO DE 2020 - Institui o Plano de Biossegurança para retomada gradual das atividades presenciais, a criação de seu Comitê Operacional e estabelece as medidas gerais administrativas para prevenção de contágio e propagação do novo Coronavírus, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2020-GPGJ, DE 21 DE MAIO DE 2020 - Regulamenta a tramitação dos procedimentos extrajudiciais eletrônicos no âmbito do Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2020-GPGJ, DE 14 DE MAIO DE 2020 - Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça. (*Novo!*)

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2020-GPGJ, DE 14 DE MAIO DE 2020 - Antecipa o feriado de Adesão do Maranhão à Independência do Brasil do dia 28 de julho de 2020 para o dia 15 de maio de 2020.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2020-GPGJ, DE 22 DE ABRIL DE 2020 - Regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2020-GPGJ, DE 15 DE ABRIL DE 2020 - Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o procedimento para celebração do acordo de não persecução penal a que se refere o art. 28-A do Código de Processo Penal, de acordo com a redação dada pela Lei Federal nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

ATO REGULAMENTAR 17/2020-GPGJ, DE 24 DE MARÇO DE 2020 - Altera o art. 8º do Ato Regulamentar n.º 06/2020-GPGJ, de 16 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a concessão de ajuda de custo aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR 16/2020-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Regulamenta o tratamento, o fluxo procedimental e a metodologia de utilização, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, dos dados oriundos de Relatórios de Inteligência da Unidade de Inteligência Financeira do Brasil (Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF)

ATO REGULAMENTAR 15/2020-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Regulamenta o Controle Patrimonial de bens Móveis, Imóveis e Consumo do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR 14/2020-GPGJ, DE 19 DE MARÇO DE 2020 - Dispõe sobre a adoção de fluxograma operacional das decisões para aplicação de penalidades a membros no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2020-GPGJ, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - Dispõe sobre os procedimentos e rotinas para realização de pesquisa preços e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 10/2020-GPGJ, DE 30 DE JANEIRO DE 2020 - Institui, para as Promotorias de Justiça de entrância inicial e intermediária do Ministério Público do Estado do Maranhão, os Plantões Regionais em Matéria Criminal.

- Revoga o Ato Regulamentar nº 27/2018-GPGJ, dispondo sobre o pagamento da função de Direção de Promotoria de Justiça.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2020-GPGJ, DE 23 DE JANEIRO DE 2020 - Institui a Política de Segurança da Informação Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2020-GPGJ, DE 16 DE JANEIRO DE 2020 - Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo aos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. *(compilado)*

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2020-GPGJ, DE 15 DE JANEIRO DE 2020 - Dispõe sobre a criação do Plano de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 04/2020-GPGJ, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Acrescenta os §§ 3º e 4º ao art. 4º do Ato Regulamentar Conjunto nº 04/2014 – GPGJCGMP, de 16 de julho de 2014, que disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, a institucionalização de Sistema de Tramitação Eletrônica de Dados – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES – SIMP, seu comitê gestor e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2020-GPGJ, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Altera o Ato Regulamentar nº 08/2018 GPGJ, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o procedimento para contratação de perícias utilizando recursos oriundos do Fundo Estadual de Proteção dos Direitos Difusos FEPDD e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2020-GPGJ, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Altera o ANEXO I do Ato Regulamentar nº 03/2013, que disciplina o programa de estágio não obrigatório no Ministério Público Estadual e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2020-GPGJ, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Dispõe sobre o procedimento do pregão eletrônico e sobre o uso da dispensa eletrônica no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATOS

ATO 50/2020-GPGJ, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020 - Altera o art. 1º do Ato nº 48/2020 e o art. 2º do Ato nº 59/2020, referentes ao custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

ATO 48/2020-GPGJ, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020 - Altera o art. 2º do Ato nº 59/2020, que autoriza o custeio parcial de curso de Pós-Graduação stricto sensu (Mestrado) para membros do MPMA.

ATO 39/2020-GPGJ, DE 28 DE OUTUBRO DE 2020 - Dispõe sobre a criação do Gabinete de Gestão de Interesses Coletivos - GAGIC, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 38/2020-GPGJ, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020 - Institui e regulamenta o uso de aplicativos de mensagens instantâneas ou recursos tecnológicos similares para comunicação de atos praticados em procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 45/2020-GPGJ, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020 - Altera o Ato nº 06/2020-GPGJ, que estabeleceu novos procedimentos do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres, alterando o Ato 42020.

ATO 36/2020-GPGJ, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020 - Altera o Ato nº 138/2017 – GPGJ, de 17 de março de 2017, que dispõe sobre a criação do prêmio “Promotor Parceiro da Ouvidoria”

ATO 43/2020-GPGJ, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020 - Altera o Ato nº 3732/2019, que versa sobre a realização de teletrabalho, a título de projeto piloto, no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO 40/2020-GPGJ, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO 654/2020-GPGJ, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020 - Disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes do Ensino Médio, de programas de educação de jovens e adultos e dá outras providências.

ATO 31/2020-GPGJ, DE 02 DE OUTUBRO DE 2020 - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Núcleo de Promoção da Diversidade – NUDIV.

ATO 642/2020-GPGJ, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2020 - Altera os artigos 10 e 19 do Ato nº 373/2019 – GAB/PGJ, que dispõe sobre a realização de teletrabalho, a título de projeto piloto, no Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 34/2020-GPGJ, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO Nº 32/2020-GPGJ, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO 26/2020-GPGJ, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO Nº 28/2020-GPGJ, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO Nº 595/2020-GPGJ, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020 - Autoriza o custeio parcial de curso de pós-graduação stricto sensu (mestrado), para membros do MPMA. *(Com alteração dada pelo Ato nº 06/2021-GPGJ)*

ATO Nº 23/2020-GPGJ, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0 e retorno presencial dos Promotores Eleitorais a partir de 31 de agosto de 2020.

ATO Nº 22/2020-GPGJ, DE 13 DE AGOSTO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO Nº 20/2020-GPGJ, DE 31 DE JULHO DE 2020 - Estabelece o regime de trabalho remoto nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja igual ou superior a 1.0.

ATO Nº 17/2020-GPGJ, DE 03 DE JULHO DE 2020 - Estabelece a suspensão dos prazos dos procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão nas Promotorias de Justiça cuja sede localiza-se em município onde o Risco de Transmissão (RT) do Coronavírus (SARSCoV-2) esteja superior a 1.0.

ATO Nº 353/2020-GPGJ, DE 18 DE JUNHO DE 2020 - Cria, no âmbito da Secretaria de Assuntos Institucionais (SECINST), comissão de estudos visando garantir participação de Promotores de Justiça no Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 199/2020-GPGJ, DE 22 DE MAIO DE 2020 - Prorroga o prazo para aplicação de procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres.

ATO 122/2020-GPGJ, DE 18 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece novos procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres, alterando o Ato 42020

ATO 144/2020-GPGJ, DE 30 DE MARÇO DE 2020 - Prorroga o prazo para aplicação de procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres

ATO 129/2020-GPGJ, DE 20 DE MARÇO DE 2020 - Altera dispositivos do ATO-GAB PGJ 1222020 que estabelece procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres.

ATO 145/2020-GPGJ, DE 30 DE MARÇO DE 2020 - Prorroga o prazo para aplicação de procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres.

ATO Nº 06/2020-GPGJ, DE 18 DE MARÇO DE 2020 - Estabelece novos procedimentos em relação à prevenção ao contágio e disseminação do coronavírus (COVID 19), influenza H1N1, e congêneres, alterando o Ato 42020 (*Com alterações dadas pelo Ato nº 45/2020-GPGJ*)

ATO Nº 04/2020-GPGJ, DE 16 DE MARÇO DE 2020 - Este Ato Normativo estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19), a **Influenza** H1N1 e outras viroses congêneres, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 78/2020-GPGJ, DE 20 DE FEVEREIRO 2020 - Altera dispositivos do Ato nº 24/2019 GPGJ que dispõe sobre o serviço voluntário no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, no que se refere aos artigos 2º, 5º, 6º e § 2º do art. 32.

ATO Nº 75/2020-GPGJ, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020 - Fixa o valor mensal da bolsa de estágio não obrigatório.

ATO Nº 27/2020-GPGJ, DE 23 DE JANEIRO DE 2020 - Institui a Medalha de Mérito do Ministério Público do Estado do Maranhão em homenagem ao primeiro aniversário da Lei nº 11.023/2019, que cria o Dia Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO 26/2020-GPGJ, DE 22 DE JANEIRO DE 2020 - Altera o Ato nº. 422/2017 – GPGJ que institui a Medalha de Mérito do Ministério Público do Estado do Maranhão em reconhecimento aos anos de dedicação da classe ministerial à instituição.

ATO Nº 8/2020-GPGJ, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Altera o ANEXO ÚNICO do Ato nº 325/2019 GPGJ, que institui o Programa de Exames Periódicos de Saúde do Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.

ATO Nº 02/2020-GPGJ, DE 02 DE JANEIRO DE 2020 - Determina a inclusão de mensagem no rodapé de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências, no ano de 2020.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 3/2020, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 - Determina que todos os Membros do Ministério Público efetuem, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a partir de 10 de setembro de 2020, o necessário CADASTRAMENTO dos dados de pessoa física e dos dados referentes à formação acadêmica constantes da aba Formação/Cursos do Sistema GESB;

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2020, DE 10 DE MARÇO DE 2020 - Determina que todo servidor e membro que apresente sintomas de resfriado ou gripe, se submeta a uma avaliação no serviço médico disponível, na localidade onde estiver dentro do Estado, possibilitando a detecção, notificação, investigação e monitoramento de prováveis casos suspeitos para infecção humana pelo novo coronavírus, ou ainda pelo influenza H1N 1, conforme definição de caso estabelecida no sistema de informação orientado pelo Ministério da Saúde.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2020-GPGJ, 18 DE ABRIL DE 2020 - Contenção de otimização de despesas no âmbito do MPMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2020, DE 13 DE JANEIRO DE 2020 - Uso racional de energia elétrica

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2020-GPGJ/DG, DE 08 DE JANEIRO DE 2020 - Faculta aos membros e servidores interessados a conversão em pecúnia de 45 (quarenta e cinco) dias de licença especial não gozada.

Glossário

O glossário refere-se às informações da taxonomia previstas nas Tabelas Unificadas que foram elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público, consoantes às Resoluções nº 74, de 11 de julho de 2011, e nº 195, de 11 de fevereiro de 2019, que dispõem sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus Membros.

1. **AJUIZAMENTO DE AÇÃO:** movimento que objetiva dar início a um processo judicial.
2. **ARQUIVAMENTO:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento do Procedimento Investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras.
3. **ARQUIVAMENTO COM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, mediante Termo de Ajustamento de Conduta.
4. **ARQUIVAMENTO SEM TAC:** é a decisão fundamentada que determina o arquivamento integral do Procedimento investigatório, a ser submetida ao Conselho Superior ou às Câmaras, sem promoção de Termo de Ajustamento de Conduta.
5. **ASSUNTO:** a Tabela de Assuntos espelha as matérias objeto do conhecimento jurídico e está estruturada em níveis hierárquicos correspondentes às diversas áreas do Direito. Para cada processo ou procedimento indica-se no mínimo um assunto.
6. **CLASSE:** a Tabela de Classes contempla os tipos de processos judiciais ou de procedimentos extrajudiciais criados ou acompanhados pelo Ministério Público, sendo autuados e cadastrados em sistemas de informação e classificados segundo a Tabela.
7. **CÓDIGO TABELAS UNIFICADAS:** é o número referente a um item das Tabelas Unificadas de Classes, Assuntos, Movimentos e Atividades não Procedimentais elaboradas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
8. **DENÚNCIA:** petição inicial da ação penal pública intentada pelo Ministério Público, principiando o processo criminal.
9. **EM ANDAMENTO:** representa o "QUANTITATIVO DO ACERVO" somando-se os "INSTAURADOS" e subtraindo-se os "FINALIZADOS". O item não corresponde a feitos que estejam em tramitação no Poder Judiciário, em cartórios extrajudiciais ou qualquer outro órgão fora da unidade do Ministério Público.
 9. a) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (Antes D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há mais de 3 anos do ano de referência.
 9. b) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-3):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 3 anos do ano de referência.
 9. c) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-2):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 2 anos do ano de referência.
 9. d) **EM ANDAMENTO, INSTAURADOS (D-1):** significa a quantidade de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados há 1 ano do ano de referência.
10. **INSTAURADOS:** corresponde ao número de procedimentos extrajudiciais iniciados mediante portaria, com exceção dos Inquéritos Civis decorrentes de Procedimentos Preparatórios.

11. **FINALIZADOS:** todo procedimento definitivamente encerrado na unidade do Ministério Público. Exemplos: ajuizamento de ação, indeferimento, arquivamento definitivo e declínio de atribuição para outra unidade. **(Conversão para PIC, Ação Penal, Ação Civil e Inquérito Civil é considerada como finalizado).**
12. **MANIFESTAÇÃO EM 1º GRAU:** qualquer pronunciamento interlocutório no curso do processo, inquérito ou TC que não esteja especificado em movimento próprio, bem como em grau de recurso ou instância superior.
13. **MANIFESTAÇÃO EM 2º GRAU:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite em grau de recurso (de 2º grau).
14. **MANIFESTAÇÃO EM TRIBUNAIS SUPERIORES:** pareceres realizados pelas Procuradorias nos processos judiciais em trâmite nos Tribunais Superiores, excetuando-se as razões e contrarrazões de recurso que possuem código específico.
15. **MOVIMENTOS:** nomenclatura utilizada para registro dos atos praticados, atividades, manifestações e ações executadas por membros e servidores das unidades do Ministério Público, no curso dos processos judiciais e de procedimentos extrajudiciais.
16. **PETIÇÃO INICIAL:** peça que dá início ao processo, pela qual o Ministério Público propõe uma ação, na forma de requerimento dirigido ao Juiz ou Tribunal, com a exposição de fatos e do direito aplicável.
17. **RECEBIDOS:** "Entrada de Carga".
 - 17 a) **REGISTRO MP (Antes D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há mais de 2 anos da data de referência.
 - 17 b) **REGISTRO MP (D-2):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 2 anos da data de referência.
 - 17 c) **REGISTRO MP (D-1):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido há 1 anos da data de referência.
 - 17 d) **REGISTRO MP (D):** refere-se à data do primeiro registro dos inquéritos policiais ou autos de prisão no sistema do Ministério Público ocorrido na data de referência.
18. **RECOMENDAÇÃO:** advertência ou orientação escrita dirigida a órgãos públicos e a entes privados que exerçam atividade pública delegada ou concedida e serviços de relevância pública, visando à melhoria dessas atividades, bem como o respeito aos interesses ou direitos.
19. **REMISSÃO ECA:** providência do Ministério Público dirigida a exclusão ou suspensão do adolescente no processo, pendente de homologação pelo Juízo. Poderá ser cumulada com algumas medidas socioeducativas. Art.180, II e dispositivo 126 a 128 do ECA.
20. **REPRESENTAÇÃO POR ATO INFRAACIONAL:** petição escrita pela qual o Ministério Público imputa a adolescente a prática de ato infracional.
21. **TAC:** Termo de Ajustamento de Conduta - peça ou documento pelo qual se formaliza por escrito uma convenção entre o (s) investigado (s), terceiros e o Ministério Público, para que produza certos efeitos jurídicos.
22. **TERMO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL:** modalidade de acordo feito como alternativa à propositura da ação penal (Resolução CNMP nº 181/2017).